

GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

TEMAS CONTEMPORÂNEOS



ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA
CAMILO PEREIRA CARNEIRO
KAMILA MADUREIRA DA SILVA
(ORGANIZADORES)



Conselho Editorial Life Editora

Prof. Dr. Amilcar Araujo Pereira

UFRJ/ Faculdade de Educação

Prof. Dr. Edgar César Nolasco

UFMS/ Campo Grande-MS

Prof. Dr. Gilberto José de Arruda

UEMS/ Unidade de Dourados

Prof. Dr. Matheus Wemerson G. Pereira

UFMS/Campo Grande-MS

Prof. Dr. Giovani José da Silva

UFMS/Campus de Nova Andradina

Prof^ª. Dra. Helena H. Nagamine Brandão

Universidade de São Paulo - USP-SP

Prof^ª. Dra. Joana Aparecida Fernandes Silva

UFG/Goiás

Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

Universidade do Porto, Portugal/ INEDD/Universidade Siegen/Alemanha e Unicamp

Prof^ª. Dra. Léia Teixeira Lacerda

UEMS/ Unidade de Campo Grande

Prof^ª. Dra. Maria Cecília Christiano Cortez de Souza

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Prof^ª. Dra. Maria Leda Pinto

UEMS/ Unidade de Campo Grande

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues

UEMS/ Unidade de Campo Grande



O papel utilizado neste livro é biodegradável e renovável. Provém de florestas plantadas que dão emprego a milhares de brasileiros e combatem o efeito estufa, pois absorvem gás carbônico durante o seu crescimento! A tinta utilizada na impressão das páginas é à base de soja, cujo componente é renovável e atóxico que não degrada o meio ambiente.

GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

TEMAS CONTEMPORÂNEOS

1ª Edição
Campo Grande/MS
Brasil - 2024



ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA
CAMILO PEREIRA CARNEIRO
KAMILA MADUREIRA DA SILVA
(ORGANIZADORES)



Copyright © by **Alexandre Bergamin Vieira**
Camilo Pereira Carneiro
Kamila Madureira da Silva (Orgs.)

Direitos Autorais reservados de acordo com a Lei 9.610/98

Coordenação Editorial

Valter Jeronymo

Diagramação

Life Editora

Projeto Gráfico

Life Editora

Revisão Final

Impressão e Acabamento

Life Digital



Life Editora

Rua Américo Vespúcio, 255 - Santo Antonio

CEP: 79.100-470 - Campo Grande - MS

Fones: (11) 3508-1941 - Cel.: (67) 99297-4890

contato@lifeeditora.com.br • www.lifeeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Vieira, Alexandre Bergamin

Carneiro, Camilo Pereira

Silva, Kamila Madureira da

Geografia das Fronteiras do Brasil: temas contemporâneos / Alexandre Bergamin Vieira, Camilo Pereira Carneiro e Kamila Madureira da Silva (orgs.) – Campo Grande, MS: Life Editora, 2024.

336p. : il. : 23 cm

ISBN 978-65-5887-473-7

1. Fronteiras 2. Geografia 3. Brasil I. Título

CDD - 370

Proibida a reprodução total ou parcial, sejam quais forem os meios
ou sistemas, sem prévia autorização dos autores.

AGRADECIMENTOS

Este livro reflete a diversidade de temas e perspectivas de se pensar e discutir FRONTEIRA e só foi possível a partir do financiamento público das pesquisas e o compromisso dos autores com a Universidade Pública. Agradecemos o financiamento proporcionado pela UFGD, a partir de recursos oriundos do PRO-AP-CAPES, através da PROPP-UFGD (Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – Universidade Federal da Grande Dourados) e do PPGG-UFGD (Programa de e Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal da Grande Dourados).

APRESENTAÇÃO

A relevância do presente livro se dá pelo fato de que os estudos contemporâneos sobre a Geografia das Fronteiras desempenham um papel essencial na compreensão da dinâmica global, posto que a fronteira representa muito mais do que apenas a delimitação geográfica de um Estado-nação. Na era da globalização e da conectividade digital, as fronteiras são palco de uma série de fenômenos inter-relacionados, como comércio, migração, segurança, circulação, cooperação transfronteiriça e transmissão de doenças.

O comércio é uma esfera particularmente relevante nesse contexto, posto que as fronteiras são os pontos de entrada e saída para uma infinidade de bens e serviços, tornando a análise da Geografia das Fronteiras indispensável para a compreensão das rotas comerciais e da economia global. À medida que os países se tornam mais interdependentes economicamente, as fronteiras passam a se transformar em zonas de intensa atividade comercial. Especialmente quando países geograficamente próximos promovem acordos nesta direção.

Simultaneamente, as fronteiras também são pontos críticos para o fenômeno da migração. As dinâmicas de deslocamento populacional se dão, em grande parte, através delas, tornando a sua análise crucial para a compreensão das tendências migratórias e dos impactos socioculturais que estas trazem consigo. Além disso, no contexto de um mundo cada vez mais conectado digitalmente, a migração não é mais apenas física, mas também digital, aumentando a complexidade das análises.

Quando se trata de segurança, as fronteiras ganham uma relevância ainda maior. Elas são o ponto de interseção entre política interna e externa, sendo essenciais para as estratégias de defesa e segurança nacional. Assim, estudar a Geografia das Fronteiras per-

mite aos governos compreenderem as vulnerabilidades territoriais e as potenciais ameaças à segurança, contribuindo para novas políticas, mais eficazes e apropriadas.

A circulação de pessoas e bens também está intrinsecamente relacionada às fronteiras. Com a globalização e o avanço tecnológico, temos presenciado um aumento significativo da mobilidade e da velocidade de circulação. Este fenômeno não só transforma as fronteiras físicas, como também cria novas fronteiras digitais, o que demanda uma compreensão mais profunda sobre a sua geografia.

Por sua vez, a cooperação transfronteiriça é uma das características mais interessantes da nova Geografia das Fronteiras. Em muitos casos, regiões que estão em lados opostos de um limite internacional compartilham mais características entre si do que com o restante de seus respectivos territórios nacionais. Esta cooperação pode facilitar o comércio, a cultura, a segurança e até mesmo a gestão de recursos naturais, o que demonstra que as fronteiras podem unir e não apenas separar.

O estudo da Geografia das Fronteiras é vital para a elaboração de estratégias de saúde pública eficazes. A disseminação de doenças é uma dimensão importante que surge no contexto das fronteiras, posto que estas últimas desempenham um papel significativo na propagação e controle de enfermidades - caso da pandemia da Covid-19.

Em meio ao contexto exposto, o presente livro explora uma variedade de temas relacionados à Geografia das Fronteiras. Concentrando-se mais especificamente no Arco Central da faixa de fronteira do Brasil, o livro ainda traz três estudos sobre o Arco Sul e um trabalho sobre o Arco Norte. Cada capítulo apresenta uma análise detalhada de uma questão ou região particular, lançando luz sobre a complexidade e a importância das fronteiras no mundo contemporâneo.

No primeiro capítulo, Norma Oviedo explora a história e a territorialidade de Misiones, uma província argentina que compartilha fronteiras com Brasil e Paraguai, sublinhando as transforma-

ções que orientam o pensamento sobre a forma como observamos esta realidade fronteiriça.

Em seguida, enfocando a fronteira Brasil-Argentina, Luísa Amato Caye examina os usos político e econômico do conjunto de cidades gêmeas formado por Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones-Argentina). Na sequência, também abordando a fronteira Brasil-Argentina, com um recorte temporal que abrange o período de 1929 a 1980, Maristela Ferrari analisa a geo-história das políticas de ocupação do extremo-oeste de Santa Catarina, extremo-sudoeste do Paraná e nordeste da Província de Misiones (ARG).

No quarto capítulo, analisando a fronteira Brasil-Paraguai, Edson Belo Clemente de Souza discute seu grau de permeabilidade e os aspectos transfronteiriços relevantes a partir da construção da usina de Itaipu Binacional e do crescimento demográfico decorrente desta. Logo após, também enfocando a fronteira Brasil-Paraguai, Luci Meire Corrêa Anastácio, Kamila Madureira da Silva e Alexandre Bergamin Vieira estudam as cidades gêmeas de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), a partir da análise da relação saúde pública-fronteira sob o impacto do fechamento da fronteira no período pandêmico da Covid-19.

Já com uma pesquisa voltada ao contingente de paraguaios em Mato Grosso do Sul, Miriam dos Santos Ricco e Camilo Pereira Carneiro, analisam a migração feminina paraguaia naquele estado e seus impactos na comunidade sul-mato-grossense.

No capítulo 7, buscando avaliar as possibilidades econômicas decorrentes das interações entre brasileiros e paraguaios, Beatriz Dutra dos Santos, Doris Cristina Grechi e Luciana Ferreira da Silva avaliam o potencial da chipa como possibilidade de desenvolvimento socioeconômico entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Na sequência, ainda com foco nas duas cidades gêmeas, Mateus Janú de Lima e Claudia Marques Roma analisam o acesso a serviços de saúde.

Logo em seguida, Eric Gustavo Cardin traz uma pesquisa

sobre a função da fronteira e a produção de agrotóxicos no Paraguai. Mais adiante, Eliana Lamberti e Brandon Chagas Lima examinam a possibilidade de uma dinâmica sustentável na região de Ponta Porã ligada ao turismo cultural, ecológico e de compras.

Partindo para a análise da fronteira Brasil-Bolívia, Ronan Xavier Machado, Edgar Aparecido da Costa e Milton Augusto Pasquotto Mariani propõem um roteiro de turismo integrado no espaço fronteiriço dos dois países e descrevem os atrativos turísticos a partir da Estrada Parque Pantanal, por Corumbá/MS, até Santiago de Chiquitos, distante cerca de 220 km de Puerto Quijarro/SC, Bolívia.

No penúltimo texto do livro, Edgar Aparecido da Costa e Cristiano Almeida da Conceição analisam sistemas de produção da bovinocultura nos assentamentos rurais de Corumbá, na fronteira Brasil-Bolívia, e o contexto no qual estão inseridos esses assentamentos, ressaltando as possibilidades e entraves produtivos da pecuária.

Finalmente, o livro se volta para o Arco Norte, na fronteira Brasil-Guiana, analisando os desafios do desenvolvimento nesta região. Aqui, Camilo Pereira Carneiro, Murillo Galdino e Osman Neto abordam a questão do garimpo, as políticas públicas e os projetos de infraestrutura nesta porção do território amazônico.

Cada capítulo do livro destaca diferentes aspectos e desafios das fronteiras, proporcionando uma visão abrangente que destaca a importância da Geografia das Fronteiras em um mundo que está em constante transformação. O livro oferece *insights* significativos e compreensão profunda sobre os muitos papéis que as fronteiras desempenham na construção de sociedades, economias e vidas.

Prof. Dr. Gutemberg de Vilhena Silva

Macapá-AP, junho de 2023.

RESUMOS

1. MISIONES (ARGENTINA) EN LA FRONTERA. LAS IMPLICANCIAS DE LA HISTORIA SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DE LA TERRITORIALIDAD EN PERSPECTIVA REGIONAL

Norma Oviedo

La cuestión regional y la problemática de la frontera son temáticas de interés actual que nos llevan a reevaluar las categorías con las que fueron pensadas esas realidades, puesto que refieren a territorialidades en las que estamos implicados como ciudadanos pertenecientes a diversos Estados nacionales y, al mismo tiempo, como habitantes fronterizos de una región en particular. La problemática fronteriza habilita nuevos planteamientos acerca de los procesos de territorialización, regionalización y fronterización, tendientes a deconstruir las formas de entendimiento sobre esas realidades que acontecen *dentro y entre los márgenes* de los Estados nacionales - donde, históricamente, reconocemos comunidades, grupos y sujetos heterogéneos. En ese sentido, este artículo propone situar a la provincia de Misiones (Argentina) en la región de frontera, una territorialidad que se entreteje y constituye en una espacialidad transfronteriza, poniendo en tensión las interpretaciones que emergen en el campo de la historiografía regional; subrayando las transformaciones que orientan el pensamiento sobre la manera en que observamos esta realidad fronteriza.

2. USOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS NA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA: AS CIDADES GÊMEAS DE DIONÍSIO CERQUEIRA (SC)/BARRAÇÃO (PR)/ BERNARDO DE IRIGOYEN (MISIONES)

Luísa Amato Caye

O presente capítulo tem como tema os usos políticos e econômicos da fronteira por meio de um estudo de caso na fronteira entre Brasil e Argentina. Para a análise do tema adota-se como área de estudo a microrregião das cidades gêmeas brasileiras de Barração (PR) e Dionísio Cerqueira (SC) e a cidade argentina de Bernardo de Irigoyen (Misiones). Recentemente, diferentes processos territoriais vêm gerando novas dinâmicas em regiões de fronteira. A ascensão de blocos de países, por exemplo, atribuiu às fronteiras novas funcionalidades, ao mesmo tempo em que algumas das funções clássicas da fronteira territorial foram sendo diminuídas. Também, como resultado das práticas implantadas pela onda de regionalismo iniciada na década de 1990, as fronteiras internacionais passaram a ser consideradas pontos-chaves para a implantação de projetos estratégicos de infraestrutura. Além disso, recentes eventos têm repercutido na gestão e dinâmica fronteiriças, como os movimentos de abertura/fechamento de fronteiras devido à pandemia da Covid-19 entre 2020 e 2021. Tais conjunturas têm impactado regiões fronteiriças, derivando no aumento de políticas de controle e segurança e nos recentes fechamentos de fronteira. Na América do Sul essa condição agrava-se com o baixo dinamismo das regiões de fronteira, marcadas historicamente por um baixo desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, o objetivo do presente capítulo é explorar como esses processos multiescalares vêm direcionando o usos da fronteira.

3. POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA ZONA DE FRONTEIRA BRASILEIRO-ARGENTINA (1929 A 1980)

Maristela Ferrari

Por meio de uma abordagem geo-histórica, a autora traz uma análise das políticas de ocupação na zona de fronteira brasileiro-argentina, que abrange o extremo-oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná e o nordeste da província argentina de Misiones. A análise visa explicar sob quais perspectivas foram concebidas tais

políticas de ocupação e como elas produziram profundas diferenças na paisagem política e humana entre os dois lados da fronteira. Revela, também, que aquelas políticas de ocupação estavam apoiadas em critérios classificatórios étnico-raciais e em políticas eugenistas, baseadas na premissa (falsa) da superioridade de alguns grupos populacionais originários de determinadas regiões geográficas da Terra sobre outros.

4. A PERMEABILIDADE BRASIL-PARAGUAI: ASPECTOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Edson Belo Clemente de Souza

O presente texto tem como objetivo analisar o processo de transfronteirização da fronteira do Brasil com o Paraguai, especialmente por meio das cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. O marco de transformação dessa região foi a construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional, que resultou em um rápido crescimento populacional. Em virtude das mudanças ocorridas, sobretudo a partir da década de 1970, foram evidenciadas a sobrecarga dos serviços de infraestrutura, com o acelerado fluxo de mobilidade na Ponte da Amizade, e a promoção da expansão urbana das cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, cuja atividade econômica predominante é o turismo de compras e de lazer. Enquanto procedimentos teórico-metodológicos, o texto se pauta em conceitos de alcance explicativo sobre a dinâmica territorial dessa região de fronteira, conceitos estes circunstanciados em uma ordem espaço-temporal, na qual a relação da sociedade com o espaço é mediada pela técnica. Os dados populacionais provêm de órgãos estatísticos do Brasil, Paraguai e Argentina, respectivamente: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC); e *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC). Enquanto resultado, constatou-se que as cidades gêmeas em análise compõem um território especial inserido nessa região fronteira.

5. A SAÚDE E A FRONTEIRA PONTA PORÃ (BRASIL)-PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI)

Luci Meire Corrêa Anastácio; Kamila Madureira da Silva; Alexandre Bergamin Vieira

O tema deste artigo é a saúde na fronteira Brasil-Paraguai e os desafios enfrentados durante a pandemia da Covid-19, tendo como recorte espacial a região de fronteira constituída pelas cidades gêmeas de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul-Brasil e Pedro Juan Caballero, Departamento del Amambay-Paraguai, uma conurbação internacional. O objetivo do trabalho é analisar a relação saúde-fronteira a partir do fechamento da fronteira em março de 2020, durante a pandemia. A localidade em análise é permeada por especificidades, configurando uma fronteira seca, o que acarreta manifestações muito peculiares, diversos tipos de interações, mesmo na área da saúde pública.

6. A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI E A MIGRAÇÃO FEMININA PARAGUAIA EM MATO GROSSO DO SUL

Miriam dos Santos Ricco; Camilo Pereira Carneiro

O estado de Mato Grosso do Sul possui fronteiras terrestres com Bolívia e Paraguai. Este fato termina por resultar em uma série de interações de âmbito social, político e econômico entre os diferentes lados do limite internacional. Historicamente, Mato Grosso do Sul tem sido local de destino da migração paraguaia em diferentes períodos, por meio de fluxos variáveis. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar o segmento interseccional da migração feminina paraguaia, como ele se dá e, em especial, quais impactos provoca na comunidade sul-mato-grossense que o recebe. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, multidisciplinar, com recorte temporal correspondente ao período entre 2009 e 2019.

7. AS PRÁTICAS CULINÁRIAS NA FRONTEIRA ENTRE PONTA PORÃ/BR E PEDRO JUAN CABALLERO/PY E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: O ESTUDO DA CHIPA COMO NEGÓCIO

Beatriz Dutra dos Santos; Dores Cristina Grechi; Luciana Ferreira da Silva

Este estudo traz uma análise do potencial da chipa como possibilidade de desenvolvimento socioeconômico. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de natureza exploratória descritiva, com abordagem qualitativa. Os procedimentos técnicos adotados na pesquisa compreendem a revisão bibliográfica e documental, com aplicação de entrevista semiestruturada. A população estudada é composta por produtores e vendedores de chipa do setor alimentício dos municípios de Ponta Porã (Brasil) e de Pedro Juan Caballero (Paraguai), as microempresas, as *ñas* e as terceirizadas. O procedimento de interpretação dos dados está referenciado na análise de conteúdo. Notou-se que embora haja grande variedade de pratos típicos, a chipa é a mais explorada para a finalidade de comércio. Foi possível concluir que a chipa pode sim contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local, uma vez que foi constatado o aumento de renda per capita e a melhoria dos padrões de vida da população investigada.

8. FRONTEIRA(S) NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DAS CIDADES GÊMEAS DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

Claudia Marques Roma; Mateus Janú de Lima

A dinâmica da saúde nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero apresenta especificidades em razão destas serem cidades gêmeas, separadas pelo limite internacional entre Brasil e Paraguai, configurando ainda uma conurbação internacional. A complexida-

de da zona de fronteira e as diversas fronteiras que ali existem não se restringem ao conceito tradicional de fronteira enquanto limite entre Estados-nações. O limite internacional não impede a ocorrência de diversos fluxos: comerciais, de pessoas, serviços e informações. Dentre as interações está a procura por serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por pessoas não residentes no Brasil. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é analisar o acesso aos serviços de saúde nas cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Pensar os territórios e as fronteiras pelo viés de análise de acesso aos serviços de saúde permite-nos compreender a complexidade da zona de fronteira, bem como os desafios das políticas públicas em saúde nessas realidades socioespaciais singulares.

9. A FUNÇÃO DA FRONTEIRA E A PRODUÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PARAGUAI

Eric Gustavo Cardin

A incipiente produção de agrotóxicos no parque industrial do Paraguai é um fenômeno recente, mas diretamente atrelado a atuação de transnacionais que estabelecem relações predatórias no processo de exploração laboral e econômica com o país. Com baixos números de empregos diretos gerados e com pouca contribuição fiscal, tais empresas utilizam do território e da mobilidade de mercadorias e capitais para o desenvolvimento de um processo rápido de acumulação de capital, já que parte significativa da produção é direcionada para o mercado internacional sem que ocorra a devida tributação da mercadoria exportada. O setor agrícola brasileiro corresponde a um dos principais destinos dos agrotóxicos oriundos do Paraguai, sendo que, oficialmente, a entrada das mercadorias no Brasil ocorre predominantemente por meio de transporte terrestre. Entretanto, o circuito do agrotóxico não é óbvio, pois há diferenças no modo em que as mercadorias entram no país, já que o fato delas serem exportadas regularmente não corresponde imediatamente a uma importação regular.

10. SUSTENTABILIDADE, TURISMO E A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI: ALGUMAS REFLEXÕES PARA O TERRITÓRIO DE PONTA PORÃ (MS)

Eliana Lamberti; Brandon Chagas Lima

A possibilidade de uma dinâmica sustentável num território fronteiriço e com atividades vinculadas à agropecuária e ao turismo de compras motivou as reflexões propostas neste texto. Desenvolvimento e empreendedorismo são termos usualmente adotados de forma banalizada e intencional, mas requerem cuidados conceituais e tratamento teórico. Estes conceitos e a sustentabilidade da beleza natural de Bonito, da Serra da Bodoquena, do Pantanal e da riqueza histórica e cultural do território de Ponta Porã, bem como os desafios e algumas sugestões propositivas, estão presentes em vários trabalhos científicos produzidos por pesquisadores regionais. A beleza deste território não é similar às de outras cidades maiores, nem mesmo ao “estilo” moderno ocidental: é a que emerge da história social e cultural, da polca e do chamamé, do tereré e da chipa, do artesanato *ñanduti*, dos sons do “portunhol”. É a autêntica expressão latino-americana. Os limites e desafios para discutir a sustentabilidade do turismo, seja em nível estadual, como e principalmente na esfera territorial da fronteira (que abunda em problemas potencializados por esta condição), decorrem de muitas ausências, como de políticas binacionais e de um sistema de governança regido pelas premissas da valorização local e da sustentabilidade.

11. ROTEIRO DE TURISMO INTEGRADO DA ESTRADA PARQUE, CORUMBÁ/MS (BRASIL), A SANTIAGO DE CHIQUITOS/SC (BOLÍVIA)

Ronan Xavier Machado; Edgar Aparecido da Costa; Milton Augusto Pasquotto Mariani

Este estudo propõe um roteiro de turismo integrado no es-

paço fronteiro do Brasil com a Bolívia e descreve os atrativos turísticos a partir da Estrada Parque Pantanal, em Corumbá/MS, até Santiago de Chiquitos, distante cerca de 220 km de Puerto Quijarro/SC, Bolívia. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória que se baseou no levantamento de dados primários junto aos empreendimentos com potencial turístico ao longo do trecho selecionado. No lado boliviano da fronteira utilizou-se o apoio de *stakeholder*; enquanto no lado brasileiro, aproveitou-se do conhecimento prévio dos atrativos e infraestruturas existentes. O roteiro proposto se mostrou viável e flexível e coloca Corumbá como centro, por ser a cidade com maior infraestrutura disponível para o atendimento aos turistas.

12. CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Edgar Aparecido da Costa; Cristiano Almeida da Conceição

Este trabalho analisa os sistemas de produção da bovinocultura nos assentamentos rurais de Corumbá, na fronteira Brasil – Bolívia, discutindo o contexto no qual estão inseridos, as possibilidades e os entraves produtivos. Foram adotados como procedimentos metodológicos o levantamento de dados secundários e o trabalho de campo utilizando as conversas informais, mediadas pela pesquisa participante. Percebeu-se que os sistemas produtivos da pecuária bovina dos assentamentos rurais de Corumbá-MS são mistos (para leiteira e para corte), voltados para autoconsumo e venda de excedentes, com baixa produção e técnicas de manejo que produzem prejuízos financeiros, trabalho a mais e perda de tempo aos camponeses.

13. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA: AMAZÔNIA, CIDADES GÊMEAS, INFRAESTRUTURA E GARIMPO

Camilo Pereira Carneiro; Murillo Galdino; Osman Neto

O presente trabalho traz uma análise das relações entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, enfocando a fronteira, a questão do garimpo, as políticas públicas e os projetos de infraestrutura nesta porção do território amazônico. O artigo visa identificar os obstáculos para as políticas de desenvolvimento e para a integração transfronteiriça entre os dois países. Inicialmente, são analisadas as relações diplomáticas e econômicas entre os dois Estados nacionais. Na sequência, é abordada a questão da migração brasileira na Guiana e atividade garimpeira. Por fim, são elencados os projetos de integração de infraestrutura entre os dois países, bem como os acordos bilaterais existentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pautada em análise bibliográfica, sob a ótica da Geografia Política.

SUMÁRIO

1. MISIONES (ARGENTINA) EN LA FRONTERA. LAS IMPLICANCIAS DE LA HISTORIA SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DE LA TERRITORIALIDAD EN PERSPECTIVA REGIONAL <i>Norma Oviedo</i>	21
2. USOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS NA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA: AS CIDADES GÊMEAS DE DIONÍSIO CERQUEIRA (SC)/BARRAÇÃO (PR)/ BERNARDO DE IRIGOYEN (MISIONES) <i>Luísa Amato Caye</i>	45
3. POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA ZONA DE FRONTEIRA BRASILEIRO-ARGENTINA (1929 A 1980) <i>Maristela Ferrari</i>	67
4. A PERMEABILIDADE BRASIL-PARAGUAI: ASPECTOS TRANSFRONTEIRIÇOS <i>Edson Belo Clemente de Souza</i>	95
5. A SAÚDE E A FRONTEIRA PONTA PORÃ (BRASIL)-PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI) <i>Luci Meire Corrêa Anastácio; Kamila Madureira da Silva; Alexandre Bergamin Vieira</i>	116
6. A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI E A MIGRAÇÃO FEMININA PARAGUAIA EM MATO GROSSO DO SUL <i>Miriam dos Santos Ricco; Camilo Pereira Carneiro</i>	138
7. AS PRÁTICAS CULINÁRIAS NA FRONTEIRA ENTRE PONTA PORÃ/BR E PEDRO JUAN CABALLERO/PY E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: O ESTUDO DA CHIPA COMO NEGÓCIO <i>Beatriz Dutra dos Santos; Doris Cristina Grechi; Luciana Ferreira da Silva</i>	161

8. FRONTEIRA(S) NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DAS CIDADES GÊMEAS DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO <i>Claudia Marques Roma; Mateus Janú de Lima</i>	188
9. A FUNÇÃO DA FRONTEIRA E A PRODUÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PARAGUAI <i>Eric Gustavo Cardin</i>	205
10. SUSTENTABILIDADE, TURISMO E A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI: ALGUMAS REFLEXÕES PARA O TERRITÓRIO DE PONTA PORÃ (MS) <i>Eliana Lamberti; Brandon Chagas Lima</i>	222
11. ROTEIRO DE TURISMO INTEGRADO DA ESTRADA PARQUE, CORUMBÁ/MS (BRASIL), A SANTIAGO DE CHIKUITOS/SC (BOLÍVIA) <i>Ronan Xavier Machado; Edgar Aparecido da Costa; Milton Augusto Pasquotto Mariani</i>	247
12. CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA <i>Edgar Aparecido da Costa; Cristiano Almeida da Conceição</i>	271
13. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA: AMAZÔNIA, CIDADES GÊMEAS, INFRAESTRUTURA <i>Camilo Pereira Carneiro; Murillo Galdino; Osman Neto</i>	296

1. MISIONES EN LA FRONTERA. LAS IMPLICANCIAS DE LA HISTORIA SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DE LA TERRITORIALIDAD EN PERSPECTIVA REGIONAL

Norma Oviedo

Universidad Nacional de Misiones

ovinator77@gmail.com

1 Introducción. La problemática regional y el debate sobre la región

La Historia Regional trajo consigo una renovación completa y total, aunque paulatina, sobre la manera de pensar y hacer historia. Desde esta nueva mirada y perspectiva de construcción de los procesos históricos, el abordaje sobre las realidades observadas en “los confines”, “la periferia” o “los bordes” de las jurisdicciones estatales no solo puso al descubierto una mayor complejización en la forma de construir el conocimiento histórico y la forma de comprender e interpretar la realidad social sino que, también, contribuyó en explicitar sobre la visualización de sujetos sociales variados que anteriormente emergieron muy soslayadamente. Este ejercicio dio paso a la deconstrucción de la Historia Nacional anclada en un posicionamiento estadocéntrico, apostando a la focalización y diferenciación de problemáticas y territorialidades a múltiples escalas.

El desarrollo de distintas investigaciones enfocadas en la Historia Regional¹ nos llama a involucrarnos y responder, aunque sea

1. Si bien los proyectos fueron realizados en distintos momentos y contando con ideas y objetivos diferentes, acorde a las características de cada lugar, cada uno de ellos tiene como objetivo principal la recuperación de la Historia Regional y Local, en función a los fines e intereses de época, problemas, acciones, conflictos y experiencias que en cada comunidad suceden. Actualmente, los estudios se proponen subrayar los rasgos particulares respecto de los entredichos que acontecen entre aquellos que habitan el lugar, los que planifican y ordenan la vida social; los que se ocupan de relatar y escribir acerca de los acontecimientos.

en parte y desde nuestras posibilidades, a las demandas que desde y en las comunidades regionales y locales emergen y por ello es que:

[...] no sólo se acrecentaron las investigaciones de base local regional sino que [además, en la comunidad científica, ha eclosionado] una sostenida preocupación por poner en debate algunas categorías o conceptos –región, historia local, historia regional – y/o su pertinencia teórica y metodológica, [la que nos interpela e induce a] reflexionar sobre los modos de hacer historia desde tales escalas [de observación] (ÁGUILA, 2015, p. 92).

Consideramos a la Historia Regional y Local como:

[...] una de las distintas líneas de aproximación al estudio histórico desde la Historia Social [que] propone una nueva mirada, un nuevo acercamiento, un nuevo abordaje de estudio (FERNÁNDEZ, 2008, p. 7).

Así, la región, como objeto de estudio, es concebida como una realidad observable a varias escalas (local, regional, nacional, internacional), como un sistema abierto, complejo y heterogéneo.

Siguiendo a Van Young (1991) entendemos que la región, como categoría analítica que se corresponde a una realidad social, es una “*hipótesis por demostrar*” (p. 2) en el transcurso de las investigaciones que realizamos los científicos y cuyos resultados², además de examinar un conjunto de actividades y acciones desarrolladas por ciertos sujetos y grupos sociales, promueven transformaciones socio-territoriales que impactan en las poblaciones involucradas. Ello significa considerar la existencia de formas y configuraciones multivariadas de territorialidades en disputa permanente, ya que las mismas son producto de las diversas maneras y estrategias que los individuos impulsan con el propósito de dar soluciones a los problemas cotidianos. De esta manera, vamos dando cuenta de

2. La región se presenta como una totalidad, no obstante, no debería concebirse como una unidad preexistente y con rasgos preestablecidos, en ese sentido, es que Van Young (1987) entiende que “*las regiones son buenas para pensar*” (p. 3), e interpretarlas desde el comienzo y hasta el fin de la investigación.

los procesos de adaptación y transformación del mundo en el que vivimos.

2 Desarrollo. Misiones en la territorialidad fronteriza

En las realidades socio-históricas, de las que formamos parte y en las que funcionamos bajo la dinámica de un campo de fuerzas como sujetos sociales y habitantes asociados a determinadas configuraciones territoriales, la frontera emerge como espacio de interacción, de articulación y de vinculación de las relaciones humanas. En ese proceso se inscribe la construcción y conformación de territorialidades de diversa naturaleza y alcance (geográfica, demográfica, económica, política, cultural, etc.). Sin embargo, la variabilidad en las formas de territorializar el mundo social impone, también, la permanencia y convivencia de las mismas en tanto esquemas de organización de las prácticas, marcando a veces continuidades y confluencias y otras disrupciones y divergencias. No en tanto, el acto de fronterizar es inherente a acciones persistentes en el ejercicio de territorializar, desterritorializar y re-territorializar; en la agenda de los componentes de cualquiera de las sociedades.

Y desde el discurso historiográfico dicho acto se concreta en un ejercicio que continuamente se orienta a regionalizar la historia y territorializar la región, en las que las *fronteras* tienen un doble papel para la producción de la historia. Esto es, por un lado, como eje estructurante de un tipo especial de relatos históricos y por el otro, como condicionante de un campo intelectual *en y desde* el cual los historiadores imaginan el territorio en que viven - a la vez que se piensan a sí mismos como intelectuales (JAQUET, 2005).

En esos términos, actualmente entendemos que la territorialidad de las regiones no siempre es coincidente ni se agota en los límites de la espacialidad establecida dentro de las unidades concernientes a las organizaciones político-administrativas, sean reinos, imperios, Estados nacionales, entre otros. Sino que,

también, se conforman y abarcan porciones territoriales que involucran a poblaciones situadas entre y sobre los límites; en los bordes y márgenes fronterizos que divisamos durante el proceso de emergencia, conformación y consolidación de los países³ en los que actualmente habitamos. Es así que las fronteras⁴ cobran relevancia ya que son pensadas como:

[...] espacios de encuentros e intercambios constantes entre pueblos, que superan los límites establecidos porque poseen un pasado en común (Oviedo:2020, p. 26) y como [...] área de contacto de formaciones sociales diversas (ARECES, 2006 en LEONI, 2015, p. 170).

En el desarrollo histórico reconocemos configuraciones organizacionales originadas en momentos específicos del pasado – pero que subsisten en el tiempo presente –, creadas en función a objetivos e intereses concretos desde proyectos de regionalización, inspiraciones regionalistas, vocaciones de regionalidad, enfoques académicos en clave regional⁵ que refieren a diversas territorialidades vividas; asociadas a configuraciones regionales en las que localizamos al territorio misionero. Desde el punto de vista de la historiografía argentina, sea desde la perspectiva de construcción de la Historia Nacional como desde la perspectiva regional clásica, podemos inscribir ese proceso distinguiendo múltiples organizaciones estatales como ciudades y zonas que las componen en torno a las que van constituyéndose

3. En el proceso y ejercicio de territorialización, se inscribe la Historia Argentina de raigambre porteño-céntrica que aún se mantiene como punto de inflexión en las investigaciones sobre Historia Regional, ya que en muchas ocasiones pareciera que “lo regional” engloba a todos aquellos estudios no referidos a la pampa húmeda, mientras se asocia su pertenencia historiográfica a alguna de las regiones geográficas que tradicionalmente se reconocen en el interior del territorio, como son los casos del Noroeste, Nordeste, Cuyo, o la misma Patagonia (BOHOSLAVSKY, 2018).

4. “La frontera nunca es más que el producto de una división a la que atribuir mayor o menor fundamento en la realidad según los elementos que ella reúne, tengan entre sí semejanzas más o menos numerosas y más o menos fuertes, dándose por entendido que se puede discutir siempre acerca de los límites de la variación entre los elementos no idénticos que la taxonomía trata como semejantes” (BOURDIEU, 1989, p.114-115)..

5. “Regionalización se refiere a los esfuerzos estatales a través de una variedad de medidas para integrar la región dentro del Estado y controlarla. Pensemos en los procesos de regionalización en Argentina desarrollados desde mediados del siglo XX. Regionalismo representa el esfuerzo por crear una conciencia y una ideología política dentro o en nombre de la región” (LEONI, 2018, p. 171).

distintas configuraciones territoriales que involucran al territorio misionero: colonia española, Virreinato del Perú, Virreinato del Río de la Plata, Provincia jesuítica del Paraguay, Provincias Unidas del Río de la Plata, Confederación Argentina, República Argentina, Gobernación de Misiones, Territorio Nacional de Misiones y Provincia de Misiones como entidades jurídicamente establecidas o territorialidades reconocidas formalmente.

Las cartografías, como instrumento en el que se organiza la representación del territorio, son una herramienta retórica (SNIHUR en LEVINTON, 2015) que a partir de la graficación representan la realidad a varias escalas; acorde a criterios que ordenan la espacialización de ciertos fenómenos, situaciones y relaciones. Estos nos permiten observar de qué manera son re-descriptas las relaciones de poder, las prácticas culturales y las relaciones económicas, a través de la condensación y relacionamiento de datos puntuales⁶. Así es que, utilizamos un breve repertorio cartográfico para localizar a Misiones en territorialidades socio-temporalmente diferenciadas: a) dentro del Estado español y entre las posesiones español-portuguesas (S. XV-XVIII), b) dentro y entre jurisdicciones emergentes de los estados nacionales argentino, paraguayo y brasileiro (S. XIX), c) dentro del Estado Nacional argentino (S. XX) y d) entre los Estados Nacionales fronterizos (S. XXI); con el propósito de reflexionar respecto de la construcción de la problemática regional.

En la historiografía regional como en las producciones documentales y cartográficas de época que sitúan al territorio misionero en el centro del análisis, sean las misiones en conjunto o las unidades político administrativas en las que se transformaron posteriormente, han subrayado etapas clave y nudos problemáticos en el desarrollo del proceso histórico que, en cada uno de los casos, ponen de manifiesto la situación fronteriza interinstitucional, a saber:

6. Los registros cartográficos, en tanto representación-distorsión de la realidad, son producto de época y resultado de las decisiones estatales; con el fin de destacar lo relevante a partir de los detalles y, a través de estos, muestran las transformaciones espaciales, sociales y económicas dentro de contextos determinados. En suma, son simbolizaciones del espacio que orientan descripciones acerca de los objetos de interés, en tanto ejercicio de poder que dice acerca de quien produce y para quien los elabora (SOUSA-SANTOS, 1991).

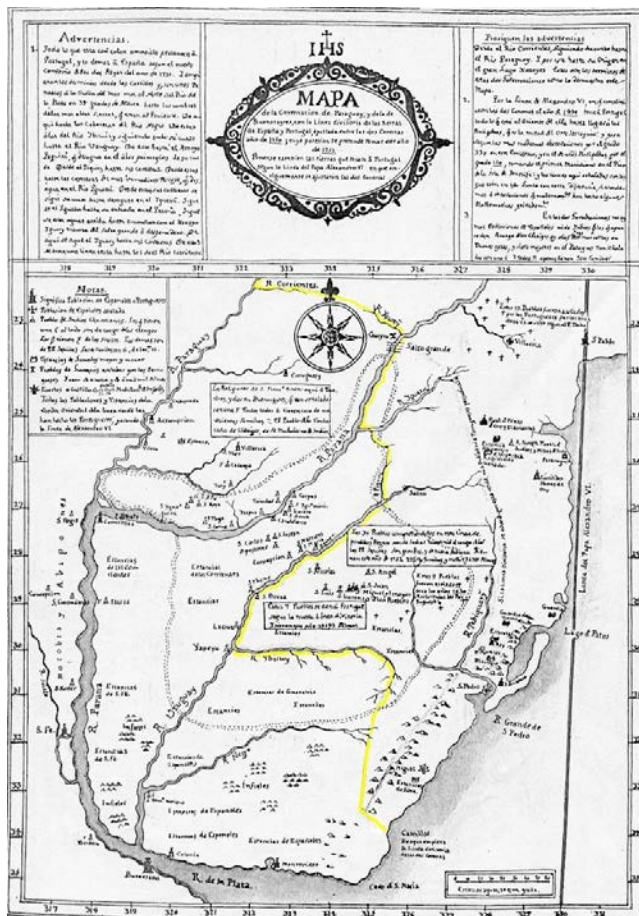
a) Las Misiones como colonia española en la órbita de las ciudades de Asunción y Buenos Aires, de pueblos franciscanos (etapa pre-encomendera - 1537/1556 - y misiones jesuíticas (etapa encomendera -1556/1604). Estas últimas formando parte de la Provincia Jesuítica del Paraguay, fundamentalmente, las 30 reducciones de guaraníes con capital en Candelaria (etapa post-encomendera - 1604/1768). Según la lectura tradicional, una realidad idílica entre blancos e indios localizada dentro del imperio español como colonia, separada mediante una línea imaginaria y señalización por mojones y corrientes fluviales, del mundo colonial portugués. No obstante, tanto las ciudades como las reducciones representaban una muralla, línea de pueblos taponés (AUBERT, 1991), que no pudieron evitar, en absoluto, los relacionamientos entre unas y otras comunidades en la franja fronteriza español-portuguesa - conflictiva, evasiva, disruptiva, subversiva- pero siempre interactiva (PERUSSET, 2007).

Figura 1 - Mapa de la Provincia Jesuítica del Paraguay



Fuente: Abinzano; Arellano; Oviedo *et al.* (2015).

Figura 2 - Mapa de los Treinta pueblos jesuíticos definitivos



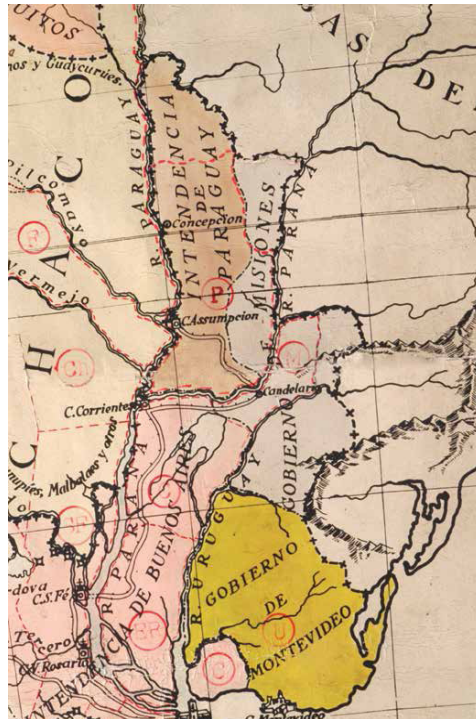
Fuente: Levinton (2015).

b) Los pueblos misioneros, como ex pueblos jesuíticos, que quedaron a merced de la apropiación territorial, luego de la expulsión de los jesuitas en 1768, por parte de los sectores socioeconómicos militarizados, sean instituciones coloniales u organizaciones emergentes:

- Las Misiones Orientales: siete pueblos ubicados en la zona riograndense, en conflicto desde 1750 y escenario de la guerra guaraníca entre 1752 y 1754, que quedaron bajo dominio portugués en 1801 y luego brasileño desde 1822;

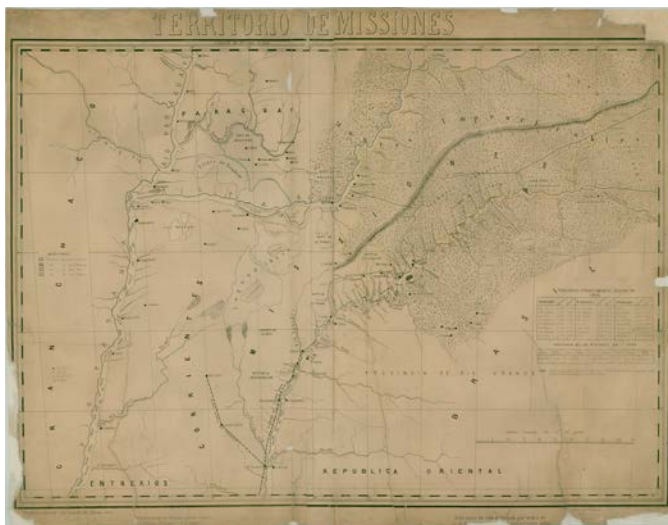
- Las Misiones Occidentales o también Bajas Misiones: ocho pueblos en el sureste paraguayo que quedaron en manos del Paraguay desde 1810 y los quince pueblos situados entre los ríos Paraná, Uruguay, el arroyo Aguapey y una línea imaginaria que unía Corpus con San Javier; sobre los que pesaron más de medio siglo de disputa, entre la revolución de mayo (1810) y la guerra de la Triple Alianza (1864-70), hasta definirse las delimitaciones entre los Estados contendientes;
- Las Altas Misiones: un territorio de montes impenetrables, inexplorado por los blancos y por lo tanto habitada por indios incivilizados, dispuesto en el norte de la actual provincia de Misiones; integrado muy tardíamente al Estado argentino (1881). No obstante, esas tierras, de riqueza incalculable, constituyeron una triple frontera instalada en los márgenes de los países hacia donde se orientó el frente extractivo y el posterior proceso colonizador impulsado por los Estados Nacionales;
- Misiones: como Intendencia y Gobernación en tanto definición de jurisdicciones dependientes de Asunción y/o de Buenos Aires, dentro del Virreinato del Río de la Plata (1776), que se mantuvieron durante el proceso de integración de los pueblos misioneros a las nuevas instituciones políticas, dentro de las Provincias Unidas del Río de la Plata (1810), luego Confederación Argentina (1830). Y a su vez, como porción territorial anexada a la República Entrerriana (1820), el Protectorado de Santa Fe (1822) y la Provincia de Corrientes (1830) hasta constituirse en una entidad autónoma dentro del Estado argentino (1881).

Figura 3 - Jurisdicciones políticas en el área de las ex-Misiones



Fuente: Levinton (2015).

Figura 4 - Mapa de las Misiones (1850-1865)



Fuente: Bomplan; Borges; Crondona (1865).

c) Como Territorio Nacional de Misiones (1881-1953): Dentro del Estado Nacional argentino y como Cuestión Misiones o Palmas dentro de la República Federativa de Brasil, ya que la guerra de la Triple Alianza (1864-70) había establecido el límite internacional sobre el río Paraná separando las jurisdicciones argentino-paraguayo, pero, recién, con el Laudo Cleveland (1895) se determinó el río Uruguay como límite que diferenciaba las competencias territoriales argentino-brasileña. A partir de entonces, el Estado argentino planificó la integración territorial de los territorios fronterizos, ubicados al sur y nordeste del país, incluyendo las tierras fiscales o nacionales para la producción económica con vistas a la circulación en el mercado nacional e internacional; entre ellos Misiones.

d) Como Provincia de Misiones (1953 a la actualidad) y región del nordeste (1960) dentro de Argentina: en este contexto, fue crucial el surgimiento de los Institutos de Educación Superior (Instituto Superior del Profesorado Antonio Ruiz de Montoya -ISARM/1960) y las Universidades (Universidad Nacional del Nordeste - 1960 - y Universidad Nacional de Misiones - 1973⁷ que, a posteriori, albergaron Centros de Investigaciones (Centro de investigaciones Guillermo Furlong - 1975 -, Instituto de Investigaciones Geohistóricas - IIGHI/1979 - y Centro de Investigaciones Histórico Culturales - 1982). Los primeros historiadores de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales (UNaM) fueron formados en la UNNE, sin embargo, problematizaron la historia provincial y regional teniendo en cuenta su lugar como habitantes vinculados en las redes sociales y la sociedad de pertenencia - asociada a poblaciones ubicadas a uno y otro lado de los ríos Paraná y Uruguay; distanciándose del enfoque nordestino a sabiendas de que lo histórico era un punto de inflexión en la lectura de lo regional.

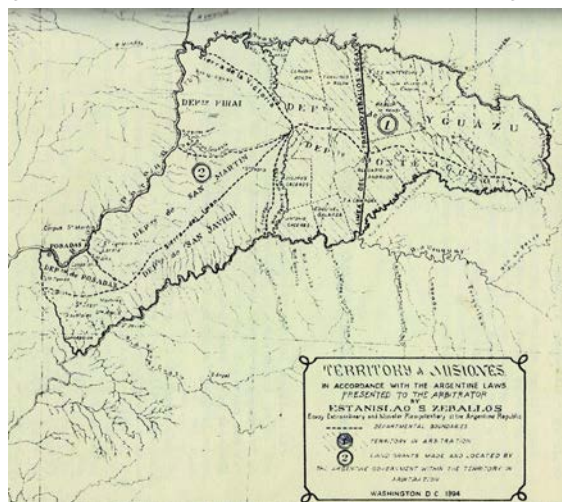
7. En Misiones, durante la década de 1950 se instalaron las primeras Escuelas de enseñanza superior (Química, Diseño, Trabajo Social, etc.) que luego se convirtieron en Institutos de Profesorados (1961), dependientes de otras universidades del país, entre ellas la UNNE y la Universidad Nacional de la Plata, y de la Provincia de Misiones; luego esas unidades académicas se transformaron en Facultades y, al obtener la autonomía, formaron la UNaM.

En cambio, los historiadores de la UNNE entendieron a la región nordeste como territorialidad en la que, puntualmente, la provincia de Misiones ingresaba como uno de los componentes; según lo afirma una historiadora reconocida:

El Nordeste no ha sido, por lo tanto, un espacio ni histórica ni geográficamente homogéneo; probablemente su característica común es su situación periférica con respecto al centro establecido en Buenos Aires. Más allá de ello, se advierten procesos diferenciados que tuvieron asiento en cada una de las provincias/regiones que hoy lo componen. Las particulares concepciones en torno a la hoy llamada región Nordeste condujeron a delinear sus propios límites y a buscar sus raíces históricas en diferentes momentos y circunstancias (LEONI, 2018, p. 173).

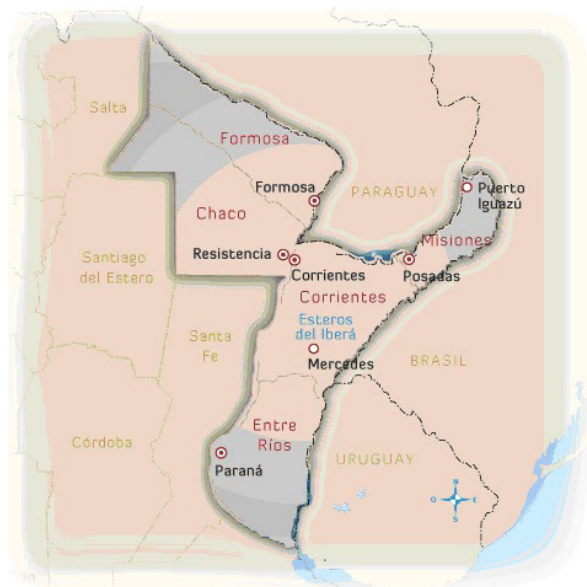
De ahí los cuestionamientos frente al abordaje de la problemática regional y la construcción del objeto región ya que no es lo mismo el planteamiento al referirnos a la Historia Regional, en perspectiva regional, que partir de la Historia de las Regiones, previamente establecidas o planificadas, o entender a la Región Histórica como un constructo dado en un momento histórico pero que se mantiene indefinidamente (OVIDO, 2005).

Figura 5 - Mapa del Territorio Nacional de Misiones (Argentina)



Fuente: Stefañuk (1995).

Figura 6 - Mapa de la Región Nordeste Argentino (NEA)



Fuente: Regiones Argentina NEA (2010).

En síntesis, las representaciones cartográficas incluidas en la secuencia del desarrollo histórico para construir la historia de Misiones dan cuenta de territorialidades definidas en el marco de una historia político-institucional cuyo objetivo ha sido instalar la premisa de un territorio jurídicamente entendido bajo la soberanía del Estado Nacional argentino, y así legitimar la propiedad que el mismo ejerciera desde siempre. Esta perspectiva reverencia un enfoque que generaliza y omite los contextos socio históricos diferenciados, desconociendo las particularidades del proceso de acontecimientos en ámbitos específicos, por ende, construye la historia regional desde una mirada anacrónica (porteñocéntrica y estadocéntrica) que hace hincapié en la preexistencia del Estado como entidad estática y esencializada⁸.

La organización del Estado Nacional, implicó un proceso de

8. En ese sentido es que todavía tienen relevancia los planteamientos sobre cuál es el lugar de las historias provinciales y de las historias de las ciudades y los pueblos, no sólo como partes de la “Historia Nacional” sino, también, como territorios dispuestos dentro y/o entre las regiones; cuestión que complejiza la reflexión acerca del proceso de conformación y consolidación del Estado Nacional y, en su defecto, de la emergencia de las jurisdicciones en su interior; descritas en tiempos diferenciados y con características particulares -recordemos que la situación provincial es compartida en todo el país recién a mediados de la década de 1950.

implementación cuya expansión y definitiva configuración transcurrió en tiempos y espacios diferenciados y ello significó la desarticulación de las antiguas regiones coloniales que dieron paso al rearmado de otras que, paulatinamente, fueron estableciéndose y reacomodándose tanto dentro como entre los Estados Nacionales. Desde esa lógica, es que podemos afirmar que en la experiencia de los sujetos que habitaban los territorios, ello era percibido como estando en diversas espacialidades - que se intersectaban, contraponían y confluían al mismo tiempo - localidad, provincia y nación.

En esa cuestión es que la perspectiva regional es contributiva, ayuda a complejizar la Historia Nacional y a pluralizar el discurso dominante (BANDIERI, 2005; FAVARO, 2005). A partir de la reducción y variación de la escala de observación en torno a las territorialidades regionales y locales, puntualizando el análisis en las etapas de transición entre lo colonial y lo nacional, visibilizando redes económicas y culturales representativas en espacialidades particularizadas y subrayando el protagonismo de sujetos antes no considerados, aunque, siempre en diálogo con los procesos establecidos por la historia nacional. Por ello, Bandieri deja claro al estudiar la región norpatagónica que, si bien esta tiene anclaje dentro de la Argentina, al mismo tiempo se inserta en otra región que tiene fuertes vinculaciones a los circuitos económicos de pueblos situados en jurisdicción chilena. Esta mirada de lo regional es significativa porque induce a pensar que en simultáneo, existen espacialidades regionales en intersección⁹.

Estas reflexiones abonaron sostenidos debates sobre la constitución de la región en universidades, institutos y centros de producción de conocimientos históricos impulsados, generalmente, por investigadores pertenecientes a las diversas regiones del país (NOA, NEA, COMAHUE); que forjaron nuevas líneas de inves-

9. Sin embargo, aún se producen trabajos en los que se entiende a la región como suma de provincias, configuradas dentro del país ya que se concibe, cómo se recupera actualmente en uno de los textos más recientes, en el que se entiende lo nacional con cada parte constitutiva desde adentro y no solo desde la centralidad de la ciudad Puerto (PHILP; LEONI; GUZMAN, 2021).

tigación y renovaron las periodizaciones sobre el desarrollo de las historias regionales. Desde entonces, las historias regionales fueron desarrollándose paulatinamente a la luz de Jornadas y Encuentros, a nivel nacional a partir de 1980 aproximadamente, los que convocaron y reunieron a los historiadores misioneros y nordestinos en eventos científicos, a nivel nacional y regional, como las Jornadas Internacionales sobre Estudios Jesuíticos, los Encuentros de Geohistoria Regional e incluso, las Jornadas del interescuelas de los departamentos de Historia.

He allí la visualización de la implicancia del territorio de la actual provincia de Misiones (Argentina) formando parte de diferentes territorialidades, en espacialidades mayores denominadas regiones, fundamentalmente la región misionera o también denominada histórica (OVIEDO, 2005)¹⁰ y la región del nordeste (LEONI, 2018), como algunas de las múltiples formas de concebir y asociar la idea de región a espacialidades empíricas. Sin embargo, ambas maneras de entender la construcción de la región, desde estas miradas, corren el riesgo de encajonar arbitrariamente el proceso del desarrollo socio-histórico en estructuras territoriales predeterminadas, estáticas e inconexas.

Divisar la existencia de la región misionera o región histórica, subsistiendo en ella una configuración territorial-geográfica que elude los cambios y transformaciones socio-políticas, conduce a reproducir una versión esencialista de la realidad y, a su vez, percibirla dentro de los lindes de la región del nordeste deriva en una lectura anacrónica que evade la consideración de acontecimientos disímiles y contrapuestos. Por ejemplo, desconociendo un proceso ocupacional previo diferenciado y reconociendo al proceso de poblamiento luego de la guerra contra el Paraguay como un hito co-

10. Los historiadores de la UNaM, en la década de 1990, reconocieron a las misiones jesuíticas de guaraníes como una experiencia modelo en nuestro pasado, que se consolidó en el espacio ocupado por los treinta pueblos – actuales provincias de Misiones, este de Corrientes-, sureste de Paraguay, norte de Uruguay y suroeste de Brasil- y perduró más de ciento cincuenta años. Desde ese punto de partida, entendieron que tal experiencia redefinió un nuevo universo simbólico a través de la simbiosis del sistema de creencias cristianas (de los blancos europeos) con la antigua cosmovisión guaraní, mediante la utilización de la lengua guaraní como medio de comunicación común, por medio del aprovechamiento de habilidades naturales de los indígenas para el desarrollo de diversas expresiones artísticas, y finalmente por las pautas específicas de organización social y económica implementada, dando como resultado un modelo inédito de sistema cultural mixto.

mún a todas las partes involucradas; en desmedro de la experiencia reduccional que impacta de diferentes maneras en el grupo y en cada una de las provincias implicadas. Desde esta perspectiva se entiende a la región respecto de integrar las historias particularizadas en términos de sumatoria, como una unidad regional previa, planificada por el Estado Nacional y de reciente data, etc.

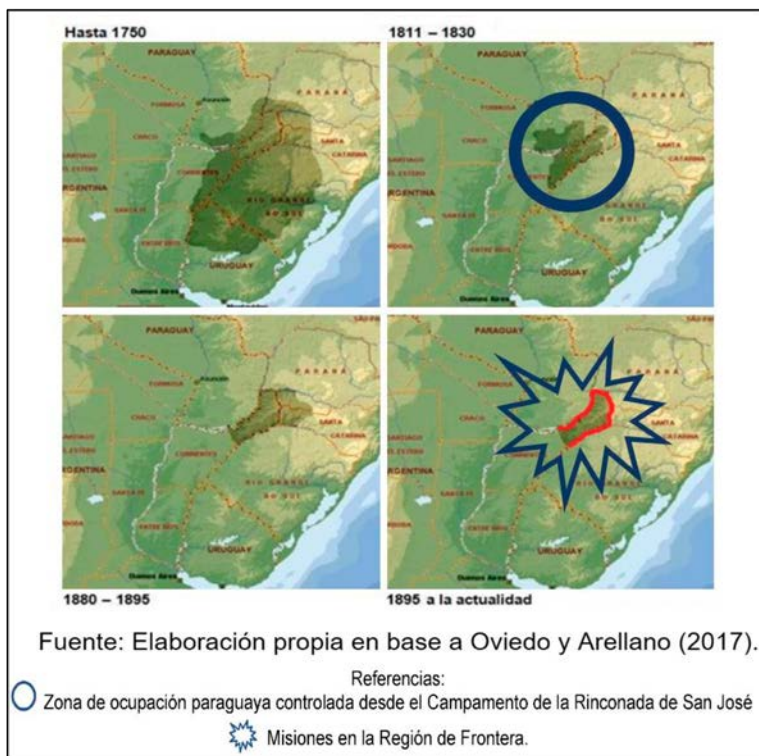
Siguiendo los periodos y las problemáticas mencionadas anteriormente, los estudios en clave regional fueron marcando algunas premisas a considerar en relación al abordaje de la historia de Misiones en perspectiva regional; partiendo de afirmaciones generales contrastadas desde las respuestas particulares a las que se arribaron al investigar desde un enfoque relacional y comparativo acerca de los procesos ocurridos en espacios acotados. La revisita sobre ese acontecer histórico en perspectiva regional y local destapó procesos históricos dispares respecto de cómo se integraron ciertos territorios ubicados en zonas marginales y fronterizas (siglos XIX-XX), sobre todo partiendo del hecho de re-pensar la experiencia misional como territorialidad en instancias de des-territorialización y re-territorialización (Figura 7 – imágenes A y B), momentos que y por largo tiempo, la historiográfica identificó a esos lugares considerándolos como “espacios vacíos”; sin embargo, los avances actuales han demostrado la invalidez de esa afirmación¹¹.

Pensar que la transición de la organización colonial al Estado Nacional implicó un proceso de transformación a dos escalas, los cambios de desarticulación de un sistema antiguo - colonial/jesuítico - y la articulación de otro nuevo - nacional/territoriano/provincial - en varias etapas y escalas de aproximación. Fundamentalmente, en lo que refiere al territorio en el que se situaron los quince pueblos - hoy provincia de Misiones y parte de Corrien-

11. En las últimas décadas han proliferado investigaciones, artículos científicos, libros, monografías de grado y de postgrado, estudiando sobre los espacios regionales, provinciales y locales sobre el período tardo colonial y sobre la etapa de la Argentina moderna que fueran calificados como “espacios vacíos” o etapas históricas sobre las que se registraban “vacíos de conocimiento” (OVIEDO, 2014; SCHVORER, 2011, LEVINTON; SNIHUR, 2015). En términos generales, las ideas de “espacio vacío” y de “desierto” refieren a territorios que permanecían “deshabitados” por los blancos y criollos; es decir que eran territorios habitados por comunidades indígenas a las que los Estados Nacionales desconocía, por ende, negaba les negaba la ciudadanía y la capacidad para conducirse autónomamente, porque se disputaban la legitimación como nuevas instituciones y la posesión territorial correspondiente.

tes - llevó a revelar acerca de las circunstancias de esas “situaciones indefinidas” sucedidas en el transcurso del S. XIX.

Figura 7 - El proceso histórico del pasaje de las Misiones a la constitución de la Provincia de Misiones (Argentina)



Solo así fue posible entender que, sobre y en esas franjas territoriales coexistían diferentes formas de habitar el territorio. A su vez, legitimar la posesión del mismo, bajo la ocupación de hecho y la ocupación de derecho que habilitaron posibilidades de acuerdos formales e informales entre aquellos sectores socioeconómicos interesados en usufructuar los recursos económicos y humanos en lugares estratégicos; como ocurrió en la zona sur de la actual provincia de Misiones y nordeste de Corrientes, donde durante la etapa de 1820 y 1870 las fuerzas paraguayas tuvieron el control territorial, comercial y de poblamiento, en comunión con grupos de correntinos y comerciantes brasileños que también habitaban y/o

transitaban en el lugar (Mapa de la Figura 7 – imagen B). Allí se sostuvo una ocupación de hecho basada en el uso y apropiación de recurso, y de derecho, sostenida y reclamada en función a haber formado parte de una unidad territorial compartida: las misiones; con la instalación del Campamento de la Rinconada de San José o Trinchera de San José, de Itapúa o de los paraguayos (1834) en el mismo lugar donde luego surgiría la actual ciudad de Posadas (OVIEDO, 2014).

También respecto de la organización del Estado Nacional, en relación a varias etapas en su conformación y reconociendo la existencia de una transición que duró 70 años hasta su consolidación definitiva, es importante leer esa etapa divisando un país que funcionaba a dos velocidades. De allí el contraste, para entender la incorporación de los Territorios Nacionales, entre ellos Misiones (Mapa de la Figura 7 – imagen C), discriminadamente ya que compartían una situación de marginalidad o periferia, pero cada uno de ellos marcaba una diferencia en cuanto a la conformación de la sociedad territoriana y a las riquezas económicas y su aporte al mercado nacional. No obstante y a pesar de haberse separado totalmente de la vieja estructura organizacional e integrado al Estado Nacional argentino, en ese contexto si bien la proyección colonizadora en torno a la afluencia inmigratoria apuntó a contener y argentinizar a los extranjeros como signo diferenciador respecto de los países fronterizos, ello no logró desarticular las redes sociales que entre los diferentes grupos étnicos, comunidades nacionales y grupos familiares existían o emergían en contextos inciertos.

Por ello es que, ya entrando en el contexto actual y a partir de nuevas investigaciones, esa trama es visibilizada y puesta a tener en cuenta en cuanto conexión que, nuevamente, enlaza a los habitantes en diversas tramas de relaciones fronterizas, constituyendo y construyendo diversas territorialidades inmiscuidas en esa unidad que denominamos Región de Frontera¹². A manera de ejemplo,

12. Misiones es una de las provincias argentinas cuyo 90% del territorio limita con otros Estados Nacionales y solamente un 10 % del mismo lo une a nuestro país, con la provincia de Corrientes, por ello se constituye en el núcleo de una región de frontera junto a otras poblaciones paraguayas y brasileñas (OVIEDO, 2020).

señalamos la cuestión aborigen que, mediante el cambio de foco teórico y la utilización de escalas minúsculas de observación los estudios nos permitieron confirmar la presencia de las comunidades indígenas y de los grupos afros en forma continua. Componiendo la sociedad regional, plural y multiétnica desde aquellos que fueron colonizados durante el periodo jesuítico (siglos XVII-XVIII), que luego fueron acriollados e incorporados como peones en las estancias ganaderas (siglo XIX), como los otros que no pasaron por esa experiencia pero, igualmente, formaron parte de las sociedades nacionales y fueron transformados en asalariados de chacras de colonos inmigrantes y sus descendientes (siglos XIX-XX) e, inclusive, los que actualmente están incluidos en nuestras sociedades en reservas o propiedades adquiridas.

Desde esa lógica y línea de estudios sobre la historia regional es que actualmente, ubicamos a la provincia de Misiones como parte de una *región de frontera*, posicionada históricamente en un espacio histórico, geopolítico y estratégico: entre los Estados Nacionales de Brasil y Paraguay, y dentro de esa espacialidad fronteriza es posible divisar, a su vez, múltiples realidades fronterizas, políticas, económicas, culturales, etc. según sean los sujetos considerados y las actividades impulsadas por ellos; hacia dentro y entre las determinaciones estatalmente establecidas. De este modo, es que emergen diversas denominaciones tanto sobre la región, “región yerbatera argentina” y “región marginal” entre otras, como sobre la frontera, “frontera agraria” y “frontera étnica” que revelan posicionamientos teóricos, lugares desde donde se construye el discurso y diferentes maneras de entender la historia de la región.

De manera que, analizar a la región desde una perspectiva que focaliza lo regional implica una doble exigencia para los investigadores. A partir de, reconocer empíricamente el dinamismo de la territorialidad y la flexibilidad de las categorías analíticas, ya que referencian a múltiples dimensiones espaciales (ciudades, comunidades, trayectorias identitarias y familiares, etc.) y en tanto, aluden a variados sentidos y significaciones sociales y territoriales

que tienen importancia comprensiva puesto que los conceptos refieren tanto a espacios físicos como a espacios sociales (FERNÁNDEZ, 2008 en OVIEDO, 2021).

3 Conclusiones

La perspectiva regional habilita el reconocimiento de las diversas construcciones y configuraciones territoriales considerando las vivencias, percepciones y experiencias de los sujetos y ello supone reflexionar acerca de las categorías analíticas que se refieren tanto a los espacios físicos como a los sociales: observando el dinamismo del territorio, sus múltiples dimensiones y los sentidos sociales de los mismos. Tanto en el pasado como en el presente las problemáticas regionales y locales apuntaron sobre situaciones de marginalidad y dependencia de las mismas respecto de los centros de poder nacionales, puesto que sus realidades contradicen a los intereses regionales de las poblaciones fronterizas; ya que en la frontera existe "...un constante movimiento de flujo y reflujo, es decir, movimiento de objetos u entes de manera constante" (MAN, 2012, p. 219) que se dislocan en y hacia los bordes; intersectándose entre los límites que son limitantes si son pensados hacia el interior de los Estados Nacionales de pertenencia.

Las fronteras desde el enfoque regional, son entendidas como un elemento constitutivo de la región, es decir, que al referir a las formas de construcción del espacio recuperan las acciones sociales que se territorializan y, en consecuencia, emergen las distintas configuraciones regionales. Es decir que las fronteras sugieren espacios de interacción social, de movimiento continuos y discontinuos, que pueden ser conflictivos o cordiales, de intercambios directos e indirectos que trascienden los límites estatales o instituidos naturalmente (OVIEDO, 2021). En este sentido, es importante el concepto de frontera para la construcción de la región, en nuestro caso una territorialidad transfronteriza, plurinacional, al entenderla como un

espacio de interacción, como frente de conquista bélica y de instituciones jurídicamente organizadas pero también de ocupación poblacional con historias conectadas y vinculaciones a través de redes sociales, entre los grupos étnicos, los sectores socioeconómicos, las familias, las relaciones interpersonales, etc. Es así que la conformación del espacio misionero constituye una región de frontera, maleable y variable en su extensión y configuración geográfica, flexible y pluritemporal en cuanto a las periodizaciones y componentes socio-territoriales, que involucra un entrecruzamiento, tanto de y entre las relaciones internacionales e interregionales como de relaciones fronterizas entre centros locales y zonales.

De manera que, podemos decir que Misiones forma parte de una de las configuraciones regionales a las que llamamos territorialidades transfronterizas que se constituyen a modo de *territorialidades caleidoscópicas*, entendidas como territorio/campo de fuerzas que sostiene una red de relaciones sociales complejas que habilita oportunidades y; al mismo tiempo, define una alteridad introduciendo interdicciones, a partir de la línea de frontera que tiene inserta. Son territorialidades vividas, necesariamente plurales y diacrónicas en las que los ciudadanos de frontera construyen y recrean, a partir de sus vivencias cotidianas densas relaciones sociales, económicas y culturales bajo sistemas normativos aleatorios, versátiles y pragmáticos, cuyas contradicciones, azares, vacíos o sinsentidos son cubiertos y recreados por la agencia de sujetos sociales territorianos flexibles, que viven “en” y “de” los recursos materiales y simbólicos disponibles en dicho territorio, cuya conjugación permite describir cada período histórico en función de los intercambios transfronterizos (OVIEDO y ARELLANO, 2020).

En la actualidad asistimos a un momento en el que la cuestión identitaria de cada uno de los pueblos está en tensión y en constante conflicto, respecto de la imposición de una identidad nacional, única y homogénea, y la construcción y reconocimiento de las identidades regionales y locales; asumiendo que las particularidades hacen a circunstancias y situaciones variadas y es necesario tenerlas en cuen-

ta. Es decir que, en cada ocasión y para cada caso, nos enfrentamos al desafío de reconstruir y visibilizar el proceso de conformación de los sentidos y significaciones que componen el repertorio identitario de la “comunidad imaginada”, en la que sus integrantes se reconocen como miembros de una misma colectividad o comunidades diferenciadas -respondiendo a las pertenencias de orígenes étnicos y comunidades nacionales y, a su vez, dentro de las identidades nacionales en correspondencia con identidades locales que aluden a espacialidades que no siempre refieren al país de nacimiento.

De esta manera nuestros proyectos de investigación y extensión ponen en el tapete tales discusiones, sea abonando las especulaciones científicas y dando respuestas de los interesados que, a través de propuestas de particulares como de instituciones locales, promueven y se movilizan en torno a descubrir, redescubrir y transparentar el proceso fundacional local desde gestiones generadas en sus pueblos en el contexto regional que los involucra. Tales acciones, en las que estamos implicados, también, los/as investigadores/as que habitamos y/o que estudiamos las problemáticas regionales, se corresponden a instancias de construcción de las identidades locales; sostenidas por sujetos transfronterizos cuyos repertorios identitarios se hallan cargados de múltiples significados, étnicos, parentales, sectoriales, y sentidos de pertenencia, locales, nacionales, regionales.

Tras esta breve revisita sobre problemáticas históricas notables en torno a la re-construcción de la historia de Misiones en el contexto regional, podemos observar que el proceso de territorialización-desterritorialización y territorialización se halla sujeto a maneras de entender el proceso, según objetivos e intereses de los sujetos sociales implicados en la producción de los relatos -especialistas-, los ideólogos y estadistas o decisores -funcionarios y técnicos- y la acción y actividades de aquellos que habitan el lugar -habitantes y ciudadanos reconocidos o no-. Entonces y teniendo en cuenta esos factores, podemos interpretar que la territorialidad de esta Región de Frontera, cambiante en extensión y definición

geográfica es también confluyente si tenemos en cuenta determinadas problemáticas que la integran o re-integran como espacialidad regional en el transcurso del desarrollo histórico.

Bibliografía

ABINZANO, Roberto; ARELLANO, Diana; OVIEDO, Norma *et al.* **Proyecto UNIR Universidades Nacionales por la Integración Regional. Área de Integración Regional.** Posadas (Misiones-Argentina), Universidad Nacional de Misiones, Informe Inédito, 2015.

AUBERT, Máxime. Jesuitas, indios y fronteras coloniales en los S. XVII y XVIII: algunas notas sobre las Reducciones del Paraguay, su formación y su destrucción final. En: **Folia Histórica del Nordeste**, N° 10, IIGHI, 1991.

BANDIERI, Susana. La posibilidad operativa de la construcción histórica regional o cómo contribuir a una historia nacional complejizada. En: FERNÁNDEZ, S. y DALLA CORTE, G. (Comp.). **Lugares para la Historia. Espacio, Historia Regional e Historia Local en los Estudios contemporáneos**, Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2001. P. 91 – 117.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Debates y conflictos de la historia regional en la Argentina actual. En: **Quinto Sol**, Vol. 22, N° 3, 2018. p. 1-51. Disponible en: <https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/quintosol/article/view/3337> acceso: 19 de mayo 2023.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representacao. Elementos para una reflexao crítica sobre a ideia de regioao. En: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Difel, 1989.

FAVARO, Orietta (Comp.). **Sujetos sociales y políticas. Historia reciente de la Norpatagonia Argentina**. Buenos Aires: La Colmena, 2005.

FERNÁNDEZ, S. *El revés de la trama: contexto y problemas de la historia regional y local*. En: BANDIERI, Susana; BLANCO, Graciela y BLANCO, Mónica (Coord.) **Las escalas de la historia comparada, Tomo II, Empresas y Empresarios: La cuestión regional**. Rosario, Miño y Dávila, 2008. P. 233 – 246.

JAQUET, Héctor. Los historiadores y la producción de fronteras: El caso de la provincia de Misiones (Argentina). En: **Documentos de debate N° 29**. Gestión de las Transformaciones Sociales (MOST), organización de las naciones unidas para la educación, la ciencia y la cultura, 1998.

JAQUET, Héctor (2002). **Haciendo historia en la aldea**. Misiones: Ediciones del autor, 1996.

LEONI, Ma. S. Historia y región: la historia regional de cara al S. XXI. En: **Folia historica del Nordeste**, N° 24, 2018. P. 169 – 180. Disponible en: <https://revistas.unne.edu.ar/index.php/fhn/article/view/307/272> acceso: 19 de mayo 2023.

MAN, Ronen. La noción de Frontera como espacio social de interacción y como unidad de análisis para la historia regional. En: **Anuario Digital**, N° 3, 2012. P. Disponible en: _

OVIEDO, Norma (2005). Una re-visión de la Historia Regional. El caso Misiones. **X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.

OVIEDO, Norma. **Relaciones comerciales y conflictos fronterizos siglo XIX. Misiones en la red Platina**. Posadas: EdUNaM, 2014.

OVIEDO, Norma. Configuraciones familiares, territorialidad y relaciones de poder en Misiones (1ra. Parte del siglo XX). En: **Geografia em Questão**, Vol. 13, N° 02, 2020. p. 24 – 51.

OVIEDO, Norma. **Fronteras, territorialidades y familias. Misiones en la primera mitad del siglo XX**. Tesis [Doctorado en ciencias humanas y sociales]. Universidad Nacional de Misiones. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, 2021.

OVIEDO, Norma y ARELLANO, Diana. Territorialidades vividas, dinámicas fronterizas en la región misionera. En: **Revista Intellector**, v. 13, n. 26, 2017. P. 111–123. Disponible en: <https://revistas.utp.edu.co/index.php/historia/article/view/24623> acceso: 19 de mayor 2023.

OVIEDO, Norma y ARELLANO, Diana. Posadas (Misiones-Argentina) y Encarnación (Itapúa-Paraguay) en las relaciones de la región de frontera.

Los sujetos y las experiencias en los márgenes. En: FERRARI, Maristela; GUSMAN, Ines; APARECIDO DA COSTA, Edgar y GONZÁLEZ, Ruben (Org.). **Fronteira, Território e Ambiente: diálogos entre América Latina e Europa**. Brasil: Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Edunioeste), 2020. P. 515 – 545.

PERUSSET, Macarena (2007). Un acercamiento a los procesos de etnogénesis en el Paraguay colonial. En: **Gazeta de Antropología**, Vol. 23, 2007. P. 1 – 15.

PHILP, Marta; LEONI, María Silvia; GUZMAN, Daniel (Coords.) **Historiografía Argentina. Modelo para armar**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Una cartografía simbólica de las representaciones sociales. Prolegómenos a una concepción posmoderna del derecho. En: **Nueva Sociedad**, N.º 116, 1991. P. 18 – 38.

STEFANUK, Miguel Ángel. **Evolución de la cartografía de Misiones**. Posadas: Ediciones Montoya, 1995.

VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional. Consideraciones metodológicas y teóricas. En: **Anuario IEHS**, Nº 2, 1987. P. 255 – 281.

2. USOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS NA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA: AS CIDADES GÊMEAS DE DIONÍSIO CERQUEIRA (SC)/BARRACÃO (PR)/ BERNARDO DE IRIGOYEN (MISIONES)

Luísa Amato Caye

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

luisa.a.caye@gmail.com

1 Introdução

Recentemente, diferentes processos territoriais vêm gerando novas dinâmicas em regiões de fronteira, causando uma mudança de perspectiva sobre as funções da fronteira em meio ao aumento dos fluxos e da globalização. Um desses fatores está ligado à formação de mercados regionais e de mecanismos de integração regional, tais como a União Europeia, NAFTA e o Mercosul, que levam à necessidade do aumento da permeabilidade em suas fronteiras territoriais. Por isso, no âmbito da integração regional, a fronteira adquire um papel significativo para o estreitamento de laços entre países vizinhos. Em consequência disso, a concepção da fronteira-separação, destinada à segurança e defesa do território nacional, passa a coexistir com a concepção de fronteira-contato, em que práticas e políticas de cooperação e integração começam a fazer parte da agenda pública dos Estados (CARNEIRO; CAMARA, 2019).

Defende-se a ideia de que as fronteiras territoriais passam por fases de (dis)funcionalização, as quais os conceitos de *debordering* e *rebordering* procuram explicar. O processo de *debordering* corresponde à mudança funcional das fronteiras em relação ao au-

mento da permeabilidade de fluxos. Esse processo deve ser levado por entidades políticas, como blocos de integração regional, que elaboram estratégias internas, ou seja, estratégias com foco em suas fronteiras, para permitir/regular a fluidez entre territórios. Acompanhando-o, o processo de *rebordering*, também corresponde à mudança funcional das fronteiras, porém é relacionado ao aumento do controle fronteiriço. Ambos os processos acontecem concomitantemente, pois o aumento ou diminuição das funções fronteiriças atendem a interesses e fluxos determinados.

Assim como durante o período de ascensão de blocos de integração regional fez como que as fronteiras adquirissem uma função articuladora, por outro lado, o avanço da securitização das fronteiras após o “11 de setembro de 2001” através de políticas de segurança e defesa é um processo que encontra respaldo sob a ótica de proteção do território nacional. Fagundes (2018) associa essas políticas ao processo de macro securitização no nível sistêmico das Guerras às Drogas e ao Terror, sendo os eventos do 11 de setembro de 2001 um ponto crucial nesse processo. De forma semelhante, a pandemia da Covid-19 reacendeu esse processo, uma vez que foram formuladas políticas de contenção e restrição de mobilidade internacional, além do fechamento parcial/total de fronteiras terrestres, aéreas e marítimas.

Nesse sentido, entende-se a manipulação dos limites sob a jurisdição do Estado como a manipulação das normas e regimentos internos. De acordo com Machado (1998), isso significa que o conceito de lei territorial está sendo modificado, uma vez que observa-se a criação de territorialidades específicas pelo Estado, como por exemplo pela complementação dos pontos de controle de fluxos internacionais para outros pontos além dos portos tradicionais localizados nas fronteiras terrestres e marítimas, como é o caso de aeroportos e portos secos.

Diante desse contexto, esse capítulo propõe examinar processos em curso que vêm implicando em novos usos políticos e econômicos da fronteira entre Brasil e Argentina. O trabalho está divi-

dido em quatro partes, além das considerações finais. Na primeira parte, apresenta-se a regionalização definida pelo Brasil e Argentina sobre suas fronteiras territoriais, além de explorar a evolução das relações bilaterais entre os dois países e seu impacto em suas fronteiras. Na segunda parte, são abordadas as cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones) através das relações espaciais que caracterizam esse trio de cidades como uma microrregião transfronteiriça. Nessa escala, a maneira como desenvolvem-se as relações e interações de cunho social, laboral, familiar e comercial, estruturam um processo local transfronteiriço. Na terceira parte, explora-se a relação do porto seco localizado em Dionísio Cerqueira, com recentes transformações e projetos multiescalares ao que se refere à reestruturação de redes transregionais e transnacionais de circulação de mercadorias. A quarta parte trata de apresentar a relação entre cenários de crise com medidas de contenção territorial, culminando em um processo de *rebordering*. Nessa parte, são apresentadas as repercussões territoriais na microrregião da Tri Fronteira do fechamento e abertura de fronteiras. Por último, são feitos alguns apontamentos finais sobre o conjunto dos elementos explorados em cada seção, realizando um fechamento deste estudo.

2 Fronteira Brasil-Argentina: entre defesa e cooperação

A relação entre Brasil e Argentina tem sido marcada por períodos de conflitos territoriais e diferenças políticas ao longo de sua história, intercalados com fases de maior aproximação entre os dois países. No final do século XX, as relações começaram a se estabilizar, possibilitando a assinatura de acordos e tratados de cooperação bilaterais e multilaterais. O processo de integração regional do Mercosul foi iniciado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, consolidando essa estabilização.

De acordo com Candeas (2005), quatro fases podem ser

identificadas na história das relações entre Brasil e Argentina, que vão desde o século XIX até o presente. A primeira fase, entre 1898 e 1961, foi marcada por instabilidade conjuntural e busca por cooperação. Já entre os anos de 1962 e 1979, a instabilidade conjuntural foi agravada pela rivalidade. Na terceira fase, que durou de 1979 a 1987, foi construída a estabilidade estrutural através da cooperação, culminando na integração iniciada em 1988 e mantida no século XXI.

Mesmo durante os períodos de animosidade entre os dois Estados, a fronteira entre Brasil e Argentina nunca deixou de constituir como uma “fronteira viva” devido às intensas interações econômicas e sociais produzidas entre as populações das cidades fronteiriças. A diferença na delimitação territorial das fronteiras entre os dois maiores países membros do Mercosul, Brasil e Argentina, oscila entre 20 km e 150 km de extensão. No Brasil, a fronteira terrestre é delimitada através de uma faixa de fronteira de 150 km de largura, enquanto na Argentina as fronteiras são classificadas como “*Zonas de Seguridad de Fronteras*”, não podendo exceder 50 km de largura na fronteira terrestre.

Ambas as legislações são fruto da criação de um projeto do Estado para afirmar sua soberania e controle territorial a partir de suas fronteiras. Até o presente momento, permanece em vigor para a definição e uso da faixa/zona de fronteira, a Lei nº 6.634/79 no Brasil e o Decreto/ Ley nº 15.385/44 na Argentina. Por isso, mantêm-se ainda hoje uma série de restrições sobre o uso e ocupação das terras próximas à linha internacional, além de limitar ao poder central e aos conselhos de defesa nacionais as decisões sobre esses usos. O viés nacionalista e defensivo desses dispositivos jurídicos pode ser revelado pela presença de alguns pontos: as disposições sobre a presença de estrangeiros através da aquisição de terras e imóveis nessas zonas; a concessão para exploração de serviços públicos como abertura e instalação de vias de transporte, comunicação e empresas destinadas à exploração de recursos minerais e; o exercício dos serviços de segurança e repressão nas fronteiras por

forças policiais federais.

Ainda que as leis mencionadas sejam consideradas como a base legal para qualquer assunto relacionado à fronteira, a partir do final do século XX, as políticas e atividades fronteiriças foram afetadas pelo cenário internacional. Esse cenário foi caracterizado por movimentos econômicos e regionais, que faziam parte do Novo Regionalismo. Na América do Sul, essa situação resultou na reestruturação de políticas, economias e escalas de relações, como parte dos movimentos regionais de integração entre os países da região. Dentre os processos que impulsionaram esse movimento estão a estabilidade geopolítica da região e a redemocratização de governos após longos períodos de ditaduras militares, que conduziam à rivalidade e hostilidade entre os países vizinhos (COSTA, 1999).

Com a melhora da relação entre Brasil e Argentina, as fronteiras passaram a ser vistas como áreas de comunicação e transição entre os países, segundo Carneiro (2013). Ainda que a tensão entre os dois países não fosse um impeditivo para as interações na zona de fronteira, a disposição política após o estabelecimento das relações bilaterais permitiu que fossem feitos maiores investimentos em infraestruturas para a articulação e integração dessas zonas.

A aproximação entre Brasil e Argentina foi um dos principais fatores impulsionadores do movimento de integração regional, resultando na criação do Mercosul. Esse processo exigiu grandes esforços por parte dos Estados, que tiveram que reestruturar seus próprios aparatos institucionais e administrativos, marcados pela predominância da atuação militar em assuntos civis, além de renovarem a forma de condução das políticas de relações exteriores. Nesse contexto, as fronteiras se tornaram áreas de transição e comunicação entre os países, e passaram a ser incorporadas em estratégias de desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, essas fronteiras foram incluídas nas políticas e ações de blocos regionais como parte da estratégia de integração entre os países.

No Brasil, houve um crescimento de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento e integração da faixa de fronteira a partir

do estudo denominado “Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira” (PDFF) em 2005. O referido estudo deu destaque às cidades gêmeas, que são exemplos concretos de arranjos municipais formados por municípios brasileiros e estrangeiros localizados próximos à linha de fronteira e que possuem um grau elevado de interação com o município vizinho.

Os fluxos e interações transfronteiriças referidos são formados por um conjunto de projetos e atores oriundos de diferentes escalas. São nas cidades fronteiriças e, principalmente, nas cidades gêmeas, onde legislações e políticas destinadas às fronteiras são mais perceptíveis, assim como os acordos e negociações firmados na escala do Mercosul. De acordo com Dietz (2008), “*as cidades gêmeas são o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira na escala local/regional*” (p. 24), assim são elas o melhor meio de representação e análise das mudanças funcionais e simbólicas das fronteiras.

3 A microrregião transfronteiriça da Tri Fronteira

Na ideia de Schweitzer (2000), a transfronteirização refere-se a diferentes combinações de processos, ligados ao fluxo de capital, mercadorias, movimentos pendulares laborais, comércio, relações, articulações de atores em geral, e das regiões que resultam desses processos. Na concepção do autor, processos de transfronteirização ocorrem em diferentes escalas e englobam diferentes dimensões, assim, as regiões transfronteiriças podem ser formadas pelos fluxos que ligam pontos distantes no território, assim como pela cooperação intermunicipal desenvolvida por atores locais.

O intenso movimento transfronteiriço na região do Arco Sul da fronteira brasileira é em grande parte resultado do projeto de integração liderado pelo Mercosul. Essa região abriga o maior número de postos da Receita Federal e de cidades gêmeas, devido

em parte aos incentivos históricos de povoamento e à ausência de grandes barreiras naturais como as densas florestas da região Norte. Além disso, os eixos de circulação terrestre são mais favoráveis nessa região em comparação com outros arcos fronteiriços (MOURA; OLIVEIRA, 2018).

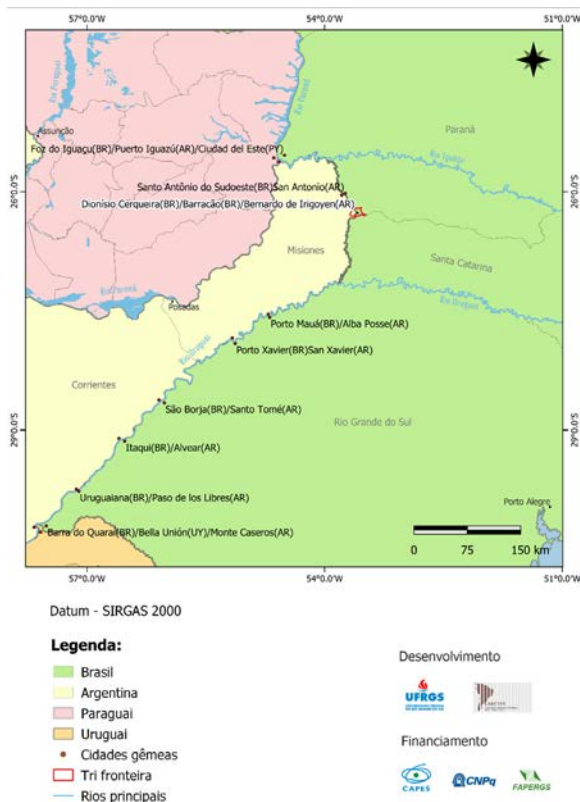
Em comparação com outras áreas de fronteira, a fronteira com a Argentina é a que possui o maior número de pontes binacionais, com seis estruturas em cidades gêmeas e municípios fronteiriços. Ao todo, há dezesseis cidades gêmeas nessa fronteira, sendo que é na região que faz fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones onde está localizado o conjunto de cidades abordadas nessa pesquisa.

Com apenas 15.592 (IBGE, 2017a), 10.347 (IBGE, 2017b) e 13.768 (INDEC, 2021) habitantes respectivamente, Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones) formam um grupo de cidades conhecidas como a Tri Fronteira ou Cidades Trigêmeas (Figura 1). Os três municípios estão localizados em uma pequena porção de fronteira seca entre o Brasil e a Argentina, constituindo uma só mancha urbana, já que uma rua divide as três cidades.

Nesta conurbação é livre a circulação da população fronteiriça através da linha de fronteira, principalmente para ir aos cassinos e para a compra de artigos mais baratos no lado argentino. Por sua vez, através do porto seco localizado em Dionísio Cerqueira (SC) circulam mercadorias e bens ligados ao comércio internacional e, principalmente, ao comércio intrarregional do Mercosul.

O convívio transfronteiriço diz respeito a diferentes aspectos materiais e imateriais das interações estabelecidas em regiões de fronteira. Além dos aspectos econômicos e aduaneiros, representados em sua maior parte pelo fluxo de mercadorias através da linha de fronteira, o convívio é também formado por aspectos imateriais que correspondem às relações interpessoais, como relações trabalhistas, laços de parentesco e amizade (DESIDERÁ NETO; PENHA, 2016).

Figura 1 - Mapa de localização das cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira (SC)/Barracão (PR)/Bernardo de Irigoyen (Misiones)



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Uma parte das interações transfronteiriças é formada por deslocamentos diários dos habitantes de fronteira que atravessam a linha internacional de fronteira. As causas para esse deslocamento são múltiplas, porém, são em sua essência estimuladas pelas disparidades de elementos presentes em cada um dos lados da fronteira.

Em 2021, o estudo do IPEA (Quadro 1) aponta três motivações principais para os fluxos de curta distância transfronteiriços (PÊGO, 2021). A principal motivação para a realização dessa mobilidade são as atividades culturais, na sequência estão a compra de vestuário ou calçados e a busca por serviços de saúde de baixa e média complexidade. Esse estudo indica que as principais atividades que sustentam a mobilidade transfronteiriça entre os municípios de Dionísio Cer-

queira, Barracão e Bernardo de Irigoyen são a procura por serviços públicos na cidade vizinha e o movimento laboral.

Quadro 1 - Motivação do movimento pendular nas cidades gêmeas Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)

Motivações por cidade do arranjo transfronteiriço			Controle transfronteiriço
Barracão (PR)	Dionísio Cerqueira (SC)	Bernardo de Irigoyen (Misiones)	-
Serviços públicos, particularmente saúde, trabalho em atividades do comércio e serviços (predominância do informal)	Serviços públicos, particularmente saúde, trabalho em atividades do comércio e serviços (predominância do informal)	Comércio, trabalho em atividades do comércio e serviços (predominância do informal)	Controle rígido no trânsito de veículos, mas o deslocamento de pessoas é livre

Fonte: Pêgo (2021).

As atividades comerciais são as principais geradoras de empregos nos três municípios, resultando em um perfil econômico muito semelhante entre eles. A maior parte dessas dinâmicas está ligada às importações e exportações de produtos, além do comércio de produtos agrícolas. Em particular, as atividades relacionadas ao comércio internacional são a maior fonte de renda para Dionísio Cerqueira (SC) devido à presença de postos alfandegários da Polícia e da Receita Federal. Essa característica econômica atrai muitos moradores do município paranaense em busca de oportunidades de emprego no setor comercial e de serviços. Apesar da economia da província de Misiones estar baseada principalmente na exploração florestal, cultivo de erva-mate e pecuária, o município de Bernardo de Irigoyen se destaca nas vendas de varejo e atacado, especialmente no setor de supermercados.

O preço da gasolina em cada lado da fronteira é um fator importante que influencia os fluxos transfronteiriços. Devido à alta dos preços no Brasil, muitos brasileiros cruzam para o lado argentino para abastecer seus veículos. Além disso, a busca por cassinos localizados em Bernardo de Irigoyen (Misiones) é outro motivo comum para a travessia de brasileiros, já que essa atividade não é legalizada no Brasil.

Essas travessias evidenciam a complexidade dos usos do ter-

ritório fronteiriço em diferentes escalas. Embora o Estado deseje fiscalizar e controlar a fronteira para garantir a segurança nacional, a passagem de pessoas e produtos sem fiscalização é uma prática comum na fronteira. Dorfman (2009) destaca essa dualidade por meio do contrabando que ocorre em diferentes escalas na fronteira.

A região fronteiriça em questão apresenta deficiência na fiscalização e controle da passagem devido aos mais de 200 quilômetros de fronteira seca, o que torna a ação de contrabandistas mais fácil (GODOI; CASTRO, 2010). Nos últimos anos, tem havido um aumento nas apreensões de vinhos na fronteira com a Argentina, com as autoridades brasileiras confiscando R\$ 6 milhões em bebidas em 2019, R\$ 18 milhões em 2020, e já tendo apreendido R\$ 10 milhões nos primeiros meses de 2021 (SINDIFISCO NACIONAL, 2021). A “Operação Dionísio”, a maior já realizada no combate à entrada irregular de vinhos no Brasil, foi conduzida em 2021 pela Receita Federal em colaboração com outros órgãos de segurança, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as polícias militares do Paraná e Santa Catarina, resultando na apreensão de 22 mil garrafas de vinhos e espumantes (IDESF, 2021).

4 O papel das cidades gêmeas nas redes de circulação internacional

Segundo Machado (1998), a formação de mercados regionais transnacionais tem um grande impacto na perspectiva do Estado em relação às suas fronteiras. A autora argumenta que o processo de *debordering* nas fronteiras entre Estados pode levar ao aproveitamento econômico dessas regiões. Sohn (2014) complementa essa visão ao afirmar que o contato entre duas áreas de fronteira pode ser aproveitado de forma econômica pelo Estado, transformando as cidades fronteiriças em *gateways*, ao capturar fluxos internacionais de pessoas ou mercadorias. Além disso, as obras de integração territorial entre países vizinhos fazem parte da lógica econômica

desse processo de *debordering*.

Na perspectiva regional e econômica, as cidades fronteiriças são consideradas elementos importantes para a conexão e controle dos fluxos transfronteiriços. Segundo Campos (2016), essas cidades desempenham um papel funcional na facilitação de grandes fluxos e no controle e gestão desses fluxos. Por essa razão, muitos projetos desenvolvidos nessas regiões estão relacionados principalmente à promoção de meios para o controle e a fluidez da circulação internacional, por meio da organização de redes técnicas e normativas.

Também parte da rede aduaneira e de logística internacional, merecem destaques os portos secos, anteriormente denominados de Estações Aduaneiras do Interior (EADI). Essas áreas passaram a compor a rede aduaneira brasileira a partir da década de 1970, que até o momento era composta majoritariamente por aeroportos e portos marítimos e fluviais. (FRANÇA, 2016). Porém, as transformações políticas e econômicas advindas do processo de globalização causaram um aumento da quantidade e importância desse modelo logístico (NG; PADILHA; PALLIS, 2013).

A crescente importância desses portos no cenário logístico mundial se deve em grande parte à inadequação dos portos marítimos em lidar com a crescente demanda do comércio global e a necessidade do estabelecimento de cadeias de fornecimento multimodais em diferentes regiões do mundo. Isso tem levado a um esforço global para acelerar a distribuição de mercadorias (SANTOS, 2019), o que impulsionou a criação de portos no interior dos países capazes de realizar algumas das atividades dos portos marítimos.

No momento, há apenas um ponto de fronteira oficialmente autorizado para a passagem de pessoas e mercadorias em Santa Catarina, que está localizado em Dionísio Cerqueira. Isso significa que apenas nessa cidade há um controle alfandegário para a entrada e saída de bens através da fronteira, enquanto a aduana próxima à ponte que liga Paraíso (SC) e San Pedro (ARG) ainda não foi

reconhecida como ponto de passagem internacional pelo Brasil. Além disso, Dionísio Cerqueira se destaca como um importante centro de comércio internacional devido à presença de um porto seco, que também é uma Área de Controle Integrado, no contexto transnacional do fluxo de mercadorias.

A Área de Controle Integrado é uma medida técnica e operacional adotada pelo Mercosul como parte de sua estratégia de integração. Essa política busca facilitar o comércio entre os países-membros, estabelecendo pontos estratégicos para o transporte internacional e promovendo a homogeneização de procedimentos e documentos para agilizar as operações comerciais no bloco.

O crescimento da movimentação comercial na Tri Fronteira começou em 1979, com a habilitação desses municípios para o trânsito de pessoas e mercadorias e, em 2003, com a instalação do ponto de fronteira alfandegado. O porto seco da região é uma das principais rotas interoceânicas entre as grandes cidades do Mercosul e é o ponto fronteiro mais próximo entre São Paulo e Buenos Aires, o que contribui para o aumento do fluxo de cargas (CAMPOS NETO; SANTOS, 2006).

No ano de 2020, foi registrado um aumento significativo no fluxo de veículos que passaram pelo Porto Seco de Dionísio Cerqueira (SC), alcançando um total de 17 mil veículos, o maior número dos últimos cinco anos. No entanto, esse número é consideravelmente menor em comparação com o Porto Seco de Foz do Iguaçu (PR), que liberou mais de 18 mil veículos somente em outubro do mesmo ano. No final de 2021, os Portos Secos de Foz do Iguaçu e Uruguaiana tiveram um aumento histórico na movimentação de cargas, que se deve, entre outros fatores, à escassez de contêineres no mundo e às secas em alguns dos principais rios do país. A seca dos rios ao longo da bacia do Prata, especialmente do Rio Paraná, impediu o Paraguai de escoar sua safra de grãos para Buenos Aires (AR) e Montevideu (UY), levando à adoção do transporte multimodal, com grande parte das cargas passando pelo Porto Seco de Foz do Iguaçu (PR), seguindo de caminhão até Cascavel (PR) e depois

de trem até o porto de Paranaguá (PR) (IDESF, 2021).

Durante o ano de 2021, a aduana de Dionísio Cerqueira (SC) registrou um notável aumento no fluxo de veículos e na movimentação financeira em relação aos anos anteriores. Nessa aduana, os produtos mais importados incluem frutas frescas, grãos, pesticidas e compensados de madeira, enquanto os principais produtos exportados são vegetais, móveis, bobinas de papel e compensados de madeira.

Parte do aumento no fluxo de cargas no porto seco é decorrência do conjunto de benefícios fiscais concedidos pelo Governo de Santa Catarina, previstos na Lei Estadual nº 17.763/2019. Com objetivo de movimentar a economia do estado, foram garantidos benefícios como redução do custo no ICM para importações terrestres de mercadorias originárias de países-membros ou associados ao Mercosul.

Contudo, o crescimento no movimento de cargas não é compatível com a infraestrutura que a aduana de Dionísio Cerqueira (SC) dispõe. O espaço físico limitado impacta na agilidade dos trâmites de importação e exportação. O pátio do local tem capacidade para 146 veículos e conta com uma liberação média de 15 a 20 veículos por dia (PORTAL DI REGIONAL, 2021).

Além disso, a falta de servidores da Receita Federal é um entrave para a agilidade nos trâmites aduaneiros. No país, cada mil quilômetros de fronteira conta um efetivo de 119 servidores, enquanto a China e os Estados Unidos têm, respectivamente, 6.136 e 4.889 funcionários (SALOMÃO, 2022). Na aduana de cargas em Dionísio Cerqueira (SC) seriam necessários 70 servidores para atender a demanda, porém no momento conta com somente 18.

Mesmo que em estágio inicial, existem diversos processos territoriais que indicam a inclusão da região da Tri Fronteira no circuito logístico do fluxo de cargas internacionais. No Brasil, desde os anos 2010, está prevista a construção de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias que conectem essa região com outras cidades do país. Esses projetos têm o potencial de aumentar os fluxos internacionais que passam pelas três cidades da Tri Fronteira.

De acordo com Santos e Silveira (2001), o uso do território

é influenciado pela construção de infraestruturas, pela dinâmica da economia e da sociedade. A demanda do setor do agronegócio, especialmente para o abastecimento das cadeias produtivas, tem sido o principal motivador dos projetos de infraestrutura planejados para o estado de Santa Catarina. Os atores envolvidos nesses projetos incluem principalmente entidades do setor público, organizações supranacionais e entidades regionais ligadas ao setor empresarial que se beneficiam do modelo agroexportador.

A organização territorial, ou as nodosidades, das redes que vêm sendo construídas nesse espaço regional revelam, conforme explica Raffestin (1993), a imagem do poder dos atores dominantes. Nas cidades gêmeas analisadas, onde não há um setor industrial expressivo, o porto seco é um importante fator de atração econômica para a microrregião e serve como ponto de partida para a implantação de infraestruturas técnicas. No entanto, a introdução dessas infraestruturas por meio de projetos territoriais em outras escalas não necessariamente promove a mudança no tecido social dessas cidades, levando ao desenvolvimento econômico e social local.

Nesse mesmo ponto, segundo Carneiro e Lang (2016), embora o Mercosul tenha impulsionado o aumento do fluxo de mercadorias em algumas cidades gêmeas, transformando-as em pontos estratégicos de comunicação e trânsito, a economia dessas cidades não se beneficia desses fluxos, devido à longa distância que esses fluxos percorrem e à falta de um processo logístico mais avançado. Apesar disso, as aduanas e o porto seco estabelecidos nessas cidades têm mobilizado atores e projetos, servindo como precursores de mudanças econômicas e políticas nessas áreas.

5 Repercussões territoriais da pandemia de Covid-19 na Tri Fronteira

No ano de 2020, o início da pandemia de Covid-19 destacou

como as dinâmicas fronteiriças são afetadas por conjunturas políticas, econômicas, sociais e de saúde. Na maioria dos casos, os países optaram por fechar total ou parcialmente suas fronteiras para o fluxo internacional, usando barreiras administrativas e sanitárias para controle do trânsito. Isso reforçou a presença do Estado nas fronteiras, com a instalação de dispositivos e técnicas para barrar ou controlar o trânsito transfronteiriço, inclusive com o uso das Forças Armadas, configurando como iconografias de seu poder.

A maior parte das medidas profiláticas adotadas teve como característica a contenção territorial baseada na restrição da mobilidade em diversos níveis (HAESBAERT, 2020), desde a proibição e revezamento para sair de casa até o fechamento parcial de fronteiras nacionais. As primeiras medidas sanitárias tomadas na América do Sul ilustram a preferência de governos em adotar políticas voltadas ao âmbito externo, reafirmando-se a soberania territorial.

Conforme Rosière (2015), os fechamentos de fronteira igualam-se à construção de barreiras, sendo que essas designam “*qualquer tipo de construção que promova a separação*” (p. 369). As barreiras menos visíveis apresentavam-se sob a forma de medidas normativas restritivas em relação à entrada e circulação em suas fronteiras aéreas, marítimas e terrestres. Isso quer dizer o controle em portos e aeroportos internacionais, localizados em grandes centros e cidades, ou portos fluviais. Nas fronteiras terrestres o controle foi realizado através dos postos fronteiriços, situados em sua maioria em arranjos transfronteiriços e, em alguns casos, cidades gêmeas (PÊGO *et al.*, 2020).

De acordo com o Art. 5 da primeira portaria emitida pelo governo brasileiro em relação à restrição temporária de entrada de estrangeiros oriundos de países sul-americanos, Portaria nº 125, de 19 de março de 2020, a circulação de residentes de cidades gêmeas com linha de fronteira exclusivamente terrestre não foi impedida (BRASIL, 2020a). Nesse caso, as cidades gêmeas cortadas por fronteira fluvial não estavam incluídas.

Outra portaria publicada em 26 de agosto de 2020 que dispu-

nha sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, em seu Art. 4 diz:

II - o tráfego de residentes fronteiriços em cidades-gêmeas, mediante a apresentação de documento de residente fronteiriço ou de outro documento comprobatório, desde que seja garantida a reciprocidade no tratamento ao brasileiro pelo país vizinho (BRASIL, 2020b).

Mediante a condição de reciprocidade do país vizinho para a circulação de residentes fronteiriços, as cidades gêmeas permaneceram fechadas até que ambos os países decretassem a abertura de suas fronteiras terrestres.

Mesmo com a proibição do fluxo de pessoas nas fronteiras entre Brasil e Argentina durante o período pandêmico de 2020-2021, o fluxo de mercadorias e cargas no Porto Seco de Dionísio Cerqueira não foi interrompido. Durante um ano, 2021-2021, o exército brasileiro esteve presente na aduana de cargas para a proteção dos servidores e do patrimônio.

Devido ao compartilhamento da mesma estrutura entre autoridades argentinas e brasileiras na ACI, ao início da pandemia foi realizada reunião com órgãos dos dois países para tratar das medidas que seriam adotadas. Por aproximadamente dois meses no ano de 2020, o local não funcionou como área de controle integrado pois, foi decidido que as equipes argentinas não trabalhariam no mesmo local durante esse tempo.

Uma situação singular dessas cidades gêmeas é que, além de constituírem uma região transfronteiriça com dois territórios nacionais, os dois municípios brasileiros desse arranjo estão em dois estados diferentes. Essa situação refletiu em diferentes restrições impostas pelos governos de Santa Catarina e Paraná, um ponto de divergência foi a abertura e fechamento de estabelecimentos comerciais.

Após 19 meses fechada para a entrada de turistas e circulação de residentes, a fronteira entre Bernardo de Irigoyen (Misiones) e

Dionísio Cerqueira (SC) foi reaberta em 19 de outubro de 2021.

Durante o período de restrições de mobilidade e fronteiras fechadas, a microrregião enfrentou uma situação complexa. As concepções e experiências em relação à fronteira foram abruptamente alteradas devido à pandemia. Objetos foram colocados nas ruas que demarcam a linha de fronteira internacional para impedir a circulação de pessoas e o exército foi mobilizado para controlar a fronteira. Essa disposição despertou no consciente dos habitantes das cidades trigêmeas a existência de uma fronteira que separa as três cidades e não une. Nesse período em que a fronteira foi fechada, houve uma interrupção temporária das relações sociais, trabalhistas e comerciais nessa região. Como uma microrregião com relações transfronteiriças diárias, a fronteira deixou de ser um espaço de convívio cotidiano.

6 Considerações finais

Na conjuntura atual, as fronteiras têm ganhado uma nova relevância devido aos processos territoriais em curso, que estão atribuindo novos usos e sentidos a esses espaços. A pesquisa indicou que, na região da Tri Fronteira, as políticas fronteiriças durante a pandemia afetaram principalmente o dia a dia dos moradores dos três municípios. Enquanto as restrições nacionais foram sendo flexibilizadas, a manutenção do fechamento das fronteiras territoriais e a falta de coordenação entre as instâncias políticas superiores impossibilitaram a realização de atividades cotidianas nesses municípios.

Durante a pandemia da Covid-19, as dinâmicas territoriais na região da Tríplice Fronteira foram afetadas em vários níveis, com importantes consequências sociais, econômicas e políticas. As políticas de contenção territorial foram estabelecidas em um modelo de “cima para baixo”, em que os aspectos ligados à soberania nacional foram os mais relevantes na formulação dessas medi-

das. Destacam-se dois aspectos relevantes das dinâmicas territoriais durante a pandemia na região da Tri Fronteira. Por um lado, houve uma quase ausência dos fluxos transfronteiriços da população, enquanto por outro, registrou-se um recorde histórico no fluxo de cargas que passaram pela aduana de cargas da região.

As cidades fronteiriças têm desempenhado um papel crescente na movimentação de mercadorias internacionais, o que as torna importantes nós logísticos no circuito global de importação e exportação. Essas regiões têm se destacado na contribuição ao abastecimento de cadeias produtivas, o que tem transformado suas economias, antes centradas principalmente no setor agropecuário, comércio e serviços. No caso das cidades gêmeas estudadas, o porto seco localizado em Dionísio Cerqueira (SC) é um exemplo disso, visto que impulsiona o mercado de trabalho local e serve como um meio para a implementação de práticas e tecnologias relacionadas ao comércio internacional, como postos de controle da Receita Federal e rodovias.

Nos últimos anos, houve um aumento na percepção das fronteiras como espaços de cooperação em muitas partes do mundo. No entanto, atualmente, tem havido uma tendência de se focar na segurança e na defesa do território nacional nessas áreas, inclusive em blocos regionais. Como resultado, as políticas e dinâmicas fronteiriças estão passando por mudanças que sugerem cenários desfavoráveis para a integração regional.

Referências

BRASIL. Presidência da República, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Saúde. **Portaria nº 125, de 19 de março de 2020.** Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-125-de-19-de-marco-de-2020-248881224>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde. **Portaria CC-PR MJSP MINFRA MS nº 419, de 26 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-cc-pr-mjsp-minfra-ms-n-419-de-26-de-agosto-de-2020-274222561>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; SANTOS, Marília de Barros. **Comércio internacional: metodologia para atração de cargas**: estudo de caso do Porto de Santos. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. *E-book*. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1669>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CAMPOS, Heleniza Ávila. O papel estratégico de cidades gêmeas no controle de mercadorias em regiões de fronteira no contexto do Mercosul: Uruguaiana (BR) e Paso de los Libres (AR). **Redes - Santa Cruz do Sul**, Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 56–73, 2016.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 178–213, 2005.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata**: a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/88615>. Acesso em: 23 jul. 2023.

CARNEIRO, Camilo Pereira; CÂMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. **Confin**s, n. 41, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confin/22262>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CARNEIRO, Camilo Pereira; LANG, Júlio César. Interações econômicas na fronteira Brasil-Argentina: fluxos de mercadorias e investimentos produtivos na fronteira do Rio Grande do Sul com as províncias de Corrientes e Misiones. In: JOHNSON, Guillermo Alfredo *et al.* **América Platina**: dilemas, disputas e rupturas. Curitiba: Appris, 2016. p. 181–198.

COSTA, Wanderley Messias da. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana. **Revista Território**, São Paulo, v. 7, p. 25–41, 1999.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; PENHA, Bruna. As Regiões de fronteira como laboratório da integração regional no Mercosul. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, Brasília, v. 22, p. 33–55, 2016.

DIETZ, Circe I. **Cenários contemporâneos da fronteira Brasil-Argentina: infraestruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração transfronteiriça**. 2008. 239 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13551>. Acesso em: 14 jul. 2023.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/32550>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FAGUNDES, Flávia Carolina de Resende. **As políticas de segurança e defesa para a fronteira brasileira como estratégia territorial estatal: uma abordagem interinstitucional de seu processo decisório**. 2018. 262 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/189016>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FRANÇA, Roberto. Portos secos de fronteira como nós aduaneiros: o caso de Foz do Iguaçu. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, 2016.

GODOI, Rafael Neves; CASTRO, Sérgio Ricardo Moreira. **Fronteiras Abertas - Um retrato do abandono da Aduana Brasileira**. Brasília: Sindireceita, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Reflexões geográficas em tempos de pandemia. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, n. 18, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11826>. Acesso em: 14 jun. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE | Cidades | Paraná | Curitiba | Panorama**. Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>. Acesso em: 14 jun. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE | Cidades | Santa Catarina | Painel | Panorama**. Rio de Janeiro, 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/painel/panorama>. Acesso em: 14 jun. 2023.

INDEC, Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina. **Bernardo de Irigoyen en la región de Misiones - Municipio y gobierno municipal de Argentina**. Buenos Aires, 2021. Disponível em: <https://www.municipalidad-argentina.com.ar/municipalidad-bernardo-de-irigoyen.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras, redes. **Fronteiras e espaço global**, Porto Alegre, AGB, p. 41–49, 1998.

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Samara. Referências sobre a faixa de fronteira e os arranjos transfronteiriços do Brasil. In: PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa (org.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. v. 1, p. 243–292.

NG, Adolf K. Y.; PADILHA, Flavio; PALLIS, Athanasios A. Institutions, bureaucratic and logistical roles of dry ports: the Brazilian experiences. **Journal of Transport Geography**, v. 27, p. 46–55, 2013.

PÊGO, Bolívar (org.). Dinâmicas recentes na fronteira terrestre do Brasil. In: **Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, MI, 2021. v. 6. *E-book*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38053&Itemid=457. Acesso em: 14 jun. 2023.

PÊGO, Bolívar *et al.* **Pandemia e Fronteiras Brasileiras: Análise da Evolução da Covid-19 e Proposições**. Dirur - Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais: Ipea, 2020. Nota Técnica.

PORTAL DI REGIONAL. **Aduana de Dionísio Cerqueira movimenta fronteira do país**. Chapecó, 2021. Disponível em: <https://diregional.com.br/extremo-oeste/cotidiano/2021-09-11-aduana-de-dionisio-cerqueira-movimenta-fronteira-do-pais>. Acesso em: 25 jun. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Brasília: Ática, 1993.

ROSIÈRE, Stéphane. Mundialização e teicopolíticas: análise do fechamento contemporâneo das fronteiras internacionais. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 369–388, 2015.

SALOMÃO, Alexa. **Número de servidores nas alfândegas cai 40% e Brasil destoa de outros países.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/numero-de-servidores-nas-alfandegas-do-brasil-cai-40-e-destoa-de-outros-paises.shtml#:~:text=N%C3%BAmero%20de%20servidores%20nas%20alf%C3%A2ndegas,06%2F2022%20%2D%20Mercado%20%2D%20Folha>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Paula Gonçalves Ferreira. **Porto seco no Brasil:** Estudo Técnico. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2019. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/37419>.

SCHWEITZER, Alejandro Fabián. **Intégration régionale et aménagement du territoire dans le Mercosur: Frontières, réseaux et dynamiques transfrontalières.** 2000. Tese (Doutorado) Études latino-américaines. Université Paris III – Sorbonne Nouvelle. Paris, 2000.

SINDIFISCO NACIONAL. Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Operação Dionísio - Receita Federal realiza maior operação da história no combate à entrada irregular de vinhos no país.** Curitiba, 2021. Disponível em: http://www.auditoresfiscais.org.br/curitiba/?area=ver_noticia&id=3354. Acesso em: 29 jul. 2023.

SOHN, Christophe. Modelling Cross-Border Integration: The Role of Borders as a Resource. **Geopolitics**, v. 19, n. 3, p. 587–608, 2014.

3. POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA ZONA DE FRONTEIRA BRASILEIRO-ARGENTINA (1929 A 1980)¹³

Maristela Ferrari

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

maristela7ferrari@gmail.com

1 Introdução

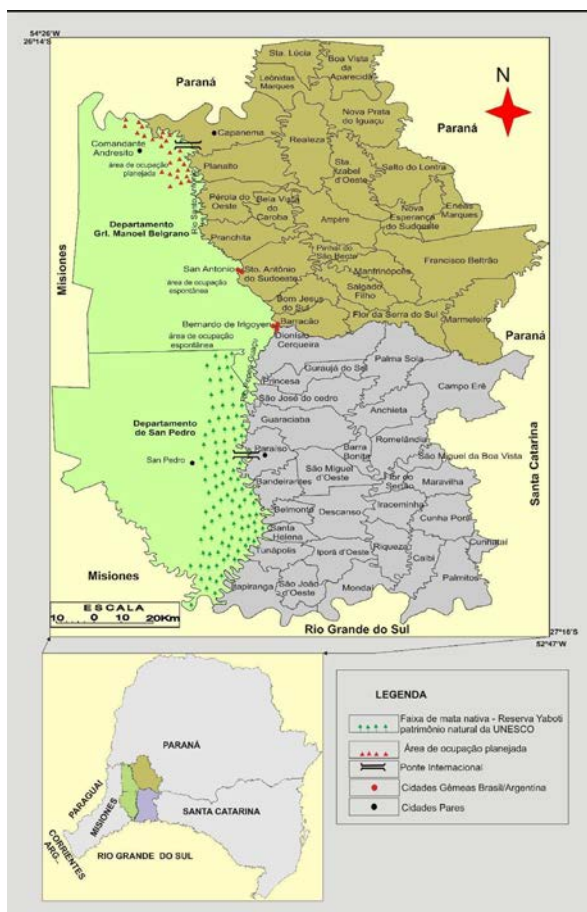
Hoje em dia, quando se observam imagens de satélite ou mesmo mapas políticos da zona de fronteira, no conjunto do extremo-oeste de Santa Catarina, extremo-sudoeste do Paraná (Brasil) e nordeste da Província de *Misiones* (Argentina), notam-se imediatamente profundas diferenças na paisagem natural e humana. Enquanto no lado brasileiro a paisagem se apresenta profundamente marcada pela ação humana e densamente ocupada, o lado argentino, apesar das recentes mudanças, apresenta ainda hoje uma paisagem pouco modificada e escassamente ocupada. Ainda existem terras com pequenas áreas de mata nativa, como no departamento de San Pedro, que abriga a maior parte da *Reserva da Biosfera Yacoti* (parte dela também no departamento Guaraní - hoje patrimônio natural da UNESCO). A própria geografia política é lá significativamente distinta, notadamente pelo número de municípios e cidades. San Pedro e General Manuel Belgrano, departamentos do nordeste da província de Misiones, somam juntos apenas quatro cidades, três delas no departamento General Manuel Belgrano e apenas uma cidade no departamento de San Pedro (Figura 1).

Em relação à configuração e ao arranjo das cidades do departamento General Manuel Belgrano, também, se observa dife-

13. Este trabalho é, com algumas atualizações, parte integrante da tese de doutorado realizado com bolsas do CNPq e CAPES, e de artigos já publicados em revistas científicas nacionais.

renças. Enquanto Bernardo de Irigoyen e San Antonio se situam junto à linha de fronteira e formam com as cidades brasileiras uma geminação, a mais nova cidade, Comandante Andresito, encontra-se afastada da linha de fronteira e a 37 km de distância da cidade brasileira de Capanema (Paraná). Que fatores explicam hoje tais diferenças na geografia política e humana daquela zona fronteiriça? Para responder essa indagação, faz-se necessário mergulhar na geo-história da região, a qual nos permitirá demonstrar que as diferenças lá observadas decorrem, em parte, das políticas de ocupação de ambos os países.

Figura 1 - Zona de fronteira argentino-brasileira: extremo-oeste de Santa Catarina, extremo-sudoeste do Paraná e nordeste de Misiones



Fonte: Ferrari (2011).

O presente trabalho tem por objetivo construir um quadro de referência geo-histórico que permita compreender sob que perspectivas foram concebidas políticas de ocupação para a zona de fronteira brasileiro-argentina no conjunto do extremo-oeste de Santa Catarina, extremo-sudoeste do Paraná e nordeste da Província de *Misiones* (ARG). Metodologicamente o trabalho e seu conteúdo sustentam-se na análise da geografia e da história, e nas pesquisas de campo realizadas na área analisada. O trabalho foi organizado em duas partes: a primeira traz elementos geo-históricos que permitem compreender como e sob que condições as políticas de ocupação foram aplicadas na zona de fronteira no lado brasileiro; a segunda mostra como foi gestada e aplicada a política de ocupação no lado argentino. Finalizamos o trabalho apontando que apesar das distintas políticas nacionais de ocupação para a zona de fronteira, há elementos similares entre elas, como excluir da terra antigos habitantes e reinserir descendentes de imigrantes europeus. Tais esforços revelam, em parte, tentativas de branqueamento da população naquela zona de fronteira.

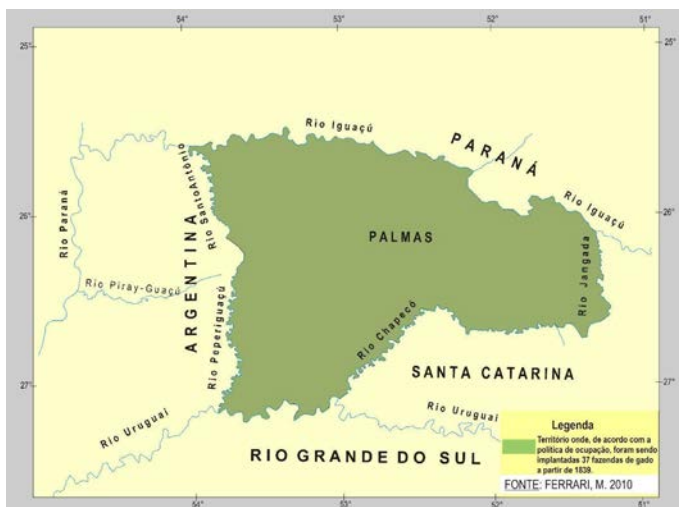
2 Política de ocupação do antigo território de Palmas (segunda metade do séc. XIX): atualmente sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina

Ponderar sobre políticas de ocupação e identidade brasileira na zona de fronteira brasileiro-argentina, a partir de 1929, requer o entendimento, ainda que parcial, dos períodos anteriores, períodos em que aquele território – oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná – esteve inserido em litígios de limites territoriais entre Brasil e Argentina (Questão de Palmas ou Misiones, 1857 a 1895) e Paraná e Santa Catarina (Questão de limites entre 1853 a 1917). Mas, em se tratando de zona de fronteira internacional, composta por espaços na confluência do limite entre dois ou mais territórios nacionais, pode-se dizer que ela emerge oficialmente da institui-

ção do limite político territorial entre o Brasil e a Argentina, em 1895 (FERRARI, 2019).

Ao se refletir sobre políticas de ocupação em terras que hoje fazem parte da zona de fronteira do Brasil (extremo-oeste de Santa Catarina, extremo-sudoeste do Paraná), pode-se dizer que, embora tenha havido tentativas de ocupações anteriores, a política de ocupação mais efetiva se deu durante o litígio de limites com a Argentina. O Brasil reivindicava o território em litígio pelo princípio de *uti possidetis*. Embora aquelas terras já fossem ocupadas por etnias indígenas, notadamente pelos guaranis e kaingangas, o governo brasileiro, a partir de 1839, criou um projeto político de ocupação para assegurar a posse do território em litígio com a Argentina. Em seu projeto de ocupação, o governo brasileiro solicitou a exclusão dos indígenas que lá habitavam e incentivou a implantação de fazendas de criatório bovino e cavalar, um meio mais rápido de ocupar as terras, estabelecendo, a partir de 1839, trinta e sete fazendeiros paulistas de Guarapuava (SP) distribuídos nos antigos campos de Palmas (Figura 2). Terras representadas hoje pelo sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina.

Figura 2 - Território dos antigos Campos de Palmas



Fonte: Ferrari (2010).

Embora a história oficial do Brasil aponte que a ocupação dos antigos campos de Palmas foi iniciativa dos habitantes de Guarapuava (SP), a análise da questão deixa entrever que não houve iniciativa, mas acordos econômicos e políticos entre a Província de São Paulo e o governo brasileiro. Naquela época o antigo território de Palmas era considerado domínio da província de São Paulo quando em 1853 passa ao domínio do Paraná. Portanto, enquanto os paulistas precisavam de apoio financeiro para abrir estradas que ligassem São Paulo ao Rio Grande do Sul, o governo brasileiro necessitava de pessoas dispostas a ocupar o território em litígio, já que o reivindicava pelo princípio do *uti possidetis*.

Portanto, a ocupação produtiva do antigo território de Palmas não foi um processo espontâneo nem linear. Foi estratégia política, seguiu critérios e objetivos bem definidos e respondeu essencialmente aos interesses do governo brasileiro para assegurar a posse do território em litígio com a Argentina. Além do mais, a forma como se deu a ocupação daquele território evidencia que foi um processo induzido, não espontâneo, já que a ocupação se deu em forma de arquipélagos, pois somente as áreas campestres foram sendo ocupadas, permanecendo imensas áreas cobertas pela floresta nativa. Pode-se ponderar, ainda, que foi precisamente com o plano político de ocupação do governo brasileiro que o antigo território de Palmas foi incorporado ao território brasileiro. Não obstante, a abertura de uma estrada ligando os Campos de Palmas a Guarapuava já sob domínio do Paraná, a implantação de organismos de defesa (Colônias Militares Chopim e Chapecó) e a instalação de linhas de telégrafo naquele território em litígio com a Argentina também foram elementos que corroboraram para que tal política de ocupação obtivesse sucesso (FERRARI, 2020).

Após a ocupação do antigo território de Palmas (1839) e encerrado o litígio territorial com a Argentina (1895), permanecia na mesma região o litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina. A querela só chegou ao fim em outubro de 1916, quando Paraná e Santa Catarina assinam acordo de limites, pondo fim ao longo

processo que envolvia todo antigo território de Palmas. O acordo consistiu na divisão do território contestado. Assim, de um total de 47.820 quilômetros quadrados de terras disputadas entre os dois estados, 20.310 km² passaram a pertencer ao Paraná, e 27.510 km² foram incorporadas ao território catarinense.

Finalizados os litígios territoriais, os governos estaduais, bem como o governo nacional, praticamente não empreenderam ações políticas sobre o então sudoeste paranaense e oeste catarinense. Diante disso, no começo do século XX, a população da região fronteira com a Argentina encontrava-se abandonada à própria sorte, desprovida de quaisquer políticas públicas e de desenvolvimento econômico. Não havia escolas públicas nem hospitais, e as estradas eram meras picadas em meio à mata. Somado àquele quadro, o isolamento entre as fazendas e o distanciamento entre centros produtores e consumidores foram alguns dos fatores que contribuíram, no começo do século XX, para o declínio da economia pastoril e a dispersão geográfica dos seus habitantes (FERRARI, 2010).

Com o declínio da atividade pastoril, estabeleceu-se outra atividade econômica: a extração da erva-mate silvestre. Atividade que já vinha ocorrendo naquela região desde a segunda metade do século XIX, notadamente por empresários paraguaios e argentinos. Aquela atividade atraiu novo contingente populacional para a zona de fronteira com a Argentina, dentre eles, indígenas guaranis do Paraguai que trabalhavam em atividades de extração do mate, fazendeiros empobrecidos, ex-agregados e peões que haviam sido dispensados das fazendas em declínio, caboclos brasileiros apropriados de áreas do contestado (vale do rio do Peixe) e fugitivos da justiça do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse contingente populacional era atraído pela oferta de trabalho de empresários erva-teiros da Argentina e do Paraguai, cujas empresas estavam instaladas em Bernardo de Irigoyen e San Antonio. Contudo, era uma ocupação espontânea, lenta e geograficamente esparsa. Em sua maioria, eram trabalhadores sem títulos das terras que ocupavam.

Como a atividade extrativa da erva-mate silvestre não exigia a derubada da mata nativa, não produzindo grandes transformações no espaço, a região fronteiriça era ainda, no começo do século XX, vista politicamente, como espaço de “vazio demográfico” ou área de “sertão”, visão decorrente das poucas transformações sobre o espaço geográfico ocupado.

3 Nova política de ocupação para a zona de fronteira a partir da viagem do governador de Santa Catarina (1929)

A região oeste de Santa Catarina só foi integrada ao estado a partir de 1916, quando do término do litígio com o Paraná. Antes disso, a região estava sob o domínio político do Paraná. Portanto, é lícito ponderar que o estado de Santa Catarina não tenha empreendido política alguma sobre tal região. Mesmo tendo incorporado parte do antigo território de Palmas, o poder político pouco conhecia *in loco* a realidade geográfica e econômica da região e as condições de seus ocupantes. Contudo, a partir de 1920, o poder político de Santa Catarina passou a receber constantes notícias de que a zona de fronteira com a Argentina era “esconderijo de bandidos”, onde ocorriam frequentes assassinatos e intenso contrabando, sobretudo em Dionísio Cerqueira (SC) e Barracão (PR), por onde se realizava intensa exportação de erva-mate brasileira para a Argentina. Aquele comércio com o país vizinho, sem tributação, na visão do governo brasileiro, era ilegal.

Não obstante, em 1925, com a passagem da Coluna Prestes pela zona de fronteira, e após constatar o estado de abandono político em que viviam os brasileiros daquela região fronteiriça, desintegrados do Brasil, que em tudo dependiam do país vizinho, Luiz Carlos Prestes redigiu cartas a companheiros políticos do país denunciando tais condições. Embora possa haver outras interpretações, aquelas denúncias de Prestes chegam ao ambiente político nacional e ao ambiente político dos estados do Paraná e Santa

Catarina chamando atenção do poder político sobre a fronteira com a Argentina.

Já em 1926, Adolfo Konder assumiu o governo do estado de Santa Catarina e, com intuito de administrar o oeste catarinense, tanto do ponto de vista econômico quanto político, passou a organizar a viagem de 1929. Aquela viagem foi denominada de “Bandeira da Brasilidade ou Bandeira de Konder”. Tal designação estava ligada à própria historiografia brasileira produzida sobre os bandeirantes paulistas, no começo do século XX, quando se difundiu a imagem dos bandeirantes paulistas como desbravadores dos sertões, civilizadores, unificadores do território nacional e conquistadores de terras. É, em parte, daquela imagem dos bandeirantes paulistas a adoção do termo “bandeira” pela comitiva da viagem de 1929 a região oeste de Santa Catarina por (COSTA, 1929; D’EÇA, 1992; BOITEUX, 1931).

Oficialmente, o objetivo da viagem era integrar a região oeste na comunidade catarinense e se inteirar dos problemas e das necessidades da população lá residente. Mas havia outros objetivos, dentre os quais: i) fazer o reconhecimento e efetiva apropriação do território que havia estado em litígio com o Paraná, com intuito de planejar ações políticas de re-ocupação para um futuro “progresso civilizador”; ii) promover a construção da brasilidade ou afirmação da identidade brasileira na região de fronteira com a Argentina, notadamente em Dionísio Cerqueira (por (COSTA, 1929; D’EÇA, 1992; BOITEUX, 1931).

A viagem de 1929, de Florianópolis a Dionísio Cerqueira, foi um evento muito importante para o poder político do estado de Santa Catarina, pela importância de reconhecer *in loco* o espaço e, de certo modo, pode ser visto como a descoberta do oeste catarinense, pois com até àquela data, a região era conhecida somente pelos mapas e, diga-se de passagem, muito mal conhecida, pois a cartografia produzida anteriormente àquele período apresentava muitos erros. Sem analisar todos os ritos da viagem de 1929, ao adentrar o extremo-oeste de Santa Catarina, Konder e sua comitiva visitaram

Nos diários produzidos durante a viagem de 1929 e posteriormente publicados, – (COSTA, 1929; D’EÇA, 1992; BOITEUX, 1931) – os autores enaltecem Mondaí e Itapiranga, expressando “traços fortes de civilização”. Costa (1929, p. 18) descreve que os habitantes são “imigrantes alemães de alto nível social”. Em Mondaí havia muitos oficiais da armada e do exército da Alemanha imperial, engenheiros, químicos e professores. Itapiranga foi considerada a sentinela avançada da civilização, a 9 km da linha da fronteira argentina. Aqueles núcleos populacionais eram exaltados como: “colmeias de gente idônea” ou ainda “colmeias admiráveis de trabalho”. Mondaí era descrita como uma terra de promessa, abrigando “romãs de sementes de ouro e rios de leite e mel” (D’EÇA, 1992).

Mapa do Estado do Rio Grande do Sul em 1929, mostrando os limites com o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina. O mapa destaca o Município de Chapecó (1917) em verde, com sua sede em Xanxerê. Outros municípios são mostrados em tons de verde e amarelo. A legenda indica: Verde = Oeste do estado de Santa Catarina, 1929; Verde escuro = Sedes de Municípios; Verde claro = Distritos do Município de Chapecó no Externo-Oeste; Amarelo = Núcleos populacionais geminados. A escala é de 0 a 80 km. O mapa também mostra a fronteira com a Argentina e o Oceano Atlântico.

Geografia das Fronteiras do Brasil: Temas Contemporâneos

Ao sair daqueles dois núcleos populacionais rumo a Dionísio Cerqueira e Barracão, sem estradas abertas para viagem de carro, o trajeto foi realizado em lombo de mulas por antigo carreiro de ervateiros que margeava o rio Peperi-Guaçu, em meio à densa floresta nativa. Foi uma viagem de sete longos dias, descrita com um misto de romance e aventura, onde ninguém sabia o que os esperava nas encruzilhadas. Partir de Mondaí era, na visão dos homens da comitiva de Konder, deixar para trás os “civilizados” e “cultos” para adentrar o “sertão inculto”, povoado de “banditismo”, onde passar as noites “em plena floresta bravia” era sentir-se dominado por medos, superstições e fortes palpitações do coração (D’EÇA, 1992).

Na medida em que os excursionistas avançavam para o centro do núcleo de Dionísio Cerqueira, ocorriam encontros com os trabalhadores que coletavam erva-mate e conduziam cargueiros de mulas (com alimentos ou folhas de erva-mate). Aqueles encontros foram sendo registrados nos diários de viagem e neles foi possível identificar comparativos entre os habitantes de Mondaí e Itapiranga e os demais ocupantes do extremo-oeste de Santa Catarina. Eram comparações étnico-raciais, como as de D’Eça (1992), que descreve que Mondaí e Itapiranga têm crianças louras, “com cabelo de milho”, já no “sertão inculto” as crianças têm “cabelos ásperos” e os homens são caboclos “brancos, [...], parecem de raças diferentes, de tradições alheias, ligados por frágeis liames políticos que qualquer contingência desfia e arrebenta”. O autor caracteriza também os indígenas guaranis como homens “tismados, de nariz aquilino e de cabelos negros, corridos e ásperos como crinas” (D’EÇA, 1992, p. 79).

Se atentarmos para tais comparações em relação à população de Mondaí e Itapiranga – imigrantes alemães, de alto nível social, com fortes traços de civilização, colméias de gente idônea e de trabalhadores – com o restante da população que ocupava a zona de fronteira com a Argentina – homens incultos, brancos, crianças com cabelos ásperos, homens incivilizados não idôneos, com falta

de inteligência, com pouca disposição para o trabalho – notar-se-á que são reveladoras de leituras deterministas e classificatórias de raças. Revela, igualmente, leitura pregressa do estado colonial, visando legitimar a superioridade de alguns grupos de determinadas regiões geográficas e a inferioridade de outros para, assim, planejar e justificar políticas de ocupação de espaços considerados “vazios” e substituir/excluir antigos habitantes da zona de fronteira.

No que tange à vida de trabalho de caboclos e indígenas, habitantes da zona de fronteira, há um completo silenciamento acerca das reais condições e relações de trabalho que, para muitos, eram relações análogas à escravidão. Somado a isso, naquele período, o trabalho exigia percorrer grandes distâncias, tanto na atividade extrativa quanto no comércio da erva-mate. Mesmo diante de tais condições, os ocupantes daquela região foram descritos como “não trabalhadores, não inteligentes, homens brancos” – uma visão cheia de vícios e preconceitos.

Costa (1929) e D’Eça, (1992) enfatizam as cruzes que encontram pelo caminho indicando sepulturas e tecem generalizações como se todos os habitantes da zona de fronteira (exceto Mondaí e Itapiranga) fossem pessoas “foras da lei” à espreita de alguma vítima que por ali passasse. Costa (1929), chefe de polícia da comitiva de viagem, dedica um capítulo de seu livro sobre “o banditismo no sertão”, no qual narra, também, os crimes entre duas famílias de Campo-Erê com laços de parentescos: os Lara e Cabral. Ouvindo sobre aqueles crimes, D’Eça, (1992, p. 97) registrou a seguinte nota: “[...], nestes rincões inçados de cruzes e sepulturas, de ermos desolados, feitos para as esperas sinistras [...], cada recanto evoca um pescoço sangrando [...]”. Para o autor, a zona de fronteira era, em 1929, “valhacouto de bandidos”.

Ao longo do percurso a Dionísio Cerqueira a comitiva de Konder reflete sobre quais seriam os elementos mais apropriados para ocupar aquele sertão inculto com capacidade de levar adiante o ideal de “progresso civilizador” para construir a brasilidade ou afirmar a identidade nacional na zona de fronteira considerada

desnacionalizada e desintegrada do país. Boiteux (1931), D'Eça (1992) e Costa (1929) respondem que os elementos humanos mais apropriados para a ocupação daquelas terras seriam os descendentes de imigrantes alemães e italianos, do estado do Rio Grande do Sul, gente forte e decidida, disposta ao trabalho, pare eles, somente descendentes de europeus seriam capazes de levar a prosperidade e riqueza para aquele sertão abandonado.

Já no centro do núcleo de Dionísio Cerqueira, Konder e sua comitiva avistam a pequena distância casas cinzentas, em Bernardo de Irigoyen, onde tremulavam bandeiras argentinas, algo que logo chama atenção dos integrantes da comitiva e dá margem para comparativos. Segundo Costa (1929), até aquele momento, a bandeira do Brasil era desconhecida da população de Dionísio Cerqueira. D'Eça (1992, p.108) narra que, em seu primeiro passeio pela fronteira, ao retornar de Bernardo de Irigoyen (ARG), estabeleceu diálogo com algumas crianças brasileiras que olhavam surpresas para a bandeira do Brasil nova e hasteada num ponto visível em Dionísio Cerqueira.

[...] perguntei-lhes se não achavam bela a bandeira da Pátria. – Sim – responderam-me, mas não é de seda! Então um rapazinho [...] apontando os companheiros, disse: – Eles não conheciam a bandeira do Brasil! É a bandeira argentina, que eles estão habituados a ver todos os dias, na sala de aula, da Escuela 49, é toda da mais pura seda.

Segundo D'Eça (1992: 106-107), além de não conhecerem a bandeira do Brasil, ninguém lá se importava com o Laudo Arbitral de Grover Cleveland, os símbolos nacionais do Brasil estavam jogados nos sótãos, misturados a “badulaques”. Tal constatação faz aflorar sentimentos nacionalistas. Tanto Konder quanto os demais integrantes da sua comitiva possuíam profundas leituras sobre nacionalismo, brasilidade, raça, cultura, bandeirismo, cruzada, território, fronteira, dentre outras noções políticas, geográficas e históricas. Entretanto, pareciam desconhecer completamente o

contexto geo-histórico da região, desconheciam igualmente que Dionísio Cerqueira, desde as duas últimas décadas do século XIX, mantinha variadas redes de relações sociais e econômicas com a Argentina e Paraguai, sobretudo com empresários ervateiros.

Além de tecerem comparativos entre os três núcleos populacionais (Dioniso Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen), os integrantes da comitiva destacaram as qualidades nacionais da Argentina pela sua organização política e administrativa na fronteira, sobretudo pela presença de cartórios de registros, de escola e de polícia. Descrevem que o governo argentino evitava funcionários públicos da região, preferia enviar funcionários de Buenos Aires a serviço da fronteira, e, portanto, a serviço da nação, num regime respeitável e honrado relativo às instituições públicas, mantendo, assim, o lado argentino admiravelmente organizado politicamente. Sobre o lado brasileiro, destacaram a completa desnacionalização e a total ausência de organização pública e política, “não havia nenhum agente do governo federal, não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política. Ali não chega um jornal brasileiro e não se conhecem estampilhas de nosso país” (COSTA 1929, p. 37-38).

A prova da completa desnacionalização era o fato de todas as crianças nascidas em território brasileiro serem registradas em lado argentino; os contratos de compra e venda de terras eram feitos em cartórios argentinos; casamentos e óbitos eram registrados na Argentina, as crianças estudavam na escola argentina, ou seja, todos ali dependiam dos argentinos. Ao constatarem tal realidade lamentaram o impatriotismo político e a desnacionalização da população no lado brasileiro.

Segundo Costa (1929), Konder realizou em Dionísio Cerqueira a maior obra de brasilidade, pois determinou a abertura de uma estrada ligando Mondaí a Dionísio Cerqueira, a construção de uma escola pública, a instalação de cartórios de Registro de Imóveis e de Registro Civil, a organização de repartições públicas, a instituição de delegacia de polícia estadual, a instituição da

Coletoria Estadual, nomeou delegado de polícia e outros funcionários públicos para gerirem a organização pública para que “ali no confronto da fronteira com a Argentina, o sentimento nacional não sofra constrangimento” (COSTA 1929, p. 40).

Ao regressar à capital catarinense, Konder, em discurso na Assembléia Legislativa proferiu: ‘àquela região dá a impressão de que é de quem ali primeiro chega’. “[...] Região inculta e desconhecida [...], é como uma nova Canaan, convida assegurando remuneradores resultados, a cooperação da inteligência e do braço do homem disposto a trabalhar” (BOITEUX 1931, p. 7-8).

Tal afirmativa deve ser questionada: para quem a região era desconhecida? Quem eram os cultos e os incultos? A partir de que olhar podem ser empregados os conceitos civilizados e incivilizados ou de trabalhador e não trabalhador? Por que alguns, por suas qualidades, seriam melhores do que outros? As respostas podem ser encontradas na história do Estado moderno-colonial, na classificação de indivíduos como superiores e inferiores e assim justificar ou legitimar ações e planos de re-ocupação de terras já ocupadas.

A viagem de 1929 cumpriu seu objetivo em relação aos planos de re-ocupação das terras do extremo-oeste catarinense, embora viesse a se efetivar mais intensivamente a partir de 1950 a 1960, quando o poder político do estado entregou aquelas terras a colonizadoras gaúchas que foram fazendo a inserção mais densa de colonos descendentes de alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul. É importante lembrar que o retardamento na aplicação do projeto de ocupação idealizado por Konder, se deve, em parte, aos fatos políticos ocorridos na escala nacional e do sul do país.

Em 1931, o Presidente Getúlio Vargas recebe relatório que havia solicitado sobre a região de fronteira do Brasil com a Argentina. Tal relatório descrevia que a região estava em completo abandono, cabendo ao governo federal nacionalizá-la. O que estava em jogo não era o interesse regional, mas o interesse do Brasil, a unidade nacional, a segurança do território. Assim, o presidente Vargas nomeou interventores federais para os estados de Santa

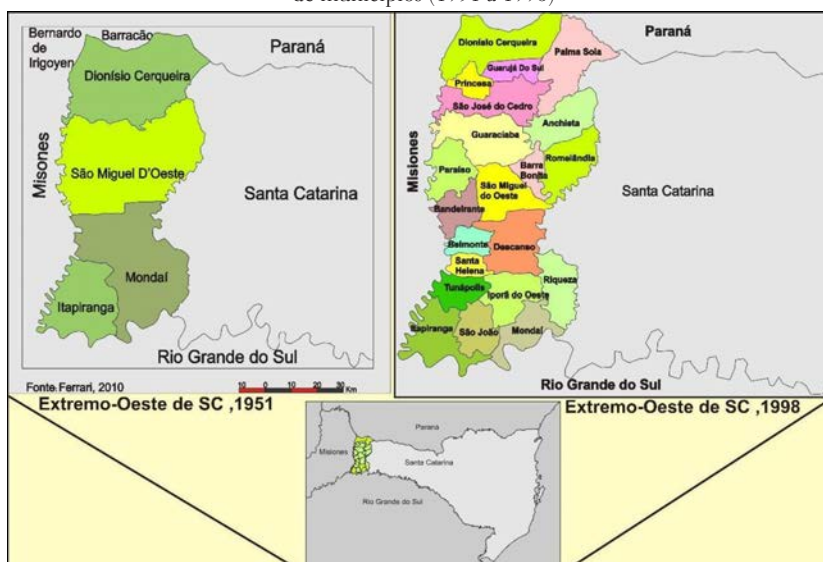
Catarina e do Paraná. Já entre 1943 a 1946, assim como ocorreu com o sudoeste do Paraná, a região oeste do estado deixou de ser território catarinense, isto é, com a criação do Território Federal do Iguaçu a região foi desmembrada do território catarinense. Posteriormente, com a extinção do Território Federal do Iguaçu, a região foi reintegrada ao estado. Portanto, o projeto político de re-ocupação de Konder tardou, mas não deixou de ser plenamente concretizado (FERRARI, 2011).

A análise da viagem de 1929 nos leva a intuir que o estado de Santa Catarina, no começo do século XX, estava alinhado com os ideais de progresso do Estado nacional. Esses ideais só poderiam ser atingidos por meio da ocupação com introdução de população que apresentasse determinadas características, ou seja, indivíduos “modernos e trabalhadores”, que aceitassem as normas territoriais fixas e impostas (pelo Estado nacional e pelo estado catarinense) e que tivessem práticas consistentes conforme os ideais do território nacional. A intenção era óbvia: excluir os antigos habitantes (indígenas e caboclos) considerados nômades e caracterizados pela não confiabilidade e incerteza de levar o projeto político adiante. Demonstra ainda que, a construção da brasilidade deveria passar não apenas pelo fortalecimento da fronteira territorial, mas igualmente por fatores étnico-raciais, ou seja, pelo branqueamento da população. Isso revela, em parte, que o poder político do estado catarinense defendia ainda as teses do determinismo biológico do século XIX.

Com a viagem de 1929, confirmou-se também o desejo político da exploração da floresta e implantação da agricultura, não apenas no extremo-oeste de Santa Catarina, mas igualmente no extremo-sudoeste do Paraná. Entre 1940 e 1950, o sudoeste do Paraná passou por intensos conflitos de terras, o mais expressivo foi a “revolta armada dos colonos de Capanema”, quando muitos expropriados das terras que ocupavam migraram para o nordeste da província de Misiones, onde foram se apropriando ilegalmente de terras fiscais. Desta feita, conforme os colonos do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes europeus, iam ocupando a zona

de fronteira, a mata nativa ia desaparecendo com impressionante rapidez. Como consequência, produziu-se uma área de profundos contrastes entre os dois lados da fronteira, a própria distribuição populacional e o número de municípios que foram lá emergindo geraram profundas diferenças na paisagem política e humana da zona de fronteira. Só para se ter uma ideia, no extremo oeste de Santa Catarina, em 1951, haviam apenas quatro municípios, esse número saltou para vinte e um municípios, em 1998 (Figura 4).

Figura 4 - Extremo-oeste de Santa Catarina: evolução da emancipação política de municípios (1951 a 1998)



Fonte: Ferrari (2011).

Segundo Foucher (1986), essa é sem dúvida uma das fronteiras mais marcadas da América Latina pelas mudanças recentes da geografia humana, mudanças que, em parte, resultam do próprio projeto político de ocupação. É face àquelas políticas de ocupação em lado brasileiro que a Argentina também vai gestar e aplicar sua política de ocupação na zona de fronteira do nordeste de Misiones, visando à soberania territorial, em grande parte, devido à migração ilegal brasileira. Como e sob que condições foi gestada e aplicada a política nacional de ocupação no nordeste da província de Misiones? É o que veremos a seguir.

4 Política de ocupação para a fronteira argentina: *Plan de Colonización Andresito*

Embora tenha havido outras políticas de ocupação para a zona de fronteira do nordeste de Misiones limítrofe ao Brasil, pode-se dizer que a mais efetiva foi o *Plan de Colonización Andresito*. Tal política visando à soberania do território se deveu, em parte, à migração ilegal brasileira. Embora a migração brasileira, em terras do nordeste de Misiones, já viesse ocorrendo desde o começo do século XX, ela se intensificou entre 1950 até começo de 1970, devido à expulsão de brasileiros sem título de terras no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, onde foram sendo inseridos colonos do estado do Rio Grande do Sul. Diante de tal fato, os militares argentinos passaram a alertar o governo nacional de que a zona de fronteira do nordeste de Misiones estava em vias de se desnacionalizar, pois em cidades como Bernardo de Irigoyen, San Antonio (departamento de General Manuel Belgrano) e San Pedro (departamento de San Pedro) havia forte presença de brasileiros. O mesmo vinha sendo constatado, em menor grau, na região que hoje abriga o município de Comandante Andresito.

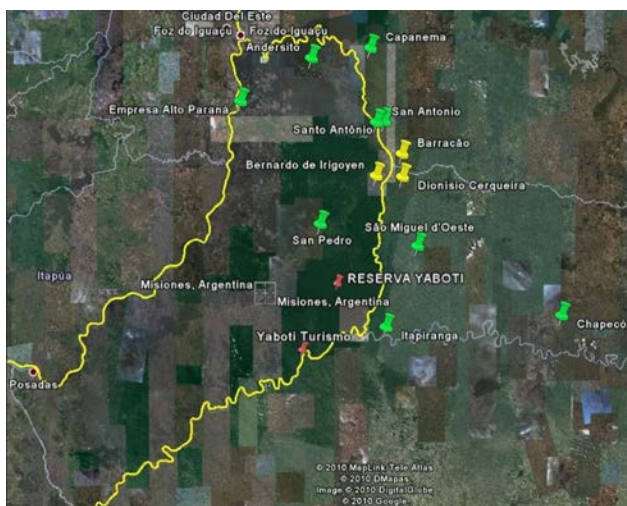
Na perspectiva dos militares, Comandante Andresito estava em vias de se tornar uma réplica dos municípios de Bernardo de Irigoyen e San Antonio, onde grande parte da população era de origem brasileira. Já na década de 1960, os militares informavam ao governo nacional da necessidade de promover políticas de soberania e uma argentinização para a zona de fronteira. Somente um plano de ocupação agrícola com elementos sociais argentinos poderia enfrentar a migração brasileira e assegurar a soberania nacional na região (FERRARI, 2021).

Frente àquelas inquietações, o Estado nacional argentino idealizou dois planos de ocupação para a zona de fronteira do nordeste de Misiones: o *Plan de Colonización Andresito* e o *Plan de Colonización San Pedro*. Assim, em 1970, o Estado nacional promulgou a Lei Nacional de nº 18575 “Zonas e Áreas de Fronteira”, cujos obje-

tivos gerais a serem alcançados eram: (1) criar condições adequadas para a instalação de colonos argentinos, melhorar a infraestrutura e explorar recursos naturais; (2) garantir a integração da zona de fronteira com o restante da nação argentina. Os planos de colonização foram aprovados, em fevereiro de 1979, pela Lei 1.074, e passaram a ser conduzidos pelo Estado nacional somente a partir de 1980. Para pôr em prática aquela política de ocupação, o Estado nacional argentino passou a expulsar os brasileiros ilegais e a selecionar colonos argentinos para ocupar terras do departamento de San Pedro e do atual município de Comandante Andresito.

Segundo entrevista com ex-intendente de Andresito, o *Plan de Colonización de San Pedro*, na zona de fronteira com Santa Catarina, fracassaria imediatamente, por se haver apresentado como mero projeto extrativo: os primeiros colonos argentinos lá inseridos começaram a retirar a madeira para em seguida abandonar o projeto, ou seja, não fixaram residência naquele departamento como previa o plano de ocupação de San Pedro. Em razão do fracasso do *Plan de Colonización de San Pedro*, na fronteira com Santa Catarina, as imagens de satélite mostram, claramente, o contraste entre as áreas agrícolas no lado brasileiro e a floresta preservada no lado argentino, (Figura 5).

Figura 5 - Imagem de satélite: Zona de fronteira brasileiro-argentina



Fonte: Google (2023).

Esse contraste, de paisagem da fronteira catarinense é explicado pela própria política de ocupação, enquanto o oposto ocorre no lado argentino, notadamente no Departamento de San Pedro. No lado brasileiro, a densa floresta nativa que existia, até por volta de 1940-50, desapareceu totalmente, dando lugar a ocupação de culturas agrícola pelos colonos oriundos do Rio Grande do Sul, descendentes de italianos e alemães, como havia planejado o então governador de Santa Catarina, Adolfo Konder, durante a viagem de 1929. Já o lado argentino, departamento de San Pedro, abriga hoje a maior parte da Reserva da Biosfera Yaboti (parte dela também no departamento Guaraní) - hoje patrimônio natural da UNESCO.

Embora a permanência daquela faixa de mata nativa possa, por vezes, ser interpretada pelos brasileiros como uma geopolítica argentina, segundo entrevista com um chefe de operações especiais da *Gendarmería Nacional Argentina* (GNA), a permanência da floresta no Departamento de *San Pedro* não pode ser atribuída a uma geopolítica argentina contra o Brasil. Para ele:

As geopolíticas entre os dois países sempre foram muito distintas: por exemplo, o Brasil historicamente mostra características de ser um país expansionista, de estender-se sobre o território e para além dele. Vejo também que ele sempre se preocupou em estabelecer povos na fronteira. Com a Argentina, o que se passou foi diferente e, *mientras*, segue mantendo a mesma geopolítica, voltada para os centros mais importantes do país, isso vem desde o Vice-Reinado do Prata. Uma geopolítica voltada a consolidar os povos dos centros do país, não vai se preocupar com suas fronteiras como fez o Brasil. [...]. Por isso tivemos conflitos de fronteiras e perdemos, perdemos com o Paraguai, Bolívia, Chile, e com Brasil, se perdeu porque não fortalecemos nossas fronteiras. Foi assim com as ilhas Malvinas, por essa mesma geopolítica centralista perdemos as Malvinas, porque não tem lógica uma ilha no sul da América Latina pertencer à Inglaterra, isso pra mim é um disparate! [...]. Por aí você pode ver claramente que não fortalecemos as fronteiras com povos, como

fez Brasil. Eu estudei um pouco a geopolítica argentina, por isso, posso dizer que o mato virgem que aqui ficou nessa zona de San Pedro nunca foi uma medida geopolítica da Argentina para impedir a entrada de brasileiros. Como eu te falava, a Argentina sempre se preocupou mais com o centro, então não houve políticas de ocupação, não houve interesse em introduzir mudanças nessa fronteira, por isso ficou esse mato, e que bom que ficou [...] ¹⁴.

Portanto, como mostra o depoimento acima, a permanência da mata atlântica de interior no departamento de *San Pedro* não se deve à aplicação de uma geopolítica argentina e nem a uma consciência ambiental maior que a dos brasileiros. A região nordeste de *Misiones* nunca foi atrativa aos colonos argentinos como foi a *pampa húmeda*, região agrícola mais importante do país. Contudo, ao contrário do que ocorreu com *Plan de Colonización de San Pedro*, pode-se dizer que o *Plan de Colonización Andresito* vai atingir seus objetivos. Criado pelas Leis 1074 y 1088, e aprovado pelo Ministério de Defesa em 1977, o *Plan de Colonización Andresito* objetivava nacionalizar aquela região e integrá-la ao restante da nação argentina. Para alcançar tais objetivos o plano foi dividido em duas etapas: a primeira, chamada *Plan de Colonización Agrícola Andresito*, consistia em expulsar os migrantes brasileiros e inserir unicamente colonos argentinos selecionados pelo Estado nacional. A segunda etapa, denominada *Plan de Soberanía*, visava a nacionalizar aquela zona fronteira, exaltando os valores nacionais, e integrar a região ao restante do país. Assim, entre 1976 e 1978, por ordem do governo nacional, os militares argentinos começaram a tirar as terras dos brasileiros e expulsá-los daquele país. Segundo entrevista com um ex-intendente de Andresito, que participou desde o início daquele projeto político de ocupação, em 1976, havia aproximadamente três mil brasileiros na região de Comandante Andresito. Em suas palavras:

14. Entrevista realizada com um chefe de operações especiais da Gendarmería Nacional argentina, Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008

Eu conheci essa zona de Andresito no ano de 1973, e no ano de 1976 aqui estava cheio de *brasileños*, [...] eu calculo que facilmente tinha uns três mil *brasileños*. Então como nós tínhamos na época um governo militar, a política era expulsar os *hermanos brasileños* e entregar terras aos argentinos para frear sua entrada no lado argentino. Por isso nasceu o *Plan de Colonización Andresito*, um plano geopolítico que tinha como principal finalidade controlar a invasão dos *brasileños*. (Entrevista com ex-intendente de Comandante Andresito, 2008).

É importante ressaltar que, antes da expulsão dos brasileiros, o Estado nacional iniciou intensa campanha publicitária oferecendo terras em Comandante Andresito aos colonos argentinos. Embora tal campanha fosse estendida por todo o território nacional, era dada preferência aos agricultores de Misiones descendentes de imigrantes europeus. Entretanto, para conseguir aquelas terras, os colonos deveriam reunir certas condições, como: não ter antecedentes criminais, ter família com filhos e certo número de ferramentas para trabalho agrícola, como arado, enxada, foice, machado, motosserra, etc., além, é claro, de entenderem de agricultura, ou seja, ter experiência em culturas agrícolas. Também era muito valorizada a posse de trator e automóvel, que gerava muitos pontos na escolha dos colonos. Na primeira etapa do plano, os colonos que reuniam todos os pré-requisitos determinados pelo Estado nacional ganhavam até 150 hectares de terras. Cada pré-requisito equivalia a determinada pontuação, o que definia a quantidade de terras que cada família receberia. Por exemplo: uma família com cinco filhos ganhava mais terras do que uma família que tivesse apenas dois filhos, pois cada filho representava um número na determinada pontuação. O mesmo ocorria com o número de ferramentas de trabalho (FERRARI, 2021).

Outra condição necessária imposta pelo Estado nacional foi a de que cada colono deveria apresentar um plano de trabalho deta-

lhado, onde informaria como e o que iria produzir na terra durante os primeiros cinco anos. Isso se deveu porque os militares, além de exigirem que os colonos fixassem residência no local, impuseram restrições ao corte da mata nativa e exigências na produção agrícola, restrições que deveriam ser rigorosamente seguidas, para não acontecer o mesmo que havia ocorrido, em parte, no departamento de San Pedro. Ou seja, os colonos deveriam cortar apenas cinco hectares de madeira por ano e neles produzir. Por exemplo: no primeiro ano, os colonos cortavam cinco hectares de mata e naquela terra deveriam produzir gêneros alimentícios; no ano seguinte cortavam mais cinco hectares de mata e já passavam a produzir sobre dez hectares de terras, e assim sucessivamente para os três anos seguintes, daí a importância de apresentar um plano de trabalho detalhado para poder ocupar terras em Comandante Andresito. Esse plano de produção também recebia significativa pontuação durante a criteriosa seleção dos colonos (FERRARI, 2021).

Não obstante, outra restrição imposta aos colonos foi à proibição do plantio da erva-mate naquelas terras, devido à lei provincial que o impedia em Misiones, pois aquela província estava quase totalmente voltada para essa atividade econômica. Contudo, em 1981, uma mudança na lei provincial passou a permitir que os colonos cultivassem a erva-mate em Andresito, porém, sob rigoroso controle dos militares e restrito a apenas 20 hectares de terras. Desse modo, na primeira etapa do plano de ocupação agrícola, foram selecionadas apenas 80 famílias, as quais ganharam as melhores terras daquela região, na maioria, propriedades de 150 hectares. Mas, no contexto da colonização de Comandante Andresito, os colonos foram sendo inseridos no meio da mata virgem, sem nenhuma infraestrutura básica, nem por parte da província e nem por parte do Estado nacional argentino. A população passou a depender totalmente do lado brasileiro, notadamente do município de Capanema (Paraná). A esse respeito é interessante observar o depoimento de ex-intendente de Andresito, que viveu aquele processo de colonização:

Primeiro o Estado foi colocando os colonos e só depois é que ele foi implantando infraestruturas básicas, como estradas, serviços de saúde e educação. A telefonia, água potável e luz elétrica tardaram mais. Nos primeiros anos foi muito difícil para as pessoas que aqui vieram, porque aqui tinha uma única venda de mercadorias [...], então se ia ao Brasil (Capanema) para comprar, passamos a depender totalmente do outro lado, inclusive as sementes para o plantio eram compradas no Brasil. Mas, em contrapartida a essas desvantagens, o Estado permitia que se fizesse aqui a exportação da madeira livre de impostos sobre a venda, foram vantagens que favoreceram as pessoas. (Entrevista com o ex-intendente de Comandante Andresito, 2008).

Nos dois primeiros anos, o *Plan de Colonización Andresito* esteve a ponto de fracassar, pois a única fonte de renda dos colonos era a madeira e ela ainda não tinha valor econômico significativo no mercado nacional argentino. Os colonos derrubavam cinco hectares de mato para vender a madeira, mas mesmo livre de impostos os lucros obtidos não cobriam os custos com sementes, plantio e investimentos necessários nas propriedades, razão pela qual pelo menos 20% das primeiras 80 famílias acabaram por retornar aos lugares de origem e outros estavam em vias de abandonar o plano. Mas tal situação se inverteu parcialmente no final de 1982, quando o valor da madeira triplicou e com isso os colonos que já pensavam em abandonar aquelas terras acabaram por permanecer na região (FERRARI, 2011).

Em 1983, com a queda do regime militar argentino, ocorreu a primeira eleição para intendente da municipalidad de Comandante Andresito. E em 1984 foi posta em prática a segunda etapa de colonização com o *Plan de Soberanía*, quando os brasileiros com filhos registrados na Argentina conquistaram o direito a pequenas propriedades de terras (entre 10 e 25 hectares). O mesmo ocorreu com os indígenas guaranis, que passaram a viver em ínfima área de terras demarcadas pelo Estado nacional. Na verdade, a Argentina cometeu os mesmos erros que o Brasil, pois os indígenas

guaranis que lá viviam, segundo entrevista com ex-intendente de Comandante Andresito, aproximadamente 30 famílias, receberam uma área de apenas 200 hectares de terras. Assim, se dividirmos o número de hectares pelo número de famílias, cada família guarani ficou com menos de sete hectares de terras em Andresito, número inferior ao das terras dadas às famílias de brasileiros com filhos argentinos (FERRARI, 2011).

Diferentemente da primeira etapa, que fora exclusivamente conduzida pelos militares argentinos, na segunda etapa, o *Plan de Soberanía*, já sob a democracia argentina, foi conduzido prioritariamente por políticos locais e da província com interesses político-partidários e particulares. Com a valorização da madeira, o corte da mata nativa se intensificou, fugindo ao controle de qualquer poder, e a pontuação dos requisitos imposta pelo governo militar acabou totalmente, como revela o depoimento abaixo que, embora extenso, é extremamente interessante:

Com o *Plan de Soberanía* foram entregues as terras da segunda etapa do *Plan de Colonización*, mas lamentavelmente nessa segunda etapa já entrou o manejo político, onde, digamos, já era diferente, porque a pontuação que davam originalmente na primeira etapa, na segunda etapa mudou tudo! Mudou porque era tudo político, então o que se passou é que teve gente muito boa e teve gente muito má que aqui vieram! Gente que veio exclusivamente para explorar a madeira e que depois vendeu a bons preços suas terras e se foi embora. Mais ou menos como aconteceu ali no Brasil, no período da madeira. Isso aconteceu aqui também depois de assumir as autoridades locais eleitas. Não era como o governo militar que dava uma ordem e (as pessoas) tinham que cumprir. Com a democracia isso mudou, começaram os favores políticos, gente que não correspondia ao plano e que veio somente para explorar o mato, gente boa que veio sim para criar possibilidades e que conseguiram apenas uma pequena chácara de terras, então teve muitos problemas nessa segunda etapa do Plano. Quero também dizer algo com respeito a essas famílias de brasileiros que tinham filhos

argentinos: na segunda etapa desse plano eles puderam aceder a algum pedaço de terra, o governo os reconheceu e lhes permitiu aceder a pequenos pedaços de terra. Na segunda etapa os lotes eram menores [...], porém a terra não era boa para a agricultura, me entende? (Entrevista realizada com ex-intendente de Comandante Andresito, 2008).

Apesar do desfecho que teve, pode-se dizer que o *Plan de Colonización Andresito* atingiu seu principal objetivo: o de frear a migração ilegal brasileira, pois as terras no município de Comandante Andresito foram totalmente ocupadas pelos colonos argentinos. A exemplo do que aconteceu em lado brasileiro, a política de ocupação do Estado nacional argentino também contribuiu para o rápido desmatamento da floresta e tentou fazer lá o branqueamento da população, pois as terras foram entregues fundamentalmente aos argentinos descendentes de imigrantes europeus, como poloneses, suíços, alemães, belgas e, em menor número, a russos e ucranianos, uma população que ainda hoje é menos miscigenada do que aquelas de Bernardo de Irigoyen, San Pedro e San Antonio. Ali também notam-se profundas diferenças, não apenas com o lado brasileiro (município de Capanema), mas também entre os próprios municípios do departamento General Manoel Belgrano, a começar pelas próprias propriedades rurais que são ali diferenciadas: enquanto em Comandante Andresito existem propriedades de até 150 hectares de terra, nos demais municípios do nordeste de Misiones as propriedades agrícolas, em sua maioria, variam entre cinco e vinte cinco hectares de terras, diferenças que são atribuídas ao próprio plano político de ocupação.

5 Considerações finais

Este trabalho permitiu evidenciar que as diferenças notadas, hoje, na paisagem natural e humana do conjunto da zona de fronteira brasileiro-argentina – extremo-oeste de Santa Catarina, ex-

tremo-sudoeste do Paraná e nordeste da Província de Misiones –, podem ser explicadas, em parte, pelas políticas de ocupação levadas a cabo pelos dois países. Ainda que as políticas de ocupação de cada um dos países revelem singularidades, pode-se dizer que elas apresentam elementos comuns: visavam à soberania do território e o fortalecimento da identidade nacional, face às migrações e interações sociais e econômicas que lá se desenvolviam. Demonstra ainda que aquelas políticas de ocupação estavam seguramente apoiadas em critérios classificatórios étnico-raciais e nas políticas eugenistas, legitimando, assim, a superioridade de alguns grupos de determinadas regiões geográficas da Terra e a inferioridade de outros. O que é certo é que tais políticas de ocupação na zona de fronteira cumpriram seus objetivos com a exclusão e com o silenciamento de indígenas e caboclos brasileiros.

Por outro lado, ainda que a identidade geográfica ou de pertencimento territorial seja exigência dos Estados nacionais, a identidade nacional – a brasileira e argentina – não é a única que se evidencia hoje na zona de fronteira, lá existem aqueles que carregam outras identidades: misioneros, catarinenses, paranaenses, gaúchos, italianos, alemães, ucranianos, suíços, poloneses, dentre outras. Neste sentido, os estudos sobre identidades nacionais podem, hoje, considerar as reflexões de Massey (2000), que explica que, assim como os lugares, as pessoas também podem ter identidades múltiplas. Por fim, em escala global, assistimos hoje a novos debates políticos sobre a questão da identidade nacional. Se das mentes políticas dos séculos XIX e começo do século XX brotavam discursos colonialistas, indicando que os migrantes de determinadas regiões geográficas seriam elementos importantes para a construção da identidade nacional, hoje brotam discursos políticos indicando o risco de perda de identidade nacional em resultado da assimilação de migrantes. Está em cena novamente a problemática da localização geográfica e, em parte, o estigma da superioridade de alguns e inferioridade de outros.

Referências

BANDEIRA, M. *Estado nacional e Política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1995.

BOITEUX, J. A. *Oeste Catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmão, 1931.

CASTRO, I. E. de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, P. *Géopolitique et géostratégie: la pensée politique, l'espace et le territoire au XXe siècle*. Paris: Nathan, 1994.

CLAVAL, P. *La géographie au temps de la chute des murs: essais et études*. Paris: L'Harmattan, 1993.

CORRÊA, R. L. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**. Publicado pela Fundação do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Nº 1 ano 32 Jan./Mar, 1970.

COSTA, A. F da. *Visões e sugestões de um excursionista*. Editora Vilas Boas e Cia: Rio de Janeiro, 1929.

D' EÇA, O. *Aos espanhois confinantes*. 2ª ed. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992.

FERRARI, M. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina:** Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

FERRARI, M. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:** o extremo-oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XXI). Tese (Doutorado). PPG em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2011.

FERRARI, M. *Como pensar a identidade nacional em zonas de fronteira? Uma análise a partir de dois conjuntos de cidades gêmeas brasileiro-argentinas*. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p.1-18, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v39i0.55900>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FERRARI, M. *O Plan de Colonización Andresito (1980): Uma geopolítica de defesa nacional para o Nordeste da província de Misiones (ARG) limítrofe ao estado do Paraná (BR)*. *Revista da ANPEGE*, 16(30), 323–337, (2021). Disponível em: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v17i30.10671>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FERRARI, M. Plano de ocupação e construção da identidade brasileira no extremo-oeste do estado de Santa Catarina, limítrofe com a Argentina: um olhar a partir da viagem do governador Adolfo Konder, em 1929. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Vol. 47 n° 1. 153-176, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FOUCHER, M. *L’Invention des frontières*. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1986.

HAESBAERT, R. *Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos do Mercosul*. In: STROHAECKER, T. M. *et al* (org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB - Seção Porto Alegre, 1998b.

KNAUSS, P. (Org.). *O oeste americano: Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EdUFF, 2004.

KOELLEN, A. *Porto Feliz: a história de uma colonização às margens do Rio Uruguai*. 2ª Mondaí: Improeste, 2004.

LOROT, P. *Histoire de la Géopolitique*. Paris: Economica, 1995.

MARGALOT, J. A. *Geografía de Misiones*. Buenos Aires: Warnes, 1994.

PYKE, J. *La expansión de la frontera agraria en el Nordeste de Misiones. El Plan de Colonización Andresito 1978-1983*. Posadas: Ed. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales (U.Na.M.), 1998.

RAFFESTIN, C. *Repères pour une théorie de la territorialité humaine*. In: DUPUY, G (Org.). *Réseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.

SAHLINS, P. *Frontières et identités nationales*. Paris: Belin, 1996.

SANGUIN, A. L. *La Géographie politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.

4. A PERMEABILIDADE BRASIL-PARAGUAI: ASPECTOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Edson Belo Clemente de Souza

Universidade Estadual de Ponta Grossa

ebelosouza@uepg.br

1 Introdução

Atualmente, a fronteira do Brasil com o Paraguai, especialmente entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, representa uma transfronteirização. As relações bilaterais e multilaterais com o país vizinho são uma das expressões do conceito de transfronteirização, subjacente às interações financeiras, econômicas, culturais, políticas e sociais entre os povos que vivem na fronteira.

O objetivo deste texto é analisar a permeabilidade existente na fronteira, por meio das cidades gêmeas¹⁵ de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, iniciada na década de 1970, representa um marco de grandes mudanças socioespaciais, com algumas evidências aqui apresentadas.

Uma das consequências da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional foi o rápido crescimento populacional, que criou um limite da mobilidade urbana entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Além da atração populacional em virtude das obras, isso também promoveu uma dinâmica territorial por meio da atividade turística, haja vista que Foz do Iguaçu pos-

15. Segundo o Ministério da Integração Nacional, serão considerados cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar a unificação da malha urbana com cidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas com população inferior a 2 mil habitantes (BRASIL, 2014). A Portaria 125, de 21 de março de 2014 estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição (BRASIL, 2014).

sui uma estrutura de organização econômica voltada ao turismo e com a construção, a partir do ano de 1977, a hidrelétrica passou a receber turistas.

Teoricamente, os conceitos aqui utilizados buscam um alcance explicativo para desvendar em que medida a hidrelétrica impactou as cidades. Aliando-se à transfronteirização, à mobilidade urbana, às cidades gêmeas e às redes geográficas. São conceitos balizadores e que estão intrinsecamente associados. Na interface desses conceitos estão a porosidade e fluidez territorial, assim como a circulação, atributos do território, em tempos de globalização. A ordem espaço-tempo é subjacente aos conceitos aqui propostos e que, por conseguinte, enseja uma leitura de método de análise.

Enquanto variáveis técnicas, as fontes secundárias se basearam em dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); da *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC); e do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC), respectivamente do Brasil, Paraguai e Argentina, que forneceram informações populacionais.

O texto está estruturado da seguinte maneira: além desta breve introdução, serão detalhados os procedimentos teórico-metodológicos; em seguida, é feita a análise dos resultados e discussões; finalmente, apresenta-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 Procedimentos teórico-metodológicos

Conforme Harvey (2006), é preciso atentar para a relação do espaço com o tempo para entender a sociedade atual. Cada sociedade se identifica pela sua forma geográfica de organização. Formação espacial é o nome que se dá a essa forma de organização, na história moderna (MOREIRA, 2010). Considerada uma adaptação da categoria de formação econômica e social, a concepção de formação espacial passa a ser um dos instrumentos de aná-

lise do espaço, sob a ótica da dialética marxista e do materialismo histórico (CRUZ, 2009; MAMIGONIAN, 1996). Segundo Carlos (2008, p. 185): “*O espaço é condição, meio e produto da reprodução da sociedade*”. Essa reprodução da sociedade é a produção do espaço urbano, conceito amplo de análise geográfica que nos permite compreender a realidade concreta urbana, sob o ponto de vista da temporalidade, dos agentes e suas relações sociais, das políticas econômicas, das condições, enfim, da totalidade do espaço na formação socioespacial, como bem dito por Santos (1977).

Os lugares existem a partir de uma datação e os acontecimentos são decorrentes de capilaridades entre todas as ações e objetos, com mais ou menos intensidades, dependendo da escala espacial existente. Assim, a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional representa um marco no tempo e no espaço, ou seja, na história do Brasil e do Paraguai, sob diversos aspectos. Sob o ponto de vista técnico, a hidrelétrica é uma referência de geração de energia¹⁶ em tempos modernos.

As redes aumentam a cada salto tecnológico que a sociedade dá (LOPES DE SOUZA, 1994), salto este aqui representado pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. As redes urbanas funcionam como sistemas integrados que são constituídos pelas relações econômicas, sociais, políticas e culturais estabelecidas entre as áreas urbanas e seguindo um nível hierárquico de influência entre essas relações. Em geral, as cidades possuem distinção quanto aos níveis de serviços e aos tipos de funções urbanas que elas oferecem, como é o caso das cidades gêmeas, que se interrelacionam de maneiras distintas, seja no aspecto econômico, e também nos aspectos social, cultural e político.

16. Ao longo dessas quase quatro décadas, a usina adotou várias evoluções tecnológicas, incorporando digitalizações pontuais ou de camada, substituindo sistemas, equipamentos e componentes, buscando sempre a excelência e melhores práticas. A Itaipu está desenvolvendo a atualização tecnológica da Usina e de suas Subestações, compreendendo nesse processo a avaliação e substituição sistêmica de equipamentos e sistemas de supervisão, controle, proteção, monitoramento, medição e suas respectivas interfaces com os processos de geração, subestações, vertedouro, os equipamentos auxiliares da barragem e da casa de força. Já os equipamentos pesados como turbinas e geradores possuem um ciclo de vida mais longo e não são objetos dessa atualização. A complexidade do projeto está principalmente no fato de atualizar uma usina de grande porte, em operação, e ao mesmo tempo assegurar níveis adequados de produção de energia (ITAIPU BINACIONAL, 2018).

Voltando à técnica, assim como econômica e politicamente, a circulação é um misto disto, que envolve movimento de pessoas, mercadorias, informações, dinheiro e ideias (patentes, marcas, pensamentos, ideologias, etc.), ou seja, fluxos materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis (também em suas acepções econômicas). Consideramos também que a circulação pode ser vista como um conceito da Geografia que possui centralidade em relação às redes, aos sistemas de ações, às normas e às noções de fluidez do espaço e do território.

Para a circulação do atual momento histórico, é necessário que haja a possibilidade de uso de transportes e/ou comunicações e/ou tecnologias da informação. Quando falamos em transportes, estamos nos referindo aos meios (carro, caminhão, avião, navio, etc.) e às vias (ruas, rodovias, hidrovias, etc.). Além de mercadorias e pessoas, os meios de transportes podem conter fluxos de comunicações e informações.

Esse conjunto de existências assegura, do ponto de vista da tecnosfera¹⁷, a circulação no atual momento histórico e, ao mesmo tempo, é o conjunto de oportunidades e possibilidades técnicas que se permite as mudanças de valor no espaço. Visto dessa forma, a circulação se configura como um dos fundamentos do espaço.

Devido ao caráter espacializado da circulação e dos demais conceitos referentes às transações e relações sociais discutidos na Geografia, essa teoria poderá nos ajudar a compreender o processo de transfronteirização que ocorre nas cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Pode-se agregar ainda o conceito de compressão tempo-espaço proposto por Harvey (2006). Na cidade atual e, sobretudo, nas cidades gêmeas, a mobilidade e o acesso são fundamentais, tanto física quanto virtualmente, e não se dão com igual intensidade ou facilidade por todos os grupos sociais.

17. Segundo Santos (1996), tecnosfera e a psicosfera representam o mundo dos objetos e a esfera das ações, respectivamente. Em sua ótica, a tecnosfera possui viés mais técnico, sendo dependente da ciência e da tecnologia. Por conseguinte, abrange as relações técnicas e informacionais. Já a psicosfera se vincula às ideias e sentimentos, à produção de um sentido para as ações. A psicosfera consolida e, às vezes, antecede a tecnosfera. A tecnosfera e a psicosfera têm uma existência conjunta indissociável. Ambas são pilares do meio técnico-científico informacional. Os objetos e lugares são híbridos, pois pertencem à tecnosfera e à psicosfera.

Milton Santos chama à baila a circulação como elemento central no processo produtivo. Segundo o autor, “*não basta pois produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção*” (SANTOS, 1996, p. 275).

Santos (1985), Braudel (1996 [1979]), Vallaux (1914), Harvey (2005), dentre outros autores, revelam a importância da circulação e do Estado nas atividades econômico-produtivas, em diferentes períodos da história, pois somente através da circulação é possível ocorrer a conexão entre o universo da produção e o do consumo. Ou seja, a circulação é o elo fundamental entre o local de produção e o consumo dos produtos.

A urbanização reflete a dinâmica de acumulação e concentração do capital na cidade e reproduz a aglomeração, ao demandar cada vez mais espaço. Mas a cidade, mais do que um local de produção e consumo de mercadorias e de habitação, é também um importante lócus da vivência humana em sua dimensão plena, e seu espaço reflete e condiciona as diversas estratégias engendradas pelos diferentes agentes sociais na criação e apropriação da riqueza (produção e comercialização de mercadorias), na reprodução da força de trabalho, e no desenrolar da vida cotidiana como um todo (educação, consumo, atividades culturais, lazer, etc.).

No que tange à mobilidade urbana, apresentam-se variadas realidades de acesso ao transporte. Como um sistema correlacionado, concebemos, na Geografia, que o espaço e suas múltiplas manifestações territoriais se dão de forma indissociável. Assim, temos um capital que pede bases materiais. Logo, essas bases intensamente povoadas por ações que solicitam a porosidade e, ao mesmo tempo, essas ações que se inter cruzam pelos territórios levam à formação de redes.

Sob essa lógica, também está organizado o espaço urbano transfronteiriço, já que é impossível uma cidade existir completamente isolada das demais, como é o caso de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A essas interligações denominamos “redes urbanas”.

Para compor tal análise teórica no que diz respeito à transfronteirização, fazemos referência, segundo Carneiro Filho (2016, p. 10), a “[...] *um conjunto de estratégias de atores públicos (estatais e não estatais) e privados que visam o desenvolvimento de ações diversas de integração supranacional*”, no âmbito da fronteira do Brasil com o Paraguai. Nomeadamente nas cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, os vários conceitos aqui apresentados têm o propósito de explicar teoricamente a realidade da fronteira que passou a ter uma outra dinâmica territorial própria, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional.

3 Análise dos resultados e discussões

Entende-se que projetos geopolíticos como a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, acompanhados da implantação de infraestruturas, como a Rodovia 277 e Ruta 7; a construção das duas pontes internacionais: Amizade (Foz do Iguaçu e Ciudad del Este) e Fraternidade (Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú); além dos atrativos turísticos, como os parques ambientais e as Cataratas do Iguaçu, produziram condições de adensamento das fronteiras. Outro fator que contribuiu para tornar mais densos os fluxos fronteiriços é a implantação da Zona Franca em Ciudad del Este, que gera um atrativo ao turismo de compras, dada a diferença de câmbio existente entre os países fronteiriços.

A fronteira em análise, atualmente, tem uma dinâmica capital movida pelo turismo de lazer e pela comercialização de produtos dos circuitos legais e ilegais da economia. A existência de assimetrias entre as funções urbanas desempenhadas por cada cidade investigada, assim como as relações econômicas existentes, contribui para o incremento dos fluxos de pessoas, de veículos e de mercadorias entre os dois países.

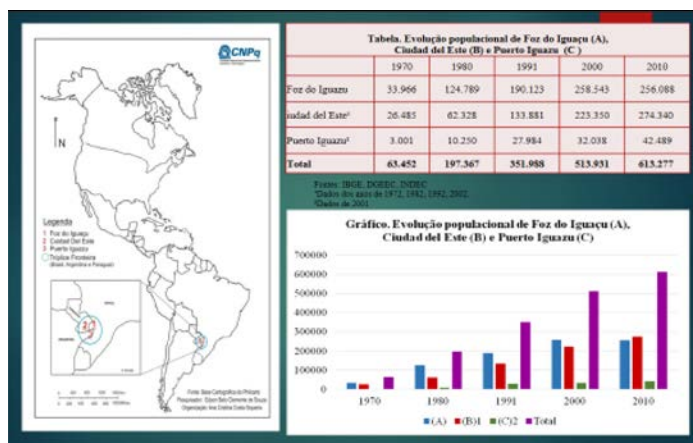
O município de Foz do Iguaçu, com 99% de urbanização, está situado na região da tríplice fronteira com os municípios de

Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), conforme mapa de localização apresentado na sequência.

Essas três cidades são consideradas gêmeas pelo Estado brasileiro, conforme portaria já citada, pois apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, dentre outros fatores, a unificação da malha urbana com cidades dos países vizinhos. Segundo o IPEA (2001), no que tange às espacialidades da distribuição da população e das atividades econômicas, essas três cidades gêmeas são também chamadas de Aglomeração Urbana Internacional de Foz do Iguaçu¹⁸.

Apesar de Foz do Iguaçu, conforme informou o Censo Populacional de 2010, realizado e publicizado pelo IBGE, contar com uma população inferior àquela de dez anos atrás, sua evolução populacional das últimas décadas é impactante, sob o ponto de vista urbano. Segundo dados do IBGE, em 1970, contava com 33.966 habitantes; em 1980, passou a ter 136.321. Se comparada à população de 1960 (28.212 habitantes), registrou-se um crescimento de 383% na população do município em 20 anos. A figura 1 apresenta dados populacionais e a localização geográfica das três cidades gêmeas.

Figura 1 - Localização e informações populacionais das cidades trigêmeas



Fonte: IBGE; DGEDC; INDEC (2010). Organizado pelo autor (2022).

18. Reolon (2013) analisa essa urbanização na perspectiva da migração pendular.

Últimas estimativas da população destes três municípios, segundo seus respectivos órgãos estatísticos, apontam para os seguintes números (em habitantes): Foz do Iguaçu: 286.323 (2022); Ciudad del Este: 304.282 (2020). e Puerto Iguazú: 42.489 (2022). Comparativamente, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este aumentaram aproximadamente dez vezes suas populações registradas em 1970.

Pode-se afirmar que as economias das cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este se complementam em alguma medida, ao considerarmos que a primeira oferece hospedagens¹⁹ e turismo de lazer²⁰ em maior quantidade, enquanto a segunda tem a economia movida pela comercialização de produtos, grande parte deles importados.

Estudos realizados por Almeida (2019), referentes às cidades brasileiras localizadas nas fronteiras que possuem pontes binacionais e os países a que estão ligadas através desta infraestrutura²¹, entre 1997-2017, demonstram que a cidade fronteiriça que possui os fluxos mais intensos é Foz do Iguaçu, em sua fronteira paraguaia com Ciudad del Este. Estas cidades se complementam e constituem uma mancha urbana, interrompida na paisagem pelo Rio Paraná (SOUZA; FAGUNDES, 2018).

As assimetrias também são fatores a serem levantados quando o assunto é mobilidade, dado que se trata de países em condições socioeconômicas e culturais distintas e há uma segregação socioespacial. No contexto das condições de mobilidade que cada cidade oferece, insere-se a discussão sobre a fluidez territorial dada pelas bases técnicas (fixos), disponibilizadas e ampliadas a partir das condições de porosidade dadas pelos países.

19. Conforme Estudo Mensal de Ocupação de Hotéis e Pousadas de Foz do Iguaçu, no ano de 2022, considerando a categoria de hospedagem acima de R\$601,00 por dia, no mês de janeiro e julho teve uma ocupação de 63% e no mês de dezembro de 61% (DESTINO FOZ, 2023).

20. Conforme Resumo do Fluxo de Viajantes e Visitantes 2022, nos principais atrativos turísticos de Foz do Iguaçu, o Parque Nacional do Iguaçu recebeu 1.434.584; Itaipu Binacional: 618.706; Parque das Aves: 693.833; Marco das Três Fronteiras: 427.221. Totalizando 3.174.344 visitantes, sendo 1.497.528 passageiros no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu e 834.643 passageiros na Rodoviária Municipal de Foz do Iguaçu (DESTINO FOZ, 2023).

21 São dez fronteiras nessa condição, com os seguintes países: Venezuela, Uruguai, Suriname, Peru, Paraguai, Guiana Francesa, Guiana, Colômbia, Bolívia e Argentina.

Desde 2013, anualmente, o Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC) realiza pesquisa sobre o fluxo de veículos e de pedestres na Ponte Internacional da Amizade. A Ponte da Amizade tem movimento diário de aproximadamente 41,2 mil veículos. Conforme essa pesquisa, realizada entre os dias 24 e 27 de novembro de 2021, cerca de 83,4 mil pessoas cruzaram esta ponte, diariamente. O número ficou abaixo dos 87, 2 mil registrados em 2019, último ano em que a pesquisa havia sido realizada. Compras foram o principal motivo apontado pelos entrevistados para cruzar a ponte, representando 33,3%; seguido por lazer, 22,8%; e trabalho ou negócios, 17,5%. Os veículos de maior circulação na Ponte da Amizade são as motocicletas, representando 48,1% do total; seguido por carros, com 34,9%; e vans, com 10,3%. O maior fluxo de veículos foi registrado das 6h às 18h, sendo a maioria deles de placa do Paraguai, representando 64,14%, dos cerca de 165 mil veículos que foram totalizados nos quatro dias da pesquisa (PONTE..., 2022).

Cabe lembrar que, embora a base física dessas cidades seja constituída por territórios reticulares, o Estado, por meio de suas leis e normativas, busca organizar seus respectivos territórios impondo barreiras à contiguidade antes citada. A ausência de acordos e de normativas que deem conta da dinâmica fronteiriça é um limitador para a circulação, entendida sob a ótica da porosidade territorial. Todavia, a lógica espacial do fronteiro não segue a mesma lógica legal, imposta pela fronteira em sua acepção política.

Na confluência de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este evidencia-se uma desigualdade econômica, somada às disparidades na forma de conduzir o planejamento urbano. Essas desigualdades estão manifestadas nas condições de ir e vir que cada uma delas oferece no cotidiano da população que ali vive, em uma acepção transfronteiriça.

Considerando que a região em tela está espacialmente constituída como uma aglomeração urbana, manifestam-se diversas cidades, como se constituíssem a malha urbana de uma única cida-

de, com disparidades acentuadas, já que não estão apenas ligadas à questão econômica, mas também às particularidades de cada país.

Dentre essa gama de ações integradoras, a construção da Ponte da Amizade, na década de 1960, apresentou papel relevante, pois, ao mesmo tempo em que representa certa facilitação para a mobilidade terrestre entre Brasil e Paraguai, a mesma também implantou uma barreira, pois, a partir dela, existe um controle maior sobre o fluxo. A fiscalização se torna mais ágil do que nas muitas embarcações que faziam o transporte no passado.

Sob o ponto de vista de mobilidade urbana transfronteiriça, passou a haver a facilitação entre Brasil e Paraguai, promovendo não apenas a travessia em si, mas gerando um rol de outras ações, como o fortalecimento da economia e a ampliação das relações de apoio entre os povos fronteiriços, ampliando, porém, o fluxo e trazendo consigo a necessidade do seu ordenamento.

Embora a construção da Ponte da Amizade já viesse sendo discutida há anos, seus primeiros desdobramentos efetivos se deram em 29 de maio de 1956, quando foi assinado o acordo entre Brasil e Paraguai para tal construção. Segundo Guimarães e Souza (2010), a obra chegou a contar com cerca de mil funcionários, envolvendo inclusive empresas de outros estados na execução de algumas partes, devido à engenhosidade da estrutura.

Em 27 de março 1965, deu-se a inauguração da Ponte da Amizade, construída sobre o Rio Paraná, a fim de ligar as cidades de Foz do Iguaçu e a então cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner, atual Ciudad del Este. Com a presença do Presidente brasileiro Marechal Humberto Alencar Castelo Branco e do presidente paraguaio Alfredo Stroessner. A ponte facilitou as interações comerciais entre os dois países.

Essa ponte foi responsável por estabelecer um fluxo comercial (mesmo que ilegal, em parte) com Ciudad del Este, no Paraguai (SOUZA, 2009). As imagens, a seguir, figuras 2 e 3, demonstram a transformação do local, pois, ao analisá-las, verifica-se que havia pequena malha urbana no lado paraguaio no período da conclu-

são da ponte, meados da década de 1960, em oposição à imagem mais atual, de 2022, que retrata o crescimento de Ciudad del Este.

Figura 2 - Espaço e tempo da Ponte da Amizade 1960



Figura 3 - Espaço e tempo da Ponte da Amizade 2022



Os dois retratos acima representam espaços modificados ao longo do tempo. São paisagens, pretérita e presente, de uma fronteira em movimento, cujos elementos históricos da economia dos países, Brasil e Paraguai, representados pelas cidades gêmeas, constituem-se numa reconfiguração espacial, concomitantemente à reprodução da sociedade desses dois países.

Considerando que o fluxo de mercadorias, de pessoas, servi-

ços e outros na Ponte da Amizade se tornou intenso na atualidade, ocasionando saturação do trânsito em horas de pico, duas novas pontes estão sendo viabilizadas para desafogar a sobrecarga do transporte. Ambas serão financiadas pela Itaipu Binacional, sendo uma já concluída entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco, no Rio Paraná; e a outra entre Porto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai), no Rio Paraguai. Segundo a Advocacia Geral da União do Brasil:

[...] a construção das pontes está em consonância com os atos constituídos da Itaipu Binacional, que admitem claramente a possibilidade de realizar projetos com vistas a desenvolver infraestruturas não diretamente relacionadas às instalações da organização, mas relacionadas ao bem-estar da comunidade local e ao desenvolvimento regional, de modo que tanto a segunda (em Foz) quanto a terceira ponte (no Mato Grosso do Sul) estariam abarcadas em suas diretrizes e objetivos estratégicos (CONSTRUÇÃO..., 2018).

Outro aspecto que marcou o início de uma nova fase nas relações fronteiriças entre Brasil e Paraguai foi a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, que constituiu, na realidade, mais um projeto baseado na lógica do capital. Isso porque trouxe inúmeros impactos à região, tais como o crescimento demográfico acelerado, desacompanhado de ações que dessem conta de tal condição, além de outros²².

Roseira (2009, p. 4) ponderou sobre a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional e mencionou algumas heranças deixadas por essa construção:

Vários estudos sobre a economia de Foz do Iguaçu têm sido taxativos na definição da construção de Itaipu como um marco para os aspectos econômicos e sociais da cidade. A construção da hidrelétrica tem nesses aspectos tanto in-

22. Os impactos ambientais foram de grande monta. A flora e a fauna foram destruídas. Muitos pequenos produtores rurais foram desapropriados, cerca de 40.000 famílias, e removidos para locais de difícil acesso (SOUZA, 2009).

fluência positiva quanto negativa [...]. Mas, responsável pelo rápido crescimento demográfico de Foz do Iguaçu, e grande geradora de empregos para a massa de imigrantes, o término de sua construção se constituiu em um grande problema de ordem econômica e social.

Com a construção em definitivo da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional²³, os governos brasileiro e paraguaio passaram a receber mensalmente uma compensação financeira em forma de *royalties*. O valor do pagamento de *royalties* para cada município beneficiado é decorrente da metragem quadrada alagada para o processo de construção. Nesse sentido, cada município paranaense lindeiro ao lago de Itaipu²⁴ recebe um determinado valor, como forma de compensação pelas perdas acarretadas da desapropriação dessas terras (SOUZA, 2009). Doravante, os municípios paraguaios também o recebem.

Em relação aos municípios brasileiros que recebem *royalties*, comparados àqueles que não os recebem, estudos de Andrade Neto e Raiher (2020) analisaram o impacto dos *royalties* de Itaipu no desenvolvimento dos municípios. No fim, pôde-se inferir que os *royalties* de Itaipu contribuíram positivamente para o grau de desenvolvimento dos municípios lindeiros, medido pelo Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal (IPDM), no ano de 2016, como também na renda e na saúde destes no mesmo ano, existindo também um impacto na melhoria dos aspectos de saúde desses municípios, ao longo do tempo.

Diversos pesquisadores²⁵ constataram os problemas ocasionados pela construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Souza (2009; 2011) chamou atenção para a totalidade de espa-

23 Itaipu Binacional é líder mundial em produção de energia limpa e renovável, tendo produzido mais de 2,6 bilhões de megawatts-hora (MWh) desde o início de sua operação, em 1984. Com 20 unidades geradoras e 14.000 MW de potência instalada, fornece 11,3% da energia consumida no Brasil e 88,1% no Paraguai (ITAIPU BINACIONAL, 2023a).

24. Os 15 municípios paranaenses lindeiros ao lago de Itaipu são: Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Missal, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu, Diamante d'Oeste, Terra Roxa, Foz do Iguaçu, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Itaipulândia.

25. Conte (2012); Cordeiro (2009); Germani (2003); Ipardes (1977, 2008); Maggi (2015); Mazzarollo (2003); Ribeiro (2000); e Rolim (2004).

ço inundado, mencionando que em casos como esse o impacto é grande, pois as áreas urbanas da região são forçadas a acolher grande parte dessa população desabrigada pelo alagamento, quando da formação do lago. Sobre a situação das cidades lindeiras ao lago de Itaipu, Souza (2009, p. 11) observa que:

[...] há uma complexidade nas cidades de porte médio e pequeno em região de fronteira, pois o fluxo de pessoas e de automóveis, os serviços médicos e de saúde, o sistema educacional, o mercado de trabalho, o comércio e o turismo se mesclam e criam demandas para o conjunto de todos os municípios, saturando a capacidade dos mesmos municípios.

Assim, significativas implicações dessa construção são percebidas na dinâmica do município de Foz do Iguaçu, pois, com o início das obras da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, a cidade sofreu alterações intensas, e a população, que era de 33.966 habitantes em 1970, chegou a 136.321, em 1980, ou seja, houve um crescimento populacional exacerbado em um espaço de tempo curto.

A cidade passou a receber um contingente populacional das mais diversas origens em busca de trabalho no canteiro de obras. No ápice da construção, a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional chegou a contratar 40.000 funcionários, conforme dados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, e, ao final da obra, uma parte desses trabalhadores permaneceu na cidade, pois não regressaram mais ao seu local de origem, além de parte dos desabrigados pela formação do Lago de Itaipu. Curiosamente, Ciudad del Este também obteve crescimento populacional significativo nesse período, como também se demonstrou na figura *Localização e informações populacionais das cidades trigêmeas*.

Outro aspecto a ser mencionado em relação aos efeitos da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional foi o turismo. A partir de 1977, como já mencionado, a empresa abriu para a visitação. Segundo dados da Itaipu Binacional, de 1977 a 2020,

a represa recebeu aproximadamente 23 milhões de turistas. Em 2018, foi um dos melhores anos de visitação, do total de 1.024.549, 648.808 foram brasileiros e 257.940 foram paraguaios. Em 2019, o total de visitantes brasileiros (680.014) e paraguaios (348.211) foi de 1.028.225. Em 2020, devido à pandemia da Covid-19, o total foi de 295.211, sendo 235.685 brasileiros e 59.646 paraguaios, o restante era de outras nacionalidades (ITAIPU BINACIONAL, 2023b).

Com relação aos impactos causados pela implantação de novos fixos na fronteira, Renoldi (2013), em suas investigações, pontuou que esses projetos geraram grandes impactos ambientais e muitas transformações nas relações sociais da região, visto que houve um aumento no contingente de pessoas em pequenas cidades, que cresceram rapidamente, mas não atingiram um adequado nível de desenvolvimento.

O fato é que com a construção da ponte as relações comerciais se intensificaram e isso desencadeou a criação da Zona Franca em Ciudad del Este, no início da década de 1970, que, somada às diferenças de câmbio existentes entre esses dois países, começou a aquecer a economia local. As principais fontes de renda de Ciudad del Este estão atreladas ao comércio, fazendo dessa municipalidade uma importante fonte de receita para o Paraguai. Cabe ainda frisar que os turistas brasileiros representam uma boa parte das vendas dessa cidade. Pensando ainda pelo viés da economia local, a constante circulação de pessoas atraídas pelo comércio integra e potencializa a obtenção de lucros na rede de serviços de Foz do Iguaçu, uma vez que o turista realiza suas compras no país vizinho, mas pode utilizar dos serviços de alimentação, hospedagem e lazer em Foz do Iguaçu.

Por fim, é necessário mencionar que o turismo também é elemento constitutivo de grande circulação de pessoas nessa área da Tríplice Fronteira. Enquanto o turismo de Foz do Iguaçu é mais voltado ao lazer proporcionado pelas visitas ao Parque das Aves, às Cataratas do Iguaçu e à Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional; a Ciudad del Este se destaca pela atração do turismo de compras.

São recursos naturais e artificiais capitaneados para a atividade turística, prática econômica expressiva na fronteira, aliada ao comércio do setor terciário.

4 Considerações finais

A expansão urbana das cidades gêmeas é uma constatação do rápido crescimento populacional que a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional propiciou, além da infraestrutura criada na fronteira para integrar o Brasil e o Paraguai, necessária para permitir a fluidez e a porosidade territorial, no bojo da mobilidade urbana das cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Aspecto aferido pela circulação é o fluxo de pessoas, serviços, mercadorias, bens e produtos, que se intensificou na Ponte da Amizade. Essa infraestrutura de transporte é fundamental para permitir o desenvolvimento da fronteira, haja vista que a travessia de embarcações pelo Rio Paraná se tornou inviável ao longo do tempo. A construção de duas pontes entre Brasil e Paraguai, pelos Rios Paraná e Paraguai, é uma demonstração do aumento de atividades nessa região de fronteira.

A estrutura organizacional econômica se pautou no comércio de compras, de serviços e, especialmente, na atividade turística, dinamizando os territórios, uma vez que sua implementação promoveu importantes mudanças na organização do espaço, de modo a fortalecer o processo de transfronteirização. Processo este que permitiu maior integração regional, conforme os conceitos aplicados que elucidaram uma realidade urbana fronteiriça marcada por ritmos diferenciados de desenvolvimento.

Portanto, as cidades gêmeas são um caso específico de estudos, pois os seus territórios são decorrentes de uma dinâmica supranacional, nacional, regional e local. As potencialidades de desenvolvimento, assim como suas fragilidades, requerem acordos bilaterais, para que uma gestão seja compartilhada à luz de programas de cooperação, que poderão transcender os já existentes sob

o ponto de vista da produção de energia. Cooperações estas que também poderão ser no âmbito da atividade turística, assim como da mobilidade urbana e da circulação na região fronteira.

Referências

ALMEIDA, S. R. de. **As fronteiras do Brasil: Fluxos comerciais transfronteiriços nas cidades conectadas por pontes binacionais.** Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Relações Internacionais da UNIFAP. Macapá: UNIFAP, 2019. Disponível em: http://repositorio.unifap.br/bitstream/123456789/649/1/TCC_FronteirasBrasilFluxo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

ANDRADE NETO, A. O. de; RAIHER, A. P. Uma análise do impacto dos royalties de Itaipu sobre o desenvolvimento dos municípios lindeiros paranaenses. **Revista Gepec**, v. 24, n. 2, 2020.

ARGENTINA. INDEC. **Anuário Estadístico de la Republica Argentina**, 2001. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Institucional-Indec-Publicaciones-1>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. **Portaria 125, de 24 de março de 2014**, que dispõe sobre a regulamentação de cidades gêmeas, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRAUDEL, F. **Civilização, matéria, economia e capitalismo.** Século XV-XVIII. Os jogos das trocas. v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARLOS, A. F. A. Urbanização da sociedade: um desafio à reflexão. **Revista Cidades**, v. 5, n. 8, 2008.

CARNEIRO FILHO, C. P. **Fronteiras Irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata.** Porto Alegre: Ideograf, 2016.

CONSTRUÇÃO de duas pontes entre Brasil e Paraguai será financiada por Itaipu. **Portal G1 PR**, Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2018/12/19/construcao-de-duas-pontes-entre-o-brasil-e-o-paraguai-sera-financiada-por-itaipu.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CONTE, C. H. **Foz do Iguaçu na rede de cidades**. Dissertação (Mestrado). PPG em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2012.

CORDEIRO, E. O Tratado de Itaipu e os acordos alcançados com o Paraguai. **Interesse Internacional**, 2009. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/o-tratado-de-itaipu-e-os-acordos-alcancados-com-o-paraguai/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CRUZ, M. C. O conceito de formação espacial: sua gênese e contribuição para a Geografia. **Geographia**, ano 5, n. 9, 2009.

DESTINO FOZ. **Foz do Iguaçu: destino do mundo**. Disponível em: <https://www.destino.foz.br/dashboards/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

GERMANI, G. I. **Expropriados, terra e água: o conflito de Itaipu**. 2 ed. Salvador/Canoas: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GHIZZO, M.R; ROCHA, M. M. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas ciências humanas. **Revista Espaço Plural**, ano 9, n.18, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1638>. Acesso em: 26 abr. 2023.

GUIMARÃES, G. de S; SOUZA, E. B. C. A Ponte Internacional da Amizade e suas territorialidades: dinâmica da fronteira do Brasil com o Paraguai. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), 2010, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: XVI ENG, 2010.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro de municípios localizados na Faixa de Fronteira**, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm?c=3>. Acesso em: 30 mar. 2012.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estudos dos efeitos econômicos e sociais da hidrelétrica de Itaipu sobre a região Oeste do Paraná**. Curitiba, 1977.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás – Oeste paranaense: o 3. Espaço relevante.** Curitiba, 2008.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** configurações atuais e tendências da rede urbana. V. 3. Brasília: IPEA, 2001.

ITAIPU BINACIONAL. **Atualização tecnológica da usina.** 2018. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/tecnologia/atualizacao-tecnologica-da-usina>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ITAIPU BINACIONAL. **Produção anual de energia.** GWh. 2023. <https://www.itaipu.gov.br/energia/geracao>. Acesso em: 30 jul. 2023a.

ITAIPU BINACIONAL. **Itaipu em números.** Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/turismo/turismo/estatisticas>. Acesso em: 31 jul. 2023b.

LEFEBVRE, H. **Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, K. K; AMARAL, M. C. do. **Gestão do transporte e trânsito em Belo Horizonte:** construindo uma mobilidade urbana sustentável, 2013. Disponível em: <http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublicodl/Temas/Observatorio/observatorio-da-mobilidade-publicacoes-2013/Artigo> Acesso em 15 fev. 2017.

LOPES DE SOUZA, M. Urbanização e desenvolvimento. Rediscutindo o urbano e a urbanização como fatores e símbolos de desenvolvimento à luz da experiência brasileira recente. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 56, n. 1/4, 1994.

MAGGI, L. B. Itaipu e a formação do território do capital. **Revista Nera**, ano 18, n. 27, 2015.

MAMIGONIAN, A. A Geografia e “a formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, M. A. A. de. (Org.) **Mundo do cidadão, um cidadão do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996. p.198-206.

MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça:** esbanjamento econômico, drama social e holocausto econômico em Itaipu. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

PARAGUAI. **DGEEC** - Dirección General de Estadística, Encuestas Y Censos, 2023. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/datos/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

PONTE da Amizade tem movimento diário de aproximadamente 41,2 mil veículos, aponta estudo. **Portal G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/04/06/ponte-da-amizade-tem-movimento-diario-de-aproximadamente-412-mil-veiculos-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2023.

PORTARIA define cidades-gêmeas e lista Municípios que estão dentro dos critérios. **Confederação Nacional dos Municípios**, 2014. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/index.php/comunicacao/noticias/portaria-define-cidades-g%C3%A4meas-e-lista-munic%C3%ADpios-que-est%C3%A3o-dentro-dos-crit%C3%A9rios> Acesso em: 30 set. 2020.

RENOLDI, B. Fronteras que caminan: relaciones de movilidad en un límite trinacional. **Revista Transporte y Territorio**. n. 9, CONICET, Universidad Nacional de Misiones, Argentina, 2013.

REOLON, C. A. A aglomeração urbana internacional de Foz Iguaçu/Brasil: uma aproximação através de análise da migração pendular. **Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas**, ano 1, v. 1, n. 6, 2013.

RIBEIRO, G. Fernand Braudel et les métamorphoses du temps et de l'espace : le concept de géohistoire en La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II (1949 et 1966). **Confins**, v. 21, n. 21, 2014.

RIBEIRO, M. F. B. Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu. In SOUZA, A. J. SOUZA, E. B. C. de. MAGNONI JÚNIOR, L. (Orgs.). **Paisagem, Território e Região**: em busca da identidade. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 259-272.

ROLIM, C. **Como analisar as regiões transfronteiriças?** Esboço de um enquadramento teórico-metodológico a partir do caso de Foz do Iguaçu. São Paulo: TD Nereus, 2004.

ROSEIRA, A. M. Foz do Iguaçu, integração regional e dinâmica espacial na tríplice fronteira. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, **Anais** [...] Montevideu, 2009.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, 1977.

SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, E. B. C. de. **A (re)produção da região do Lago de Itaipu**. Cascavel (PR): Edunioeste, 2009.

SOUZA, E. B. C. de. A Geopolítica da Produção do Espaço: localização da hidrelétrica da Itaipu Binacional. **Revista Geografares**, v. 9, 2011.

SOUZA, E. B. C de; FAGUNDES, V. A. Mobilidade urbana em cidades gêmeas: disparidades regionais do Brasil e Paraguai. **Revista Ciência Geográfica**, v. 22, 2018.

VALLAUX, C. **El suelo y el Estado**. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1914.

5. A SAÚDE E A FRONTEIRA PONTA PORÃ/BRASIL-PEDRO JUAN CABALLERO/ PARAGUAI

Luci Meire Corrêa Anastácio

Universidade Federal da Grande Dourados

lucimeirecorrea@hotmail.com

Kamila Madureira da Silva

Universidade Federal da Grande Dourados

kamila_agro@hotmail.com

Alexandre Bergamin Vieira

Universidade Federal da Grande Dourados

alexandrevieira@ufgd.edu.br

1 Introdução

A fronteira internacional, na atualidade, vem sendo alvo de interesse de pesquisadores e estudiosos, devido a sua interação e integração com os países vizinhos, formando territórios híbridos, ou seja, há uma (re)definição do conceito de fronteira(s), que enfatiza menos o caráter de soberania nacional e da fronteira como limite, e mais como um local de práticas diversas, híbridas, conflitantes, conflituosas e também complementares. Dessa forma, as fronteiras não configuram mais uma simples demarcação ou delimitação dominial ou patrimonial de um país, são um entre-lugares repletos de riquezas sociais e culturais, “*que se formam no vão do espaço da fissura existente entre o rigorismo do discurso político-jurídico e as contingências da vida*” (SILVA, 2018, p. 36).

Contudo, em determinados momentos, uma racionalidade homogeneizante busca apagar a multiplicidade cultural típica

dos espaços fronteiriços, derivando em distintas formas de consolidação de poder e de controle do Estado no interior dessas territorialidades, redefinindo práticas e políticas dos sujeitos com dinâmicas próprias de *“una vida fronteriza, moldeadas por unas políticas de regulación y disciplinamiento”* (MEDINA, 2020, p.81).

Fronteira, assim, é o espaço onde se entrelaçam as influências dos Estados, dos territórios e das comunidades/sujeitos em contato, a qual pode encontrar atividades econômicas, sociais e culturais, construindo por vezes, práticas compartilhadas que podem construir uma identidade fronteiriça. Portanto, muito mais do que apenas contato entre os Estados, territórios e pessoas, é espaço e vivido pelas suas gentes, de lá e de cá da fronteira, ou seja, é território usado (SANTOS, 1999).

Este texto lançou sua visão e análise da fronteira seca de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul (Brasil), e Pedro Juan Caballero, no Departamento de Amambay (Paraguai) a partir do seu fechamento pelo Estado Paraguaio, no período da pandemia de Covid-19, em meados do ano de 2020. Dessa forma, a pesquisa se desenvolveu numa localidade permeada por especificidades, uma fronteira seca, o que traz manifestações muito peculiares, marcadas por uma série de interações.

O governo paraguaio decretou, em março de 2020, o fechamento do comércio, toque de recolher à noite, associado ao primeiro dia do fechamento da fronteira, assim como medidas sanitárias de higiene e de isolamento social. Por outro lado, em Ponta Porã, houve isolamento social e medidas sanitárias em tempo diferenciado da cidade vizinha, obedecendo decreto estadual de Mato Grosso do Sul.

Essa pesquisa faz parte de um estudo para tese de doutorado na área de fronteira e saúde, mais especificamente nas cidades de Ponta Pora/MS/Brasil e Pedro Juan Caballero/Amambay/Paraguai, a qual terá seu objeto pesquisado e analisado levando em conta as realidades das duas cidades, no âmbito da saúde pública.

2 Fronteira: entre a integração e o limite

Oliveira (2005) descreve com riqueza de detalhes a vivência fronteiriça e expõe de forma minuciosa os pensamentos e sentimentos implícitos dos fronteiriços, com suas relações paradoxais:

Não há, no ambiente fronteiriço, em especial, nas *idades gêmeas*, apenas a difusão de comunidades condicionadas a demandar relações de convivência onde se entrelaça sangue, línguas e capitais, ou seja, trocas. Há, por sua vez, um monitoramento dos ruídos que ameaçam ou violam a integridade territorial, e uma vigilância constante sobre a soberania e sobre o fio da existência cultural. É um local onde os direitos servem mais a si, enquanto os deveres servem mais aos vizinhos, ou seja, trocos. São as existências das ricas trocas e dos trocos nas relações ambíguas e suas acomodações, que definem um comportamento invulgar, leve e ríspido (OLIVEIRA, 2005, p. 386).

Os fronteiriços convivem no dia a dia com diversos e ambíguos sentimentos, colocando em evidência o que mais lhes convêm, uma vez que transitam de um lado a outro da fronteira, mantendo relações diferenciadas em ambos os espaços, contudo, no ano de 2020, esse trânsito fora interrompido, por conta do fechamento da fronteira pelo Paraguai, devido às políticas sanitárias relativas à contenção e controle da pandemia de Covid-19.

No entendimento de Paixão (2006), a definição dos termos fronteira e limite ganha certa equivalência e, conjugados, apontam para uma funcionalidade que os ressalta como um front, termo que se constitui primário para fronteira, apresentando o que vem à frente, ou seja, a parte do território situado ‘in frente’, nas margens, consignando, portanto, uma qualidade e não uma entidade (NOGUEIRA, 2007, p. 3).

Outra proposta sobre fronteiras internacionais, em que se diferenciam os termos fronteira e limite, foi apresentada por Dorfman e Rosés (2005):

Usualmente analisam-se as fronteiras internacionais diferenciando fronteira e limite. Este último é um atributo do Estado-Nação, delimitando soberania, isto é, demarcando a vigência de normas estatais diferenciadas em cada um dos seus lados e extensivas no interior do território. A fronteira distingue os territórios estatais, mas não os torna estanques, na medida em que fluxos de pessoas, objetos e informação cruzam constantemente o limite. Na fronteira criam-se possibilidades de atividades econômicas, atraindo população, inclusive de origens diferentes daquelas das nações em contato, a descontinuidade e justaposição das normas nacionais sendo a origem dessas possibilidades. (DORFMAN; ROSES, 2005, p. 200 e 201).

Sanguin (2015) apresenta tipos diferentes de paisagens de fronteira político-geográfica sob três perspectivas:

[...] por um lado, o recente movimento em direção ao retorno de muros como uma forma de paisagem de fronteira; por outro, a estética de fronteira como um tópico de geografia cultural; finalmente, a paisagem de fronteira como uma ferramenta para a cooperação entre os países transfronteiriços. (SANGUIN, 2015, p. 405).

Ainda segundo o autor (Op. cit.), os muros, as barreiras, as cercas e as barricadas aparecem como uma ferramenta chave do Estado na luta contra o crime, o tráfico de drogas e, sobretudo, a imigração ilegal. Existem, atualmente, quarenta e oito muros que estão distribuídos em vinte e nove mil quilômetros de fronteiras (VALLET; DAVID, 2012, p. 3).

O muro sempre foi uma constante nas relações internacionais e na definição da fronteira como um limite. Complementa ainda Sanguin (2015) que, apesar de algumas exceções, o muro nunca foi tomado como um fenômeno global pelos cientistas sociais. De certa forma, os muros se tornaram as linhas de falhas da globalização. Algumas democracias têm demonstrado sua habilidade e velocidade para recapturar seu controle de fronteira.

Embora o muro seja um artefato que reporta à Antiguidade, é tema presente em diversos discursos políticos, paisagens de fronteiras, como cercas, muros e barreiras, ainda são frequentes e representam os tipos mais conhecidos, não apenas por ser os que mais aparecem na mídia, mas também por serem, aos olhos da opinião pública, os que apresentam maior taxa de tragédia e desastres humanos (SANGUIN, 2015).

Entretanto, os muros, as cercas, barricadas e barreiras pertencem a diferentes tons, dependendo dos conflitos envolvidos, ou se são resultados de política de segurança pública ou controle de fluxos migratórios. Alguns dos casos atuais são a construção do muro de segurança entre Estados Unidos e México que busca coibir o fluxo migratório de pessoas, armas e drogas para o território americano e, também, o muro de 40km sendo construído na Grécia para barrar a entrada de afegãos, mais recentemente.

Ratzel (1988) *apud* Mondardo (2018) afirma que “Reconhece também um ”movimento transitório”, como se a fronteira, pela função legal do Estado, pudesse ser “suspensa por um momento”, ou, em outras palavras, “desligada”. Segundo o autor, a zona de fronteira representa a coisa real e a linha de fronteira sua abstração (p. 37).

Trabalhar com/em/na fronteira implica estabelecer um jogo permanente de interpretação e conexões variadas. Pois são janelas e portas que permitem a passagem, mas também impedem a entrada. Ser fronteira é produzir algo mais, é ser um plus, é ser mais ainda do que uma soma de partes. É produzir um novo, específico, distinto das partes constitutivas (PESAVENTO, 2006).

3 O Estado brasileiro e suas fronteiras

No Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 foi criado um programa específico para a faixa de fronteira brasileira. Naquele ano, o Ministério da Integração Nacional (MIN) instituiu o Programa

de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF (SCHERMA, 2016). Desde o início do Programa o objetivo era a redução das desigualdades, bem como a promoção das oportunidades, da garantia, da soberania, da cidadania e reconhecimento do abandono destes espaços territoriais por parte do Governo (BRASIL, 2009). Busca-se, conforme o PDFF, reversão desse quadro, por meio de medidas que incidem em auxiliar a população fronteiriça a resgatar sua dignidade.

De acordo com o PDFF, o Brasil faz fronteira com dez países, sendo que a faixa de fronteira corresponde a 27% do território nacional (11 estados e 588 municípios), abarcando cerca de 10 milhões de habitantes nessa área. É configurada como uma área de baixo desenvolvimento, e marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, causada pela carência de coesão social, pela inobservância de cidadania e dificuldades peculiares à cada região fronteiriça.

No campo das interações transfronteiriças, o PDFF aponta que as situações de fronteira não são as mesmas ao longo do limite internacional (continental) do País, em razão das diferenças geográficas, do tratamento diferenciado que recebe dos órgãos de Governo, das relações específicas e do tipo de relações estabelecidas com os povos vizinhos (BRASIL, 2009).

Para o planejamento e a reformulação do PDFF, o Ministério da Integração Nacional contratou para um levantamento detalhado, visando a sub-regionalização da faixa de fronteira, o Grupo Retis²⁶, coordenado pela professora Lia Osório Machado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa busca de dinamização das sub-regiões, enfoca-se o fortalecimento dos atores locais e a articulação das atividades econômicas regionais. Segundo o estudo realizado pelo PDFF, uma das ameaças às fronteiras consiste:

26. Grupo Retis de Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, formado por pesquisadores-doutores, doutorandos, mestres, mestrandos e bolsistas de iniciação científica, atua desde 1994, no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio do CNPq, da FINEP, da FAPERJ e do CEPG/UFRJ e com a participação de pesquisadores associados de outras instituições. Foi responsável pela Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (GRUPO RETIS, 2023).

[...] no progressivo esgarçamento do tecido social, na miséria que condena importantes segmentos da população ao não exercício da cidadania plena, no desafio cotidiano perpetrado pelo crime organizado e na falta de integração com os países vizinhos (BRASIL, 2009, p. 6).

A faixa de fronteira, segundo a atual Constituição (BRASIL, 1988), foi instituída em 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, e é considerada fundamental para defesa do território nacional, sendo que sua ocupação e utilização são reguladas em lei.

Ao levarmos em consideração esta área para o estado de Mato Grosso do Sul, o mesmo apresenta 48% de seu território inserido em faixa de fronteira. Esta é motivada como área estratégica para a segurança nacional, utilizada fundamentalmente como área de defesa nacional, caracterizada por deliberação de barreiras às ameaças externas e por estabelecer limites nas relações com o país vizinho.

De acordo com o PDFF, as principais iniciativas para exercício da condição da cidadania dos habitantes da faixa de fronteira apresentam como prioridade as ações voltadas para o desenvolvimento da população, dentre elas destacam-se:

[...] apoio às instituições de defesa dos direitos humanos, incentivo ao fortalecimento da representação de grupos prioritários nos fóruns de desenvolvimento, valorização e divulgação da cultura local, integração das ações de saúde e promoção de ensino bilíngue. (BRASIL, 2009, p. 15).

O Governo Federal propunha concretizar as ações com a união de ministérios, criando uma Câmara de Políticas e Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que faria a materialização dos objetivos propostos. Essa Câmara seria composta de vinte e três ministérios e secretarias especiais, coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República, formando um Grupo de

Trabalho Interministerial (GTI).

A ênfase estaria nas interações transfronteiriças e cidades gêmeas, envolvendo os serviços de consumo coletivo, ao excetuar os casos de cidades gêmeas com nível similar de desenvolvimento. Nessas cidades é comum a duplicação de serviços de consumo coletivo, como a saúde e a educação, em que a assimetria na oferta de serviços é responsável por fluxos transfronteiriços, na maioria das cidades, com dominância de fluxos dirigido ao Brasil.

A realidade ocorrida na fronteira, em tela atualmente, pode ser parafraseada pelo que apresenta Oliveira (2015), em que diante da separação das cidades gêmeas, afirma que todo esse farpado (arame) e policiais paraguaios não impedem o surgimento de relações rebeldes entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Segundo o autor (Op. Cit.), de todo modo e em todos os sentidos, a fronteira é convidada a sair da condição de amorfia para uma condição diligente – aceita, se rebela e metamorfoseia sua morfologia!

4 Pandemia da Covid-19: a cerca e o limite

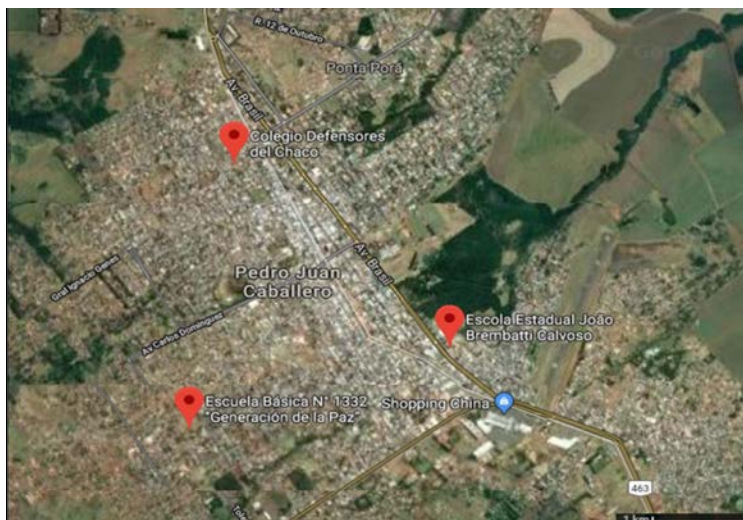
A globalização supõe um mundo sem fronteiras, de acordo com Bauman (2005). No mundo atual as fronteiras assumem diferentes formas, segundo Sanguin (2015), as quais podem ser observadas em suas paisagens: cidades gêmeas de fronteira internacional, que cresceram de forma interdependente a partir dos dois lados da fronteira.

Sanguin (2015) afirma ainda que cidades gêmeas separadas por fronteira ilustram, a seu próprio modo, a lacuna e a ordem impostas e fixadas pelos Estados, bem como o caráter mais espontâneo dos assentamentos. A distinção de cada paisagem de fronteira é fruto de uma interação complexa de diferenças relacionadas aos fluxos políticos, sociais e econômicos. A diversidade de paisagens na fronteira nos permite pensá-la tanto como espaço que pode representar separação ou barreira, quanto contato, proximidade e

interação. As diferenças presentes nas práticas socioculturais de populações fronteiriças são muitas vezes visíveis.

A fronteira constituída pelas cidades gêmeas de Ponta Porã-MS e Pedro Juan Caballero-Paraguai constitui a paisagem de uma só cidade separada somente pelos limites formais (OLIVEIRA e ODDONE, 2012), ou seja, uma única conurbação na qual, ao ser observada a partir da imagem de satélite (Figura 1), só se enxerga a *linha internacional* quando “desenhada manualmente” como observamos em diversos trabalhos recentes, tais como em Anastácio (2018), Silveira (2019), Lima (2019) e Moura (2019), etc.

Figura 1 - Conurbação Ponta Porã-Brasil e Pedro Juan Caballero-Paraguay (2018)



Fonte: Google Maps (2018).

Essa única conurbação, ainda, pode confundir os desavisados ou aqueles que visitam a fronteira pela primeira vez, pois em determinados pontos, “o lado de lá e o lado de cá” está em apenas atravessar o canteiro central de uma avenida.

Segundo estudo realizado pelo Geo Ponta Porã – Perspectivas para o Meio Ambiente Urbano²⁷ –, as cidades de Ponta Porã e Pe-

27. Geo Ponta Porã Perspectivas para o Meio Ambiente Urbano – Parcerias com Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Instituto de Estudos da Religião (ISER), Programa das Nações Unidas para os assentamentos Humanos (UN-HABITAT),

dro Juan Caballero são separadas pela chamada linha de fronteira seca. O processo de ocupação e urbanização ocorreu a partir da ocupação desta linha fronteira, de forma que tanto as residências como as lojas comerciais foram sendo instaladas ao longo deste limite. Este processo favoreceu a integração espacial e populacional entre os habitantes de ambas as cidades, aproximando as duas culturas.

As cidades são mescladas em diversos aspectos próprios à evolução particular, ou seja, são interdependentes em muitos pontos, uma não pode ser entendida sem considerar a realidade da outra. Essa mescla de população, com sua história de formação, não pode ser desconsiderada.

Observa-se, portanto, uma única cidade, porém binacional. Cotidianamente, na linha divisória imaginária (Figura 2) ocorre a passagem rotineira dos povos destas cidades integradas numa só, local em que não impera o caos, e sim um controle social, diplomacia popular, que admite e alimenta a diplomacia oficial e o controle oficial. A fronteira em questão não existe como barreira e passagem, contudo existe como um ambiente urbano binacional constante de vida coletiva, marcada pelo contato e pelas possibilidades de integração.

Segundo Gallino (2006) *apud* Bento (2012), integração significa estado de integração, fato social, estado de vida coletiva em que a maioria (não se exige unanimidade) da população ordena de forma regular, ordinária, eficaz, reciprocamente, as suas ações sociais cotidianas. De acordo com o autor, o estado de integração social caracteriza-se por baixo nível de conflito, ou seja, maior índice de consenso social, também pela gestão eficaz dos conflitos, que evita rupturas e fortalece a integração, mantendo a diversidade.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Iniciado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para avaliar o estado do meio ambiente nos níveis global, regional e nacional. Além de propiciar uma avaliação do estado do meio ambiente dos países e das regiões, utiliza um processo participativo que ajuda a fortalecer os conhecimentos e as capacidades técnicas de atuação na área ambiental por meio da construção de um consenso sobre os assuntos ambientais prioritários. No intuito de formar um relatório ambiental integrado, que tem a finalidade de produzir e comunicar informações pertinentes sobre as interações-chave entre o meio ambiente natural e a sociedade.

Figura 2 - Linha (imaginária) Internacional Ponta Porã-Pedro Juan Caballero



Fonte: Anastácio (2020).

Essa proximidade oportuniza uma série de inter-relações entre os moradores da fronteira. A fronteira física e o processo de conurbação exercem variadas influências e interações na população fronteiriça. Entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero há livre circulação de pessoas, não existem rios, nenhum impedimento natural ou criado pelo homem. No centro das duas cidades existem vários marcos simbolizando a interação internacional das populações. Para passar de Ponta Porã a Pedro Juan Caballero, e vice-versa, não é preciso apresentar passaporte, até porque tal controle seria impossível numa cidade binacional conurbada. Mondardo (2018) corrobora com a importância de:

[..] demonstrar que as alianças políticas não ocorrem de forma homogênea, muito menos se apagam nessa rede as heterogeneidades. O que existe são múltiplos sujeitos que convergem suas lutas em determinados momentos e situações, em torno de um objetivo comum, sendo que o mais relevante é o direito ao território. Essa discussão demonstra a problemática territorial e a multiplicidade de sujeitos envolvidos para a regularização da convivência local. (MONDARDO, 2018, p. 260).

Houve fechamento das cidades gêmeas de Ponta Porã-MS/Brasil e Pedro Juan Caballero-Amambay/Paraguai no ano de 2020, quando iniciaram os primeiros casos confirmados de Covid-19 nos dois países. Em março daquele ano o governo do Paraguai determinou o fechamento da fronteira. Assim, utilizando arames farpados, pneus, soldados e viaturas, homens da Guarda Nacional (Figura 3) passaram a impedir a entrada e saída de pessoas entre as duas cidades. O intuito do presidente do Paraguai era impedir a proliferação do vírus a partir do trânsito das populações fronteiriças. A alegação era que o país não tinha estrutura de saúde em hospitais e postos de saúde suficientes para atender a demanda, que poderia ocorrer com a interação dos povos. Abinzano (2005) complementa que:

Hoy es inadmisible investigar sobre la región sin integrar todas las perspectivas y sin tener en cuenta a los que están trabajando “desde el otro lado”. (...) En cuanto al sistema de salud vemos que se ha constituido en un factor de utilización transnacional en forma conflictiva, pero inevitable dadas las diferencias objetivas de los sistemas públicos de salud. (ABINZANO, 2005, p.120).²⁸

É necessário ver neste “cenário de guerra” em que nesse momento se tornou o espaço fronteiriço, no evento da pandemia mundial do Covid-19 e pós-fechamento da fronteira, o devir de territorialidades alternativas pelos novos territórios que foram gestados e estão sendo gestados e, com eles, compreender as formas mais fecundas de apropriação da natureza e das relações sociais, numa interação híbrida e inovadora, de convivência entre as múltiplas trajetórias, mesmo num espaço marcado pela tensão, contenção territorial, imposição política, preconceito e violência (MONDARDO, 2018).

Na visão da saúde pública, as fronteiras são consideradas

28. Hoje é inadmissível investigar sobre a região sem integrar todas as perspectivas e sem ter em conta todos os que estão trabalhando “do outro lado”. [...] Quanto ao sistema de saúde vemos que tem se constituído num fator de utilização transnacional de forma conflitiva, porém inevitável dadas as diferenças objetivas dos sistemas públicos de saúde (tradução livre).

como territórios vulneráveis, uma vez que os agentes patogênicos e os vetores circulam sem dificuldade entre os limites internacionais, por se tratar em geral de uma barreira artificial (imposta) aos fluxos naturais e sociais que sustentam a vida numa determinada região (FRANCO *et al.*, 2020).

A busca de um consenso para os problemas das zonas de fronteiras deveria ser realizada pelos países vizinhos, para efetivar ações conjuntas e coordenadas com a participação das instituições dos representantes das comunidades de cada lado da fronteira. Contudo, inexistente a cooperação transfronteiriça no campo da saúde, pelas barreiras encontradas nos modelos, normas e regulamentos distintos em cada país e muitas vezes incompatíveis entre si (FRANCO *et al.*, 2020).

Figura 3 - Militares paraguaios fecham a fronteira Brasil-Paraguai (março de 2020)



Fonte: Anastácio (2020).

As “inseguranças” de risco de vida pelas ameaças e perseguições sofridas durante o fechamento da linha de fronteira fazem parte da problemática da demarcação da faixa de fronteira. Essa situação coloca, de certo modo, a biopolítica no centro do debate quando a exceção se torna, hoje, a regra da política contemporânea por um tipo de refortalecimento do Estado – que Agambem (2002) considera como “Estado de exceção” – pela adoção de me-

didas de emergência que visaram o controle da transterritorialidade da população fronteiriça, notadamente no recorte temporal, em que houve no ápice da pandemia de Covid-19 (HAESBAERT, 2008 *apud* MONDARDO, 2018).

Diante da nova realidade, os fronteiriços tiveram que se adaptar à restrição de transpor os limites territoriais do outro país, medidas inéditas e inimagináveis pelos habitantes do território em tela, proporcionando uma sensação de limitação e coerção no modo de viver, pela liberdade de entrosamento e convivência natural vivida entre os dois povos cotidianamente, desde suas fundações. Assim, a fronteira se torna limite e o espaço da norma, conforme preconizado por Santos (1999), imposto pelo Estado Nacional, se comina sobre o território usado.

No evento da pandemia, os fronteiriços vivenciaram ações de prevenção e isolamento social no início do mês de março de 2020, com o fechamento da fronteira, que foi amplamente divulgado pela imprensa local (Figura 4). A medida resultou na divisão da população das duas cidades gêmeas, fato inédito na história, que causou um sentimento de não pertencimento em ambas as populações, que até então sempre foram integradas e se reconheciam como uma única cidade.

Figura 4 - Divulgação da mídia sobre o fechamento da fronteira Brasil-Paraguai



Fonte: Brasiguiaio News (2020).

Foram meses de tensão e uma repentina e passageira perda da identidade transfronteiriça. Os de cá e os de lá, que nunca se sentiram nem de cá e nem de lá, sentiram-se desterritorializados do seu “*No soy de aqui, ni de allí. Yo soy!*” (SOUZA, 2018). Assim, o fechamento buscou romper a fronteira múltipla e integradora para impor uma fronteira vigiada e desconhecida. Amaral (2016) pontua que:

[...] a fronteira vive um constante paradoxo, construída como separação, mas tornando inevitável sua porosidade, vive o dilema da hibridização contra a diferença. Os arranjos produtivos bem como as problemáticas sociais são binacionais, tornando as relações entre os locais de países diferentes por vezes obrigatórias. É o paradigma binacional o tempo inteiro refletido nas políticas de migração, de defesa, de saúde, de segurança pública, de cultura [...] (AMARAL, 2016, p. 28).

No final de 2020, a fronteira foi reaberta e pouco a pouco, o novo normal se instalou no recorte espacial, observando receio de ambos os lados da população em voltar a interação do outro lado em que se encontravam, seguindo todas as regras sanitárias dos governos paraguaio e brasileiro, pelo motivo da pandemia não ter acabado. Interessante observar que o comércio paraguaio se equipou para a reabertura das atividades, com equipamentos eletrônicos modernos de controle de temperatura sensorial pela tela de computador e de higiene de forma rigorosa, na maioria dos comércios.

Como a pandemia continuava, a população paraguaia procurou atendimento médico e garantiu direito à vacinação em Ponta Porã. O prefeito de Ponta Porã buscou evidenciar a abertura da fronteira às autoridades estadual e federal, para justificar o aumento do número de doses da vacina, no intuito de barrar o avanço dos casos na faixa de fronteira. Um dos critérios para receber a vacinação foi o comprovante de residência, para garantir que os

moradores de Ponta Porã recebessem.

Benetti e Araújo (2012) ressaltam a cidadania, com vínculo do cidadão a um determinado território – o Estado Nacional:

[...] a cidadania, na concepção liberal, vincula o cidadão, limitado em direitos civis e políticos, a um determinado território – o Estado Nacional. [...] Todavia, com as transformações sofridas, hoje já se trabalha com a possibilidade de uma cidadania transnacional, ou seja, uma cidadania produzida para se realizar além das fronteiras de um Estado nacional. (BENETTI; ARAÚJO, 2012, p. 47).

Hoje pensa-se em direitos tutelados do cidadão onde quer que se encontre, independentemente de sua nacionalidade, deixando a cidadania de ser o vínculo exclusivo que une o cidadão ao Estado, para o cidadão ser vinculado ao mundo.

Os princípios fundamentais do ser humano são confrontados com a questão da nacionalidade, tais como a liberdade, a igualdade e a dignidade. Segundo Benetti e Araújo (2012):

Não cabe mais pensar a cidadania como direito e de autonomia de pertencimento ao cidadão de um determinado território. Esses direitos fundamentais são universalmente reconhecidos e garantem a cidadania, e não mais por possuir nacionalidade de um determinado Estado. (BENETTI; ARAÚJO, 2012, p. 50).

Pensando estritamente o caso do Brasil com o Paraguai, Albuquerque (2005) define situações e interesses para efetivação de dupla cidadania, dada a ausência de cidadania comunitária e por que não dizer humanitária, no MERCOSUL:

Na tensão entre conflito e integração são definidas muitas estratégias políticas de identidade nessa zona de fronteiras. Conforme as situações e os interesses em jogo, os imigrantes se definem como “paraguaio” ou “brasiguai”. [...] Nesse processo de disputas por identificação nacional, os

imigrantes utilizam estratégias de efetivação de uma dupla cidadania e de uma identificação nacional em que não se estabelece uma relação direta entre língua e nação. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 202-203).

Na faixa de fronteira as identidades se transformam em jogo de conveniência, e se evidenciam de acordo com a situação em que se apresenta, e o autor (Op. cit.) continua relatando essas situações ambíguas e contraditórias:

A efetivação e a negação de uma dupla cidadania não se limitam aos aspectos legais e ilegais. As fronteiras entre o cidadão e o estrangeiro remetem aos processos de identidade e de reconhecimento pelo “outro”. Ser legalmente paraguaio e brasileiro, como muitos dos descendentes dos imigrantes, não significa se identificar e ser reconhecido como pertencente simultaneamente aos dois países. O que existe são situações de afirmação e negação da outra conforme as pressões sociais e os interesses econômicos e políticos em disputa. [...] A identidade brasileira ou paraguaia é uma forma de identificação situacional neste ambiente de fronteiras entre os dois países. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 216-219).

Albuquerque (2005, p. 217) destaca ainda que as “identidades são geralmente móveis e contraditórias no cenário das fronteiras culturais e simbólicas”. Os atores sociais assumem determinadas identidades, conforme o jogo político local.” O autor (Op. Cit.) complementa que:

Os processos migratórios rompem com as fantasias das culturas nacionais homogêneas e das identidades fixas e consolidadas. Muitos imigrantes e seus descendentes, socializados na confluência de duas “culturas nacionais”, sentem-se familiarizados e estranhos dos dois lados do limite internacional (ALBUQUERQUE, 2005, p. 220).

5 Considerações finais

Durante a pandemia de Covid-19, a fronteira que sempre fora o “entrelugar” para aqueles que a vivem, a fronteira dos encontros, que faz parte dos seus cotidianos, é fonte de trabalho formal e/ou informal, do contrabando, do tráfico e “muambas”, do turismo, da riqueza e da pobreza, ou seja, um espaço que sempre se constitui como território usado, onde as inter-relações culturais, econômicas, sociais e políticas definiram uma determinada fronteira onde “tudo” é possível, desde o transitar, até o engajar-se no mercado de trabalho, passando a usufruir e a transmitir os elementos do que está do lado de cá e do lado de lá, se transformou numa fronteira enquanto limite e limitadora do acontecer do espaço vivido.

Ponta Porã foi o município que mais recebeu doses das vacinas do estado de Mato Grosso do Sul, pela especificidade característica de fronteira seca, fator apresentado aos governos estadual e federal, no intuito de reduzir ou minimizar os casos de contágio do Covid-19. Como muitos paraguaios possuem documentação brasileira, foi e é possível receber atendimento no hospital e receber a(s) dose(s) da vacina, na medida do possível.

Contudo, mesmo após a pandemia, não são observadas ações de vinculação do cidadão, nem de órgãos supranacionais com função específica nos diferentes territórios do MERCOSUL (como a fronteira Brasil-Paraguai, por exemplo). Verifica-se apenas a desobrigação da apresentação do passaporte para entrar nos Estados que fazem parte do bloco, dentre outros benefícios. Não obstante, o MERCOSUL não vislumbra uma cidadania comunitária, dada a ausência de um poder transnacional para sustentá-la (BENETTI; ARAÚJO, 2012). Identificamos, assim, um processo de integração ainda incipiente e dependente dos governos nacionais.

Referências

ABINZANO, Roberto Carlos. Las regiones de frontera: espacios complejos de la resistencia global. In: Organizador: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. P.113-130.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **Fronteiras em movimento e Identidades Nacionais: A imigração brasileira no Paraguai**. 264 f. Tese (Doutorado). PPG em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2005. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/1528/1/2005_tese_JLCA.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

AMARAL, Joana de Barros. Apontamentos sobre políticas educacionais e as fronteiras brasileiras. **Revista Geopantanal**, Corumbá, v. 11, n. 21, p.23-38, jun. 2016. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/revgeo/article/viewFile/2506/2337>. Acesso em: 02 jul. 2023.

ANASTÁCIO, Luci Meire Corrêa. **Fronteira e Educação Pública: O Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) em Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY)**. Dissertação (Mestrado). PPG em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UEMS, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 110 p.

BENETTI, Daniela Vanila Nakalski; ARAÚJO, Nícia Pereira. Cidadania Fronteira: das concepções à cidadania constituída na fronteira entre Brasil e Uruguai. In: BENTO, Fábio Régio (Org.). **Fronteiras em movimento**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. Cap. 3. p. 45-58.

BENTO, Fábio Régio. Fronteiras, significado e valor – A partir do estudo da experiência das cidades-gêmeas de Rivera e Santana do Livramento. In: BENTO, Fábio Régio (Org.) **Fronteiras em Movimento**. Jundiaí, Paco Editorial, 2012, p. 13-30.

BRASIGUAIO NEWS. **Com arame farpado, Paraguai reforça fechamento da fronteira entre Pedro Juan e Ponta Porã**. 26 mar. 2020. Disponível em: <https://brasiguaiionews.com/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2009. Disponível em http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632&groupId=10157. Acesso em: 31 jul. 2023.

DORFMAN, Adriana; ROSÉS, Gladys Teresa Bentancor. Regionalismo fronteiriço e o “Acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios”. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 196-232.

FRANCO, Vivian da Cruz; MUTIS, Martha Suarez; PEITER, Paulo Cesar. Vulnerabilidade em saúde e malária na Fronteira Brasil-Guiana Francesa. In: Roma, et al. (Orgs.). **Fronteiras e Saúde: experiências, vivências e possibilidades**. Dourados: UFGD, 2020.

GRUPO RETIS. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

LIMA, Mateus Janu. **Fronteira(s) no acesso aos serviços de saúde: uma análise das cidades gêmeas de Ponta Porã-Brasil e Pedro Juan Caballero-Paraguai**. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2019.

MEDINA, A.B., Construcción de sentidos y tensiones entre ciudades vecinas alrededor de un muro: el caso de Posadas (Misiones, Argentina) y Encarnación (Itapúa, Paraguay). In.: **Geografia em Questão**, Vol. 13, nº 2, 2020. p. 79-97.

MERCOSUL. **Mercado Comum do Sul**. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercossul#OMERCOSUL> Acesso em: 25 mai. 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios de trânsito dos conflitos entre Guaraní e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/ transterritorialidades na fronteira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOURA, Guilherme Bochnia. **Análise dos indicadores de condições de vida e acesso à saúde pública na cidade gêmea de Ponta Porã-MS**. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 27-41, dez. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/3013> . Acesso em: 31 jul. 2023.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-prático. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 377-408.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Coord.). **Perspectivas para o meio ambiente urbano**: GEO Ponta Porã. Mato Grosso do Sul, Campo Grande [s.n.], 2010.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado; ODDONE, Nahuel. Vulnerabilidade e Potencialidades na Fronteira Mesopotâmia: o território do Brasil com o Paraguai, entre os rios Paraná e Paraguai. In: TRINCHERO, Héctor Hugo; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Orgs.). **Fronteiras Platinas território e sociedade**. Dourados: UFGD, 2012. p. 149-177.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Uma fronteira nas malhas da rebeldia e da criatividade. **Caderno de Estudos Culturais**. p. 103-121, vol. 7, n. 14, jul./dez. 2015.

PAIXÃO, Roberto Ortiz. **Globalização, turismo de fronteira, identidade e planejamento da região internacional de Corumbá/MS**. 2006. 201f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário – paradoxos da (s) identidade (s). **Revista del Cesla**, núm. 8, 2006, p. 9-19.

SANGUIN, André-Louis. Paisagens de fronteira: variáveis em um importante tema da geografia política. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Seção Porto Alegre, v. 42, n.2, p. 389-411, 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/56328/340>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In.: **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, p.15 – 26, 1999.

SCHERMA, Márcio Augusto. Políticas de defesa e segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI** n. 22 jan./abr. 2016. Disponível em: [bepi_22_Politicas_Defesa.pdf](#) (ipea.gov.br). Acesso em: 1 ago. 2023.

SILVA, Kelly C, da. Mudanças estruturais das relações de fronteira em face da globalização. In.: **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 25. n. 50, jul. / dez. 2018, p. 36-45.

SILVEIRA, Giovane Silveira da. **O Programa Bolsa Família na faixa de fronteira Brasil-Paraguai**: Compreendendo dificuldades e particularidades dos beneficiários no município de Ponta Porã. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2019. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOUZA, Jonas A. C. “*No soy de aquí, ni de allí. Yo soy!*”: identidade territorial na fronteira entre Pedro Juan Caballero-Paraguai e Ponta Porã-Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1171>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VALLET, Élizabeth e DAVID, Charles-Philippe. Introduction: The Building of the Wall in International Relations, **Journal of Borderlands Studies**, v. 27, n. 2, p.111-119, set. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/08865655.2012.687211>. Acesso em: 30 jul. 2023.

6. A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI E A MIGRAÇÃO FEMININA PARAGUAIA EM MATO GROSSO DO SUL

Miriam dos Santos Ricco

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

miriamricco@gmail.com

Camilo Pereira Carneiro Filho

Universidade Federal de Goiás (UFG)

camilo.pereira@ufg.br

1 Introdução

No decorrer da história, a constante migração paraguaia na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul tem apresentado momentos de crescimento e outros de redução, a depender do período histórico a ser considerado. Desse modo, a presente pesquisa tem como enfoque a migração feminina paraguaia para o estado de Mato Grosso do Sul no período de 2009 a 2019.

As transformações econômicas, sociais e políticas desse período serão analisadas e levadas em consideração para se moldar um quadro da migração feminina e os possíveis impactos no estado de Mato Grosso do Sul (SILVA; CARNEIRO FILHO; PREUSSLER, 2019).

A participação das mulheres no processo migratório, sua influência e as consequências deste movimento populacional são elementos importantes para a compreensão de como esse segmento gera transformações sociais, familiares e culturais nos locais em que ocorre (CASTELLANOS, 2005).

Nesse sentido, é importante a consideração sobre o enfoque de gênero, interseccional do ponto de vista das mulheres, dado

que por muitos anos a migração feminina era invisível frente aos estudos técnicos que levavam em conta, majoritariamente, apenas os impactos que a migração masculina causa. Assim, o debate precisa estar presente, de modo que gerará informação sobre reunificações familiares, pessoas qualificadas, percepção de atitudes nas migrações femininas, dentre outros (PIZARRO, 2007).

A pesquisa abrangerá a faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, sua extensão, localização, previsão legal, como foram historicamente construídas as suas delimitações, bem como a maneira como ocorreram as migrações de paraguaios neste local, em especial, a migração feminina paraguaia e sua permanência.

O presente texto trará ainda uma análise da migração feminina paraguaia na fronteira Brasil-Paraguai, sua extensão, a importância do estudo da migração feminina como um todo e suas implicações. Serão enfocados os impactos que a migração feminina provocou em Mato Grosso do Sul ao longo do período analisado, no intuito de se compreender as implicações que esta migração traz para a sociedade de acolhida.

Trata-se de tema relevante na realidade do estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista o número significativo de mulheres migrantes paraguaias que se estabelecem no estado e os impactos provocados em âmbito local. Já em relação à metodologia, o trabalho constitui uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica e documental, com recorte espacial que abrange a zona de fronteira Brasil-Paraguai e recorte temporal que corresponde ao período entre 2009 e 2019.

2 Faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul

A faixa de fronteira do Brasil é uma área do território nacional regida por legislações específicas, com destaque para a Lei n. 6.634, de 1979 e o Decreto n° 85.064, de 1980, que a qualificaram como uma região formada pelos municípios que estão parcial ou

integralmente na faixa de 150 quilômetros de largura a partir do limite internacional terrestre do país. A Constituição Federal incorporou as referidas legislações e em seu art. 20. que dispõe que a faixa de fronteira interna é de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, sendo que os municípios com área total ou parcialmente localizados nessa faixa serão considerados de fronteira, dentro da concepção de zona de segurança nacional (MACHADO, 2005a).

A ideia de faixa de fronteira pode ser analisada sob dois enfoques. Um histórico, a partir da consolidação dos Estados nacionais, delimitação de territórios; e um social e cultural, com as interações entre pessoas dentro desse território, de modo que é ao mesmo tempo um lugar que acentua diferenças nacionais num cotidiano socialmente contrastante, bem como constitui novas formas de agrupamento e fortalecimento de outros grupos que estão em luta contra a desigualdade social e por melhores oportunidades, num ambiente fronteiriço culturalmente diverso (GRIMSON, 2000).

Ainda assim, grande parte da definição de faixa de fronteira está ligada à noção de território como poder político-administrativo formal. Não obstante, é premente a necessidade de se considerar a faixa de fronteira para além dessa definição formal de poder territorial e levar em conta uma análise vinculada à ideia de territorialidade (SACK, 1986).

Desse modo, a demarcação de um espaço geográfico por si só não denota a ideia de território. Para que isso ocorra outros fatores devem ser conjugados como interações sociais, dinâmicas econômicas e políticas, de modo que não é um processo linear e em faixas de fronteira permeia relações de integração bem mais aproximadas e com características únicas (SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018).

A Portaria 213 de 19/07/2016 do Ministério da Integração Nacional, com o intuito de incentivar o desenvolvimento regional das cidades fronteiriças, trouxe o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF (BRASIL, 2009) de

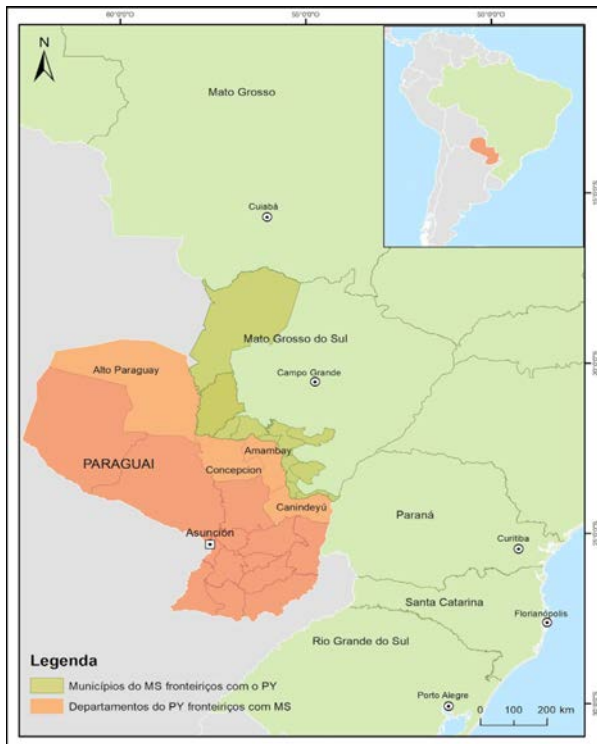
forma detalhada, em no seu art. 1º o conceito de cidades gêmeas, dentre as quais se encontram sete municípios do estado de Mato Grosso do Sul:

Art. 1º Serão considerados cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Art. 2º Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes (Diário Oficial da União, - Seção 1 - n. 138 - 20 julho de 2016 - p. 12).

O estado de Mato Grosso do Sul conta com as seguintes cidades gêmeas em conformidade com a Portaria 213 de 2016: Bela Vista (BR) – Bella Vista Norte (PY); Paranhos (BR) – Ypejhú (PY); Porto Murtinho (BR) – Capitán Carmelo Peralta (PY); Ponta Porã (BR) – Pedro Juan Caballero (PY); Coronel Sapucaia (BR) – Capitán Bado (PY); Corumbá (BR) – Puerto Quijarro (BO); Mundo Novo (BR) – Salto del Guairá (PY).

Dessa forma, a faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, a ser analisada no presente trabalho, corresponde à área exposta na figura 1. A identificação geográfica da zona de fronteira em questão é importante para a compreensão da dinâmica da migração feminina e os impactos econômicos e sociais que essa mobilidade provoca entre o Paraguai (especialmente nos departamentos de Alto Paraguay, Concepción, Amambay e Canindeyú) e o Mato Grosso do Sul, com enfoque nas cidades de fronteira como: Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Paranhos e Mundo Novo.

Figura 1 - Cidades gêmeas de Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A zona de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, mais precisamente a faixa de fronteira do atual estado de Mato Grosso do Sul, é resultado de uma construção histórica que data dos primórdios da colonização portuguesa no Brasil, quando rios como o Paraná e o Paraguai serviam para o escoamento de minérios (sobretudo a prata) do interior do subcontinente para a Europa (OLIVEIRA, 2011).

Já no século XVIII, a descoberta de ouro por bandeirantes favoreceu uma corrente de povoamento para a então província de Mato Grosso. A dificuldade de comunicação desta província com o restante do país potencializou um intercâmbio importante com territórios de Bolívia e Paraguai (RIBEIRO; URQUIZA, 2016).

Tal dificuldade de comunicação entre Mato Grosso e o restante do território brasileiro (comunicação que era subordinada à

navegação platina) ficou evidente ao longo da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e fez com que o Império do Brasil desenvolvesse estudos para a construção de uma ferrovia que conectasse aquela região ao centro-sul do país. Por outro lado, o relativo isolamento da então província de Mato Grosso fez com que inúmeros traços culturais dos países vizinhos passassem a ser absorvidos pela população mato-grossense, sobretudo aquela residente no sul da província. Aspectos que são percebidos na atualidade no cotidiano de cidades sul-mato-grossenses de fronteira (RIBEIRO; URQUIZA, 2016).

3 Migração internacional de mulheres

No início do século XXI, impulsionados pelo advento de novas tecnologias de comunicação e transporte, os movimentos migratórios passaram a ser intensificados em uma escala global (ROSIÈRE, 2015). Esse novo momento da globalização trouxe consigo a mobilidade humana, intercâmbio de informações e ideias, mas também o recrudescimento nos processos capitalistas neoliberais, crises econômicas, financeiras e orçamentárias, que com a interdependência e correlação entre países, atinge a todos sem distinção, mas com intensidades diferentes (ROMANO; PIZZINATO, 2019).

Para Sassen (2013), os movimentos migratórios são uma realidade inevitável, que pelo decurso histórico e as transformações econômicas e sociais ocorridas no século XX fazem com que seja inevitável a coexistência da humanidade com o fenômeno migratório, devendo-se assumir a mobilidade humana internacional e nacional como algo natural, colocando as migrações como parte importante da identidade de qualquer espaço geográfico, entendendo-as como parte da dinâmica urbana, industrial, econômica e social no espaço global.

Nesse contexto, as mulheres como parte de um grupo de

vulnerabilidade, sofrem mais intensamente com as desigualdades social e econômica, tendo muitos obstáculos nos processos de enfrentamento, recuperação e resistência a situações críticas, além de terem acesso limitado a bens e salários, pouco ou nenhum suporte estatal e normas relacionadas a gênero. Isto é, ocupam um lugar precarizado na economia global (ROMANO; PIZZINATO, 2019).

No que tange ao fenômeno das migrações e a sua relação com os aspectos de gênero, as mulheres durante a maior parte do século XX, sem contar as décadas anteriores, em que nem estudos específicos havia, eram vistas como coadjuvantes dessa mobilidade, fazendo com que não fosse percebido o papel fundamental que as mulheres desempenharam e desempenham na estruturação das redes de migração, na reprodução social das famílias e na economia local. Como uma parte importante do processo de produção repousa sobre as mulheres e diametralmente oposto a isso o papel destas mulheres é relegado à subalternização das estratégias de produção e mudança na reprodução social, fica evidente que os estudos envolvendo a migração de mulheres permeiam apenas de forma adjacente as mudanças econômicas sociais que o fenômeno da migração de gênero traz (GUIZARDI; TORRALBO, 2019).

As pesquisas sobre migração e questões de gênero iniciaram antes da década de 1970 com foco especial sobre a questão de se a migração das mulheres do seu país de origem para outro de destino levaria consigo questões de divisão, desigualdades e assimetrias. Frente ao questionamento, Gregorio Gil (2011) afirmou que sim, algumas mudanças na reprodução social e na estrutura das famílias vieram com a migração das mulheres, o que ela denominou de “sistema duplo de gênero”. O impacto do amplo movimento em escala global da migração de mulheres chama a atenção, seja por aumentar as fileiras dos cidadãos migrantes, seja por fortalecer os movimentos migratórios ou ainda por mudar a visão de a migração internacional ser questão masculina. Fato é que estudos iniciados na década de 1970 deixaram de abordar o gênero somente pelo

aspecto de mudança social, mas também como fator de mudança econômica, de contributo a uma estruturação social diferenciada que o movimento de migração das mulheres traz consigo (GREGORIO GIL, 2011).

Os processos de migração feminina só podem ser entendidos antropológicamente levando-se em conta a cultura e psicologicamente levando-se em conta os processos mentais, posto que, não se pode estudar a mente enquanto se ignora a cultura, visto que a mente está inserida em um determinado contexto histórico; e tampouco é possível se estudar cultura sem levar em conta processos mentais em que práticas sociais e instituições estão enraizadas nos conceitos e desejos da mente humana (HAIDT, 2013).

Há ainda a necessidade de se entender que o papel das mulheres migrantes ainda é subvalorizado, adjacente e interseccional, no sentido do resultado de uma realidade globalizada que ainda reflete a migração da mulher enfatizando sobretudo o contexto criminal. Desse modo, qualquer pesquisa que não leve em consideração todo esse contexto está fadada a refletir parcialmente a realidade, contribuindo para a marginalização do entendimento desses processos de migração feminina e sua influência (GREGORIO GIL, 2011).

A migração de mulheres é uma realidade bastante presente nos panoramas migratórios. Em 2000 representavam 49,3% do total de migrantes internacionais, e 51% em regiões onde a migração feminina é estabelecida, casos de Europa e América Latina, já em 2019 houve uma pequena queda e representavam 47,9% do total de migrantes internacionais, e 49,9% nos casos da América Latina e Caribe (UNDESA, 2019).

Essa realidade é associada a algumas particularidades do processo migratório de mulheres em seus países de origem, como: falta ou diminuição das oportunidades de trabalho, processos de divórcio ou casamento, maior autonomia, diminuição das restrições de mobilidade, além de particularidades aliadas à espera por melhores oportunidades no país de destino (ROMANO; PIZZINATO, 2019).

No âmbito da realidade de Mato Grosso do Sul a migração paraguaia para o estado está inserida no tipo fronteiro de vizinhança recíproco. As cidades que mais abrigam migrantes paraguaios são Dourados e Campo Grande, pólos regionais que estão localizados próximos da fronteira, além de possuírem melhores condições na inserção econômica de oferta de serviços e infraestrutura (RIBEIRO; URQUIZA, 2016).

De acordo com Andrade e Pereira (2009), os paraguaios continuam na fronteira entre o ‘ser e o não ser social’. Suas tradições e sua cultura seguem sendo incorporadas no cotidiano fronteiriço, no entanto, suscitam ainda algum embaraço na academia, que acaba reproduzindo a visão oficial ao omitir este grupo. Ribeiro e Urquiza (2016) destacam que, ainda que sua cultura tenha um papel protagonista na formação da identidade sul-mato-grossense, os paraguaios sofrem um processo de invisibilidade exemplificado na escassez de documentos e de registros históricos deste contingente no estado. Além disso, são retratados de forma pejorativa em piadas e brincadeiras difundidas cotidianamente que aprofundam uma imagem negativa e estereotipada dos paraguaios e seus descendentes.

4 Migração feminina paraguaia na fronteira de Mato Grosso do Sul

As rotas migratórias são transitórias e estão relacionadas às formas de exploração econômica (ICMPD, 2016). A partir do século XXI, com a globalização e a facilidade de mobilidade decorrente das novas tecnologias é possível afirmar que não existe mais um padrão único para as rotas migratórias (SASSEN, 2013).

Segundo estudos que vão de 2005 a 2014, da Organização Mundial para a Imigração (OIM), houve um aumento generalizado nas migrações na porcentagem de 41% em relação a 2005

(69.540). Dos 98.403 migrantes que utilizaram o apoio de assistência voluntária, 32% são mulheres, as quais são migrantes desacompanhadas e sem assistência à saúde (OIM, 2018).

Em relação à migração existente na fronteira de Mato Grosso do Sul cabe trazer a definição de alguns termos como: zona de fronteira, faixa de fronteira e limite internacional. Enquanto o limite internacional pode ser definido como uma linha imaginária que separa dois sistemas jurídicos diferentes, a faixa de fronteira constitui uma área contígua ao limite internacional, que pode ser definida ou não na legislação dos países soberanos. Por fim, a zona de fronteira é composta pelas faixas de fronteira de países vizinhos, dispostas dos dois lados do limite internacional (KLEINSCHMITT; AZEVEDO; CARDIN, 2013).

O fato de Mato Grosso do Sul ser fronteiriço com Bolívia e Paraguai é um elemento potencializador de migrações legais e não documentadas. A Pesquisa ENAFRON²⁹ realizada em 2018 apontou que Mato Grosso do Sul é um estado de origem e de trânsito das migrações, mas não de destino. As vítimas do tráfico de pessoas que atravessam o estado têm como destino os grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, Goiás e Pará - de onde muitas dirigem-se para a Europa, sendo que grande parte será inserida nos circuitos de exploração sexual (BRASIL, 2018).

Em relação ao estado de Mato Grosso do Sul os movimentos migratórios marcam a história regional desde o século XIX, quando das levas migratórias provenientes do Sul do Brasil. A população sul-mato-grossense é resultado de um processo de ocupação territorial composto por diferentes grupos (paraguaios, indígenas, japoneses, paulistas, gaúchos, entre outros). Processo que foi intensificado no decorrer do século XX (MONDARDO, 2013).

Na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul os principais flu-

29. ENAFRON ou Pesquisa em Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, foi um projeto de pesquisa com objetivo de diagnosticar o tráfico de pessoas nas áreas de fronteira no Brasil, financiado pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), do então, Ministério da Justiça e Cidadania (MJC) em 2018, atualmente Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) e como parceiro implementador a organização internacional *International Centre for Migration Policy Development* (ICMPD).

xos migratórios não são fixos, variando de acordo com as mudanças de âmbito econômico em escalas regional e nacional, por razões ambientais ou humanitárias, bem como por fatores ligados às mudanças nos meios de deslocamento. No que tange à migração não documentada, as rotas são alteradas de acordo com a fiscalização das autoridades policiais e mesmo em virtude de mudanças nos meios de transporte.

Segundo dados do OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais (2019) –, no Brasil os fluxos migratórios são em sua maioria relacionados ao sexo masculino, indivíduos jovens e com nível de escolaridade médio e superior, sendo que de 2010 a 2018 os imigrantes vieram mais do Sul Global, em sua maioria haitianos e bolivianos, como demonstra os quadros 1 e 2:

Quadros 1 e 2 - Principais nacionalidades dos imigrantes residentes no Brasil

Principais nacionalidades em 2010	
1º Haitianos	5º Argentinos
2º Bolivianos	6º Chineses
3º Venezuelanos	7º Portugueses
4º Colombianos	8º Peruanos
Principais nacionalidades em 2018	
1º Venezuelanos – 39%	4º Bolivianos – 6,8 %
2º Haitianos – 14,7%	5º Uruguaios – 6,7 %
3º Colombianos – 7,7 %	

Fonte: OBMigra (2019). Dados: Polícia Federal; SisMigra (2011-2018).

Ainda segundo dados levantados pelo OBMigra (2019) junto ao CNIg (Conselho Nacional de Imigração), a distribuição das imigrações por sexo de 2011 a 2018 tiveram uma retração, como demonstra o quadro 3:

Quadro 3 - Número de autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigrações (CNI)

Número de autorizações concedidas, segundo sexo, Brasil 2011-2018									
Sexo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	total
Feminino	371	1.114	794	600	8.013	106	426	211	11.635
Masculino	1.079	4.652	2.503	3.868	28.199	1.050	4.375	2.288	48.014
Não Informado	0	0	0	0	80	0	0	0	80
Total	1.450	5.766	3.297	4.468	36.292	1.156	4.801	2.499	59.729

Fonte: OBMigra (2019). Dados: Polícia Federal; SisMigra (2011-2018).

De acordo com a Pesquisa ENAFRON, a maioria dos imigrantes paraguaios que entram no Brasil por Mato Grosso do Sul permanece no estado. Estes imigrantes saem de seu país de origem geralmente impulsionados na busca por melhores condições de trabalho e vida, saúde, educação e oferta de serviços públicos básicos (BRASIL, 2018).

No entanto, o Brasil configura um país de trânsito migratório, de modo que se deve analisar a migração não de forma assimilacionista, já que esses migrantes estão aqui até completarem seus projetos migratórios. Não obstante, o Brasil é no contexto internacional um país com legislação muito avançada relacionada às migrações.

O ordenamento jurídico reconhece como efetivo sujeito de direito o imigrante, haja vista o Estatuto do Refugiado e a Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), o que demonstra que se deve ter um novo olhar para essas migrações internacionais do século XXI, que é o do respeito aos direitos humanos (MIGRAÇÃO..., 2018).

As migrações do século XXI são em sua grande maioria não branca, negra, indígena e asiática. Bolivianos e paraguaios entram ao Brasil para trabalhar nas oficinas de tecelagem, por isso as melhores políticas seriam as que atendem as necessidades dos imigrantes que aqui chegam, isto é, não basta somente oferecer moradia, há que se refletir sobre como essas pessoas sozinhas ou que vêm com suas famílias vão se sustentar e, quem sabe, permanecer no território.

Muitos imigrantes que se dirigem ao Brasil não possuem ra-

ízes históricas com o país, mas nas últimas décadas este se tornou um destino de migrações Sul-Sul. A contribuição do imigrante para a economia brasileira é a diversificação, desde o imigrante qualificado, como também a mão-de-obra do imigrante não-qualificado, que contribui para a Previdência, consome e traz dinamismo à economia de serviços, bem como traz capacidades que antes não existiam no Brasil, podendo ser visto como um ‘poderoso oxigenador’ de novos pensamentos (MIGRAÇÃO..., 2018).

No entanto, o Brasil apresenta, segundo a Pesquisa ENAFRON, a característica peculiar de ser um país difícil de se combater o tráfico de pessoas, tendo em vista que é um país de origem, passagem e destino de vítimas do tráfico de pessoas. Desse modo, a pesquisa revela que das vítimas identificadas como de tráfico de pessoas, em especial as paraguaias, são dadas como vítimas no Brasil também com relação à exploração laboral, além do aliciamento de famílias paraguaias para transporte de crianças e adolescentes para realizarem trabalhos domésticos, o que pode resultar em situações de grave risco de abusos sexuais das vítimas (BRASIL, 2018).

O panorama geral da Pesquisa ENAFRON com relação às mulheres paraguaias no estado de Mato Grosso do Sul demonstra que são grupos vulneráveis ao tráfico para fins de exploração sexual, laboral e humano, travestis, transgêneros, adolescente e jovens adultas, com pouca escolaridade, de classes sociais muito baixas e que em seu país de origem já trabalhavam como profissionais do sexo, atividade que continuam ao adentrarem no Brasil. Ainda quanto aos trabalhos domésticos, as jovens mulheres (adolescentes ou jovens) são as mais afetadas no estado de Mato Grosso do Sul, o que demonstra uma interseccionalidade por gênero na exploração laboral das migrantes paraguaias.

Dentre os estados que fazem fronteira com o Paraguai, Mato Grosso do Sul é o que apresenta a maior quantidade de migrantes paraguaios. Este fluxo migratório influencia a cultura e a construção sociodemográfica do estado em questão que é bastante representativa da identidade sul-mato-grossense, tanto que no ano de

2001, através da Lei Estadual 2.235/2001, ficou estabelecido que o dia 14 de maio passou a ser o Dia do Povo Paraguaio (MONDARDO, 2013).

Segundo Mondardo (2013), a migração paraguaia no estado de Mato Grosso do Sul se dá especialmente em três momentos distintos: após a Guerra da Tríplice Aliança, a vinda de migrantes paraguaios que com o resultado negativo da guerra vieram para o território, em especial para trabalhar na Companhia Mate Laranjeira. Um segundo momento, com a ditadura promovida por Alfredo Stroessner de 1954 a 1989, que trouxe graves consequências sociais ao Paraguai. E num terceiro momento, no início do século XX, com a abertura para o mercado internacional e práticas econômicas neoliberais, o que promoveu uma nova onda migratória para o Brasil, em especial o estado de Mato Grosso do Sul.

Desse modo, de acordo com Mondardo (2013), os fluxos migratórios de paraguaios ao Brasil que se estabeleceram no estado de Mato Grosso do Sul foram motivados pela falta de terras, desemprego e problemas de instabilidades políticas e econômicas. Com relação às paraguais, especificamente, a migração de mulheres se dava para o exercício do trabalho como domésticas ou ainda como profissionais do sexo. Sendo que muitas são enganadas ao serem trazidas para o estado com promessas de emprego regularizado que não são cumpridas, se vendo na necessidade de praticar atividades ilícitas para se sustentarem.

Na cidade de Dourados há aproximadamente 15 mil famílias com origem paraguaia, já no estado de Mato Grosso do Sul cerca de 300 mil pessoas dentre paraguaios e descendentes, segundo dados do IBGE e Colônia Paraguaia de Dourados coletadas por Barbosa (2017). No referido município os paraguaios têm residência em sua maioria no Bairro Jardim Itália (Barbosa, 2017).

Importante a localização de onde se encontram as famílias migrantes, em especial no estudo em questão, as famílias das mulheres migrantes paraguaias, pois a migração como forma de estratégia familiar demonstra a tendência do fluxo migratório como

um todo, isto é, é tendência que as mulheres acompanhem seus parentes ou venham sozinhas. Portanto, as famílias seriam a melhor fonte de dados para se entender como se deu esse fluxo de migrantes femininas (CASTELLANOS, 2005).

Deve-se levar em conta os contextos cultural, social, econômico e demográfico, interdisciplinar e interseccional no caso da migração feminina na faixa de fronteira Brasil-Paraguai, tendo em vista a se realizar um debate teórico e também se desenvolver estudos específicos para essa região. Em especial, para a interseccionalidade do gênero feminino nas migrações, como demonstrado no quadro 4:

Quadro 4 - Áreas de vulnerabilidade e risco de incidência do tráfico de pessoas

Grupo	Local de origem	Trânsito	Local de Destino	Modalidade de Tráfico de Pessoas
Mulheres	Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul	XX	Porto Murtinho (MS)	Exploração sexual
	Mato Grosso do Sul	XX	Foz do Iguaçu, Curitiba, Guaíra e Paranaguá (PR)	
	Mato Grosso do Sul	Goiás, Pará e São Paulo	Europa (Portugal e Espanha)	
Paraguaios	Paraguai	XX	Mato Grosso do Sul	Exploração do Trabalho
Paraguaios e Brasileiros	Porto Murtinho	XX	Mato Grosso do Sul	

Fonte: Brasil (2018). Organizado pelos autores (2020).

De acordo com Souchaud (2007), com relação à população paraguaia que se estabelece no Brasil, as mulheres, em sua grande maioria, têm pouca qualificação e normalmente ocupam os postos de empregadas domésticas. Essa é a realidade da grande maioria dos descendentes dos imigrantes nascidos no Paraguai.

Martinez (2005) enfatiza que a migração de mulheres, analisada em suas pesquisas realizadas pelo Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE) da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), apresenta diferenças, visto que antes as mulheres migravam em sua grande maioria apenas como

acompanhantes de maridos e família. Atualmente as mulheres estão mais qualificadas e se destacam em sua formação acadêmica como estudantes, executivas, empresárias e que vêm sozinhas também, inclusive na menoridade, como as adolescentes.

Com relação ao Brasil, o levantamento CELADE de 2010, organizado na dissertação de Valentino (2018), computou 39.251 paraguaios que migraram e atualmente residem no país, com períodos de ascensão e queda dessa migração ao longo do tempo, como demonstra o gráfico 1:

Gráfico 1 - População nascida no Paraguai e residente no Brasil (1940 a 2010)



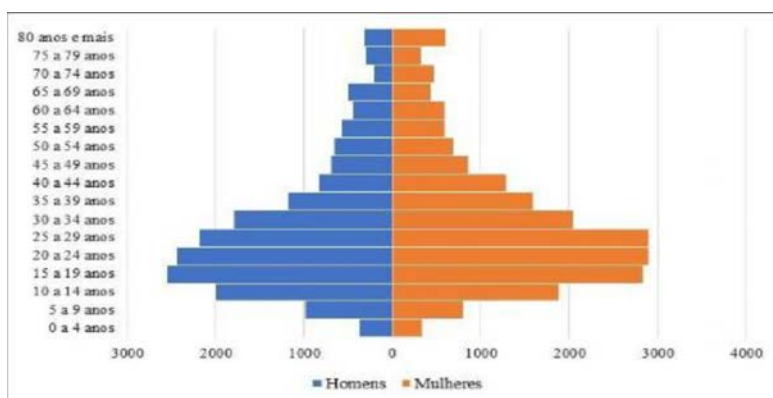
Fonte: IBGE. Censo Demográfico, série nacional (1940; 1950; 1960; 1970; 1980).

No perfil desses migrantes paraguaios residentes no Brasil, como aponta o gráfico 2, a participação das mulheres é proeminente na composição do volume populacional, no entanto, os dados do censo demográfico disponibilizados pela *Encuesta Permanente de Hogares - EPH* em 2010 apontavam que 53,9% dos migrantes paraguaios eram mulheres e 46,1% homens (VALENTINO, 2018).

No tocante ao estado civil dos imigrantes paraguaios (homens e mulheres), há uma maioria de pessoas solteiras (65,4%), contingente bem maior do que o de pessoas casadas (27,1%) (IBGE, 2010b). Quanto à localidade de residência dos imigrantes do Paraguai, a maior parte vive no estado do Paraná, em seguida Mato Grosso do Sul, com 23,1% e São Paulo, com 15,4% (IBGE, 2010b). Ademais, a presença dos migrantes paraguaios no Brasil é fruto principalmente da atividade agrícola (SOUCHAUD, 2008).

No que tange às condições trabalhistas dos paraguaios residentes no Brasil, em 2010, 68,2% dos homens (com 10 anos ou mais) exerciam algum tipo de atividade remunerada. Por sua vez, em relação às mulheres essa porcentagem foi de aproximadamente 44,9% (IBGE, 2010b). No caso das mulheres, a maior porcentagem de trabalhadoras era sem carteira de trabalho assinada, 38,2% do total. Aquelas com carteira assinada representavam 35,0%, por sua vez, as trabalhadoras por conta própria eram 21,9% (IBGE, 2010b). De acordo com a *Encuesta Permanente de Hogares - EPH*³⁰, 57,0% dessas migrantes trabalhavam como contratadas ou obreiras, ao passo que 43,0% do contingente exercia a função de empregada doméstica, o que facilita a compreensão acerca do grande percentual de mulheres em situação de trabalho informal, ou seja, sem carteira assinada (DGEEC, 2010).

Gráfico 2 – Estrutura etária da população paraguaia residente no Brasil, 2010



Fonte: IBGE (2017).

Quanto ao local de atuação laboral, foi observado em 2010 que as migrantes paraguaias se concentravam no setor de serviços, com 23,8% atuando como domésticas ou na limpeza do interior de estabelecimentos comerciais e 10,5% no setor de costuras (IBGE, 2010a).

³⁰. *Encuesta Permanente de Hogares (EPH)* é uma pesquisa permanente desenvolvida, no caso do Estado do Paraguai, pela *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC), em que o maior objetivo é a apresentação de indicadores relacionados a características socioeconômicas, que permitam conhecer a situação atual e evolução do bem-estar da população paraguaia.

Desse modo, o perfil da migração paraguaia para o Brasil, em especial no estado de Mato Grosso do Sul, é em sua maioria do gênero feminino, jovem, solteira, com nível de escolaridade mediana para mais, de modo que, segundo Valentino (2018), a perda de população jovem por parte do Paraguai gera impactos econômicos severos. O país fica sem a população jovem escolarizada que movimenta a economia. Esta situação também resulta em desarranjos familiares.

5 Considerações finais

A presente pesquisa apresentou um panorama que atesta que a migração feminina paraguaia é uma constante no Brasil, em especial, no estado de Mato Grosso do Sul.

Ao longo da história, a fronteira Brasil-Paraguai tem sido construída com movimentos de avanço e retrocesso, momentos dramáticos como a Guerra da Tríplice Aliança, que deixou marcas e heranças culturais compartilhadas pelos residentes de ambos os países.

Dessa forma, a fronteira do estado de Mato Grosso do Sul com o Estado do Paraguai, também em virtude da flagrante proximidade, tem como base histórica a convivência, algumas vezes não tão pacífica com os paraguaios. E nessa linha, a migração feminina desvela-se por um número importante de migrantes no estado e causa impactos na sociedade.

Em relação ao padrão da migração feminina paraguaia em Mato Grosso do Sul, o perfil majoritário é de migrantes jovens, com escolaridade crescente, que migram de seu país de origem na busca por melhores oportunidades, seja de trabalho ou de estudo. Situações que provocam (des) arranjos familiares aqui no Brasil, com a constituição de novas famílias e/ou a desconstrução das que permaneceram no Paraguai.

Ademais, a migração feminina proveniente do Paraguai traz consigo impactos que vão além do social. São impactos também

econômicos, pois as imigrantes paraguaias contribuem com seus trabalhos para o pagamento de impostos que retornam para o próprio estado. Em relação aos impactos políticos, passam a se formar em Mato Grosso do Sul cidadãos que se deparam com uma realidade diferente do país de origem e que, por conta disso, devem construir uma nova identidade.

Referências

ANDRADE, Silvia Salomão Ishikawa de; PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **Fontes documentais e históricas na interpretação da migração paraguaia em Mato Grosso do Sul: elementos para compor o desenho das trajetórias escolares e da constituição de sujeitos migrantes.** Trabalho. PIBIC.UFMS: 2009.

BRASIL. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF.** Ministério da Integração Nacional: Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto n. 8.903**, de 16 de novembro de 2016. Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Pesquisa ENAFRON:** Diagnóstico sobre o tráfico de pessoas nas áreas de fronteira. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2018. Disponível em: https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/pesquisa_enafron_202x266mm_1710_19h00_web.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

BARBOSA, Ailson Oliveira. Territorialidade dos Paraguaiois de/em Dourados – MS. **Revista MovimentAção**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 134-161, jul. 2017. ISSN 2358-9205. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/4928>. Acesso em: 27 jul. 2023.

CARNEIRO Filho, Camilo Pereira. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS/Posgea, 2013.

CASTELLANOS, Patrícia Cortés. **Mujeres migrantes de América Latina y el Caribe: derechos humanos, mitos y duras realidades**. Serie Población y desarrollo. Santiago: CEPAL, n. 61, 2005. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7200/S05933_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 jul. 2023.

DGEEC. *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos*. **Microdatos Encuesta Permanente de Hogares**, 2010. Disponível em: <https://www.dgeec.gov.py/microdatos/index.php>. Acesso em: 29 jul. 2023.

GREGORIO GIL, Carmen. Análisis de las migraciones transnacionales en el contexto español, revisitando la categoría de género desde una perspectiva etnográfica y feminista. **Nueva Antropología**, México, v. 24, n. 74, p. 39-71, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-06362011000100003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2023.

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro**. Buenos Aires: La Crujía, 2000.

GUIZARDI, Menara Lube; TORRALBO, Herminia González. Women in (Dis)placement: The Field of Studies on Migrations, Social Remittances, Care and Gender in Chile. **Revista de Estudios Sociales**, n. 70, p. 100-114, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res70.2019.09>. Acesso em: 29 jul. 2023.

HAIDT, Jonathan (org.). **A mente moralista: Por que as pessoas se separam por causa da política e da religião?** Chicago: [Independently published, 2013. *E-book* (504p.) color. ISBN: 172916238X. Disponível em: <https://ler.amazon.com.br/?asin=B07Q84QWK4>. Acesso em: 28 jul. 2023.

IBGE. **Censo 2010: apresentação**, 2010 (a). Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.

IBGE. **Migrações externas – Total de imigrantes no Brasil**. Séries históricas e estatísticas, 2010 (b). Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP2&t=imigracao-estrangeira>. Acesso em: 29 jul. 2023.

ICMPD. *International Centre for Migration Policy Development*. **MT : Migrações Transfronteiriças. Fortalecendo a capacidade do governo federal para gerenciar novos fluxos migratórios**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania e ICMPD, 2016.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristina; AZEVEDO, Paulo Roberto; CARDIN, Eric Gustavo. A tríplice fronteira internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina: contexto histórico, econômico e social de um espaço conhecido pela violência e pelas práticas ilegais. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 8, p. 1-22, 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9383/7037>. Acesso em: 15. nov. 2019.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura (org.) **Continente em chamas**. Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 a.

MACHADO, Lia Osório, et. al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (org.). **Território sem Limites – Estudos sobre fronteiras**, p. 87-112. Campo Grande: UFMS, 2005b.

MARTINEZ, Jorge Pizarro. **El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género**. Serie Población y Desarrollo. Santiago: CEPAL, 2005. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/7182-mapa-migratorio-america-latina-caribe-mujeres-genero>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MIGRAÇÃO e seus impactos na sociedade do século XXI (parte 1). Produção de Giovanni Bello. **Realização de Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos**. Intérpretes: Rosana Baeninger; Hugo Medeiros Gallo da Silva; Marden Barboza; Paolo Parise. Brasília: UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas, 2019. (11 min.), Vídeo, son., color. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/video/minidocumentario-migracao-e-seus-impactos-na-sociedade-do-seculo-xxi-parte-1>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MONDARDO, Marcos Leandro. Ser paraguaio no Mato Grosso do Sul: da migração à construção de uma identidade transfronteiriça. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 15, n. 21, p. 69-91, jan/jun, 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8729>. Acesso em: 29 jul. 2023.

OIM. Organização Internacional para as Migrações. **World Migration Report 2018**. Genebra, 2018. Disponível em: https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/country/docs/china/r5_world_migration_report_2018_en.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

OBMigra. Observatório de Migrações Internacionais. **Resumo Executivo. Imigração e Refúgio no Brasil.** A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2019. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/RESUMO%20EXECUTIVO%20_%202019.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Geopolítica da Faixa de Fronteira e a experiência do Mato Grosso do Sul. In: EVELIN, Heloisa Solino; Costa, Giovana Dias da. **Seminário Perspectivas para a Faixa de Fronteira.** Brasília: Presidência da República, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, p. 191-203, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/dilma/perspectivas-para-a-faixa-de-fronteira-2011>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PIZARRO, Jorge Martínez. Seminario mujer y migración. In: **Anales de la Conferencia regional sobre migración**, p. 125-131, 2007. San Salvador: ACNUR. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/jm_2007_feminizacionmigracionesal.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

RIBEIRO, Leonardo Cavallini; URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera. A migração paraguaia ao Mato Grosso do Sul em tempos de globalização. In: **Anais do Congresso Internacional de Direitos Humanos**, Campo Grande, p. 1-21, 2016. Disponível em: https://cidhsite.files.wordpress.com/2017/05/ar_gt7_16.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

ROMANO, Alice Queiroz Telmo; PIZZINATO, Adolfo. Migração de mulheres para o Brasil: interseções de gênero, raça/etnia e classe. **Trabajo Social**, Bogotá, v. 21, n. 2, p. 197-213, Dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2256-54932019000200197&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2023.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history.** London: Cambridge University Press, 1986.

SASSEN, Saskia. **Inmigrantes y ciudadanos: de las migraciones masivas a la Europa fortaleza.** Madrid: Siglo XXI, 2013.

SILVA, Luzia Bernardes da; CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; PREUSSLER, Gustavo de Souza. O aumento do encarceramento feminino no Mato Grosso do Sul: impactos d crise econômica brasileira e do tráfico de drogas na fronteira. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 213-226, 2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/6174>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SOARES JUNIOR, Amilton Quintela; SANTOS, Mauro Augusto. A territorialidade e o território na obra de Robert David Sack. **Revista Geografia**, Londrina, v. 27, n. 1, p.7-25, abr. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/32321>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SOUCHAUD, Sylvian. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2007. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers20-02/010041861.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

SOUCHAUD, Sylvain. De los campos agrícolas a los centros financieros. Caracteres de la inmigración internacional en Paraguay a principios del Siglo XXI. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistência: Universidade Nacional do Nordeste (UNNE), ano 2008, n. 17, p. 43-62, 2008. Trimestral. Disponível em: <https://revistas.unne.edu.ar/index.php/fhn/article/view/3448>. Acesso em: 26 jul. 2023.

UNDESA. Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (United Nations Department of Economic and Social Affairs). **Gráfico de Migração Internacional 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migration-1>. Acesso em: 29 jul. 2023.

VALENTINO, Caio Augusto Silva. **Emigração paraguaia: os efeitos de um processo estrutural**. Dissertação (Mestrado). Curso de Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1090340>. Acesso em: 30 jul. 2023.

7. AS PRÁTICAS CULINÁRIAS NA FRONTEIRA ENTRE PONTA PORÃ/BR E PEDRO JUAN CABALLERO/PY E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: O ESTUDO DA CHIPA COMO NEGÓCIO

Beatriz Dutra dos Santos

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
biappms@gmail.com

Dores Cristina Grechi

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
doresgrechi@gmail.com

Luciana Ferreira da Silva

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
luciana@uems.br

1 Introdução

A culinária da fronteira de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai) é composta por uma mistura de ingredientes (carnes, legumes, mandioca e milho); influências (espanhola e indígena) e técnicas de preparo (cocção). Tem identidade própria relacionada a cultura da culinária local, pois segundo Chagas (2006, p.12), “um país com as dimensões continentais como o Brasil apresenta significativa diversidade regional, derivada não apenas de seus aspectos físicos, mas também de variadas condições históricas e de apropriação e colonização do território.”

Sampaio (2012) destaca a contribuição cultural paraguaia advinda de elementos culturais espanhóis e guaranis. Junto com os espanhóis vieram o trigo, o arroz, a cana-de-açúcar, a videira, a

melancia, o melão e animais domésticos os quais foram adaptados rapidamente ao nosso continente, como o gado, as ovelhas, as cabras, os cavalos e uma variedade de animais de fazenda (GAROFALO, 2011).

Ainda segundo Garofalo (2011) os guaranis exerceram influência por meio de alimentos como a batata-doce, abóbora, amendoim, feijão, coco, palmito, a erva, peru, abacaxi ou ananás, o milho e a mandioca, estes ingredientes que dão origem à matéria prima utilizada no preparo de muitas das comidas típicas da fronteira.

Os hábitos alimentares sofreram mudanças em todo o mundo em função do acirramento do processo de globalização, os quais influenciaram as regiões, a agricultura, a sociedade e, consequentemente, os hábitos alimentares da fronteira. Desta forma, o tema “culinária local e desenvolvimento” reveste-se de importância na medida em que destaca as potencialidades da culinária da região de fronteira Brasil e Paraguai. Posto isto, a pesquisa concentrou-se na fronteira entre a cidade de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul (BR), e Pedro Juan Caballero, no departamento de Amambay (PY), as quais caracterizam-se pela proximidade estreita da faixa de terra correspondente ao limite entre Brasil-Paraguai, as cidades se encontram entre as principais conurbações fronteiriças da América Latina.

Vários aspectos justificam a escolha da pesquisa, porém o estímulo inicial está vinculado à necessidade de preservar as práticas artesanais da culinária de fronteira e seu potencial como geradora de negócios. A culinária pode ser considerada não apenas como um meio de “identificação” e de pertença, mas também uma poderosa ferramenta para o fomento do turismo, unindo sabor, regionalidade e cultura, o qual pode conferir ao lugar um posto de atrativo único. A este respeito Souza (2007) afirma que o turismo com a inserção da culinária pode ser uma estratégia para impulsionar, conduzir o resgate de uma cultura alimentar e que proporcione às comunidades envolvidas geração de trabalho e renda.

Logo, este estudo partiu do seguinte problema de pesquisa: A culinária da fronteira pode contribuir para o desenvolvimento

local? De que forma? Qual o seu potencial de contribuição? Desta maneira, o objetivo geral consistiu em analisar o potencial da chipa, como fator de desenvolvimento socioeconômico e, de forma complementar, verificar se a chipa produzida na fronteira pode ser um elemento alternativo à geração de trabalho, renda e consequentemente desenvolvimento.

O artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A próxima seção apresenta a revisão teórica sobre algumas práticas culinárias e o desenvolvimento endógeno. Na terceira seção descreveu-se a metodologia adotada na pesquisa. Os resultados e as discussões são apresentados na quarta seção, seguida pelas conclusões, finalizando-se com as referências utilizadas.

2 As Práticas Culinárias na fronteira e a capacidade de desenvolvimento endógeno

A respeito da prática culinária na fronteira, a qual pode ser entendida como sendo, um conjunto de aromas e sabores específicos de cultura da região, que é o resultado da interação das pessoas com o seu contexto local, envolve diferentes dimensões, como a cultura, as sensações, as emoções e as lembranças e ou memórias afetivas, despertadas tanto pelos atos de preparar como de consumir alimento (MINTZ, 2001).

Embora a prática culinária seja universal, as maneiras de fazer e de saber fazer são diferentes, tendo em vista que todas as sociedades desenvolveram formas culturalmente determinadas, próprias e reconhecidas de preparo de seus alimentos, como observa (MACIEL, 2001). A prática culinária exerce papel importante na vida de cada indivíduo. De modo mais amplo, ela pode ser compreendida como um tipo de processamento para transformação do alimento ou, de outro modo, a passagem do alimento da categoria de cru para o cozido, conforme argumentam Garcia & Castro (2011).

Dentre as principais técnicas de preparo ou cocção descritas por Garofalo (2011) encontramos o: *Mimói* ou fervido; *Ka`ê* ou cozido/assado no *Tatakua*³¹ uma espécie de forno de barro utilizado principalmente no preparo dos alimentos como a chipa e a sopa paraguaia; *Chryry* ou frito; *Mbichy* cozido direto sobre as chamas; *Hesy*, assado ao ar livre. Dentre os utensílios utilizados temos: a cerâmica; *Olla y pavas de hierro* ou panela, chaleiras de ferro, utilizado para cozinhar os alimentos; *Ña`ẽ pyũ* ou recipiente para torrar alimentos; *Avatisoka* ou pilão para socar o milho; *Asador* que é espécie de pá de madeira com cabo longo utilizada para levar os alimentos ao *Tatakua* – um tipo de forno de barro, no qual se faz o cozimento da chipa e de outros alimentos, que utiliza a lenha/tronco ou galhos secos para fazer o fogo, quando o *Tatakua* atinge a temperatura ideal(quando colocarmos uma folha de bananeira e esta não queimar), as cinzas são varridas com uma vassoura rústica feita de chirca³².

Em geral, a culinária da fronteira é composta por alimentos que tem, em seu preparo, ingredientes derivados do milho – avati – e da mandioca – mandi’o. De acordo com Godoy (2019) cabe destacar aqui o lugar que o milho ocupa nas culturas indígenas pré-coloniais antigas e nas Américas, sendo uma das culturas mais importantes da América Latina do ponto de vista cultural, social, econômico e nutricional.

Nesse novo contexto econômico mundial, cada vez mais globalizado e competitivo, no qual as cidades e as regiões lutam entre si por recursos específicos cada vez mais escassos, os quais são capazes de lhes proporcionar vantagens competitiva frente às demais, as comunidades locais sejam elas organizações públicas e privadas, associações de empresários, empresas, sindicatos e governos locais compreenderam o alcance dos desafios colocados e responderam com iniciativas tendendo a impulsionar o desenvolvimento (BARQUERO, 2001).

31. Tatakua – Tata – fogo; kua – buraco – Buraco quente, tradução literal feita pelas autoras.

32. Vindo da palavra checha quíchua, “folha pegajosa”. Um arbusto resinoso que cresce nas encostas das montanhas nas Américas. Seus galhos são utilizados para a criação de vassouras (GODOY, 2019).

O surgimento da teoria do desenvolvimento endógeno está pautado no aparecimento de um novo paradigma que tem como uma das ideias centrais a associação entre o potencial de gerar mudança a partir dos recursos existentes nos territórios (econômicos, humanos, culturais e institucionais) e do processo de transformação e expansão da estrutura produtiva das localidades, conforme o quadro 1.

Quadro 1 - As mudanças no modelo de desenvolvimento econômico

NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	
Modelo fordista de produção em massa	Modelo de produção flexível
NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO	
Políticas tradicionais de caráter rígido	Políticas modernas de caráter flexível

Fonte: Barquero (2001). Adaptado pelas autoras (2020).

Barquero (2001) argumenta que sobre esses aspectos, o sistema produtivo dos países se expande e se transforma, uma vez que o potencial da região existente no território é utilizado, bem como as políticas de desenvolvimento.

Deste modo, as cidades têm adotado políticas de desenvolvimento local como resposta aos desafios impostos pela globalização e pela reestruturação produtiva (crescimento do desemprego e mudança estrutural), por meio da interação dos mais diferentes atores do desenvolvimento, neste caso a Gastronomia, representada pela Culinária local, uma vez que, a alimentação está vinculada aos setores produtivos relacionados ao abastecimento e ao consumo, isto é, à agricultura, pecuária, indústrias alimentícias, mercados, feiras, etc. (ROQUE, 2017).

Observa-se, nesse contexto, que a culinária da fronteira, sob a perspectiva do desenvolvimento endógeno, pode ser vista como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local. Paula (2016, p. 92) afirma que o *“desenvolvimento não se caracteriza apenas pelos ganhos econômicos, mas também pelos frutos da relação sociocultural”*.

Nos processos de desenvolvimento endógeno são os atores sociais da própria localidade que, ao adotarem estratégias a partir do potencial de desenvolvimento existente em seu território, controlam o processo de transformação econômica e social visando a aumentar o bem estar da sociedade local (BARQUERO, 2001).

Ainda, sobre o desenvolvimento endógeno, pode-se dizer que é, antes de mais nada, uma estratégia para ação, uma vez que consideremos que as comunidades locais têm a sua identidade própria, e isto as leva a tomarem iniciativas visando assegurar o seu desenvolvimento e deste modo evitar que empresas e organizações externas limitem a suas potencialidades.

Neste contexto, o estudo das práticas culinárias da fronteira em tela, pode estimular o surgimento e o fomento de novos negócios, empreendimentos ou renda complementar para pessoas que explorem a produção e o comércio dos alimentos típicos do local. Práticas culinárias também possuem vínculo emocional com as comunidades locais e reforçam identidades e costumes, criando sentido de pertencimento a um determinado grupo e território.

3 Materiais e métodos

A pesquisa fundamenta-se na abordagem exploratória, e se propôs a investigar, a partir das práticas culinárias, como a chipa pode gerar desenvolvimento socioeconômico no território que compreende os municípios de Ponta Porã-BR e Pedro Juan Caballero-PY.

Figura 1 - Produtores e vendedores de chipa



Fonte: Google Earth (2020). Adaptado pelas autoras (2020).

Foram identificados 21 (vinte e um) indivíduos, entretanto, apenas 09 (nove) aceitaram participar da pesquisa conforme figura 1. Para o universo estudado, utilizou-se a amostra intencional (não probabilística), ou seja, selecionada conforme a disponibilidade daqueles que aceitaram participar da pesquisa. O roteiro da entrevista aplicado em campo foi submetido a um pré-teste, sendo identificado a necessidade de ajustes, no que se refere à linguagem, substituindo os termos técnicos, para uma linguagem mais informal, bem como a tradução das perguntas para o espanhol, com o intuito de facilitar o diálogo entre a pesquisadora e os entrevistados(as).

Na fase da análise foram atribuídas algumas categorias de investigação a partir de três grupos de entrevistados: a) Microempresas; b) Ñas e c) Terceirizadas, os quais foram identificados por meio de códigos, permitindo dessa forma o sigilo de suas identidades.

Quadro 2 - Categorias de produtores e vendedores de chipa

Categoria	Descrição da categoria	Subcategorias
I	Microempresa	Produção Industrial Produção Artesanal Produção Artesanal
II	Ñas	
III	Terceirizada	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

O trabalho de codificação permitiu reclassificar os produtores e vendedores de chipa a partir da forma de produção: Produção Industrial e Produção Artesanal conforme demonstrado no quadro 2.

4 Resultados e discussão: o negócio da chipa e a chipa como negócio

A partir dos dados coletados identificou-se o perfil socioeconômico dos produtores e vendedores de chipa respondentes da pesquisa. Quanto à procedência dos entrevistados, cinco respondentes vieram de outras cidades distantes de Ponta Porã-MS e Pedro Juan Caballero-PY, motivados por cursar medicina na cidade

vizinha, outros pela falta de emprego em suas cidades e outros por questões políticas, como relata E3NPJ “*no governo de Stroessner era muito difícil viver, todos os meus familiares, vizinhos eram presos políticos, então viemos pra cá, mudamos para cá (...)*”. Quanto à idade dos entrevistados, os dados mostraram bastante variação. Quanto ao gênero, há preponderância na participação das mulheres na elaboração e venda da chipa.

Em relação à profissão dos entrevistados, 02 (dois) profissionais responderam ter a profissão de empresários(as), 02 (dois) comerciantes e 01 (uma) pessoa respondeu ter a profissão de chipeira e 04 (quatro) responderam ser vendedores de chipa. Notou-se que muitas mulheres, antes de tornarem-se chipeiras ou vendedoras de chipa e mudarem-se para as áreas urbanas da fronteira, trabalhavam em chácaras, sítios ou fazendas da região, ajudando seus pais a cuidar da terra e dos animais.

Quando analisada a renda familiar mensal dos entrevistados, percebe-se que a renda familiar mensal média é de R\$ 4.020,00 (quatro mil e vinte reais) corresponde a 4,03 salários mínimos (valor bruto recebido sobre as vendas). Em relação à escolaridade dos entrevistados, está distribuída da seguinte forma entre os níveis de ensino: Ensino superior incompleto, 02 (duas) pessoas; ensino médio completo, 01 (uma) pessoa; ensino fundamental completo, 01 (uma) pessoa e ensino fundamental incompleto, 05 (cinco) pessoas.

A este respeito, observou-se que os entrevistados que possuem o ensino fundamental incompleto, são pessoas que tiveram que trabalhar muito cedo, muitos vieram de outras localidades para tentar ganhar a vida na fronteira, alguns por perderem seus cônjuges e outros por terem o espírito empreendedor e acreditarem no que fazem. Vieira (2018) argumenta que é evidente que a produtividade do mercado e os gargalos do desenvolvimento econômico – como emprego e renda – são diretamente implicados pela situação educacional da população do território.

As microempresas estão bem localizadas em pontos de fácil acesso, com grande fluxo de pessoas. Os Ñas vendem chipa no

centro das duas cidades (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero) e perto do comércio local. Outro tipo de negócio são os terceirizados, que são as mulheres que não produzem a chipa, mas pegam de outros fornecedores para vender.

Nas categorias das Ñas e das terceirizadas, ficou evidente que não há nenhum controle ou algum tipo cadastro das vendedoras em algum órgão público como prefeitura ou instituição similar reguladora da atividade. Quanto ao tempo de atuação das microempresas no ramo alimentícios, 02 microempresas atuam a pouco mais de 03 (três) anos, 01 (uma) pouco mais de um ano e meio, e 01(uma) microempresa a cerca de 02(dois) anos.

Quanto ao quadro societário, 01(uma) microempresa possui 03(três) sócios, 02 possuem 02(dois) sócios e 01(uma) microempresa possui apenas 01 (um) sócio. Os sócios são em sua maioria familiares (cônjuges, irmãos e primos).

Sobre o tempo de atuação no mercado identificou-se que 01 Ña vende chipa a cerca de 60 anos em dois pontos apenas, sendo 30 anos em cada lugar. Nesta categoria observou-se que não há a presença de sócios, as mulheres são trabalhadoras autônomas, e todas encontram-se na informalidade, ou seja, não possuem vínculo empregatício. Na categoria das microempresas constatou-se que o tempo de atuação é de 3 anos com a venda de chipa na fronteira. Sobre as terceirizadas, apurou-se que a entrevistada E6TPJ, atua no mercado da chipa a cerca de 8 (oito) anos, não há sócios, não há nenhum vínculo empregatício formalizado com o fornecedor da chipa, a não ser a comissão sobre as vendas, que geralmente é de 30% sobre o valor vendido no dia.

Dentre as categorias estudadas, observou-se que as Ñas são as que estão a mais tempo comercializando a chipa, neste caso, verifica-se, que o que as difere das demais categorias está associado às suas características diferenciadas como: o modo como fazem a chipa; os ingredientes que utilizam no preparo; o preparo de modo artesanal e forma de atendimento aos seus clientes.

No que diz respeito às estratégias, as categorias investigadas

até apresentam alguma visão de futuro e sabem a sua missão, porém não detalham as ações a serem perseguidas para alcançar o estabelecido. Aqui parece ser uma lacuna importante para receber apoio de políticas de incentivo a estes tipos de empreendedores.

Com relação ao que é comercializado pelas categorias analisadas apurou-se que: às microempresas, o principal produto comercializado é a chipa, no entanto, verificou-se que outros produtos são agregados ao *mix* de produtos, tornando-as assim mais diversificadas, não como uma estratégia, e sim por necessidade. Isto é explicado pela estrutura física utilizada pelos mesmos para a comercialização de seus produtos, ou seja, é necessário um espaço físico maior com uma infraestrutura que comporte as máquinas e equipamentos necessários tanto para a produção, quanto para a disposição dos produtos que, por sua vez, possuem alguns custos fixos como – limpeza e conservação do imóvel, aluguéis das instalações, salários e segurança.

Nas categorias das Ñ Nas o principal produto é a chipa como pode ser observado na fala das entrevistadas: E3NPJ, E4NPJ, E5NPP e E8NPJ “*Venda de chipa*”, no entanto observou-se que E3NPJ, vende bolos e alguns itens importados como meias, *lingeries*, toucas e cachecóis, E4NPJ, vende alho e sopa paraguaia aos sábados. E8NPJ, relata que tem o desejo de vender outros produtos, no entanto conforme relato “*por que eu estou na rua, o dono não quer que eu venda nada, só a chipa, antes eu pensei que eu iria vender meias, refrigerante, cerveja, mas o dono da empresa não deixa, o prefeito me falou que era pra vender só a chipa*”.

Há também, as mulheres que trabalham como terceirizadas, ou seja, elas não produzem a chipa, mas pegam de outros produtores para revender, as quais optaram por vender a chipa ao invés de exercerem outra função, como destaca E6TPJ “*Eu gostei mais de vender chipa em vez de trabalhar como doméstica, dá gosto de trabalhar como vendedora, é melhor*”. Sobre o tempo de atuação, a entrevistada E6TPJ relata que “*Já fez já oito anos*” que atua como vendedora de chipa. Com relação ao mercado consumidor das categorias investigadas serão apresentados os resultados no quadro 3.

Quadro 3 - Mercado consumidor da chipa nas categorias investigadas

Categorias	Microempresas	Ñas	Terceirizadas
público consumidor	Preponderantemente estudantes e comerciantes (mulheres, homens, adultos), depois crianças, empresas públicas e privadas e turistas vindos principalmente de Dourados e Campo Grande	Homens, mulheres, crianças, jovens, que circulam pelas imediações em que se localizam os pontos de vendas, nestes locais há grandes concentrações de pessoas, as quais se deslocam por meio de ônibus circular, com destino às escolas, e aos seus locais de trabalho	Homens, mulheres, crianças, jovens, que circulam pelas imediações em que se localizam os pontos de vendas, nestes locais há grandes concentrações de pessoas, as quais se deslocam por meio de ônibus circular, com destino às escolas, e aos seus locais de trabalho

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Quando questionadas as microempresas, sobre o número de funcionários e a origem dos mesmos, constatou-se que conforme relatos de E1MPP “(...) *são ao todo 05(cinco) funcionários, 03(três) regionais e 02(dois) de fora*”. Com relação a esses três funcionários que são da região, os mesmos são da cidade de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero-PY, os demais que são de outras regiões, são da cidade de Tupã-SP e de Porto Velho-RO. E2MPP relata que “*Sim são da região, tem gente do Paraguai, tem bastante brasileiro, tenho 12 funcionários*”. São 12 funcionários ao todo, os funcionários paraguaios são da cidade de Pedro Juan Caballero-PY e os brasileiros são da cidade de Ponta Porã, no entanto não informou quantos são paraguaios e nem quantos são brasileiros. E7MPJ informa que “*funcionários nós temos 02, depois temos os comissionados que são os vendedores, que ganham de acordo com as vendas, são da região mesmo*”. Os dois funcionários que o entrevistado se refere são da cidade de Pedro Juan Caballero-PY, no entanto não informou a nacionalidade dos funcionários comissionados, porém, sabe-se que são da região estudada. E9MPP declara que “*ao todo são três, todos são da região sim*”. Neste caso não foi apurada a origem dos funcionários, nem a nacionalidade dos mesmos. Deste modo, é importante salientar que em relação a E7MPJ, há um diferencial em relação ao quadro de funcionários, pois possui uma estrutura com um quadro de funcionários fixos e os comissionados, que é o empregado que recebe sua verba salarial exclusivamente a título de comissões, sem receber nenhuma parcela fixa pelo trabalho desenvolvido, ou seja, ganha sobre as vendas que realiza.

Com a categoria das Ñas a questão relacionada aos funcioná-

rios é um pouco diferente E3NPJ afirma que *“tenho somente dois, são daqui mesmo, uma é minha sobrinha e outro é meu sobrinho que fazem o fogo pra mim”*, E4NPJ relata que tem *“duas pessoas que moram perto da minha casa”*, já E5NPP afirma que *“Não tenho, faço sozinha, sou muito teimosa, os outros não vão fazer do meu jeito (...)”*, isso ocorre muitas vezes por opção própria, e também por terem um modo único de prepararem a chipa e de dar o formato de costume, sejam elas na forma de ferradura ou argola. E8NPJ *“Não tenho, eu faço sozinha, eu faço coloco no forno, e venho vender”*. Nota-se que nas categorias das Ñas, a organização do trabalho ocorre entre os familiares, geralmente os sobrinhos são responsáveis por acender o fogo no *Tatakua*. Na categoria que compreende as terceirizadas, não há funcionários ou ajudantes como afirma E6TPJ, *“Não tenho, só eu que vendo”*. Isto se deve ao fato de que as mesmas retiram a chipa com os fornecedores, e promovem a venda em seus respectivos pontos de venda.

Em termos de estratégias gerais, que para Porter (1999) significa a capacidade que a organização possui em criar um posicionamento específico e vantajoso por meio de um conjunto de atividades diferentes em relação aos seus concorrentes, observou-se que 03 (três) microempresas tem seu foco voltado para o custo, ou seja, produtos a serem vendidos por preços mais em conta, conforme argumentam os entrevistados E1MPP *“(...) vendemos com os valores mais em conta por que a gente tenta levar um produto de melhor qualidade”*, E2MPP *“(...) vendemos para a pessoa revender, a gente faz venda para o comércio, a gente faz um preço em conta pra eles revenderem”*, E9MPP *“É custo, aqui principalmente aqui na fronteira, se você não tiver o foco em custo não consegui sair do lugar”* e 01(uma) microempresa é focada na diferenciação, produtos de maior valor agregado e/ou qualidade, como afirma E7MPJ:

“Nós estamos a cada dia tentando melhorar a qualidade da nossa chipa, estamos lutando para fazer as chipas que não são vendidas nas ruas, por exemplo a chipa com anis (ervadoce), [...] agora estamos inserindo no mercado, nas ruas a

chipa com erva-doce, só que em quantidade limitada, dessa forma tentamos agradar nossos clientes, [...] nós estamos tentando ganhar mais clientes, mais confiabilidade [...].”

Quanto à categoria das Ñas, observou-se que a estratégia adotada é a da diferenciação que na perspectiva de Kon (1999, p.88) “*é possível existir uma diferenciação devida a condições em que se vende a mercadoria*”, neste caso as Ñas têm uma característica peculiar, possuem uma localização conveniente, isto é, a maioria está próxima ao terminal de circular ou a um comércio, possuem uma reputação de vendedor cortês e laços pessoais com os clientes. No que concerne à categoria das terceirizadas, notou-se que a estratégia adotada é a de custo, uma vez que as mesmas procuram adquirir os produtos com um custo razoável para que possam ter uma margem de lucratividade satisfatória.

Assim sendo, verificou-se que todos os entrevistados não possuem os conhecimentos técnicos e científicos a respeito das estratégias empresariais, no entanto, cada um faz uso instintivamente de acordo com sua maneira de gerir as atividades no dia a dia, demonstrando sempre a vontade em atender seus clientes com produtos de qualidade e com preço justo.

Quanto aos critérios adotados para a escolha dos fornecedores, observou-se que, há preocupação em conhecer o fornecedor *in loco*, conhecer as instalações e o processo de fabricação da matéria-prima que será adquirida, outro ponto importante está relacionado ao compromisso com o prazo de entrega, uma vez que as compras são feitas em lotes pequenos, é exigida a qualidade dos ingredientes os quais influenciam diretamente na qualidade do produto final – a chipa.

No que diz respeito à localização dos fornecedores, observou-se nas três categorias (microempresa, ñas e terceirizadas) que todos os fornecedores são da região, Ponta Porã-MS ou de Pedro Juan Caballero no PY, conforme relatado por E9MPP “*fornecedor que eu tenho são da região, eu procuro dar prioridade para a região, por que se eu estou produzindo, se eu estou ganhando, eu também*

tenho que me preocupar em dar renda para o local (...)”.

O relacionamento com os fornecedores também pauta-se em preço e prazo de pagamento para as três categorias analisadas, todos os entrevistados utilizam a matéria-prima da região para o preparo da chipa. Em referência aos concorrentes das microempresas, notou-se que os entrevistados sabem a localização de seus concorrentes, são muitos concorrendo entre si, porém não possuem muitos detalhes sobre os produtos que produzem, uma vez que a receita da chipa entre as microempresas é padrão, isto é, os ingredientes são similares.

No que concerne à categoria das Ñas, é sabido que a concorrência está nas suas proximidades, no bairro onde moram como relatam E3NPJ “*Sim eu sei, são as vizinhas que moram aqui perto, aqui em frente tem uma senhora que faz também*”, e E8NPJ “*Sim, tem muitas pessoas, no meu bairro tem também, são 05(cinco) pessoas que vendem*”. No tocante à categoria das terceirizadas, a concorrência ocorre de modo diferente, uma vez que esta categoria não produz, e não controla as influências e/ou alterações que a chipa possa ter, se houver algum ajuste na questão preço por exemplo. Quanto ao faturamento, apenas Ñas disponibilizaram o faturamento diário, entre R\$60,00 e R\$ 400,00 ao dia.

Em se tratando de embalagens dos produtos, nota-se nos relatos das microempresas, que as mesmas não têm nada que identifique a região, algum logotipo ou logomarca, no entanto, verificou-se que há a intenção por parte dos mesmos. Quanto a categoria das Ñas e das terceirizadas, notou-se que há o desejo em ter algo que caracterize a região e o seu produto, no entanto não há informações em relação a procedimentos e sobre órgãos reguladores.

Em relação às etapas da produção verificou-se que as microempresas são responsáveis por todas as etapas da produção no próprio estabelecimento, possuem um espaço físico para o preparo da massa e posterior cozimento. Na categoria das terceirizadas, todas as etapas da produção são realizadas pelo fornecedor. E as Ñas, são as responsáveis por todas as etapas, as quais são realizadas em suas residências.

Quando questionado a respeito do aprendizado, ou seja, com quem aprenderam a fazer a chipa, foi possível verificar que o saber fazer da chipa, na categoria Ñas, decorre da continuidade de algum familiar, geralmente do trabalho da mãe, ou de um parente próximo, quanto às microempresas e terceirizadas, as receitas são padronizadas, as origens são diversas, advindas de livros de receitas, de outros negócios, de adaptações, etc. Dentre os motivos que levaram as Ñas a fazer a chipa para vender, podemos citar a falta de emprego formal (ofício remunerado), uma relação contratual em que um produtor oferece meios para que outros indivíduos desempenhem uma função pré-determinada com o intuito de suprir as necessidades básicas de suas famílias. Neste sentido, o que foi possível perceber é que as motivações para vender a chipa estão associadas a ganhos financeiros como forma de completar a renda, e que a escolha pelo setor deve-se ao fato de ganhar mais no setor alimentício ao invés de terem um emprego formal como domésticas.

Com relação à microempresa e as terceirizadas, os motivos que as levaram a fazer para vender está relacionado à necessidade em empreender, ter o seu próprio negócio, e pela oportunidade de negócio motivada pela vinda de acadêmicos do curso de medicina, implantado em Pedro Juan Caballero-PY.

Sobre a qualidade percebeu-se a preocupação por meio das falas das entrevistadas: E3NPJ “*Não, somente olhando já sei que está bom*”; E4NPJ “*Não tenho, faço sempre a mesma quantidade para não perder o ponto*” e E5NPP “*Não tenho, controlo o fogo pra não queimar*”. As Ñas não possuem controle de qualidade obtido de forma acadêmica sobre o que é produzido por elas, mas a experiência de longos anos preparando a mesma quantidade de chipa com os mesmos ingredientes.

Godoy (2019) afirma que embora exista praticamente uma receita básica para a preparação da chipa, é importante notar que, dependendo das formas de cozimento, a qualidade da matéria-prima, o jeito de amassar e a quantidade de ingredientes, cada chipa adquire um sabor particular e diferente, como se fosse uma espé-

cie de marca registrada. A seguir, o quadro 4 apresenta aspectos inerentes ao negócio da chipa.

Quadro 4 - Aspectos inerentes ao negócio da chipa

Categorias/aspectos sobre o negócio	Microempresas	Nas	Terceirizadas
Sobre o volume de vendas	Entre 850 a 1.000 chipas por dia	De 10 a 15 kg	60 pacotes
Quanto aos preços praticados	Entre R\$ 0,75 e R\$ 3,50	Entre R\$ 1,00 e R\$ 10,00	Entre R\$ 2,00 e R\$ 5,00
Precificação	Custo com matéria prima	Custo com matéria prima	Custo com matéria prima
Concorrência	Desconhecem as estratégias dos concorrentes	Desconhecem as estratégias dos concorrentes	Desconhecem as estratégias dos concorrentes
Alcance dos produtos	Local	Sem informações	Regional
Quanto às entregas dos produtos	Utilizam veículo próprio	Não realizam entrega	Não realizam entrega

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Ao serem questionados se a culinária de fronteira ou a venda da chipa constituem em um bom negócio as microempresas afirmaram que sim, pois é possível identificar que por meio dessa atividade outras vão surgindo, outros negócios, outros produtos como pode ser constatado na fala de E1MPP “*Sim, com certeza, por que nós estamos na fronteira, se a gente trabalhasse com um produto da capital, nossa região fronteira não teria muito sentido, apesar de dar boa venda, mas a gente tá trabalhando com um produto da fronteira na fronteira, as pessoas já conhecem o produto, elas já querem mais um pouquinho a mais daquilo que já conhecem, mas não deixam de comer o que ela já conhece, já tem paladar pra aquilo, mas ela sempre procura alguma coisa a mais, uma chipa recheada com sabor diferente, há uma chipa com um sabor mais e pão de queijo, então 100% de certeza que é um bom negócio*”.

Por se tratar de um produto já bastante conhecido e apreciado pela população local e pelos visitantes, é um produto de fácil aceitação e de baixo custo o que facilita o seu comércio, e também

por ser um produto carregado da cultura local com uma simbologia própria, dando a sensação de estar em casa comendo algo preparado por algum ente querido como a mãe, uma avó, uma tia.

E9MPP relata que *“Depende, da temporada, fim de ano eu vendo mais ou menos, na época do frio eu vendo bem, nos demais meses eu vendo razoável por que já tem um tempo que eu estou nesse estabelecimento e muita gente já conhece (...)”*, ou seja, a atividade na visão do entrevistado E9MPP é um bom negócio dependendo da época do ano, pois, em alguns períodos o volume de vendas tende a ser maior, porém ocorre um equilíbrio pelo fato de estar a bastante tempo no local e já ser conhecido pela maioria dos consumidores de seus produtos.

Com relação aos investimentos gerados pela venda da chipa e se a chipa é um bom negócio, os resultados podem ser observados no quadro 5:

Quadro 5 - Perspectivas de investimentos e percepção sobre se a venda da chipa é um bom negócio

Categorias/aspetos inerentes ao negócio da chipa	Microempresas	Ñas	Terceirizadas
Perspectiva de investimentos no negócio e se a chipa é percebida com um bom negócio	Pretendem investir	Gostariam de investir	Gostariam de investir
Sobre os novos nichos de mercado e se os mesmos conseguem fazer a identificação	Conseguem identificar novos nichos (bebidas, lanches, etc.)	Não vislumbram novos nichos e não identificam oportunidades	Não vislumbram novos nichos e não identificam oportunidades

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

A única categoria que investe é a da microempresa. As demais categorias utilizam o ganho com o sustento da família. Apenas a categoria das microempresas manifestou em seus discursos o incremento com a oferta de produtos diferenciados como no caso da chipa recheada (salgada e doce) e o atendimento a nichos diversificados, ou especialização por nicho, que nesse caso adotam a especialização por qualidade ou preço: deste modo a microempresa escolhe o segmento onde deseja atuar – por exemplo, pode atuar com alta qualidade e alto preço, qualidade e preço médio,

ou concorrer em preços baixos com certa qualidade. No caso das microempresas entrevistadas a opção é por concorrerem em preços baixos e com certa qualidade. No caso do uso de tecnologia e ferramentas de comunicação, apenas as microempresas fazem uso de algumas ferramentas de gestão e de mídia social, mas pretendem ampliar para informatização de estoque, cardápio, gestão das vendas e créditos a receber, gestão do uso do papel e controle fiscal e uso de mídia social.

5 Aspectos a serem melhorados com relação ao negócio

É sabido que qualquer organização precisa se adequar a novas tendências de mercado, no entanto, têm-se situações como a das categorias das Ñas e das Terceirizadas em que não há conhecimento ou incentivo para que o produto por elas comercializados não caia no esquecimento, isto por que, a maioria das atividades comerciais consegue impulsionar o negócio com a utilização de ferramentas de gestão, cursos de formação ou aprimoramento de técnicas, e nesse caso em específico, as mesmas não dispõem de tais recursos, pois trata-se de um produto cujo saber fazer, toda sua simbologia é transmitida pelas famílias. Têm-se um produto que carece de incentivos para que as suas práticas não caiam no esquecimento, neste sentido questionou-se às Microempresas, se na opinião delas a culinária e/ou a produção e venda da chipa deveria receber algum tipo de recurso ou investimento externos para que a manutenção de tais práticas. Verificou-se que a maioria dos entrevistados desta categoria confirmam a necessidade de incentivos, conforme identificado nos relatos apresentados no quadro 6:

Quadro 6 - Opinião das microempresas sobre investimento externo para culinária e/ou a produção e venda da chipa

E1MPP <i>"Com certeza sim, e tem que ter uma visão mais ampla da parte do governo, da parte dos empresários, dos hoteleiros, dos empresários da fronteira, que mexe na parte de vendas né, pra eles frisarem um pouco na nossa tradição, na tradição fronteiriça, eles saberem que aqui a gente não é diferente deles, mas a gente tem a nossa cultura, a gente tem nossos alimentos, a gente tem, a maioria é de descendência paraguaia, descendência indígena, e tem a sopa paraguaia, que não é uma sopa de caldo, é mais um bolo, é mais uma torta né, então, falta, necessita, por que justamente tem essa falta de mostrar a cultura, que não é uma cultura vergonhosa, não é uma cultura feia, são alimentos bons, são alimentos nutritivos, e a chipa, a quantidade de glúten se não for zero é quase zero, a gordura dela é muito baixa, vai entrar a gordura do leite, a gordura animal, então, necessita sim de recursos externos, sim é uma necessidade que auxiliaria muito a nossa prática, seria muito viável, o turista vem pra cá pra conhecer nosso alimento, pelo menos provar, pra mostrar que a gente tem também a nossa cultura".</i>
E2MPP <i>"Sim (...) o pessoal sabe da cultura né?! Igual o tereré, ninguém espalha, mas todo mundo sabe que tem isso (...) tem gente do nordeste que vem comer chipa, o que que é isso chipa? ninguém sabe o que que é, né?! Quem é de fora, mas que tem costume todo mundo gosta".</i>
E7MPJ <i>"Acredito que sim, por que o governo cobra muito caro os impostos, a chipa depende dos agricultores, a chipa depende da mandioca e do queijo, e a mandioca acredito que o governo não dá tanta importância, digamos que a mandioca não tem preço para o agricultor, e eu acredito que se o governo der mais assistência para o agricultor ele vai ter mais condições para criar mais frentes de trabalho, vai sustentar melhor sua família, por que a mandioca é a matéria prima para fazer a chipa".</i>
E9MPP <i>"Vixe, demais, o comércio em si ele não se estabelece sem a ajuda do governo, sem um financiamento, principalmente nos meses parados, se você não tiver você não se mantém, a não ser que você tenha outro empreendimento pra você suprir, tem que ter o governo, vamos supor o financiamento de uma máquina para produzir, o financiamento de um freezer, eu acho que muitos fecham as portas por falta de financiamento, se o governo não estiver de olho no comércio com o intuito de gerar emprego, primeiramente para gerar emprego ele tem que investir no setor comercial seja ele qual for".</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

A necessidade de incentivo também se faz presente na categoria das Ñas, conforme relato de E3NPJ que acredita que *"Sim, tinha que ter, mas não é assim, ninguém vem até nós para saber como estamos, conhecer nosso "mundo", as crianças tinham que aprender, as crianças só querem jogar no celular, as crianças não respeitam os professores e seus pais"*. Segundo Maciel (2001) o comportamento alimentar é imitado e aos poucos os filhos vão aprendendo conforme o exemplo observado. O Inverso também é verdadeiro, ou seja, as novas gerações poderão perder o hábito alimentar de seus antepassados.

Na categoria das terceirizadas, os incentivos vão além dos recursos financeiros como relata E6TPJ *"É, sim, pra ficar mais seguro, tá faltando aqui pra nós, uma casinha né, pra guardar as coisas, pra deixar as coisas, eu venho de manhã e fico até a tarde, eu como aqui na lanchonete mesmo."*. Neste caso, verificou-se a necessidade de melhorias na infraestrutura que abriga a atividade desta categoria. Já para as microempresas entrevistadas, em sua maioria, têm o desejo de implementar mudanças em seu negócio, há casos em

que as mudanças já ocorreram como relata E9MPP:

“Na realidade eu já mudei, antes era só chiparia, antes eu só trabalhava com a chipa, já adicionei o salgado, o pastel, o pão de queijo, amanhã eu vou fazer a sopa paraguaia, e vou ampliando, agora vamos supor daqui 01 (um) mês, 20 dias, eu vou colocar almoço, então eu estou ampliando pra poder aumentar a renda e através dessa renda poder me manter no local”.

Com relação à categoria das Ñas, percebeu-se por meio das suas narrativas que as mudanças em seu negócio estão associadas ao aumento de ganhos financeiros ou melhoria na qualidade de vida, relacionada aos aspectos profissionais da venda da chipa (frio, chuva ou calor). Para a categoria das terceirizadas, as mudanças nos negócios são um pouco mais complexas, uma vez que esta categoria não produz a chipa, apenas vendem para um fornecedor, o qual é responsável por todas as etapas da produção.

5.1 Perspectivas à luz da teoria estudada

Ao confrontarmos as teorias que apoiam o estudo sobre a temática culinária típica da fronteira, com as teorias sobre o desenvolvimento corroboradas por Dallabrida (2010) em que se tem a melhoria socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida da população local, este processo é ilustrado por meio da fala das categorias das Ñas, nas quais se percebem mudanças qualitativas no modo de vida das entrevistadas e nas estruturas produtivas representadas pelos bens de consumo direto – como televisores, máquinas de lavar, computadores dentre outros, os quais satisfazem as necessidades desta categoria.

Sobre a égide do desenvolvimento local ou endógeno descrita por Vázquez Barquero (2001), a ocorrência do desenvolvimento se dá mediante a participação dos atores locais, como as Microempresas, as Ñas e as Terceirizadas, os quais possuem suas estratégias específicas e particulares, demonstrando que não é o tamanho das

unidades produtivas o elemento essencial para a dinâmica territorial. Recordando Roque (2017), a qual faz menção ao vínculo da alimentação aos setores produtivos, neste caso a agricultura familiar com os produtos oriundos do Assentamento Itamarati, como os ingredientes utilizados na preparação da chipa, dentre os quais: leite, ovos e queijo. Desta forma ocorre a harmonia entre a Economia Criativa e o meio ambiente explicado por Reis (2008). Verifica-se neste caso o fortalecimento da cadeia produtiva da chipa.

Sob o prisma da Economia Criativa apresentado por Reis (2008) a qual argumenta que por se tratar de uma atividade com criatividade de cunho individual, a culinária e a venda da chipa, permitem a criação de pequenos negócios (Microempresas, Ñas e Terceirizadas e outras que não foram contempladas pela pesquisa), devido a existência de baixas barreiras de entrada, deste modo, com um pouco de criatividade e um pouco de orientação sobre gestão de negócios, pode-se ter produtos diferenciados, com alta carga de simbolismo e aspectos da cultura e da história local.

Neste sentido Pertile e Gastal (2014) argumentam sobre o valor simbólico o qual determina o valor econômico do produto (a chipa), ou seja, têm-se um produto com uma carga de elementos próprios das famílias locais presente nos seu saber fazer, transmitido no próprio núcleo familiar, informação confirmada por meio da fala das entrevistadas da categoria representada pelas Ñas.

Deste modo várias frentes de trabalhos, algumas formais e outras informais são criadas na fronteira entre as duas cidades, desta forma, tem-se a geração de renda para várias famílias que compõem a cadeia produtiva da chipa. Infelizmente esses benefícios gerados para as famílias locais esconde uma outra realidade, o grande número de desempregados existentes, e um grande número de pessoas subutilizadas, que segundo dados do IBGE (2019) em se tratando de Brasil o percentual chega a 25%, isso significa que 28,3 milhões de brasileiros que não trabalham ou trabalham menos do que gostariam.

Mediante a realidade capturada pela pesquisa realizada,

mostra-se relevante a organização de alternativas que fortaleçam as atividades relacionadas ao preparo e a comercialização da chipa e outros produtos que compõem a culinária de fronteira.

6 Considerações finais

Os resultados permitiram constatar que, embora haja grande variedade de pratos típicos, a chipa é a mais explorada para a finalidade de comércio, isto ocorre pelo fato de ser um produto com baixa perecibilidade, baixo custo de produção, preço de venda acessível, agradável ao paladar dos consumidores. Fica evidente que as práticas, o saber fazer local, vem sendo modificado por práticas mais simples e industrializadas, que tornam a chipa cada vez mais distante de suas origens.

Constatou-se que há preponderância na participação de mulheres, a escolha por vender a chipa está associada à falta de emprego, pois essas mulheres exercem o papel de chefe de suas famílias provendo o sustento das mesmas. Aqui tem-se mais indicativos de que pesquisas de gênero são fundamentais para compreender o desenvolvimento neste território estudado. Surgem novas hipóteses e questionamentos relacionados à situação da mulher e sua condição social.

Um outro aspecto que merece destaque nas conclusões é a discrepância entre a literatura e a realidade investigada no que concerne à relação renda e grau de instrução. Verificou-se que o ganho com a venda da chipa depende mais de outros aspectos do que do grau de instrução das pessoas envolvidas com a produção e venda. A este respeito observou-se que a pessoa que vende mais, adota uma estratégia de venda diferenciada, é dada uma atenção especial ao consumidor, há uma conversa preliminar à venda, há uma interação entre vendedor e consumidor e uma diversidade de preços, o que faz com que todos possam comprar a chipa.

Percebeu-se, ainda, que o tempo de produção da chipa está

vinculado ao modo como preparam a chipa, neste caso o preparo artesanal tem grande peso, nesta categoria a organização do trabalho ocorre entre os familiares, geralmente os filhos, sobrinhos ou outro familiar próximo. Mais uma vez fica clara a necessidade de uma ação que promova a chipa com relação ao seu potencial de produto com identidade regional.

Em relação às estratégias organizacionais, verificou-se que não estão explícitas, porém todos os entrevistados adotam instintivamente a forma de gerir as atividades do dia a dia. O mercado consumidor da chipa é composto por homens, mulheres, crianças, jovens, que circulam pelas imediações em que se localizam os pontos de vendas.

Quanto aos ingredientes, verificou-se uma relação direta com pequenos produtores. Percebe-se que a agricultura familiar desempenha um papel importante na preferência dos entrevistados, enquanto fornecedor de matéria-prima, desenvolvendo uma relação entre a utilização dos mesmos ingredientes como forma de manter o sabor.

Sobre o faturamento das microempresas em relação à chipa, não foi possível aferir, em alguns casos por não terem a informação, e também por não disporem de recursos computacionais que organizem esses dados. Mas fica evidente que o faturamento é considerável, uma vez que os investimentos em outras áreas são originários do faturamento com a chipa.

Sobre o sistema de produção adotado, o artesanal é o que gera maiores ganhos para a categoria das Ñas, produzindo um produto com características diferenciadas, qualidade percebida pelo consumidor e sabor diferenciado, o que dá a chipa uma característica única.

Um dado bastante importante sobre a embalagem do produto é que não há nada, nenhuma marca ou logotipo que caracterize e identifique o produto como sendo produzido na região pesquisada e que poderia agregar valor ao produto local. Este é mais um aspecto que pode ser aprimorado e potencializado sobre o ponto

de vista da identidade territorial.

Foi possível verificar que o saber fazer a chipa, na categoria Ñas, decorre da continuidade de algum familiar, geralmente do trabalho da mãe, ou de um parente próximo, como os irmãos, os sobrinhos ou por meio de algum contato do ambiente familiar. Quanto ao aprendizado, constatou-se que a aquisição do conhecimento sucedeu a maternidade, isto é, tiveram que aprender a fazer a chipa quando tiveram seus filhos. Mais uma vez a questão do gênero aparece aqui, mostrando como estes estudos precisam ser aprofundados.

Nas demais categorias as receitas são padronizadas e as fontes de aprendizado são diversas. Dentre os motivos que levaram as Ñas a fazer a chipa para vender, podemos citar a falta de emprego formal (ofício remunerado), é importante destacar que as mulheres que compõem esta categoria gostam do que fazem, e a ideia de terem autonomia lhes dá muita satisfação, vale ressaltar que a opção por vender a chipa, é com a finalidade de aumentarem o rendimento familiar, e a necessidade em custear a educação de seus filhos. O número de pessoas que fazem ou que sabem fazer a chipa na família dos entrevistados é bem pequeno, em razão da técnica ser de domínio das mulheres e geralmente são repassadas entre as mulheres (de mãe para filha).

Um dado curioso a respeito da qualidade e que foi identificado na categoria das Ñas, é que não há um controle de qualidade com bases teóricas, mas sim, um controle de qualidade construído com base em experiências adquiridas ao longo de muitos anos produzindo a mesma quantidade de chipa com ingredientes selecionados e na quantidade exata, um outro fato que chama a atenção é em relação às mãos, que segundo as entrevistadas, a pessoa que faz a chipa deve ter mão quente, ou *po aku*.

Em relação a venda e a distribuição, um fato que chama a atenção é a venda sobre rodas, onde uma Microempresa percorre as duas cidades anunciando em carro de som a chipa. Constatou-se que as chipas produzidas pelas categorias analisadas chegam a outras localidades levadas pelos turistas. As entregas são feitas por veículos próprios, mas são poucos os casos em que há necessidade

de se fazer entrega pelas Microempresas, a maioria dos clientes vai até o local e retiram a chipa, como ocorre com as Ñas e com as terceirizadas.

Sobre a existência de novos projetos para a fronteira (Ponta Porã – BR e Pedro Juan Caballero – PY) que poderiam incrementar o negócio já existente, foi possível identificar apenas na categoria das Microempresas o interesse em desenvolver novos projetos ou incrementar-los, constata-se que além do aumento na produção da chipa, os estabelecimentos irão demandar por mais profissionais para o atendimento aos consumidores locais e/ou a turistas que visitarem estes estabelecimentos. O inverso ocorre com as demais categorias que não demonstraram interesse em criar novos projetos.

A necessidade de incentivo se faz presente em todas as categorias analisadas. Em relação às mudanças, constata-se que todos que-rem algum tipo de mudança, sejam elas estruturais, criação de novos produtos ou aumento dos ganhos financeiros. Diante do referencial teórico, foi possível elencar algumas ações que poderão suscitar em fortalecimento da atividade que compreende a chipa na fronteira, dentre as quais têm-se: o fortalecimento da agricultura familiar por meio dos ingredientes usados no preparo da chipa; resgate do saber-fazer e de suas principais técnicas; estudo para a criação – de uma marca e de *souvenir* culinário e a criação de oportunidades para a qualificação dos profissionais que atuam na área.

Por meio dos dados obtidos, foi possível inferir que a Culinária típica da fronteira pode sim, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, uma vez que foi constatado o aumento de renda per capita e melhoria dos padrões de vida da população investida. Verificou-se que todos os empreendimentos possuem funcionários diretos ou indiretos, isto possibilita a inclusão social das pessoas, pois os mesmos são da região, o que possibilita que os mesmos tenham acesso à educação, saúde, cultura, lazer. O mesmo se aplica aos fornecedores de matéria-prima, os quais são da região, e também aos produtores de chipa e seus dependentes, uma vez que a chipa é a principal fonte de renda ou complementar, deste modo têm-se movimentação econômica na região.

Referências

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.

CHAGAS, C. **Estilo brasileiro de comer**, Dia Mundial da Alimentação-Agricultura e Diálogo Intercultural. 2006. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/comidamateira/estilo-brasileiro-de-comer>. Acesso em: 10 jul. 2023.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCIA, R. W. D., & CASTRO, I. R. R. de. (2011). A culinária como objeto de estudo e de intervenção no campo da Alimentação e Nutrição. **Ciência & saúde Coletiva**, v.16 n° 1, p. 91-98. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/7443/art_DIEZ-GARCIA_A_culinaria_como_objeto_de_estudo_e_2011.pdf?sequence=1. Acesso em: 29 jul. 2023.

GAROFALO, Sarita. **Cocina paraguaya: tradicional y contemporânea**. Asunción: Comisión Nacional del Bicentenario, 2011.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Zulma Inés Masi. *El chipá y el sello femenino: memorias de mujeres paraguayas que componen el patrimonio del Paraguay*. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPel, 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2019/08/Dissertacao-de-Mestrado-ZULMA-MASI-VERSAO-FINAL-2019.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

IBGE. **Censo demográfico: 2010 - questionário**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/coleta/questionarios.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? In: **Horizontes Antropológicos** [online]. 2001, vol.7, n.16, pp.145-156. ISSN 0104-7183. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832001000200008>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. Rev. bras. Ci. Soc. [online], 2001, vol.16, n.47, pp. 31-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7718>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

PERTILE, Krisciê; GASTAL, Susana. Economia criativa e comidas de rua: um estudo em Porto Alegre, RS-Brasil. In: Seminário da ANPTUR. **Anais eletrônicos**. Fortaleza: ANPTUR, 2014. Disponível em: http://anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2014/arquivos/DCL/DCL5/028.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

ROQUE, Aline Prestes. **A gastronomia como propulsor do desenvolvimento turístico de lugares**: estudo em três municípios missioneiros. 116 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento – Gestão empresarial da UNIJUÍ. Ijuí: UNIJUÍ, 2017.

SAMPAIO, Iracema. **Cheiros & Sabores**: de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Alvorada, 2012.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Rev. Atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SOUZA, M. L. L. **Comunidade de Jupιά em Três Lagoas/MS**: estudo de caso com enfoque no turismo gastronômico como estratégia de desenvolvimento local. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: UniDomBosco, 2007.

8. FRONTEIRA(S) NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DAS CIDADES GÊMEAS DE PONTA PORÃ-BR E PEDRO JUAN CABALLERO-PY

Claudia Marques Roma

Universidade Federal da Grande Dourados
claudiaroma@ufgd.edu.br

Mateus Janú de Lima

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
mateus.janudelima@gmail.com

1 Introdução

O presente artigo debate a dinâmica do acesso aos serviços de saúde nas cidades gêmeas de Ponta Porã – Brasil e Pedro Juan Caballero – Paraguai. Portanto, tem o propósito de analisar os motivos pelos quais muitas pessoas residentes no Paraguai buscam atendimento dos serviços de saúde no Brasil, e as fronteira(s) produzidas e reproduzidas a partir desse movimento.

O município de Ponta Porã, localizado no sudoeste de Mato Grosso do Sul, tem uma população estimada em 90.756 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022). Já o município de Pedro Juan Caballero, localizado na região norte do Paraguai, possui uma população de 118.939 pessoas, segundo a Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos – DGEEC (2018).

Os limites do Estado entre países vizinhos não conseguem impedir que haja diversos fluxos nas zonas de fronteira, seja de pessoas, mercadorias, serviços, informações, entre outros. Dessa forma, se torna impossível pensar em políticas de saúde que respeitem somente o limite jurídico/administrativo em cidades gêmeas, pois tal esfera (do Estado) corresponde a apenas uma parte do

conteúdo que constitui esses territórios e suas territorialidades.

O Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça defende que:

“Para entender-se o conceito de cidade-gêmea é importante ter a noção de zona de fronteira. Em linhas gerais, a zona de fronteira é composta pelas ‘faixas’ territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, apenas perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças. Na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas. Estes adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura - apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. (GRUPO DE TRABALHO INTERFEDERATIVO DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA, 2010, p. 21)”.

Esse processo se materializa na fronteira entre as cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. A partir da facilidade, por ser uma fronteira seca, em transitar de um país para outro, torna-se natural um movimento de procura por acesso aos serviços de saúde no Brasil por parte de pessoas que residem no Paraguai, seja por questões de qualidade ou disponibilidade do atendimento, complexidade dos equipamentos, e mesmo pelo fato da gratuidade destes através do SUS. Esse movimento, bem como outros fluxos, são intensos e perceptíveis nessas cidades, pois elas representam o adensamento de todas as características da zona de fronteira entre Brasil e Paraguai.

Há também um movimento inverso. Muitos brasileiros utilizam serviços de saúde privados no lado paraguaio.

“De acordo com a pesquisa realizada com o questionário, podemos identificar as seguintes características: Nos estabelecimentos de saúde privada de Pedro Juan Caballero, a nacionalidade dos pacientes foi de 64,28% de paraguaios e 35,71% de nacionalidade brasileira. A cidade de domicílio desses pacientes apresentou os mesmos dados, sendo de 64,28% residem no Paraguai, e 35,71% no Brasil. (DOKKO; LAMOSO, 2014, p. 175)”.

Isso se deve ao fato de que no país vizinho os serviços de saúde têm valores mais acessíveis, mesmo que os planos ainda possam representar um preço elevado para parte dos usuários, como mostra os dados obtidos por Dokko e Lamoso:

“A maioria dos pacientes que responderam à pesquisa nos estabelecimentos de saúde de Pedro Juan Caballero não utilizou nenhum convênio médico. Foram 85,71%, contra 14,28% que possuíam convênio médico. Mesmo os convênios montando um plano de pagamento, há uma dificuldade de acesso aos mesmos que pode ser derivada do reduzido poder aquisitivo dos usuários. (DOKKO; LAMOSO, 2014, p. 175)”.

A partir disso, notamos que a dinâmica da saúde nessas cidades caracteriza-se pelas inter-relações e conflitos, e que só é possível apreender tais dinâmicas analisando o conjunto de situações e movimentos que transcendem o limite internacional jurídico/administrativo.

Monken e Peiter *et al* (2008) trazem uma concepção de espaço que leva em consideração todos os objetos existentes numa extensão em relação sistêmica, e não como uma coleção de objetos. A utilidade atual dos objetos vem do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou herdaram de grupos anteriores. Os objetos e suas formas aparecem como condição para as ações. A coexistência de diversos fixos e fluxos de diferentes idades é o que Santos (1988) chama de rugosidades.

Dessa forma, a análise espacial em saúde pode contribuir na explicação das dinâmicas nas cidades gêmeas como Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, ao identificar que as estruturas físicas para acesso aos serviços de saúde (objetos) e sua predisposição são condições para o uso combinado dessas estruturas (ações) pela população.

A partir daí, indagamos: em que medida – e de que forma – esse movimento impacta o acesso e acessibilidade aos serviços de saúde? Como se dão as Políticas Públicas de Saúde voltadas para cidades gêmeas? Essas políticas estão atreladas a realidades vividas?

2 Território e fronteira(s)

Para compreender as relações que ocorrem na zona de fronteira, o conceito de território permite-nos compreender as relações existentes entre sociedade e espaço. Raffestin (2005, p. 10), destaca que o entendimento de fronteira tem uma representação extremamente reduzida na cultura ocidental, que ignora toda uma história e simplifica seu significado e afirma que o conceito de fronteira trabalhado na cultura ocidental é de uma pobreza absoluta. O autor ainda aponta que:

“A perda do sentido profundo a respeito de limite ou de fronteira em toda sua complexidade resulta da recorrência a um modelo fortemente solicitado pelo poder público, que é o mapa. A representação da fronteira finalmente é metonímica, o que significa dizer que a parte do todo que se impõe ao espírito ao ser manipulada pelo Estado aparece como negativa, na medida em que a função de controle pode se revelar por meio de interdições. A fronteira, portanto, é bem outra coisa e a história não pode ser interpretável sem ela, pois as sociedades foram sempre definidas pelas fronteiras que elas traçaram. Elas acompanham os movimentos dos povos e marcam as grandes viradas nas transformações das civilizações. (RAFFESTIN, 2005, p. 12)”.

É preciso atentar-se para não simplificar e reduzir o conceito de fronteira, como limite rígido que separa países, ou seja, a concepção normativa do Estado, mas, claro, não a desconsiderar. A fronteira é muito mais complexa e carrega consigo inúmeros significados advindos de processos históricos de relações culturais, sociais e econômicas e políticas. As fronteira(s) são vivas e vividas por pessoas reais que moram, trabalham, estudam, namoram, brigam e que se hibridizam na inter-relação conflituosa das diferenças. Essas relações são permeadas pelas vidas vividas e as normas do Estado.

Dessa forma, podemos analisar as cidades gêmeas de forma mais profunda, compreendendo dinâmicas, elementos e processos complexos que fazem parte da fronteira, espaço geográfico singulares nas zonas de fronteira.

Nessa perspectiva Machado e Haesbaert *et al* (2005, p. 91) propõe uma visão de território que não representa somente a área de controle do Estado, mas que para além da realidade jurídica/administrativa (Estado-nação), considere a realidade econômica/social, e a cultural/simbólica, que por diversas vezes não coincide os limites entre si, e nem ao do Estado.

Dessa forma, podemos pensar que o acesso aos serviços de saúde por pessoas não residentes no Brasil em cidades gêmeas, nada mais é do que a expressão da realidade socioespacial daquele território em sua totalidade. Um território que abranje as questões socioeconômicas e culturais, e não apenas as normas jurídica/administrativa, que por diversas vezes vêm de um centro de decisão hierárquico distante e não condiz com a realidade vivida.

Nesse sentido, Santos (2017 [1996]) nos dá uma contribuição de extrema valia, ao atentar para o fato de que o espaço está cada vez mais normatizado. As normas se tornam, cada vez mais, decisivas e indispensáveis no mundo, que por sua vez é, cada vez mais, complexo, técnico e carregado de informações. Os sistemas de objetos e os sistemas de ações são regidos por normas, que são

muitas vezes impostas sobre o território num jogo de forças, no qual, quem tem mais poder de influenciar (Estado e mercado) acabam ditando as normas que irão reger a sociedade. Milton Santos afirma:

“Em tais condições, no período atual, a “organização” das “coisas” passa a ser um dado fundamental. Daí a necessidade de adoção, de um lado, de objetos susceptíveis de participar dessa ordem e, de outro lado, de regras de ação e de comportamento a que se subordinem todos os domínios da ação instrumental”. (SANTOS, 2017 [1996], p. 228).

E ainda nos coloca que:

O território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação. A força desses núcleos vem de sua capacidade, maior ou menor, de receber informações de toda natureza, tratá-las, classificando-as, valorizando-as e hierarquizando-as, antes de as redistribuir entre os mesmos pontos, a seu próprio serviço. Essa inteligência das grandes empresas e dos Estados não é, porém, a única. Em níveis inferiores, o fenómeno se reproduz, ainda que com menos eficácia mercantil. (SANTOS 2017 [1996], p. 231).

Em contrapartida, muitas vezes, os sistemas de objetos e ações herdados por uma determinada sociedade não são compatíveis com as normas vindas dos centros de decisão, que contam com objetos mais “modernos” e ações mais bem informadas.

Ao mesmo tempo, parcelas significativas do espaço geográfico, situadas sobretudo nas cidades [...] [...], escapam aos rigores das normas rígidas. Velhos objetos e ações menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais frequentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção

e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos econômicos. (SANTOS, 2017 [1996], p. 232)”.

Nesse sentido, podemos pensar que as normatizações de saúde nas cidades gêmeas seguem um modelo que não corresponde a sua realidade socioespacial, ou seja, não abrange as singularidades de uma cidade que além de nacional confronta-se e se inter-relaciona com o internacional, num movimento cotidiano dos corpos. Esse descompasso das políticas públicas impacta no acesso aos serviços de saúde e nas relações culturais, políticas e sociais produzindo novas fronteira(s).

Monken e Peiter *et al* (2008) acrescentam que, na ampla literatura que discute o espaço geográfico, não é comum a delimitação de fronteiras, sendo uma diferença importante entre o espaço e o território. Portanto, para os autores:

[...] entre as muitas diferenças dos conceitos de espaço e território, a mais marcante talvez seja que a ideia de que espaço não faz referência a limites e ao acesso, enquanto a de território imediatamente nos recorda dos limites e das restrições ao acesso dos que a ele não “pertencem” [...] (MONKEN; PEITER *et al*, 2008, p. 26).

Apesar dessa diferença, Monken e Peiter *et al* (2008) afirmam, todavia, que existem diversas formas de demarcar “subespaços”, como bairros, cidades, casas, entre outras localidades que apresentam certa organização espacial e/ou homogeneidade interna. Em contrapartida, os autores contestam que:

“Em teoria, seria possível identificar sub-espacos em qualquer parte do planeta habitado. Apesar do desenvolvimento de recursos metodológicos para a sistematização do reconhecimento das divisões espaciais e para sua representação cartográfica, na prática, pouco se incorporou aos serviços de saúde, dado o elevado grau de sofisticação dos modelos disponíveis. Existe uma dificuldade em aceitar recortes espa-

ciais não coincidentes com os territórios político-administrativos. (MONKEN; PEITER et al, 2008, p. 25-26)".

O recorte político-administrativo para efetivação das políticas públicas em saúde nas cidades gêmeas é o ponto central de análise. Este elemento tornou-se no Brasil um entrave à organização do sistema, devido à falta de articulação entre as normas nos níveis de governo, bem como, a falta de políticas intermunicipais, isto ao considerarmos somente a escala nacional. No entanto, na realidade socioespacial das cidades gêmeas têm-se os elementos apontados da escala nacional, mas, também, o internacional.

Nesse contexto, para que as políticas públicas se efetivem, as normas, numa relação escalar, devem captar os processos dos territórios vividos que são singulares. A dificuldade de transpor recortes que não coincidem com os territórios dos Estados-nações acarreta na precariedade dos serviços, além de significar um fechamento de nossas fronteiras.

3 Cidade gêmeas: acesso ao Sistema Único de Saúde e a produção de fronteira(s)

Ponta Porã, atende certas demandas por acesso aos serviços de saúde, das pessoas residentes no município, além de sua área de abrangência enquanto microrregião que compreende oito municípios (Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru). Ao analisar dados, principalmente, os relacionados à Atenção Primária em Saúde, pode-se perceber que na escala nacional de estruturação do sistema, têm-se diferenças entre os índices de Ponta Porã em comparação com o Estado do Mato Grosso do Sul.

Tabela 1 - Recursos humanos do SUS em Mato Grosso do Sul

Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas					
Dez/2022					
Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab.	Prof SUS/ 1.000 hab.
Médicos	20.523	8.172	12.351	7,24	2,88
.. Cirurgião Geral	841	210	631	0,29	0,07
.. Clínico Geral	6.672	4.022	2.650	2,35	1,41
.. Gineco Obstetra	1.179	407	772	0,41	0,14
.. Médico de Família	845	844	1	0,29	0,29
.. Pediatra	1.137	428	709	0,40	0,15
.. Radiologista	722	202	520	0,25	0,07
Cirurgião dentista	1.694	814	880	0,59	0,28
Enfermeiro	5.075	4.359	716	1,79	1,53
Fisioterapeuta	1.913	1.251	662	0,67	0,44
Psicólogo	1.773	889	884	0,62	0,31

Fonte: CNES (2022).

Tabela 2 - Recursos humanos do SUS em Ponta Porã

Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas					
Dez/2022					
Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab.	Prof SUS/1.000 hab.
Médicos	252	156	96	2,77	1,71
.. Cirurgião Geral	8	2	6	0,08	0,02
.. Clínico Geral	86	68	18	0,94	0,74
.. Gineco Obstetra	18	10	8	0,19	0,11
.. Médico de Família	24	24	-	0,26	0,26
.. Pediatra	19	9	10	0,20	0,09
.. Radiologista	12	4	8	0,13	0,04
Cirurgião dentista	67	45	22	0,73	0,49
Enfermeiro	87	81	6	0,95	0,89
Fisioterapeuta	23	12	11	0,25	0,13
Psicólogo	38	25	13	0,41	0,27

Fonte: CNES (2022).

Tabela 3 - Mato Grosso do Sul

Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento					
Dez/2022					
Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab.	Equip SUS/100.000 hab.
Mamógrafo	88	85	43	3,10	1,51
Raio X	1.222	1.181	469	43,12	16,55
Tomógrafo Computadorizado	95	91	32	3,35	1,12
Ressonância Magnética	52	52	13	1,83	0,45
Ultrassom	850	816	322	29,99	11,36
Equipo Odontológico Completo	2.253	2.160	1.045	79,50	36,87

Fonte: CNES (2022).

Tabela 4 - Ponta Porã

Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento					
Dez/2022					
Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab.	Equip SUS/100.000 hab.
Mamógrafo	1	1	1	1,10	1,10
Raio X	28	28	15	30,8	16,5
Tomógrafo Computadorizado	5	5	2	5,5	2,2
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	30	17	11	33,0	12,1
Equipo Odontológico Completo	58	58	38	63,9	41,8

Fonte: CNES (2022).

Ponta Porã apresenta menor número de profissionais, comparativamente à média do estado, elemento que impacta no acesso aos serviços de saúde e, nos permite trazer para análise a saúde na fronteira internacional e a fixação de profissionais. Já em relação aos equipamentos, Ponta Porã, equipara-se aos dados do estado e nos equipamentos odontológicos, ultrassom e ressonância apresenta melhores índices.

Principalmente no que tange aos profissionais de saúde, mas, também sendo Ponta Porã microrregião de saúde observa-se que a cidade apresenta piores índices em relação ao estado. Os elementos destacados abrangem a escala de análise nacional, no entanto, as dinâmicas dos serviços de saúde nessa localidade, também, englobam a população paraguaia.

No CADSUS Ponta Porã apresenta 122 mil carteirinhas do SUS (2022) tendo uma população de 90.756 pessoas (IBGE, 2022). Nesse sentido, a Secretaria de Saúde do município destaca que há “o atendimento em grande escala a uma população flutuante de estrangeiros, déficits nas contas públicas relacionadas ao atendimento de pacientes fronteiriços, falta de profissionais para atendimento devido ao aumento da demanda, e o aumento dos gastos públicos, entre outros³³”.

Partimos da ideia de que o acesso de paraguaios e/ou brasileiros residentes no Paraguai ao SUS torna-se um estruturador de novas fronteira(s). Isso se deve ao fato de que há um confronto de pensa-

33. Entrevista realizada na Secretaria de Saúde de Ponta Porã em 2022 e, também, respondida por escrita.

mentos e normas acerca do acesso dos estrangeiros ao SUS, bem como o impacto desse acesso na qualidade dos serviços de saúde.

Tal falta de consenso pode ser explicada pela inexistência de uma legislação clara que responda se o estrangeiro tem ou não esse direito, como aponta Branco, ao tratar do assunto:

[...] do direito do estrangeiro fronteiriço ao Sistema Único de Saúde – SUS, e em que medida ele tem esse direito, considerando que, no Brasil, não há um marco regulatório único para tratar de atendimento a estrangeiros no SUS, com exceção a acordos estabelecidos com país vizinho conforme interesses brasileiros e dependendo da relação política existente – nem normas e regras aplicáveis a todas as cidades de fronteira na área da saúde. (BRANCO, 2009, p. 13).

Conforme a Secretaria de Saúde de Ponta Porã (2022):

“A legislação brasileira, no campo da saúde, assegura a todos os brasileiros acesso universal e gratuito em todos os níveis do sistema e, ao estrangeiro, atendimento nos casos de urgência e emergência. O fronteiriço pertence a uma territorialidade que não é nacional, compõe uma cidadania específica e um território com dinâmica e modos de vida próprios. Existem algumas diferenças no acesso ao direito à saúde que acabam por justificar a demanda de atendimento de paraguaios no sistema de saúde brasileiro e a dificuldade da implantação de políticas que contemplem garantam a efetiva harmonização do acesso à saúde nas zonas de fronteira. Dentre elas podemos citar a impossibilidade de incluir/cadastrar o estrangeiro, sem comprovação de residência no território, nos sistemas de informação do SUS, acabou criando uma cultura de fraudar os dados de origem, utilizando endereços falsos ou mesmo alugando casas no lado brasileiro para poder usufruir do SUS. “No Município não conseguimos registrar um cartão SUS com endereço diferente, pois ocorre há dificuldade de você colocar isso no sistema para efetivamente quantificar a demanda” e assim receber o financiamento que vem ao município pelos cadastros realizados.”

Fica claro que as normas vigentes em saúde não consideram a complexidade existente na produção e reprodução da territorialidade fronteiriça, adensada, nas cidades gêmeas. Tem-se uma relação de alteridade que permeia a questão do acesso aos serviços de saúde em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, bem como o papel dessa alteridade na estruturação de novas fronteira(s), que passam a fazer parte do cotidiano da população fronteiriça.

O fortalecimento das fronteira(s) nesta realidade, também, se perfaz na ideia “criada” de que a precariedade dos serviços de saúde do SUS em Ponta Porã, se processa, em parte, pelo acesso de pessoas residentes no país vizinho a esses serviços, ou seja, o “Outro” como elemento demarcador de fronteira(s).

Ainda nesse sentido:

“[...]a atenção ao compartilhamento de serviços foi alvo de políticas públicas federais. No Brasil, foi criado, pelo Ministério de Saúde, o Sistema de Integração de Saúde (SIS) na fronteira, que enviava recursos de acordo com o número de habitantes dos municípios de fronteira, destinado a ajudar os municípios que atendem usuários do país vizinho. Atualmente (2014), o SIS fronteira não está mais enviando recursos para o Município de Ponta Porã, sendo o município o responsável por destinar verbas para o atendimento aos fronteiriços. (DOKKO; LAMOSO, 2014, p. 176).”

Primeiro, o programa foi desestruturado e encontra-se, totalmente, sem funcionalidades e segundo a Saúde Pública brasileira, nos últimos anos, enfrenta questões de financiamento advindas da Emenda Constitucional 95 e do debate privatista dos serviços públicos e dos direitos como saúde e educação.

Machado e Haesbaert *et al* (2005) afirmam que:

Nos âmbitos subnacional e local despontam sinais de insatisfação com o modelo tradicional de relações hierárquicas entre o estado/região (inferior) e o centro decisório nacional (superior), e que se expressa na faixa de fronteira pela crítica

ao desconhecimento dos efeitos nestas escalas de decisões tomadas na esfera federal e ao não reconhecimento das especificidades territoriais dos municípios de fronteira. (MACHADO; HAESBAERT *et al*, 2005, p. 88).

A reflexão de Machado e Haesbaert *et al* (2005) corrobora com a noção de espaço da norma de Santos (2017 [1996]), ao apreender que a realidade vivida nas cidades gêmeas tem suas especificidades, e que as normas estabelecidas pelos centros de decisão não consideram tais características. Dessa maneira, determinam políticas que, pensadas para outros espaços, não possuem eficácia na zona de fronteira.

Raffestin (2005) nos aponta para esse caráter que as fronteiras têm de definir o “Outro”, ao colocar que a fronteira é além do fato geográfico, uma delimitação que separa o que está fora, daquilo que está dentro. Assim:

A fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso. Para compreendê-la, é preciso retornar à expressão “*regere fines*” que significa traçar em linha reta as fronteiras, os limites. É o mesmo procedimento utilizado pelo padre na construção de um templo ou de uma cidade, quando ele determina esse espaço consagrado sobre o terreno. Nessa operação o caráter mágico fica evidente: trata-se de delimitar o interior e o exterior, o reino do sagrado e o reino do profano. (RAFFESTIN, 2005, p. 10).

Portanto, o estabelecimento de novas fronteira(s) tem como pressuposto a existência de uma diferença. Criado o limite que separa o “diferente”, sustenta-se na característica própria daquele que está do outro lado (o lado de fora), “o profano”, enquanto atribui-se àqueles que estão do lado de dentro a qualidade de “sagrado”.

Martins ainda acrescenta no entendimento dessa relação ao afirmar que:

Longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira se revela [...] [...] o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas consequências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos. Elas se estendem à sociedade inteira, em seus efeitos conservadores e bloqueadores de mudanças sociais em favor da humanização e da libertação do homem de suas carências mais dramáticas. (MARTINS, 1997, p. 13-14).

As restrições, bem como a possibilidade de não atendimento aos sujeitos residentes no lado paraguaio, representa a estruturação de uma nova fronteira (no acesso), pois é estabelecida uma condição para que o atendimento ocorra (ter nacionalidade brasileira). As relações de alteridade, por sua vez, contribuem para legitimar essa fronteira, criando um discurso que atribui parte da responsabilidade pela precariedade dos serviços, ao acesso de pessoas não residentes no Brasil ao SUS.

Giovanella *et al.* (2007) apontam que, apesar de não citar especificamente o acesso de estrangeiros no Sistema Único de Saúde, a Constituição Federal de 1988, bem como as leis suplementares analisadas, trazem o entendimento de que o direito ao acesso universal aos serviços de saúde do SUS transcende os cidadãos brasileiros. Apesar disso, e do fato da maioria dos secretários de saúde dos municípios analisados entenderem que os estrangeiros têm o direito ao acesso, ainda há muitas barreiras políticas/administrativas reforçadas pelo Estado da norma para essa efetivação, ferindo a legislação nacional e a dimensão da humanidade. Portanto, as fronteira(s) “nos confins do humano”, como nos relata Martins (1997), se processa no “direito” negado ao Outro.

4 Considerações finais

O acesso aos serviços de saúde impacta nas condições de vida das pessoas e, em alguns casos, perpassa a vida e a morte, principal-

mente num território fronteiriço e no contexto de cidades gêmeas, no qual o movimento dos corpos e suas múltiplas territorialidades produz uma realidade complexa ao contrário das normativas existentes nas políticas públicas de âmbito administrativo.

Portanto, as Políticas Públicas em Saúde como vem sendo pensadas pelo Estado da norma para as cidades gêmeas fortalecem a produção de fronteira(s) além da fronteira da linha/limite internacional. As fronteiras produzidas são, sobretudo, a fronteira da alteridade, da negação e da própria humanidade.

Como alternativa para os discursos de alteridade acerca do acesso aos serviços de saúde aos sujeitos sociais fronteiriços, devemos pensar as Políticas Públicas de Saúde específicas para zonas de fronteira, ou mais especificamente para realidade socioespacial de cidades gêmeas. Os movimentos para uma maior integração entre os países fronteiriços também são indispensáveis, desde que considerem a realidade vivida nessas localidades, e que busquem uma saída conjunta para questões que são de fato inerentes a ambos os países.

Referências

BRANCO, Marisa Lucena. **O SUS na Fronteira e o Direito**: em que medida o estrangeiro tem direito ao SUS. Brasília, 2009. 100 f. Monografia (Especialização em Direito Sanitário) PPG em Direito Sanitário da Fiocruz. Brasília: Fiocruz, 2009.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira**. 2010, p. 21-23. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/4085233/0BasesFaixaDeFronteira.pdf/4c044041-a3d9-4aac-b1fa-f187ca12a276>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS. **Cadastro nacional de estabelecimentos de atenção à saúde – CNES**. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS, **Informações de saúde: tipo de estabelecimento**. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL.Ministério da Saúde. **Informações de saúde: Tipo de Estabelecimento**. Acesso em: 29 jul. 2023.

BERGAMIN, A. Vieira; ROMA, C. Marques. Saúde e fronteira: entre o espaço da norma e o território usado. In: **Fronteiras e saúde: experiências, vivências e possibilidades**. Cláudia Marques Roma, Alexandre Bergamin Vieira, Adeir Archanjo da Mota (Orgs.). Dourados: UFGD, 2020.

DOKKO, Rosana Keiko; LAMOSO, Lisandra Pereira. Serviços de Saúde Privada na Fronteira de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). **Ciência Geográfica**. Bauru, v. XVIII p. 164-178, jan./dez., 2014.

GIOVANELLA, Ligia; GUIMARÃES, Luisa; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; DAMACENA, Giseli Nogueira. Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23, Sup 2: S251-S266, 2007.

MACHADO, Lia O.; HAESBAERT, Rogério *et al.* O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos M. de. (org.) **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2005, p. 87-112.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 9–21.

MONKEN, Maurício; PEITER, Paulo Cesar *et al.* O Território na Saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: Miranda AC, Barcellos C, Moreira JC, Monken M, (org.) **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008, p. 23-41.

MONKEN, Maurício. **Desenvolvimento de tecnologia educacional a partir de uma abordagem geográfica para a aprendizagem da territorialização em vigilância da saúde**. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

PARAGUAY. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. DGEEC. **Proyección de la Población por Sexo y Edad, según Distrito, 2000-2025**. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/proyeccion%20nacional/Proyeccion%20Distrit al.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

PEITER, Paulo Cesar. **A geografia da saúde na faixa de fronteira continental do Brasil na passagem do milênio**. Tese (Doutorado). PPG em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

PERRÚ, Zinda. **Ponta Porã (MS) terá mais leitos de UTI para atendimentos do SUS**. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44447-ponta-pora-ms-tera-mais-leitos-de-uti-para-atendimentos-do-sus>. Acesso em: 29 jul. 2023.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos M. de. (org.) **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2005, p. 9-15.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 9ª reimpr. São Paulo: EdUSP, 2017.

9. A FUNÇÃO DA FRONTEIRA E A PRODUÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PARAGUAI

Eric Gustavo Cardin

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

eric.cardin@unioeste.br

1 Introdução

O agronegócio é composto por uma cadeia de processos que envolve a produção de insumos, maquinários, matéria prima, diferentes culturas agrícolas, industrialização dos produtos originários do campo, distribuição e consumo, sem esquecer do importante papel vinculado à construção de narrativas e de marketing. Em cada uma destas etapas observa-se a presença de empresas que atuam em diferentes escalas, algumas se especializam em apenas um processo, enquanto outras atuam em várias etapas da cadeia produtiva que caracterizam o agronegócio, garantindo a integração do setor e a sistematização de monopólios na produção de alimentos (ESTEVE, 2017).

A participação crescente do capital transnacional no setor agrícola brasileiro e paraguaio se apresenta como o principal eixo do modelo de agronegócio atualmente existente no território de ambos os países. O resultado desta hegemonia faz com que as empresas transnacionais correspondam a um agente determinante na organização de toda estrutura de produção, direcionando-a à monocultura para exportação. Logo, suas políticas e ações são determinadas pelas demandas do comércio internacional e não necessariamente pela observação das necessidades de consumo da população local. Com a atuação destas empresas, o alimento se torna mercadoria, onde seu valor de troca é mais importante que o seu valor de uso.

Assim, o objetivo da pesquisa foi compreender o impacto deste setor produtivo no Paraguai e problematizar a função das fronteiras

na circulação das mercadorias, com atenção direcionada ao comércio realizado com os agricultores brasileiros. A investigação ocorreu predominantemente por meio da análise de dados disponibilizados pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), pelo SENAVE (*Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas/Paraguai*) e pela Receita Federal do Brasil. Para tanto, o entendimento das relações entre as transnacionais e a circulação de capital foi sustentado pelas contribuições teóricas de Harvey (1992), enquanto a percepção sobre os vínculos existentes entre a expansão do capital e as fronteiras foram reapropriadas de discussões realizadas anteriormente (CARDIN, 2018).

O desenvolvimento do texto encontra-se organizado em dois blocos. No primeiro problematizamos a presença das transnacionais produtoras de agrotóxicos no Paraguai, refletindo sobre o perfil produtivo e a circulação de capital promovida nos processos de importação e exportação efetivados. No segundo momento, analisamos a importância da fronteira nesta circulação e também na inserção das mercadorias no território brasileiro. Por fim, será exposto uma breve sistematização dos resultados obtidos e as referências bibliográficas e documentais citadas em seu corpo textual.

2 Agronegócio e transnacionais

A produção agrícola sofre sucessivamente por um movimento de concentração das empresas envolvidas, sendo que isso não corresponde exclusivamente a processos de fusão ou de compras, mas a arranjos entre os agentes envolvidos, fomentando e sistematizando a cadeia produtiva.

As cadeias produtivas são compostas de várias etapas e grandes grupos econômicos atuam em mais de um mercado de insumo e em todas as etapas das cadeias produtivas. Disso resulta uma diversidade de relações entre agentes do mercado que vão além das convencionais fusões e aquisições e

passam por arranjos contratuais de licenciamentos de tecnologia, acordos para atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), terceirização de produção, fornecimento de matérias-primas etc. (DEE, 2020, p. 3).

Segundo o Atlas do Agronegócio (2018), o número de empresas no mercado global de sementes e agrotóxicos tem diminuído e, em contrapartida, observa-se fusões que fomentam a criação de conglomerados empresariais poderosos. Em junho de 2018, a Bayer adquiriu a Monsanto por US\$ 63 bilhões, porém, para que o negócio fosse possível, a Bayer precisou se desfazer de seus setores de sementes, pesticidas e agricultura digital. Um pouco antes, em 2017, ocorreu a fusão da DuPont com a Dow dando origem a Dow DuPont. No mesmo ano, a ChemChina comprou a empresa suíça Syngenta por US\$43 bilhões (SANTOS & GLASS, 2018).

Os três conglomerados citados dominam mais de 60% do mercado de sementes comerciais e de agrotóxicos no mundo, controlando praticamente toda cadeia produtiva relacionada às plantas geneticamente modificadas. Neste sentido, observa-se que a Bayer, com a incorporação do mercado que antes pertencia a Monsanto, se transformou na maior corporação agrícola do mundo, “possuindo um terço do mercado global de sementes comerciais e um quarto do mercado de agrotóxicos” (SANTOS & GLASS, 2018, p. 20).

Os dados organizados por Liao Wang (2022) demonstram que o faturamento das 20 maiores empresas de agroquímicos do mundo aumentou, chegando a US\$ 72,56 bilhões em 2021, sendo que Syngenta, Bayer CropScience, BASF e Corteva responderam por 54,71% do total de vendas ocorridas em todo globo no ano de 2021. Destaca-se que, entre as empresas de maior faturamento, 12 são chinesas, com faturamento de US\$ 29,117 bilhões, correspondendo a 40% do total. A Syngenta Crop Protection lidera a lista, faturando US\$ 13,301 bilhões apenas com vendas de pesticidas. O mercado latino-americano e o chinês cresceram a uma taxa maior em 2021, 27% e 26% respectivamente.

A Bayer Crop Science também obteve crescimento nas ven-

das de pesticidas, atingindo US\$ 11,436 bilhões de faturamento em 2021. Em grande medida, este valor está relacionado com as altas dos preços dos produtos que possuem glifosato em suas fórmulas. A BASF Agricultural Solutions registrou vendas de pesticidas no valor de US\$ 7,713 bilhões em 2021, um aumento de 9,62% em relação ao ano anterior, com destaque ao mercado obtido na América do Norte. Acompanhando a tendência, também se constata o crescimento das vendas no mercado brasileiro e argentino. Por fim, a Corteva obteve um faturamento de US\$ 7,253 bilhões. Contudo, constata-se que o crescimento das vendas está vinculado não apenas com a ampliação de área cultivada, mas, principalmente, pela inserção de novos produtos no mercado.

Das 12 empresas transnacionais que atuam diretamente no agronegócio no território paraguaio, cinco possuem origem norte-americana, seis são de países europeus e uma é asiática. Observa-se que ainda se apresenta de maneira incipiente a presença das empresas chinesas e latino-americanas, mesmo ocorrendo um fortalecimento delas no mercado global. Em outro ponto da cadeia produtiva, se visualiza oito corporações transnacionais atuando no setor de importação e distribuição dos insumos no Paraguai por meio de filiais (SENAVE, 2020).

Entretanto, existem mercadorias produzidas por outras transnacionais que atuam indiretamente no território paraguaio por meio de representantes. Neste sentido, destaca-se os produtos da Monsanto, que são distribuídos pelas empresas paraguaias Dekalpar y Agrofertil. Organização similar ocorre no mercado de maquinários e ferramentas agrícolas, onde também se encontram transnacionais atuando direta ou indiretamente. De modo geral, constata-se um aumento representativo das importações de todas as empresas transnacionais vinculadas ao agronegócio. Embora não esteja disponível números atualizados dos gastos dessas empresas transnacionais, números declarados ao longo da primeira década do Século XXI permitem termos uma noção dos valores movimentados, mais precisamente US\$ 69,8 milhões em 2006 e US\$ 143,5 milhões em 2007.

Como foi sinalizado, até recentemente a Monsanto comercializava suas mercadorias, entre elas o conhecido Roundup Ready, por meio de empresas paraguaias que a representam. Os proprietários da principal delas, a Agrofertil SA, são brasileiros. As importações realizadas por esta representante ultrapassaram US\$ 32,7 milhões de dólares no ano de 2006 e chegaram a US\$ 64,4 milhões no ano de 2007, tornando-a a segunda maior importadora de insumos do país. A Dekalpar SA, outra representante da Monsanto, apresentou um montante de importações no valor de US\$ 19,2 milhões em 2007, lembrando que a Dekalpar SA também era a representante da Bayer no mesmo período.

Acrescenta-se a atuação da empresa Agrosan SA, que naquele momento era responsável pela distribuição das mercadorias produzidas pela Syngenta, corporação internacional que possuía sua principal sede na Suíça. No ano de 2007, a Agrosan SA realizou importação de aproximadamente de US\$ 26,8 milhões de dólares. Embora os números apresentados possam estar desatualizados, eles denunciam os valores movimentados pelas transnacionais na região, provocando inquietações. Uma delas está no fato das empresas que possuem maior destaque no serviço de importação também correspondem às principais exportadoras de insumo.

Com isso, supõe-se que parte significativa dos agrotóxicos importados pelas empresas transnacionais presentes no território paraguaio não possuem como destino o Paraguai, mas outros países da América Latina, principalmente Argentina, Brasil e Uruguai. O movimento realizado pelo capital tem como objetivo encontrar condições tributárias mais adequadas para garantir a manutenção de padrões de acumulação. Como foi observado por Harvey (1992), as transnacionais se organizam de maneira descentralizada, possibilitando uma circulação do capital condicionada às vantagens e desvantagens existentes em determinada conjuntura espaço-temporal.

A principal empresa importadora de insumos agrícolas é a Agrotec SA. Possuindo investidores brasileiros, a empresa, além de produzir seus próprios agroquímicos, é responsável pela distribuição

de grandes transnacionais, como, por exemplo, a BASF, a Pioneer e a Bunge. No ano de 2006 importou US\$ 39,2 milhões de dólares e, em 2007, US\$ 73,3 milhões. Tais valores colocam a Agrotec AS entre as principais importadoras do Paraguai, sendo superada somente por empresas vinculadas aos setores de combustíveis e informática. No geral, as importações de insumos agrícolas chegaram à quantia de US\$ 327,2 milhões de dólares no ano de 2007.

Tabela 1 - Importações em milhões de dólares

Empresa	Valores (2007)	Valores (2015)
Agrotec AS (BASF, Pioneer y Bunge)	73,3	82.342.398,57
Agrosan (Syngenta)	26,8	80.067.674,86
Agrofertil (Monsanto)	64,4	54.121.613,43
Bayer AS	Em 2007, a Dekalpar era a representante da Bayer	50.844.161,57
Dekalpar AS	19,2	33.779.360,38
Noble Paraguay S. A	XXX	31.619.309,77

Fonte: Aduana Paraguai; SENAVE (2023). Organizada pelo autor (2023).

No ano de 2020, foram importadas 1.554.984 toneladas de produtos agroquímicos pelas empresas paraguaias, distribuídas em diferentes tipos de mercadorias, como é possível de visualizarmos na Tabela 2.

Tabela 2 - Importação de agroquímicos (2020)

Mercadoria	Brasil	Argentina	EUA	China
Biofertilizantes	0	2	0	0
Corretores agrícolas	277759	0	0	0
Enmiendas (corretivos)	365	47	0	0
Fertilizantes	303886	1111	1102	209927
Inoculante	250	299	0	
Substrato	985	0	0	
Matéria prima	2283	65797	98273	23479

Fonte: SENAVE (2020).

As empresas que atuam no território brasileiro correspondem as maiores exportadoras destes produtos para o Paraguai, ocupando 38% do mercado. Na tabela 3 apresentamos dados referentes a exportações de alguns países para o Paraguai com o objetivo de indicar a centralidade da relação comercial Brasil-Paraguai no mercado de agroquímicos.

Tabela 3 - Países exportadores de agroquímicos para o Paraguai
(Valores em toneladas)

Mercadoria	Toneladas
Biofertilizantes	7
Corretores agrícolas	277759
Enmiendas (corretivos)	914
Fertilizantes	996452
Inoculante	560
Substrato	1010
Matéria prima	279332

Fonte: SENAVE (2020).

Percebe-se por meio da tabela 3 que o Brasil é o único país que exporta para o Paraguai “corretores agrícolas”. Os “corretivos de solo” são produtos utilizados para melhorar o rendimento e a qualidade na produção agrícola. Em geral, atuam na redução da acidez do solo e na reposição de diversos tipos de nutrientes, principalmente cálcio e magnésio. Destaca-se também as vendas de fertilizantes realizadas pelo Brasil e pela China, juntas superaram mais de 50% das importações de fertilizantes realizadas pelo Paraguai. O funcionamento do mercado e a busca constante por lucro, independentemente da existência de fronteiras nacionais, precisa ser considerada quando se constata que o Brasil passou por um desmanche em sua indústria de fertilizantes após o golpe de 2016, deixando de ser autossuficiente. Atualmente, o país depende do mercado externo para atender sua própria demanda, mas, mesmo nestas condições, ainda exporta um volume considerável do produto.

O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) afirma que o entendimento das importações realizadas pelo Paraguai exige observar a relação entre o volume importado e a quantia necessária para o uso interno do país. Neste sentido, destaca que, em 2014, foram importadas pelo Paraguai 188,1 mil toneladas de agrotóxicos. No ano seguinte as operações de importação pularam para 370,8 mil toneladas, chegando a 424,3 mil toneladas em 2018. Diante dos números, o relatório publicado pelo instituto conclui que a diferença de 225% nas importações, ocorrida em cinco anos, expressa “uma evolução que não reflete o crescimento da agricultura no país vizinho” (IDESF, 2020, p. 15). Tal observação nos ajuda a entender o papel do território paraguaio como local de passagem das mercadorias, que no fim possuem como destino outros mercados.

Por isso, torna-se relevante constatar que as transnacionais do agronegócio não atuam exclusivamente no processo de importação de agroquímicos no território paraguaio, elas também estão presentes nos processos de exportação. Embora sejam menos empresas, elas foram responsáveis por 40% das exportações totais realizadas pelo país em 2007. Apenas a Cargill, que é a principal exportadora do país, exportou US\$ 613 milhões de dólares em 2007, ou seja, 18% das exportações totais realizadas pelo Paraguai no ano. Contudo, a corporação norte-americana trabalha, principalmente, com soja em grãos e, em menor escala, com mercadorias de valor agregado, como óleo, por exemplo. O fato de não existir cobrança de impostos para exportação de matéria prima, inibe o comércio de produtos mais elaborados, que possuem tributação.

Tabela 4 - Exportações em milhões de dólares

Empresa	Valores - 2007	Valores - 2015
Cargill	613	1.415.141.890,06
ADM Paraguay Saeca	289	678.375.306,07
Bunge Paraguay AS	202	219.152.765,30
Louis Dreyfus Paraguay AS	120	6.315.024,92
Noble Paraguay AS	83	135.046.978,35

Fonte: SENAVE (2020).

Entre os agroquímicos, os herbicidas correspondem às mercadorias mais exportadas pelo Paraguai no ano de 2020, seguido pelos adjuvantes.

Tabela 5 - Exportação de produtos agroquímicos por tonelada em 2020

Empresa	Valores - 2007	Valores - 2015
Cargill	613	1.415.141.890,06
ADM Paraguay Saeca	289	678.375.306,07
Bunge Paraguay AS	202	219.152.765,30
Louis Dreyfus Paraguay AS	120	6.315.024,92
Noble Paraguay AS	83	135.046.978,35

Fonte: SENAVE (2020).

O Brasil corresponde ao maior comprador de produtos agroquímicos oriundos do Paraguai, sendo responsável pela compra de 64% de todas as mercadorias no ano de 2020.

Tabela 6 - Principais países importadores de agroquímicos do Paraguai em 2020
(Valores em Toneladas)

Mercadoria	Brasil	Bolívia	Uruguai	Colômbia	Argentina
Herbicidas	886	685	0	0	0
Adjuvantes	913	99	0	0	2
Inseticidas	193	129	0	7	0
Fertilizantes	110	50	41	0	0
Fungicidas	17	136	26	0	0
Total	2119	1099	67	7	2

Fonte: SENAVE (2020).

Levando em consideração os números de importação e exportação na relação Brasil-Paraguai nota-se a existência de uma balança comercial favorável para a economia brasileira. Enquanto o Brasil importou do Paraguai 2.119 toneladas de produtos agroquímicos em 2020, ele exportou um volume total de 585.528 toneladas no mesmo ano. Sobre este mercado é preciso observar que: 1) os níveis de concentração dos agentes ativos nos agroquímicos

vendidos no Paraguai é superior ao permitido no Brasil, o que permite o fracionamento do produto e, consequentemente, a ampliação do rendimento; 2) a existência de estratégias de circulação das mercadorias na fronteira sem que a importação ocorra de maneira regular ou legal; e 3) o baixo valor dos produtos quando comparados aos preços estabelecidos no comércio brasileiro.

3 Fronteiras e expansão do capital

Segundo dados organizados e divulgados pelo IDESF (2021), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu 70,4 mil toneladas de agroquímicos ilegais nas estradas brasileiras em 2020, 13,7% a mais do que as 61,9 mil toneladas apreendidas em 2019 e 38,3% a mais do que as 50,9 mil toneladas interceptadas em 2018. Não suficiente, apenas nos dois primeiros meses de 2021, a PRF já havia apreendido 31,5 mil toneladas. Os números são expressivos. No ano de 2020, o Brasil importou legalmente do Paraguai 2.119 toneladas de agroquímicos, enquanto ilegalmente, verificando somente as mercadorias que foram interceptadas, a quantia ultrapassou 70 mil toneladas.

Levando em consideração que apenas uma parte das mercadorias que entram ilegalmente no Brasil são apreendidas: na aduana pela Receita Federal; nas rodovias pela Polícia Rodoviária; e nos diferentes lugares de armazenamento e de uso pelas instituições de fiscalização; o volume de agrotóxicos adquiridos no Paraguai legalmente é no mínimo 30 vezes menor do que a quantia que entra no país por meio do contrabando e do descaminho. Embora seja difícil mensurar a quantidade de agrotóxico ilegal que chega a ser utilizado nas lavouras brasileiras, o IDESF (2020), utilizando dados da FIESP, afirma que 24% do agrotóxico comercializado no território brasileiro seja ilegal.

Tabela 7 - Agrotóxicos no Brasil (mil toneladas)

Ano	Produção Nacional	Importação	Comercialização
2018	416,5	144,4	549,2
2019	494	171,9	620,5
2020	502,8	185,7	685,7
2021	534,3	191,9	19,5

Fonte: Valor (2023).

Partindo do pressuposto que os números apresentados pelo instituto estejam corretos, suponha-se que aproximadamente 172,68 mil toneladas do agrotóxico utilizado no Brasil em 2021 sejam de origem irregular, frutos da pirataria e/ou do contrabando. Como foi apontado anteriormente, em 2018 o Paraguai importou 424,3 mil toneladas, enquanto o Brasil comercializou 549,2 mil toneladas no mesmo ano (Tabela 7), sendo que, na lógica adotada pelo IDESF, 138,9 mil seriam de origem irregular. Todavia, a definição dos números do contrabando e da quantidade que chega a ser utilizada em território nacional não é consensual.

Como foi sinalizado anteriormente, o IDESF (2021), utilizando dados da Política Rodoviária Federal, afirma que 70,4 mil toneladas de agroquímicos entraram no Brasil de maneira irregular em 2020, 61,9 mil toneladas em 2019 e, por fim, 50,9 mil toneladas no ano de 2018. Não suficiente, o mesmo instituto reproduz o dado de que 24% do agrotóxico utilizado no Brasil seja de origem irregular. Moraes (2021), utilizando outro banco de dados, apresenta informações diferentes. Pesquisando os relatórios dos produtos periciados pela Polícia Federal, demonstra que, entre 2005 e 2017 é possível comprovar a apreensão de 53,9 mil toneladas. Este número pode ser elevado ao supomos que os volumes periciados tenham a quantia registrada em outras localidades dos volumes apreendidos e que há produtos químicos que não foram periciados, o que constituiria aproximadamente 784 mil toneladas.

Entre números de importação, exportação, apreensão e aplicação de agrotóxicos no Brasil e no Paraguai, juridicamente há

demarcado um limite internacional que necessita de regras para o comércio exterior e para outras relações bilaterais, perpassando pela economia, pela política e pela cultura. Tal limite deveria ser constantemente reforçado pelo controle aduaneiro e pelas diferenças existentes entre os países vizinhos, mas percebe-se a existência de uma conjuntura de circulação de capitais que expressa a presença de um território que busca possibilidades de acumulação que vão além daquelas legalmente possíveis.

Dessa forma, a fronteira adquire um papel dúbio. Ao mesmo tempo em que ela deveria ter incorporado os limites nacionais, se impondo em relação aos interesses individuais ao apresentar a estrutura necessária para o controle da evasão de divisas e da circulação de mercadorias ilícitas, ela se coloca como um espaço estratégico para a expansão do capital, driblando os obstáculos impostos. Em síntese, as grandes indústrias de agroquímicos, em um contexto de mundialização de capitais, não conseguem se restringir a um único país (CHESNAIS, 2001). Elas necessitam internacionalizar o consumo de suas mercadorias, pulverizar a produção e garantir a mobilidade dos recursos financeiros para garantir a manutenção dos padrões de acumulação (HARVEY, 1992).

Neste contexto, as fronteiras internacionais possuem um papel significativo no processo de expansão do capital, pois a velocidade e a intensidade de circulação de bens e capitais encontra-se diretamente relacionada à densidade do controle e da fiscalização nas fronteiras. O reforço do combate ao contrabando e ao desca-minho de mercadorias força o surgimento de estratégias para driblar os controles impostos, o que, conseqüentemente, encarece os serviços de transporte transfronteiriços das mercadorias devido ao aumento dos riscos de apreensão por parte dos dispositivos de segurança brasileiros (CARDIN, 2015).

Do mesmo modo, nota-se que o aumento das vendas dos agroquímicos no Brasil corresponde simultaneamente ao aumento das apreensões e ao aumento da liberação de novas moléculas para o uso e produção no país. Entretanto, embora exista uma

narrativa que os produtos disponibilizados no mercado paraguaio sejam mais concentrados e com maior risco ambiental, os dados do IPEA sinalizam que os produtos apreendidos não podem ser considerados mais perigosos do que aqueles já comercializados no Brasil. Segundo o instituto:

A partir de um banco de dados com 3.690 observações, construído a partir de laudos periciais com informações sobre agrotóxicos apreendidos por órgãos federais, foi feito um perfil deste tipo de crime no Brasil. Identificou-se que: i) o volume do contrabando de agrotóxicos é provavelmente pequeno quando comparado à dimensão do consumo deste tipo de produto no Brasil; ii) não há evidência de que produtos contrabandeados sejam tais tóxicos do que similares nacionais, embora possam ter um maior risco ambiental; iii) produtos contrabandeados raramente são falsos; iv) o contrabando é causado principalmente por diferenças de preço, e não pela proibição do uso de certos ingredientes ativos; v) agrotóxicos acondicionados em embalagens sem rótulo são mais tóxicos; vi) a principal origem dos produtos é a China, os quais comumente entram no Brasil pelo Paraguai e pelo Uruguai; vii) as apreensões tendem a crescer em períodos de pré-plantio ou plantio; e viii) há alguma evidência de que este tipo de crime é realizado por grupos organizados, mas em sua maior parte ele é do tipo “contrabando-formiga”. Estes dados indicam que não há evidência de que o contrabando de agrotóxicos traga riscos à saúde pública, à saúde ocupacional ou ao meio ambiente significativamente superiores aos dos comercializados legalmente no país. Muito embora o contrabando deva, é claro, ser reprimido, é possível que este tema desempenhe sobretudo um papel simbólico. Em um contexto de mobilização de vários atores dentro e fora do Estado em prol de mais restrições ao uso de agrotóxicos e de ampliação na tributação para o setor, a ênfase no mercado ilegal contribui para associar a reputação de produtores e distribuidores de agrotóxicos no setor formal a comportamentos responsáveis e para expandir redes de relacionamento com integrantes do Estado (MORAES, 2021, p. 05).

Moraes (2021) defende a tese de que discurso de combate ao agrotóxico contrabandeado e/ou falsificado tem como finalidade desviar a atenção do problema da indústria agroquímica em si. Segundo o discurso do agronegócio, o problema não seria o agrotóxico controlado pelas instâncias nacionais, mas aqueles importados irregularmente. Tal debate cria uma nuvem de fumaça durante o período em que a Lei dos Agrotóxicos é discutida, abrindo espaço para que as indústrias produtoras lutem contra o aumento de tributação do produto, pois, segundo a perspectiva defendida por eles, quanto mais cresce os impostos, mais aumenta o contrabando e o descaminho.

Assim, percebe-se que a fronteira exerce mais uma função neste mercado em específico. A construção da imagem negativa dos agroquímicos oriundos do mercado paraguaio, lembrando que a grande maioria das mercadorias entram no Brasil de forma irregular, tem a função de criar um imaginário que busca a criminalização da circulação dessas mercadorias. O maior ou o menor controle da fronteira age diretamente nos valores que os agrotóxicos são vendidos no mercado brasileiro, devido às regras de oferta e demanda. Não suficiente, a observação do impacto dos agrotóxicos oriundos do Paraguai no mercado brasileiro oportuniza o fortalecimento de discursos que defendem a diminuição dos tributos brasileiros às mercadorias existentes no mercado nacional visando garantir melhores condições de concorrência.

4 Considerações finais

Os números apresentados demonstram aspectos do mercado de agrotóxicos na fronteira Brasil e Paraguai que sinalizam para a atuação das transnacionais na região e para a importância que a fronteira tem na circulação e na determinação dos valores cobrados nas mercadorias comercializadas. Observa-se, por exemplo, que o volume de agrotóxicos importados regularmente pelo Brasil

das indústrias presentes no Paraguai é ínfimo perto do volume de mercadorias que entram de maneira irregular no país. Por outro lado, a quantidade de agrotóxicos importada pelo Paraguai é superior a quantia necessária para a área cultivada.

No entanto, esta situação demonstra que a atuação das transnacionais no território paraguaio ultrapassa questões específicas do mercado interno e, até mesmo, dos fluxos de importação e exportação. As indústrias e suas representantes comerciais utilizam do território paraguaio como um entreposto, pois partindo do Paraguai as mercadorias podem ser mais acessíveis para os produtores rurais dos países vizinhos, principalmente Brasil, Argentina e Bolívia. Constata-se que a acessibilidade do agrotóxico se deve a sua forma de venda, aos preços mais competitivos e a baixa taxaço.

A circulação de capitais e de mercadorias entre os países citados necessariamente atravessa os limites jurídicos existentes. A fronteira, como já foi observado (CARDIN, 2015), age como uma válvula de controle. As diferentes gestões políticas e econômicas manejam a “válvula” conforme os interesses de grupos. Em momento em que é preciso baixar o preço das mercadorias, o controle referente a entrada de mercadorias é mais permissivo. Em outros, quando é preciso proteger o mercado nacional, o controle é mais rigoroso. Contudo, destaca-se que o controle deste mecanismo de regulação de preços não é exclusivo, mas é disputado por grandes produtores rurais, indústrias de agroquímicos, ambientalistas e os diferentes governos.

Tal observação explicita as contradições do capitalismo. A necessidade contínua de expansão do capital, no caso aproveitando as possibilidades das fronteiras, em algum momento esbarra no esforço inócuo de controle de sua circulação. No entanto, o comum é a ocorrência da acumulação por meio da venda e distribuição de agrotóxicos na fronteira e a ampliação dos danos ambientais. O maior uso dos produtos em território brasileiro, diminuindo o custo de produção e fortalecendo o agronegócio, enquanto os pequenos produtores familiares e os produtores agroecológicos esbarram nos

mais diferentes tipos de dificuldades para impedir a contaminação de seus produtos e para conquistar mercado consumidor.

A narrativa para combater o contrabando de agrotóxicos no Brasil é, em grande medida, sustentada por discursos econômicos e sanitários. Por um lado, há pessoas que acreditam que o baixo valor dos produtos vendidos no Paraguai promove uma concorrência desleal com os produtos ofertados no Brasil. Para reverter este quadro, defendem a redução dos impostos inseridos nas mercadorias brasileiras para que elas possam ter condições de concorrer com aquelas importadas. Por outro lado, existe um esforço em rotular o produto oriundo do Paraguai como mais poluente e, conseqüentemente, mais perigoso para a saúde humana e ambiental (MORAES, 2021).

Ambas as narrativas não se sustentam. O que está em jogo são as estratégias para acúmulo de capital, composta por interesses do mercado, das transnacionais e dos latifundiários. Em grande medida, as transnacionais flutuam sobre as pequenas questões que envolvem o comércio entre os países. O controle do agronegócio por um conjunto cada vez menor de empresas facilita a lucratividade das ações, independente dos limites fronteiriços, enquanto os grandes produtores agrícolas estão sempre atuando no sentido de buscar brechas para que possam melhorar a rentabilidade econômica do campo, intervindo no legislativo e explorando as fronteiras.

Referências

CARDIN, Eric Gustavo. **Expansão do capital e as dinâmicas das fronteiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

CARDIN, Eric Gustavo. **Estado, trabalho e capitalismo nas fronteiras**. In: Revista Katálysis, Vol. 21, nº. 2, 2018. p. 305 a 312.

CHESNAIS, François. Mundialização: o Capital Financeiro no Comando. In: **Revista Outubro**, n. 05. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, 2001. p. 07-28.

DEE, Departamento de Estudos Econômicos. **Cadernos do Cade:** Mercado de Insumos Agrícolas. Brasília: CADE, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/41mXebG>. Acesso em: 2 ago. 2023.

ESTEVE, Ester Vivas. **O negócio da comida**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IDESF. **O mercado ilegal de defensivos agrícolas no Brasil**. Foz do Iguaçu: IDESF, 2021.

IDESF. **O contrabando de defensivos agrícolas no Brasil**. Foz do Iguaçu: IDESF, 2020.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. Contrabando de agrotóxicos no Brasil: o perigo é real? Uma análise com base em laudos periciais de produtos apreendidos (2008-2018). In: **Textos para discussão**. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. (orgs.). **Atlas do Agronegócio**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018

SENAVE, Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas. **Anuário Estadístico 2020**. Paraguai: SENAVE, 2020.

VALOR. Mercado de agrotóxicos continua em expansão no Brasil. Agro, Brasília, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2023/01/12/mercado-de-agrotoxicos-continua-em-expansao-no-brasil.ghhtml>. Acesso em: 1 ago. 2023.

WANG, Liao. Top 20 global agrochemical companies in 2021 ranked. All top 20 companies achieving robust growth, 12 Chinese enterprises contribute to 40% of total sales. In: **AgroPage**, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3otSBxI>. Acesso em: 1 ago. 2023.

10. SUSTENTABILIDADE, TURISMO E A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI: ALGUMAS REFLEXÕES PARA O TERRITÓRIO DE PONTA PORÃ (MS)

Eliana Lamberti

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

eliana@uems.br

Brandon Chagas Lima

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

chagasbrandon@gmail.com

1 Introdução

A sustentabilidade, o turismo e a fronteira internacional brasileira têm vários aspectos em comum, entre eles, a complexidade conceitual envolvida e os desafios multidisciplinares para fins de proposição de políticas públicas, projetos e ações que possam efetivamente fomentar o desenvolvimento.

A sustentabilidade entrou na agenda científica e geopolítica internacional, de forma sistemática, nos últimos anos da década de 1960 e, no atual século, ganhou proeminência a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030³⁴. A temática provoca divergências entre as diferentes áreas do conhecimento e suscita críticas quanto ao seu uso banal e retórico, ou tentativa de esverdear o estilo vigente (leia-se *marketing verde*) garantindo que o modo de produção atual não seja alterado.

O turismo pode ser compreendido como mais uma atividade econômica (indústria do turismo) que gera externalidades negativas e impacta diretamente o meio ambiente e as identidades

34. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

culturais; ou, um sistema que pode contribuir com a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade.

A fronteira internacional, especialmente a que tangencia o território sul-mato-grossense, é permeada por problemas advindos das possibilidades de fluxos ilegais de toda ordem e natureza. É abordada pelo planejamento público, essencialmente, pela ótica da violência, mas também é *locus* de riquezas históricas e culturais que deveriam ser elementos de uma identidade fronteiriça e compor uma agenda de desenvolvimento.

É a partir desses elementos que o presente texto objetiva refletir em torno dos limites e desafios para a sustentabilidade turística em um território fronteiriço. O trajeto metodológico escolhido contempla a revisão teórica sobre desenvolvimento sustentável e de algumas pesquisas que se debruçam sobre a sustentabilidade do turismo em Mato Grosso do Sul, bem como a complexidade da realidade fronteiriça de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero fomentadas no âmbito do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) ofertada na Unidade Universitária de Ponta Porã/MS.

O resultado dessa reflexão está organizado em três momentos complementares. Inicialmente, a temática da sustentabilidade é discutida a partir de alguns aspectos que enaltecem as contradições presentes no discurso midiático ou político oportunista, para indicar a intrínseca relação com a natureza jurídica da discussão e as diferentes dimensões que uma política sustentável deve contemplar. Na sequência, são destacadas algumas teses sobre os desafios e implicações da sustentabilidade e do turismo em Mato Grosso do Sul. Para finalizar o percurso proposto, apresentam-se as diversas temáticas estudadas sob a chancela da teoria do Planejamento Urbano e Regional, mais especificamente do Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, que apresentam o território fronteiriço de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero para além dos problemas de segurança pública.

2 Desenvolvimento sustentável: paradoxos, pressupostos e dimensões

A definição conceitual para o desenvolvimento é também objeto de divergências e, para algumas correntes de pensamento, é sinônimo de crescimento econômico. Ao adicionarmos a perspectiva da sustentabilidade, a ressonância desses desacordos é ampliada. Pereira (2000) situa a discussão a partir dos paradoxos que envolvem o contexto capitalista atual. O primeiro aspecto paradoxal trata-se do discurso de falência do Estado de Bem-estar social e a dinâmica de curtíssimo prazo do “livre mercado” *versus* a temporalidade de longo prazo que a sustentabilidade requer. O segundo, é a aparente unanimidade em torno das propostas (pontuais e até mesmo simples) para a geração do desenvolvimento sustentável. E o terceiro elemento se refere ao papel assumido por instituições internacionais que fomentam a lógica imediatista do mercado financeiro (como o Banco Mundial), mas também tentam financiar a implementação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável.

Deste paradoxo, deriva o dilema diante da inexistência de forças sociais realmente engajadas com o desenvolvimento ecologicamente sustentado, e da ausência de grupos sociais identificados ou juridicamente habilitados (dado o caráter dúbio dos direitos de propriedade sobre os recursos naturais) para reivindicar o meio ambiente enquanto um bem público.

Feitas estas considerações, é compreensível a necessidade de superar o conceito limitado e convencional que estabelece o desenvolvimento sustentável como sendo aquele que se preocupa com a geração futura por meio do tripé: geração de valor econômico, equidade social e integridade ambiental.

Análises críticas não faltam e Nascimento (2012), além de indicar as fragilidades dessa proposta, sugere a inclusão de mais duas dimensões: a ética e a política. Não é possível pensar em sustentabilidade sem discutir o modo de produção vigente e isso requer, obviamente, um sério debate em torno dos valores éticos e políticos.

Nesta seara política, o pressuposto do Estado de Direito e, portanto, da democracia deve estar vinculado aos imperativos do desenvolvimento comunitário (ou comunidades democráticas) que para Pereira (2000) corresponde, entre outras coisas, aos pilares da sociedade participativa, da liberdade e confiança mútua, do associativismo e cooperação, que determinam o desempenho institucional. A proposta do autor é a compreensão da realidade sobre a qual a sustentabilidade deve ser pensada: comunidade, espaço e economia. Os imperativos do desenvolvimento comunitário (necessidades básicas, equidade, participação e transparência, tecnologia apropriada) e do desenvolvimento ecológico (capacidade de suporte, conservar, reciclar, reduzir desperdícios) devem estar à frente dos imperativos do desenvolvimento econômico (sustentar o crescimento econômico, ganhos privados, ampliar mercados e externalizar custos). A gestão da sustentabilidade e seus instrumentos devem ser fornecidos no âmbito da ciência, da técnica e da política sobre esta realidade, sobre o “lugar” onde a vida efetivamente se reproduz.

Capra (2005) destaca que as proposições para uma nova dinâmica em prol da sustentabilidade também têm o desafio de superar o pessimismo fomentado por tendências de pensamento que alegam não existirem alternativas. O autor defende que é possível pensar numa lógica econômica pautada numa jornada coletiva em prol da cultura global e de uma economia generativa. E ainda, destaca que toda crise financeira é uma crise de natureza ecológica uma vez que as raízes das crises se encontram na lógica extrativista da propriedade privada. Então, o autor propõe a substituição da lógica insustentável (leia-se produtivismo, consumismo, individualismo, relações parasitárias, imediatismo/curto prazo) pela lógica ecológica pautada em novos valores, tais como: cooperativismo, generativismo, responsabilidade ecológica, comunidade, relações simbióticas e perspectivas de longo prazo. O caminho a ser percorrido requer uma nova pedagogia: a alfabetização ecológica. Um novo projeto pedagógico da vida deve estar vinculado à *“compreensão dos princípios de organização, comuns a todos os*

seres vivos, que os ecossistemas desenvolveram para sustentar a teia da vida.” (CAPRA, 2005, p. 241). Essa compreensão sistêmica da vida corresponde a formulação de um conjunto de princípios de organização pautado na ecologia³⁵.

Não é possível abordar a temática da sustentabilidade e não mencionar a contribuição pragmática do ecossocioeconomista Ignacy Sachs. De modo objetivo e sistêmico, Sachs (2009) alinhava a proposta dos autores citados anteriormente a partir das dimensões da sustentabilidade e do papel dos direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo o direito coletivo ao meio ambiente. Uma nova disciplina (tanto na perspectiva acadêmico-científica como na vida em sociedade) deve ser a regente das transformações necessárias: a eco-sócio-economia. Portanto, muito além do tripé convencionalmente difundido, para Sachs (2009) o desenvolvimento sustentável possui oito dimensões, cujos elementos centrais estão sintetizados no quadro 1.

Quadro 1 - As dimensões do desenvolvimento sustentável de Ignacy Sachs

Dimensão	Elementos
Social	Patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno; autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	Preservação do potencial de capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não renováveis.
Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas, melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Econômico	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica, inserção soberana na economia internacional.
Política (nacional)	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores.
Política (internacional)	Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade; controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade; Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica.

Fonte: Sachs (2009).

35. Em outra obra, Capra e Mattei (2018) aprofundam a discussão em torno da responsabilidade que a Ciência Jurídica deve assumir na superação da atual lógica mecanicista e pró mercado, uma vez que é a na seara do Direito que estão enraizadas as regras capitalistas extrativistas. A atual mecânica, para os autores, é insustentável e uma nova visão de mundo ecológico deve ser promovida pelo Direito Ecológico.

O ecodesenvolvimento requer a superação do atual modelo de produção que não impõe restrições às forças de mercado, e da lógica do crescimento econômico a qualquer custo. As oito dimensões do desenvolvimento propostas por Sachs, didaticamente, explicam a dinâmica sistêmica e complexa da vida. Não é possível, e, portanto, sustentável, haver desenvolvimento sem: garantias de vida digna pautada nos direitos sociais fundamentais, solidariedade e superação dos problemas estruturais e disparidades regionais, um projeto nacional capaz de conciliar inovação e respeito às especificidades culturais, relações simbióticas (e não parasitárias) com a natureza e os ecossistemas, autonomia tecnológica e para estabelecer as diretrizes de uma política macroeconômica sustentável.

3 O território turístico de Mato Grosso do Sul

A formação econômica do Mato Grosso do Sul pode ser sintetizada pelo avanço e modernização da produção agropecuária. Diante da disponibilidade de certos fatores produtivos e incentivos, este território se especializou na produção de *commodities*³⁶. A porção sul-mato-grossense do “celeiro do mundo” é composta também por históricos conflitos agrários e problemas sociais. Neste território “vocacionado” ao agronegócio, a segunda maior população indígena do país³⁷ sobrevive, bem como o ecossistema pantaneiro³⁸. Logo, os desafios para a construção de políticas públicas que fomentem a diversificação produtiva e a incorporação de elementos da sustentabilidade são potencializados. Por outro lado, há sinais de que novas perspectivas estejam sendo adicionadas na agenda pública³⁹.

36. Especialmente soja e carne, mas nas últimas décadas, as usinas de açúcar e álcool modificaram a paisagem rural

37. Aproximadamente 80 mil indígenas de etnias diferentes (Terenas, Ofaié, Kadiwéu, Guató, Guaraní subgrupos Kaiowá e Nandeva, Kinikinau e Atikum), distribuídas em 29 municípios.

38. Uma das atividades econômicas realizadas em Corumbá (capital do Pantanal) é a extração de minério de manganês pela Vale do Rio Doce.

39. Em 2021, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) publicou a Resolução

São várias as teses e dissertações que versam sobre a sustentabilidade do turismo em Mato Grosso do Sul. De modo a contemplar, ao menos parcialmente a totalidade das análises, destacaremos alguns trabalhos⁴⁰.

Lunas (2006) abordou a análise das questões que se relacionam diretamente ao desenvolvimento sustentável do turismo na Serra da Bodoquena (MS), e levou em consideração os fatores “endógenos e exógenos” tal como a gama de decisões dos agentes de influência nesse fluxo sistêmico que, sob a ótica do autor, caminha diretamente para a “massificação do fluxo turístico”. Buscou, ainda, desmistificar algumas questões relativas ao conceito de desenvolvimento sustentável. A discussão pautou-se no que se refere ao ecoturismo enquanto negócio de extrema importância para a indústria do turismo, e que tem alavancado investimentos e concessão de empreendimentos; e também a natureza difusa dos beneficiários do negócio ecoturístico, tendo em vista que este segmento pode envolver dezenas de setores empresariais distintos.

Outro ponto destacado pelo autor, refere-se ao antagonismo da massificação do fluxo turístico. Os atrativos turísticos localizados na região se encontram em maior número nas propriedades particulares, o que exige alternativas de gestão desse sistema. A partir desse cenário, surgiu um processo de governança que contempla segmentos que possuem interesse no fomento das atividades turísticas, de maneira direta ou não. Nesse contexto, o Conselho Municipal de Turismo do município de Bonito passou a exercer um papel de moderador de divergências e proponente de articulações para operacionalizar de forma controlada as atividades turísticas. Entre uma das obrigatoriedades para o funcionamento e a organização do sistema

n. 743 (de 28 de maio de 2021) que dispôs sobre as áreas prioritárias para fomento à pesquisa e inovação através da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia (FUNDECT), sendo elas: Agronegócio, Bioeconomia, Biotecnologia, Cidades Inteligentes, Energias Renováveis, Biodiversidade, Saúde Animal, Saúde Humana e Tecnologias Sociais e Assistivas. Ademais, em vários documentos de planejamento público estadual está presente a preocupação com os ODS/Agenda 2030.

40. Tendo em vista que Mato Grosso do Sul possui três destinos turísticos indutores, também chamados de Áreas Turísticas Prioritárias (ATP's) as pesquisas, em geral, se debruçam sobre Bonito (que compreende a Serra da Bodoquena), Campo Grande (por ser a capital do Estado e desempenhar um papel central na integração aeroviária) e Corumbá (porção sul-mato-grossense do Pantanal). Registra-se a ausência neste trabalho da análise de três teses cuja leitura é sugerida, a saber: Grechi (2011), Lunas (2016) e Buscioli (2021).

está a necessidade de acompanhamento por um guia de turismo habilitado nos passeios e a utilização de um *voucher* de caráter unificado para controle da venda de ingressos aos atrativos. Com vista ao desenvolvimento sustentável, ou mais especificamente do turismo de maneira sustentável, há esforços para promover a preservação do meio ambiente e maior inclusão social, resguardado por um sistema gestor político-institucional local.

O estudo evidenciou a possibilidade de constituição do turismo enquanto uma atividade sustentável, mas sendo de complexa mensuração quanto ao teor de sustentabilidade, dadas as múltiplas concepções conceituais e controvérsias. E ainda, a questão multidimensional da sustentabilidade no turismo é desafiador do ponto de vista da gestão pública e privada destacando-se o papel da dimensão político-institucional e cultural, que deve ser analisada de maneira separada, uma vez que a política-institucional, possui um caráter de abrangência transversal em relação às demais, e a cultural encontra-se vinculada a social (LUNAS, 2006).

Bennet (2010), através da análise de indicadores e variáveis e de um *constructo* de responsabilidade social corporativa, buscou compreender a percepção de diferentes “*stakeholders*” sobre responsabilidade social corporativa em um empreendimento turístico hoteleiro também para a realidade do município de Bonito. Em sua análise, identificou o desconhecimento do conceito e da prática da responsabilidade social corporativa por empreendedores, colaboradores e clientes. Também foi possível identificar o tratamento cordial, não protecionista, na valorização do público interno e o processo de melhoria contínua na infraestrutura física e na qualidade operacional, mantendo um padrão de qualidade. Apesar do empreendimento ter condições de aproveitar a responsabilidade social e desenvolver essa cultura como fonte de promoção e crescimento, não se observou uma preocupação em divulgar as ações filantrópicas patrocinadas localmente. As sugestões finais de Bennett (2010) propõem a divulgação e o desenvolvimento da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) por parte do em-

preendimento, do poder público e das organizações privadas.

Diettrich (2017) focou sua análise sobre os impactos no ambiente natural decorrentes das atividades turísticas e como se dá a atuação do setor público e do setor privado (através de prestadores de serviços turísticos) na preservação da região. A pesquisa identificou que as políticas públicas de turismo voltadas para o desenvolvimento sustentável formuladas (seja na esfera estadual ou municipal) pouco contribuem para o ambiente natural e estão focadas apenas para expansão de serviços e propaganda. Além disso, as ações do poder público carecem de planejamento, coordenação, acompanhamento, mapeamento e integração com os atores privados locais na formulação, no fomento e na avaliação destas. Em relação aos prestadores de serviços turísticos locais, observou-se que suas ações são desarticuladas e focadas em ações de pouco impacto (mais restrita aos seus negócios) para a preservação da biodiversidade local. Ainda, concluiu que o setor privado demonstra pouco interesse em ações mais coordenadas e sustentáveis, mesmo sendo do ambiente natural que venham os atrativos turísticos principais.

O trabalho de Melo (2020) discorre sobre as áreas protegidas que constituem espaços cujo principal objetivo é zelar pela proteção dos recursos naturais. No Brasil, as Áreas Protegidas (AP's) foram intituladas de Unidades de Conservação (UCs), e o Estado de Mato Grosso do Sul possui uma gama de UC's em variedade de classificações. Isso dispõe dizer que tais áreas possuem um papel extremamente importante quando se pensa em sustentabilidade e turismo, seja na importância da existência enquanto equilíbrio ecológico e manutenção da biodiversidade, seja para impulsionar a atividade turística⁴¹.

Dessa maneira específica, o objeto central da pesquisa de Melo (2020) é analisar os desafios para o desenvolvimento do tu-

41. No que diz respeito às funções das unidades de conservação, estas se referem a geração de riqueza mediante a oportunização de novos empreendimentos de base sustentável e que possam agregar de maneira econômica através dos serviços ecossistêmicos que promovem a provisão, regulação, suporte e cultura, dos setores econômicos, ecológicos e sociológicos (MELO, 2020).

rismo com vista à sustentabilidade em UC's de proteção integral dentro do Estado com foco no índice de sustentabilidade do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul. As análises se debruçaram sobre os diferentes tipos de serviços oriundos dessas áreas que promovem o bem-estar, tal como oportunizam o aprimoramento dos serviços ecossistêmicos, e trazem ganhos em nível local e nacional. O trabalho ressalta os benefícios da conscientização social e ambiental, uma vez que essas Unidades de Conservação representam valores que envolvem as perspectivas econômica, social e ambiental. Portanto, para a pesquisadora, é possível pautar o turismo e a natureza por uma ótica que objetive a participação dos atores e o usufruto dessa riqueza de maneira sustentável.

Melo (2020) também aborda a possibilidade do “empreendedorismo sustentável”, prática que vai ao encontro de objetivos oriundos da formulação da UC, tendo-se em vista que o empreendedorismo busca sempre novas oportunidades no contexto turístico e a vasta experiência que ele proporciona, a ponto de estimular a diversificação da atividade turística. É possível, portanto, através do turismo promover novos vínculos que aproximam as pessoas, a natureza e um leque de experiências únicas de contato com as belezas naturais.

Ao se tratar do caráter ambiental e paisagístico em suas múltiplas singularidades no Estado, Gonçalves (2016) e Martins (2018) retratam a realidade pantaneira sob diferentes perspectivas atreladas ao turismo. Gonçalves (2016) discorre sobre as dimensões e os componentes nos projetos de turismo rural na Região Pantaneira Sul-Mato-Grossense, mais especificamente na sub-região de Miranda, no qual objetivou identificar os possíveis encadeamentos e oportunidades para e na implementação do “Segmento Turismo de Experiência”. Observou as transformações vivenciadas pelo pantaneiro por efeitos da globalização e do acesso e que se desdobraram na região, mas que não invalidam o simbolismo do território, o qual se mantém enquanto característica de construção da identidade. Nesse contexto, o Turismo de Experiência se mostra

uma atividade que necessita de planejamento e organização, pois objetiva trazer ao turista experiências mais completas e exclusivas, com peculiaridades da região. Gonçalves (2016) evidenciou a necessidade de estudos e reflexões que agreguem para a preservação das culturas da região pantaneira, tal como o seu desenvolvimento. A investigação do cenário em questão é apresentada com o objetivo de destacar a importância da preservação da região pantaneira e sua cultura, como também a perspectiva de transferência de saberes e aprendizados, ampliando a dimensão do desenvolvimento.

Martins (2018) analisou a Região do Pantanal a partir das suas características geográficas e da complexidade da sua abrangência e expansão, sendo propriamente influenciada por biomas do Cerrado, da Mata Atlântica e do Pantanal. A escolha da área em questão foi dada pelo caráter diferenciado e as especificidades geográficas, tal como a localização em faixa de fronteira. A tese perpassa por uma construção de maneira “transversal” por reunir atributos da Geografia e do Turismo por meio do pensamento sistêmico e da paisagem vista a partir de uma categoria analítica; o que permitiu uma compreensão e análise mais aprofundada da temática em questão. Enquanto concepções conclusivas do estudo, tem-se o Turismo de Natureza, visto a partir das funcionalidades da paisagem sendo tipificado, de maneira preponderante, quanto ao seu caráter de pluralidade e potencial para o desenvolvimento desse nicho, como também para estimular políticas públicas no intento de abranger o bioma sob o aspecto do desenvolvimento socioeconômico e quanto a “preservação-conservação do Pantanal”.

Os estudos apresentados buscam contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados pelo turismo em Mato Grosso do Sul pela ótica dos fundamentos da sustentabilidade que destacam as dinâmicas interligadas tanto do ponto de vista da responsabilidade social; da sustentabilidade, como do desenvolvimento e planejamento de ações e políticas públicas e privadas.

4 O território fronteiriço de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

No território fronteiriço de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero o turismo é sinônimo de consumo de produtos importados (regados a obsolescência programada e descartabilidade) e nos provoca a reflexão sobre a sustentabilidade turística.

O processo histórico e geopolítico de formação do território fronteiriço Brasil-Paraguai é objeto de publicações de diversas áreas do conhecimento. Para contemplar o objetivo proposto deste trabalho, dar-se-á destaque para algumas produções voltadas às especificidades turísticas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Martins (2007) buscou caracterizar o processo histórico de formação territorial e constituição turística, a partir do fluxo de turistas interessados na compra de produtos importados. Para a autora, o turismo de compras foi determinante na transformação de uma região fronteiriça em um território turístico, modificando e interferindo na vida da população e reconfigurando a cidade. A pesquisadora considera que a dinâmica local deve ser apreendida através da percepção dos envolvidos na atividade turísticas, principalmente na prática das compras. Por meio dessa preocupação, a autora chegou às seguintes conclusões: (i) o fenômeno, além dos impactos socioeconômicos, culturais e político, pressupõe mudanças comportamentais no cotidiano da população; e (ii) os turistas ao longo dos anos tendem a reproduzir o mesmo comportamento, buscando os mesmos lugares e desenvolvendo as mesmas atividades, situação explicada pelo processo de sinalização. Em relação à disponibilidade dos dados estatísticos, Martins (2007) alerta para dificuldade em se obter informações específicas, especialmente do lado paraguaio.

O município de Ponta Porã ocupa a 5ª colocação em termos

populacionais com aproximadamente 95 mil habitantes⁴². Pedro Juan Caballero possui cerca de 123 mil habitantes⁴³ e é a capital do Departamento de Amambay. Além do turismo de compras que promove um fluxo contínuo de pessoas, a oferta de cursos de Medicina provocou o aumento da densidade demográfica e modificou a dinâmica urbana,⁴⁴ proporcionando novas frentes de negócios e acirrando antigos problemas sociais. É preciso olhar para este território, especialmente do ponto de vista das dimensões da sustentabilidade, sem a divisão político-administrativa que separa os limites de cada Estado Nação. Trata-se de um adensamento populacional de aproximadamente 220 mil habitantes cujo cotidiano ignora a linha divisória.

É esta conexão geoeconômica e socioambiental que embalou a oferta, a partir de 2014, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS)⁴⁵ na Unidade Universitária de Ponta Porã com o objetivo de promover pesquisas e projetos nas áreas de Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Já foram concluídas 56 (cinquenta e seis)⁴⁶ pesquisas cujos egressos são de várias áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Arquitetura e Engenharias, da Saúde).

No quadro 2, destacam-se alguns trabalhos que ilustram a riqueza e os desafios da agenda de pesquisa fronteira organizada de acordo com os subgrupos temáticos. A abrangência e os indicadores dos municípios que compõem a faixa de fronteira nesta porção do Estado compuseram as reflexões de Belarmino (2021) que, pautadas em dados, indicadores e criteriosa revisão teórica,

42. Dados estimados para o ano de 2021. Em 2010, eram cerca de 78 mil habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama>.

43. Disponível em: <https://www.municipalidadpjc.gov.py/>.

44. A demanda dos estudantes por moradia fomentou investimentos imobiliários; o setor de serviços foi ampliado com a oferta de restaurantes, bares e lojas. Os serviços públicos também sofreram aumento de demanda, especialmente da área da saúde. Este tema foi estudado de forma detalhada por Melo (2021).

45. A área de concentração é o Planejamento Urbano e Regional. Disponível em: http://www.uems.br/pos_graduacao/detalhes/desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-ponta-pora-mestrado-academico.

46. Até o mês de setembro de 2022.

constatou que a superação dos gargalos socioeconômicos é ainda mais desafiador quando se trata dos municípios localizados na faixa internacional. Dos 44 municípios sul-mato-grossenses localizados ao longo da faixa, apenas 22% (10) deles indicam percorrer um ciclo virtuoso de prosperidade e melhoria nos indicadores.

Os municípios de Amambai e Aral Moreira estão presentes e são abordados de forma específica através dos estudos de Delai (2017) que analisa a produção de resíduos domésticos e a relação entre o processo de educação e sustentabilidade. A patrimonialização territorial em Amambai por meio da valorização dos aspectos históricos e culturais foi o tema central do trabalho de Santos (2021); a economia criativa se relacionou com realidade carcerária de Amambai e as possibilidades de ressocialização por meio da dissertação de Santos Júnior (2018). O município de Aral Moreira e a comunidade indígena bem como o acesso aos direitos foi tema central de Butarelli (2017). Silveira (2016) debreu-se sobre a realidade e a dinâmica da economia paraguaia, especialmente pela ótica do emprego. Conhecer a realidade do outro lado da fronteira de forma detalhada é essencial para todo e qualquer esforço de promoção do efetivo desenvolvimento da e na faixa de fronteira. A herança e consequências, inclusive imateriais, da chamada Guerra da Tríplice Aliança foi a delimitação proposta por Bueno (2020).

A presença de um dos maiores assentamentos rurais que provoca uma ampla gama de possibilidades investigativas foi objeto de pesquisa de Silva (2017) e Piva (2018). A realidade carcerária feminina de Ponta Porã foi estudada por Adamowski (2019).

Quadro 2 - Pesquisas que ilustram a diversidade temática da fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

INDICADORES/DINÂMICA ECONÔMICA/SUSTENTABILIDADE		
TÍTULO	AUTOR(A)	ANO
AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS: O CASO DO ASSENTAMENTO ITAMARATI I	PAULO ROBERTO DA SILVA	2017
A PRODUÇÃO DE RESÍDUOS DE USO DOMÉSTICO NO MUNICÍPIO DE AMAMBAI – MS: EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	JULIANO DELAI	2017
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BENS COMUNS EM TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO: O CASO DE PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY).	ALINE ROBLES BRITO	2018
ROBOTICA EDUCACIONAL EM PONTA PORÃ MS: PERSPECTIVAS AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO LOCAL	JULIANA FAORO GOMES	2018
POR OUTRO DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM DA MENTALIDADE SOCIOECONÔMICA DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA EL DORADO DOS CARAJÁS	SILVANA PIVA	2018
PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DAS CIDADES GÊMEAS PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY) SOB ASPECTO DO DIREITO À CIDADE	TIAGO MACHADO FARIA DE SOUZA	2019
A LEI DE MAQUILA E A DINÂMICA PRODUTIVA NO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ (BRASIL) E PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI): NOVOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS	VIVIAN LETICIA AGUERO GODOY	2020
ESTUDANTES DE MEDICINA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA FRONTEIRA: UM OLHAR SOBRE AS CIDADES GÊMEAS DE PONTA PORÃ-BR E PEDRO JUAN CABALLERO-PY	LAURA KAROLINE SILVA MELO	2021
A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA SUL MATO-GROSSENSE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	OBEDIAS MIRANDA BELARMINO	2021
HISTÓRIA/CULTURA/ASPECTOS SOCIAIS		
TÍTULO	AUTOR(A)	ANO
PATRIMONIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE AMAMBAI/MS: DESENVOLVIMENTO, HISTÓRIA E CULTURA	JOSE BRITES DOS SANTOS	2021
CULTURA ARABE NA FRONTEIRA DE PONTA PORÃ (MS) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY): ORIGENS, HISTÓRIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	NATALIA BOGADO BALBUENA	2020
A CULINÁRIA TÍPICA DA FRONTEIRA: A CHIPA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	BEATRIZ DUTRA DOS SANTOS	2020
GUERRA GUAÇU-CAUAS E CONSEQUÊNCIAS: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO E DE CAMPO NA REGIÃO DE FRONTEIRA	YHULDS GIOVANI PEREIRA BUENO	2020
MULHERES QUE IMPORTAM: UMA ETNOGRAFIA EM UM PRESÍDIO DE PONTA PORÃ – MATO GROSSO DO SUL	WERONICA DERENE ADAMOWSKI	2019
ECONOMIA CRIATIVA COMO FERRAMENTA DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS INTERNOS DA PENITENCIÁRIA DE AMAMBAI – MS	LEONCIO ELIDIO DOS SANTOS JUNIOR	2018
TERRITÓRIO E ACESSO A DIREITOS: OS GUARANI E KAIOWÁ NA VILA SATÉLITE, ARAL MOREIRA/ MS	GIANETE PAOLA BUTARELLI	2017
ENSAIOS SOBRE A ECONOMIA PARAGUAIA: FORMAÇÃO HISTÓRICO ECONÔMICA E DINÂMICA RECENTE DO EMPREGO.	CLAUDIA VERA DA SILVEIRA	2016
A MÚSICA COMO INDUTORA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	JOÃO EVÂNIO BORBA CAETANO	2016
TURISMO		
TÍTULO	AUTOR(A)	ANO
O SISTEMA GESTOR DO TURISMO DE BONITO - MS: A DINÂMICA DE ATUAÇÃO DE SEUS COMPONENTES E A CULTURA COMO PERSPECTIVA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO.	ASLAN VIANA DE LIRA DA ANUNCIAÇÃO	2016
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO EM PONTA PORÃ-MS: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO.	LIS THAMIRYS DACKAM DI BAPTISTA	2016
O DESENVOLVIMENTO E O PLANEJAMENTO PÚBLICO DO TURISMO EM MATO GROSSO DO SUL	CRISTINA HORST PEREIRA	2016
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL/ENDÓGENO EM CORUMBÁ-MS.	JORCELI DE BARROS CHAPARRO	2017
GOVERNANÇA TURÍSTICA E A ABORDAGEM DTI: UMA ANÁLISE DO POTENCIAL PARA GOVERNANÇA INTELIGENTE DO MUNICÍPIO DE BONITO-MS.	DANIELE PAULA JUCHNESKI	2022
ERVA MATE		
TÍTULO	AUTOR(A)	ANO
ESTUDO DO SISTEMA PRODUTIVO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA ERVA-MATE NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	ALESSANDRA DE FREITAS FONTANIVE	2016
ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA EXPLORAÇÃO DA ERVA-MATE (ILEX PARAGUARIENSIS ST. HILL.) EM SISTEMA DE SOMBREAMENTO NO MATO GROSSO DO SUL	MARCIO AQUINO DOS SANTOS	2018
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE, COMO ESTRATÉGIA PARA ARTICULAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HELEN CRISTIANE CAETANO RIBEIRO DE OLIVEIRA	2021

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A riqueza cultural e todas as suas potencialidades e possibilidades foi analisada nos trabalhos de Caetano (2016) que se debru-

çou sobre a importância da música na constituição de uma identidade local, de Santos (2020) que estudou a culinária e o papel que um prato típico (chipa) desempenha no cotidiano e nos laços familiares; e de Balbuena (2020) que analisou a comunidade árabe e sua contribuição para a riqueza cultural da fronteira.

Alguns desafios emergentes intimamente relacionados com a sustentabilidade e o direito à cidade (e ao meio ambiente preservado) foram detalhadamente discutidos por Brito (2018) e Souza (2019). O fluxo de estudantes e suas implicações com os elementos de segurança pública, saúde e educação em Ponta Porã foi pesquisado por Melo (2021). Gomes (2018) discutiu o papel da tecnologia e suas possibilidades vinculadas à educação e ao desenvolvimento tecnológico local. A lógica produtiva maquiladora que induz uma reorganização econômica e cria novos desafios locais foi objeto de investigação de Godoy (2020).

De forma específica à linha de pesquisa dos Sistemas Produtivos, destacam-se as dissertações que enfatizaram as possibilidades da cadeia produtiva da erva-mate, seja por meio do fomento à produção voltada à industrialização ou pela instituição de indicação geográfica (IG) para agregar valor à produção local. Esta planta nativa e sinônimo da cultura e tradição local fez parte das reflexões de Fontanive (2016), Santos (2018) e Oliveira (2021).

Sobre o Turismo, tanto na esfera estadual, bem como do ponto de vista do planejamento público como privado, tem-se cinco trabalhos que transitam por propostas para a realidade de Bonito, Corumbá e Ponta Porã. Destacaremos duas pesquisas que ilustram a abrangência das pesquisas.

Sobre a atuação do setor público junto ao turismo em Mato Grosso do Sul, Pereira (2016) abordou a institucionalização do planejamento público do Estado para o Turismo. A partir da relação com as teorias do desenvolvimento analisou as políticas específicas para fomentar a cadeia do turismo. Com base na análise documental, foram identificadas algumas questões em relação às distorções do entendimento de “desenvolvimento”, que poderiam

ser interpretadas como expressão de sentido semelhante ao crescimento econômico. O diagnóstico da fragilidade e até mesmo inexistência de uma política estadual para o setor fez com que a necessidade do planejamento efetivo com ações de médio e longo prazo por parte da gestão pública e privada fosse sugerido como indicação propositiva.

Baptista (2016) estudou o território turístico da cidade de Ponta Porã-MS, a partir do potencial de desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local (APL)⁴⁷. O estudo foi realizado em um período de vantagens cambiais para a cidade paraguaia, que se mostrava atrativo para turistas, porém, sem conexão ou organização com outras possibilidades turísticas (turismo histórico, ecoturismo) que podem promover oportunidades de renda e emprego, bem como valorização cultural. E ainda, considerando as bases do desenvolvimento local, Baptista (2016) buscou refletir pela perspectiva da sustentabilidade e os impactos sobre a comunidade e os atores.

A pesquisadora apresenta o APL enquanto uma ferramenta de desenvolvimento regional, uma vez que o desenvolvimento turístico visto pela ótica endógena busca originar novas atividades produtivas em seu entorno, tal como corroborar com as demais. Em resposta à investigação, constatou-se a existência de aglomeração produtiva no setor turístico do município de Ponta Porã-MS, mas com baixo estímulo por parte dos atores turísticos locais, portanto, tem-se um potencial APL que requer organização e integração para impulsionar a atividade de modo sustentável.

Para além desta pequena amostragem da produção intelectual local que busca valorizar as riquezas históricas, culturais e produtivas, e indicar potencialidades, faz-se necessário destacar o fortalecimento da oferta pública do Ensino Superior do lado brasileiro. Atualmente, além da UEMS, que oferta o Progra-

47. Um arranjo produtivo local corresponde a aglomerações (de empresas) territoriais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que possuem vínculos e interdependências. Comumente, a definição de APL é análoga a de cluster (agrupamento territorial de agentes econômicos que desempenham atividades similares).

ma de Mestrado e três cursos de graduação na área de gestão (Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas), a UFMS oferta quatro cursos (Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Matemática e Pedagogia) e o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul oferta cursos de nível médio e superior (como Técnico em Gestão do Agronegócio e Agronomia). Ademais, está em construção o Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã. Portanto, deve-se enaltecer o processo de promoção e fortalecimento do capital educacional e intelectual que ocorre neste território fronteiriço.

5 Considerações finais

Através da aproximação das palavras-chaves sustentabilidade, turismo e fronteira Ponta Porã-Pedro Juan Caballero buscou-se provocar a reflexão sobre a sustentabilidade turística num território bastante específico.

A discussão conceitual de desenvolvimento sustentável indica que as premissas basilares da sustentabilidade são complexas e devem concatenar planejamento e ações públicas e privadas que contemplem mudanças e melhorias na esfera social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política (nacional e internacional). Portanto, não corresponde às mudanças incrementais. As mudanças devem ser radicalmente capazes de mudar a lógica produtiva e inverter as prioridades: o mercado é que deve atender aos objetivos coletivos da sociedade, e não o contrário. Obviamente, isso não é tarefa simples, muito menos possível no curto prazo, ou sem conflitos distributivos complexos. A transformação deve ser fomentada nas diversas escalas que se conectam de forma material e imaterial. As esferas global, nacional, regional e local são igualmente impactadas pelos problemas ambientais, porém, o amortecimento destes impactos varia de acordo com o poder econômico de cada grupo social. Por esta razão, um novo valor

ético é imperativo para uma mentalidade coletiva voltada para a sustentabilidade.

Os limites e desafios para discutir sustentabilidade em Mato Grosso do Sul encontram-se na lógica latifundiária do agronegócio. Mas, o agronegócio também compreende pequenas propriedades, agricultura familiar e sistemas biodiversos. Os limites e desafios para discutir sustentabilidade em atividades turísticas sul-mato-grossenses encontram-se na lógica extrativista dos empreendimentos e atrativos que terão viabilidade econômica por tempo limitado uma vez que se sustentam na beleza ecológica.

A porção sul da fronteira sul-mato-grossense possui muitos problemas “clássicos” das regiões periféricas: o narcotráfico e o contrabando, conflitos agrários e étnicos, lógicas produtivas excludentes e ambientalmente prejudiciais. O território de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é essencialmente conhecido pela lógica da economia do crime (embora essa lógica não seja exclusiva a ela!) que garante a visibilidade da violência. É preciso promover a visibilidade da sua beleza. Existe uma beleza neste território que não é similar às de outras cidades maiores, nem mesmo do “estilo” moderno ocidental: é a beleza que emerge da história social e cultural, da polca e do chamamé, do tereré e da chipa, do artesanato ñanduti, dos sons do “portunhol”. É uma das formas da beleza latino-americana.

Os limites e desafios para discutir a sustentabilidade do turismo na linha internacional que une duas porções territoriais que abundam em riqueza histórica, cultural, gastronômica e ambiental decorrem de muitas ausências, como de políticas binacionais e de um sistema de governança local regido pelas premissas da valorização local e da sustentabilidade. Almejar um percurso para o desenvolvimento sustentável é complexo e ainda mais difícil diante dessa especificidade binacional, porém, não é impossível.

Referências

ADAMOWSKI, Weronica Derene. **Mulheres que importam**: uma etnografia em um presídio de Ponta Porã – Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2019.

ALMEIDA, Fernando. **Experiências empresariais em sustentabilidade**: avanços, dificuldades e motivações de gestores e empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ANUNCIAÇÃO, Aslan Viana de Lira da. **O sistema gestor do turismo de Bonito – MS**: a dinâmica de atuação de seus componentes e a cultura como perspectiva local de desenvolvimento. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos Ponta Porã, MS: UEMS, 2016.

BALBUENA, Natália Bogado. **Cultura árabe na fronteira de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY)**: origens, histórias e contribuições para o desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2020.

BAPTISTA, Lis Thamirys Dackam de. **Arranjo Produtivo Local de Turismo em Ponta Porã-MS**: uma proposta para o desenvolvimento fronteiriço. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2016.

BELARMINO, Obedias Miranda. **A dinâmica do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense**: uma discussão a partir dos indicadores socioeconômicos. Ponta Porã, MS: UEMS, 2021.

BENNETT. Sônia. **Responsabilidade social corporativa em empreendimento turístico hoteleiro de Bonito / MS na percepção de seus stakeholders – um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado). PPG em Turismo e Hotelaria. Itajaí, SC: UNIVALI, 2010.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Turismo e Sustentabilidade. Brasília: MTur, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo e Coordenação Geral de Regionalização. 2007.

BRITO, Aline Robles. **Gestão de políticas públicas para bens comuns em território fronteiriço**: o caso de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2018.

BUENO, Yhulds Giovane Pereira. **Guerra Guaçu - causas e consequências**: um estudo historiográfico e de campo na região de fronteira. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2020.

BUSCIOLI, Roberson da Rocha. **Política Nacional de Turismo: Discursos e práticas no estado brasileiro e suas interações no processo de (re)produção espacial sul-mato-grossense**. Dourados: UFGD, 2021. Tese de Doutorado em Geografia.

BUTERELLI, Gianete Paola. **Território e acesso à Direitos**: os Guarani e Kaiowá na Vila Satélite, Aral Moreira-MS. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2017.

CAETANO, João Evânio Borba. **A música como indutora de desenvolvimento local**. Dissertação (mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2016.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.

CAPRA, Fritjof. MATTEI, Ugo. **A Revolução eco jurídica**: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade. São Paulo: Cultrix, 2018.

CHAPARRO, Jorceli de Barros. **As políticas públicas para o turismo e o desenvolvimento endógeno em Corumbá-MS**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2017.

DELAI, Juliano. **A produção de resíduos de uso doméstico no município de Amambai-MS**: educação e sustentabilidade. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2017.

DIETTRICH, Luciana Correia. **Sustentabilidade do ambiente natural, políticas públicas e serviços turísticos**: correlações existentes na Serra da Bodoquena – Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado). PPG em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Campo Grande, MS: UNIDERP, 2017.

FONTANIVE, Alessandra de Freitas. **Estudo do sistema produtivo e industrialização da erva-mate no estado de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2016.

GARCIA, Daniela Sottili. **Identidade cultural e imagem turística projetada da cidade de Campo Grande-MS**. Tese (Doutorado) PPG em Geografia. Curitiba, MS:UFPR, 2013..

GODOY, Vivian Leticia. **A Lei de Maquila e a dinâmica produtiva no território fronteiriço de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai): novos espaços industriais**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2020.

GOMES, Juliana Faoro. **Robótica educacional em Ponta Porã - MS: perspectivas ao desenvolvimento tecnológico local**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2018.

GONÇALVES, Débora Fittipaldi. **Turismo de experiência, culturas e desenvolvimento: uma relação possível para o Pantanal Mato-grossense na sub-região de Miranda**. Tese (Doutorado). PPG em Desenvolvimento Regional. Blumenau, SC: FURB, 2016.

GRECHI, Doris Cristina. **O desenvolvimento turístico sob a ótica da economia institucional: o caso de Bonito-MS**. Tese (Doutorado). PPG em Economia do Desenvolvimento. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

JUCHNESKI, Daniele Paula. **Governança turística e a abordagem DTI: uma análise do potencial para governança inteligente do município de Bonito-MS**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2022.

JUNIOR, Leôncio Elídio dos Santos. **Economia criativa como ferramenta de ressocialização dos internos da Penitenciária de Amambai-MS**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2018.

LUNAS, José Roberto Silva. **Ecoturismo Sociedade Anônima: Sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena-MS**. Tese (Doutorado). PPG em Desenvolvimento Sustentável. Brasília: UNB, 2006.

LUNAS, Maria Cristiane Fernandes Silva. **Geopark Bodoquena-Pantanal: análise da integração territorial e perspectivas de desenvolvimento**. Tese (Doutorado). PPG em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Campo Grande: UNIDERP, 2016.

MARTINS, Patrícia Cristina Statella. **A formação do território turístico de Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. Dissertação (Mestrado). PPG em Geografia. Aquidauana: UFMS, 2007.

MARTINS, Patrícia Cristina Statella. **As paisagens da faixa de fronteira Brasil/Bolívia: complexidades do Pantanal sul-mato-grossense e suas potencialidades para o turismo de natureza**. Tese (Doutorado) PPG em Geografia. Dourados: UFGD, 2018.

MELO, Laura Karoline Silva. **Estudantes de medicina e políticas públicas na fronteira: um olhar sobre as cidades gêmeas de Ponta Porã-BR e Pedro Juan Caballero-PY**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2021.

MELO, Marta Regina da Silva. **Turismo em unidades de conservação no Mato Grosso do Sul: perspectivas para o desenvolvimento sustentável**. Tese (Doutorado). PPG em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Campo Grande, MS: UNIDERP, 2020.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Revista Estudos Avançados. 26 (74), 2012.

OLIVEIRA, Helen Cristiane Caetano Ribeiro. **Indicação Geográfica da Erva-Mate, como estratégia para articulação do processo de desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado). PPG em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porã, MS: UEMS, 2021.

PEREIRA, Cristina Horst. **O desenvolvimento e o planejamento público do turismo em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado). PPG em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porã: UEMS, 2016.

PEREIRA, Paulo Affonso Soares. **Rios, Redes e Regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre: AGE, 2000.

PIVA, Silvana. **Por outro desenvolvimento: uma abordagem da mentalidade socioeconômica do Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2018.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Beatriz Dutra dos. **A culinária típica da fronteira: a chipa como fator de desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2020.

SANTOS, José Brites dos. **Patrimonialização do território de Amambai-MS: desenvolvimento, história e cultura**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2021.

SANTOS, Márcio Aquino. **Análise da viabilidade econômica da exploração da erva-mate (*ilex paraguariensis* st. hill.) em sistema de sombreamento no Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). **Resolução N. 743/2021**. Diário Oficial Eletrônico n. 10.525, 1 de junho de 2021, p. 18. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10525_01_06_2021

SILVA, Paulo Roberto. **Agricultura Familiar e seus impactos: o caso do Assentamento Itamarati I**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2017.

SILVEIRA, Claudia Vera. **Ensaio sobre a Economia Paraguaia: formação histórico econômica e dinâmica recente do emprego**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2016.

SOUZA, Tiago Machado Faria de. **Processo de transformação do espaço urbano das cidades gêmeas Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) sob aspecto do direito à cidade**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2019.

TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e desenvolvimento regional:** dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul: Educs, 2009.

11. ROTEIRO DE TURISMO INTEGRADO DA ESTRADA PARQUE, CORUMBÁ/MS (BRASIL) A SANTIAGO DE CHIQUITOS/SC (BOLÍVIA)

Ronan Xavier Machado

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
ronanxm@hotmail.com

Edgar Aparecido da Costa

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
edgarac10@gmail.com

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
miltmari@terra.com.br

1 Introdução

A fronteira entre Brasil e Bolívia acontece em diversos pontos no território nacional, em uma extensa linha de contato por terra (751 km) e água (2.672 km). No Estado de Mato Grosso do Sul se destaca o arranjo territorial fronteiriço envolvendo a cidade de Corumbá e Ladário, do lado brasileiro, e Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na província Germán Busch, departamento de Santa Cruz, Bolívia.

Corumbá possui atividade turística em diversos segmentos como a pesca, ecoturismo e turismo cultural e a fronteira como um potencial estratégico (MARIANI et al., 2014). Corumbá e Ladário, distantes a mais de 200 km da cidade brasileira mais próxima (Miranda/MS), podem ser acessados a menos de 10 km pelos bolivianos, o que torna esta fronteira internacional cheia de atrações, numa conurbação de, aproximadamente, 160 mil habitantes (COSTA, 2013).

Apesar da proximidade territorial e das mobilidades frequen-

tes de residentes da aglomeração fronteira e daqueles que transitam por ela e dos fluxos de mercadorias, nota-se parca cooperação entre os entes governamentais subnacionais. A mobilidade é entendida como uma mudança de localização de pessoas ou de seus bens, entre diferentes espaços, sendo essa uma relação social entre os agentes (BENEDETTI; SALIZZI, 2011), frequente nesta fronteira.

A mobilidade, enquanto ocupação de diferentes lugares juntamente com a criação de vínculos sociais entre as pessoas, neutraliza o distanciamento geográfico e forja uma identidade fronteira. É o caso de Corumbá que apresenta, cotidianamente, um fluxo de residentes da conurbação que a envolve (PAIXÃO, 2006).

Além do fluxo dos seus residentes, também apresenta uma demanda entre os turistas que buscam o portão internacional para acesso ao Brasil ou à América do Sul. Este portão é considerado como uma das variáveis que inserem Corumbá entre os 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico pelo governo brasileiro.

Este trabalho foi motivado pela seguinte pergunta: existe um potencial turístico a ser explorado de forma integrada/articulada entre Corumbá e as cidades próximas da fronteira, em especial as bolivianas? Assim, o objetivo deste estudo é propor um roteiro de turismo integrado no espaço fronteira do Brasil com a Bolívia e descrever os atrativos turísticos partindo da Estrada Parque Pantanal, em Corumbá/MS indo até Santiago de Chiquitos, distante cerca de 220 km de Puerto Quijarro/SC, Bolívia.

2 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho consiste em uma pesquisa exploratória e descritiva. O levantamento de campo foi realizado através de visita *in loco* a todos os empreendimentos localizados no percurso da proposta de roteiro. Em Corumbá, foram visitados os empreendimentos turísticos localizados na Estrada Parque Pan-

tanal, MS-228, com extensão aproximada de 120 km. Foi priorizado o acesso pela estrada a fim de facilitar a constituição das propostas de roteiro. São conhecidos 10 estabelecimentos com acesso ao longo da MS-228, onde as instalações para hospedagem e alimentação, em sua maioria, distam poucos quilômetros do portão de entrada. Todos foram visitados, mas somente selecionados para entrevistas aqueles que atendem ecoturistas, cuja verificação foi realizada *in loco* por meio da identificação dos produtos turísticos oferecidos (passeios). Assim, compuseram o roteiro proposto 7 estabelecimentos. Estão situados em três áreas nucleares da Estrada Parque Pantanal: no porto da Manga, na curva do Leque e na região denominada Passo do Lontra, localizada à margem esquerda do rio Miranda.

Em relação à escolha dos empreendimentos/destinos turísticos do lado boliviano da fronteira optou-se pela utilização de *stakeholders*. Entende-se como *stakeholders*, todos aqueles que possam ser impactados, positiva ou negativamente, ou possuam interesse por um projeto, uma organização, um investimento ou quaisquer outros elementos que venham de encontro com o interesse deste, que pode ser um indivíduo, um grupo de pessoas ou mesmo empresas públicas ou privadas (LAURIANO, 2012).

A identificação de *stakeholders*, para esta pesquisa, foi ancorada na visão de Araujo (2008), quando menciona a possibilidade de se solicitar a um detentor de conhecimento da área abraçada pela pesquisa, a indicação de outras lideranças que podem ser de interesse para abordagem.

Assim, para a pesquisa na Bolívia, foi utilizado o apoio técnico de um agente de turismo boliviano, que atuou como um *stakeholder* (guia) da pesquisa visto o intuito de propor um produto turístico que o agente pudesse comercializar. Este agente indicou quais os destinos turísticos a serem visitados até o povoado de Santiago de Chiquitos, bem como os tipos de serviços oferecidos pelos empreendimentos existentes (se integram hospedagem, alimentação e passeios, por exemplo). Foram visitadas sete cidades e povoados

ao longo dos mais de 290 km na RN 4, denominada *carretera*, rodovia com início em Puerto Quijarro e chega a Santa Cruz de la Sierra. Em sequência: Puerto Quijarro, Puerto Suárez, Yacuces, El Carmen Rivero Torres, Santa Ana de Velasco, Estancia Águas Calientes e Santiago de Chiquitos. Nos destinos acessados, os empreendimentos turísticos foram visitados para identificação da capacidade de atendimento dos meios de hospedagem, alimentação e dos atrativos turísticos, bem como a média de preço dos serviços oferecidos, além das percepções locais, como melhor época de visitação e as observações do pesquisador.

Para o mapeamento dos atrativos, propôs-se o detalhamento de variáveis cruciais para viabilização de um atrativo como produto da oferta turística, contida em um roteiro, com descrição da localização, acesso, meios de hospedagem e alimentação, e o que fazer (identificação e análise dos recursos do atrativo, pela ótica do turismo).

Para levantar os dados relativos aos meios de hospedagem e alimentação, bem como as atividades oferecidas nos atrativos turísticos, foram realizadas entrevistas baseadas em roteiro previamente definido, contendo indagações como: qual a capacidade de atendimento do estabelecimento (quantos leitos, caso seja hotel; quantos assentos, caso seja um meio de alimentação). Também, qual a média de preço do estabelecimento e quais as opções de lazer oferecidas (quando for o caso). Visando obter informações relevantes quanto à rotina de atendimento e curiosidades, se questionou o empresário ou responsável pelo estabelecimento sobre qual a nacionalidade de maior demanda (nacional ou estrangeira) e se há alguma dificuldade encontrada para o desenvolvimento do negócio que, na visão dele, pode ser resolvida pelo poder público ou privado. Foi entrevistada uma pessoa (proprietário ou gerente) por empreendimento, contemplando 100% do universo da pesquisa, dos empreendimentos visitados.

3 Turismo e fronteira

O turismo corresponde a uma das seis motivações para a mobilidade de pessoas na fronteira (BENEDETTI y SALIZZI, 2011). O turismo no espaço fronteiriço entre Corumbá e Puerto Quijarro não se limita ao segmento de compras, principalmente quando se considera a riqueza natural do Pantanal e seus atrativos, que oportunizam o desenvolvimento de outros segmentos (MORETTI, 2000).

Segundo dados levantados pelo Observatório do Turismo do Pantanal, através do Documento Referencial do Turismo de Corumbá, no ano de 2014 estiveram em Corumbá mais de 214 mil turistas, onde 3,1% tiveram como finalidade exclusiva de viagem o turismo de compras na Bolívia, e 58,5% foram motivados pelo lazer. Desses, mais de 71 mil turistas afirmaram ter realizado algum tipo de compra na Bolívia, ao consumir a fronteira como um dos atrativos turísticos de Corumbá (CORUMBÁ, 2014).

O turismo, enquanto setor que está em constante movimento, transfere tal característica aos seus segmentos, como o caso do turismo de fronteira. Para este entendimento, optou-se, a priori, por considerar as premissas que uma fronteira carrega consigo, como argumenta Pesavento (2006) ao destacar o contato entre dois ou mais espaços, uma margem que as aproxima e proporciona trocas e diálogos entre os envolvidos.

Propõe-se, neste estudo, que o turismo de fronteira se trata de uma curiosidade individual pela cultura do outro, que busca através da experiência empírica, absorver uma realidade diferente e, portanto, desenvolver um conteúdo de vida. A população local de ambos os territórios fronteiriços, pelo seu cotidiano, transforma o espaço constantemente, cria oportunidades, enfrenta dificuldades, tudo no intuito de sanar suas necessidades, muitas vezes referentes à economia, haja vista a amplitude de oportunidades que nascem incessantemente na fronteira.

3.1 Contextualização da atividade turística na fronteira Brasil-Bolívia

O turismo vem ganhando destaque na economia do município de Corumbá. Ainda que a atividade tivesse seu início em meados da década de 1970 por meio do turismo de pesca e que somente em 2013 passou a ser reconhecida e monitorada pelo poder público municipal, com a criação do Observatório do Turismo, que identificou e mensurou as modalidades de turismo existentes.

Em 2015 foram mais de 218 mil visitantes e em 2016 mais de 217 mil. Ressalta-se os diversos interesses entre os visitantes. Para se ter uma ideia, mais de 75% das motivações de viagem em 2016 foi o lazer, 8,9% foi para visita a amigos e parentes, pouco mais de 7% para os eventos da cidade, como carnaval, arraial do banho de São João e Festival América do Sul e 5,7% para negócios (CORUMBÁ, 2016).

O turismo de fronteira, propriamente dito, que acontece com frequência por meio de visitantes que possuem o único intuito de realizar compras no país vizinho e, muitas vezes, não realiza nem pernoite na cidade, não está contemplado em nenhum dos documentos do Observatório. Entretanto, os documentos destacam o chamado turismo na fronteira, pois ressalta a incidência dos turistas no país vizinho, para compras esporádicas ou mesmo para conhecer a localidade, nomeado como um passeio turístico pelo Observatório que, nos quatro anos de monitoramento, apontou a presença de 310.217 turistas, uma média de 77.554 turistas por ano, que consumaram a transfronteirização (CORUMBÁ, 2016).

Ainda que os números sejam de grande importância e representatividade, chama a atenção os que utilizam o portão internacional na fronteira, como acesso ao Brasil ou à Bolívia, entre os quais foram identificados pelo Observatório nos visitantes adeptos ao ecoturismo, 24,8% dos turistas de lazer, o que representa mais de 40 mil turistas.

4 Roteiro integrado de turismo fronteiriço

O roteiro que será apresentado visa propiciar ao turista uma visita completa, considerando a ligação entre atrativos naturais e culturais. A partir das experimentações a campo e anotações de duração dos percursos escolheu-se, como proposta de roteiro, o trecho que vai da Estrada Parque Pantanal, em Corumbá/MS, Brasil, até o povoado de Santiago de Chiquitos, na província de Chiquitos/SC, Bolívia (Figura 1).

Levou-se em consideração o conceito de Santiago e Novaes (2005) quanto à otimização de receita e aumento da permanência do turista, durante a elaboração do roteiro turístico. Por isso, foi proposto uma experiência de quatro dias e quatro noites: três noites e dois dias em Corumbá, e uma noite e dois dias nas áreas urbanas e rurais fronteiriças bolivianas, com efetivo contato com atrativos naturais e culturais. O número maior de pernoites em Corumbá se deve ao fato de ser o principal centro desta fronteira, com maior variedade de serviços, rede hoteleira e aeroporto.

Não se pode esquecer que todo percurso em território brasileiro ocorrerá dentro da faixa de fronteira, enquanto na Bolívia se estenderá para além dela. O turista poderá experimentar diversas sensações por meio de cores, sabores, balanços e sons, contemplando a natureza e registrando em várias fotos e ainda podendo banhar-se em águas termais, percorrendo estradas pavimentadas e não asfaltadas, bem sinalizadas ou ainda em desenvolvimento turístico, entre o Buraco das Piranhas (Brasil) e Santiago de Chiquitos (Bolívia).

Figura 1 - Roteiro de turismo integrado na fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: CPAN/UFMS (2018). Organizado pelos autores (2023).

O trecho em território boliviano seria proposto até Chochis. Contudo, com vistas à qualidade da experiência turística e, após a experiência de campo, o roteiro foi limitado ao povoado de Santiago de Chiquitos. Isso porque a distância até aquela localidade (65 km a mais) resultaria na necessidade de mais um pernoite na Bolívia.

Entretanto, caso o turista queira estender sua experiência na Bolívia, o país oferece diversas opções com a natureza ou parques aquáticos, como de Roboré e Santa Cruz de La Sierra, respectivamente, bem como no lado brasileiro, onde o turista pode acrescentar a cidade de Bonito em seu roteiro. Em ambas as possibilidades, o turista pode pesquisar e realizar a viagem sozinho. Ressalta-se que a contratação de um guia local é recomendada. A visita turística local, acompanhada de um profissional que conhece o ambiente e suas curiosidades, maximiza a qualidade da experiência.

4.1 O trecho em território brasileiro

No contexto das visitas no trecho brasileiro, o ideal seria a partida às 6 horas da manhã. Para isso, o turista necessita realizar um pernoite em Corumbá, podendo adequar a vinda pelo voo,

oferecido em dias intercalados pela única companhia que atende o destino, por meio do transporte rodoviário regular, com vários horários disponíveis ou mesmo com veículo próprio. Contudo, o veículo apropriado para a Estrada Parque Pantanal deve possuir eixo mais elevado, pois a via não é pavimentada com asfalto. Partindo do centro de Corumbá em direção à BR-262, o turista encontra o acesso à Estrada Parque Pantanal, a pouco mais de 11 km (Figura 2).

Figura 2 - Distância Percurso no trecho brasileiro do roteiro



Fonte: CPAN/UFMS (2018). Organizado pelos autores (2023).

O roteiro proposto tem início pela MS-228 (Estrada Parque Pantanal), para que o turista possa, com calma e disposição, contemplar as belezas e a rusticidade de um verdadeiro safári fotográfico – nome utilizado pelas empresas de turismo que operam na região em relação ao passeio rodoviário na Estrada Parque Pantanal. A estrada é cercada pela planície pantaneira e, costumeiramente, surpreende seus visitantes pelo encontro com vários animais e pássaros. Após 53 km de percurso, que levará, aproximadamente, uma hora, dependendo dos cenários que serão capturados pelo viajante, estima-se uma parada para o café da manhã.

No percurso, o turista terá inúmeras possibilidades de capturar memórias fotográficas, principalmente durante a travessia das 72 pontes, dispostas ao longo da Estrada Parque Pantanal, que proporcionam uma verdadeira sensação de espetáculo. As pontes possibilitam a passagem de veículos sob as águas dos afluentes, como é o caso do rio Abobral, e garantem as vazantes quando há cheia no pantanal e as águas se espalham na planície. O tempo de parada varia, dependendo da quantidade de turistas (caso de grupos) e do interesse pelo cenário, como nas pontes do Sarã e do “Areião”, que são representativas da passagem pela Estrada Parque Pantanal.

O horário previsto para a chegada ao Porto da Manga, onde o turista pode degustar o café da manhã, é às 7h20 em um rancho devidamente regularizado. A opção por trabalhar apenas com estabelecimentos regularizados se deu em razão de se assegurar, razoavelmente, a qualidade do roteiro. A hospedagem fica às margens do rio Paraguai e tem como público-alvo os turistas de pesca, mas atende turistas para pernoite e refeição esporádica, desde que previamente agendada.

O café da manhã é farto, com várias opções de pães, frios, frutas, ovos e biscoitos, além de bolos e sucos, nada diferente dos hotéis urbanos. No início do roteiro, o turista não terá ainda o peculiar café da manhã pantaneiro, conhecido como quebra torto, pois ele precisa seguir viagem e a estrada pode ter trechos de muito balanço, podendo gerar desconforto ao visitante. O valor por pessoa é de R\$ 30,00, cerca de US\$ 9,00 para degustar o café da manhã à vontade. Vale ressaltar que, enquanto procedimento metodológico aplicado, o levantamento de valores médios foi realizada no ano de 2017, cuja cotação do dólar era R\$ 3,30 no momento da pesquisa.

No Porto da Manga existem outros estabelecimentos de hospedagem, principalmente os chamados “ranchos”. São pequenas casas onde o turista se propõe a fazer seus alimentos, sem serviço de limpeza, por exemplo. Normalmente são ambientes bem simples, alguns de madeira e sem forro no teto. Por essa razão, esse

rancho, foi o único escolhido para compor o roteiro.

Após o café da manhã, o turista pode seguir pela MS-228, mas antes precisa fazer a travessia pelo rio Paraguai por meio da balsa (Figura 3). Esta é uma oportunidade fascinante, pois o turista poderá navegar pelas águas do rio Paraguai, ter uma perspectiva nova da Estrada Parque, visualizando-a de uma margem à outra. A travessia é rápida, cerca de 20 minutos, com um custo, em média, de US\$ 12,00.

O contraponto do serviço de balsa está na própria oferta, feita por uma única empresa que atende das 6 às 18 horas, diariamente, com intervalo de uma hora para almoço. Algumas situações podem acontecer e surpreender o roteiro, a exemplo da balsa entrar em manutenção bem na hora de subir, como já aconteceu em outras ocasiões. Isso poderia ser evitado com o planejamento das manutenções, informação no portal do turismo de Corumbá e meios oficiais de divulgação. Mas não acontece.

Figura 3 - Travessia de balsa pelo rio Paraguai, na região do Porto da Manga



Fonte: Trabalho de campo (2017). Autor: Ronan Xavier Machado (2017).

Após o desembarque da balsa, o percurso continua pela Estrada Parque até um dos meios de hospedagem existentes. O traje-

to é verdadeiramente rico em paisagens e o turista poderá registrar a fauna e flora pantaneiras durante o safári fotográfico.

São 7 empreendimentos, no total, que oferecem hospedagem, alimentação e passeios, na modalidade pensão completa, com acesso ao longo da MS-228 e a contratação deve ser feita com antecedência, por meio de agências de turismo ou diretamente com as empresas, via internet. É importante a escolha por um dos empreendimentos antes do início do roteiro, para que tenha a garantia da hospedagem e alimentação de acordo com a preferência do visitante.

Foram visitados todos os meios de hospedagem que atendem turistas na Estrada Parque Pantanal para a composição deste roteiro, levantando informações como capacidade de atendimento, realização de passeios, média de preço por pessoa. Inclui-se, também, a localização do empreendimento (Tabela 1).

Tabela 1 - Estabelecimentos turísticos na Estrada Parque Pantanal, por tipo de empreendimento, serviços oferecidos, localização e preço médio individual

Ordem	Tipo de empreendimento	Serviços oferecidos	Localidade	Distância (considerando o início da MS-228)	Preço médio por pessoa
1	Meio de hospedagem	Pernoite; Refeições	Porto da Manga	53 km	R\$ 40,00 (1 refeição)
2	Meio de hospedagem	Pernoite; Refeições	Curva do Leque	70 km	R\$ 190,00 (hospedagem e 3 refeições)
3	Meio de hospedagem	Pernoite; Refeições; Passeios.	Estrada Parque – entre a curva do leque e o passo do Lontra	76,9 km	R\$ 290,00 (hospedagem, 3 refeições e 2 passeios)
4	Meio de hospedagem	Pernoite; Refeições; Passeios.	Estrada Parque – entre a curva do leque e o passo do Lontra	85,7 km	R\$ 390,00 (hospedagem, 3 refeições e 2 passeios)
5	Meio de hospedagem	Pernoite; Refeições; Passeios.	Estrada Parque – entre a curva do leque e o passo do Lontra	94,3 km	R\$ 350,00 (hospedagem, 3 refeições e 2 passeios)
6	Meio de hospedagem	Pernoite; Refeições; Passeios.	Acesso pela Estrada Parque, há cerca de 5 km do passo do Lontra	95,3 km	R\$ 430,00 (hospedagem, 3 refeições e 2 passeios)
7	Meio de hospedagem	Pernoite; Refeições; Passeios.	Passo do Lontra	106 km	R\$ 550,00 (hospedagem, 3 refeições e 2 passeios)
8	Meio de hospedagem	Pernoite; Refeições; Passeios.	Passo do Lontra	106 km	R\$ 430,00 (hospedagem, 3 refeições e 2 passeios)

Fonte: Trabalho de campo (2017). Obs: Cotação do dólar no dia: US\$ 3,29 - Banco Central (2017).

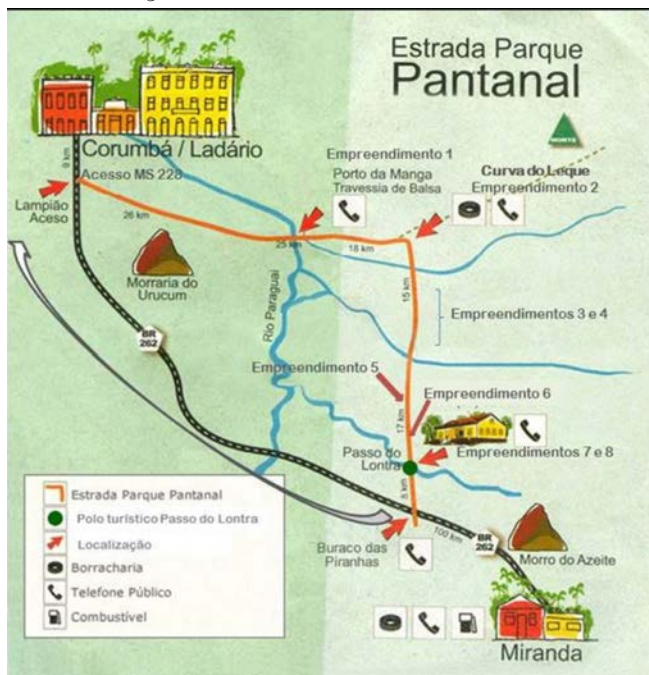
Os estabelecimentos numerados na tabela 1 são representados na figura 4, com distância contada a partir do ponto 1, ou seja, início da MS-228.

Ao chegar ao empreendimento escolhido, entre 10 e 11 horas da manhã, o turista poderá descansar por alguns minutos e desfrutar da gastronomia local no almoço. Normalmente, dispostas em fogão à lenha, com repetições à vontade, os pratos cotidianos da região, como o arroz de carreteiro, o macarrão de comitiva e o feijão gordo⁴⁸ são parte do menu. Os passeios oferecidos são os mesmos em todos os empreendimentos visitados: o safári fotográfico pela Estrada Parque, a caminhada ecológica em trilha na própria fazenda, pesca esportiva de piranha, focagem noturna, e cavalgada. Todos eles proporcionam uma experiência única e a apreciação pode variar conforme a preferência do turista. Por exemplo, aqueles que não gostam de realizar caminhadas podem optar pelos passeios com meio de transporte. A possibilidade de vislumbrar a fauna em seu ambiente natural é imensa: famílias de capivaras, grande quantidade de jacarés, macacos, inúmeros pássaros e até mesmo a onça pintada.

Em média, os passeios têm duração de 2 a 3 horas, com o retorno por volta das 17 horas ao meio de hospedagem. Ao retornar do passeio, o turista poderá usufruir da infraestrutura do empreendimento, visto que muitos oferecem piscina, por exemplo, além dos apartamentos com ar-condicionado, até o horário do jantar, normalmente servido a partir das 19 horas.

48. Feijão cozido com pedaços de carne seca e pedaços de porco, além do catuni – joelho do boi.

Figura 4 - Ilustração do roteiro em Corumbá



Fonte: Câmara Municipal de Corumbá (2023). Organizado pelos autores (2023).

O passeio da tarde pode ser substituído pela focagem noturna, em que o turista irá percorrer um caminho de carro ou de barco, dependendo da disponibilidade do empreendimento, na busca pela visualização da fauna pantaneira para o registro de fotos. Os empreendimentos inserem no valor do pacote, dois passeios diários e, se o turista desejar mais algum, terá que contratar diretamente no empreendimento.

O segundo dia começa com a algazarra dos pássaros, que parecem despertadores nada convencionais espalhados por todo o pantanal. O cheiro do café, servido a partir das 6 da manhã da manhã, já aguça o turista que pode se deliciar de uma mesa farta, com exemplares da típica gastronomia de fazenda (bolos e pães caseiros, sucos naturais etc.) para se preparar para o passeio, que começa às 8 horas, com duração de até 2 horas, para saída até as 11 da manhã. Após o *check out*, o turista segue pela MS-228 até o Buraco das Piranhas, onde irá acessar a BR-262 em direção à Corumbá.

Chegando a zona urbana do destino é o tempo para o almoço e registro em hotel. Em seguida, recomenda-se um *city tour* de uma hora, acompanhado por um guia de turismo, com ênfase no patrimônio histórico e cultural de Corumbá, iniciando na região central e com o término no Porto Geral, que agrega o conjunto arquitetônico do casario e a orla portuária, às margens do rio Paraguai.

Retornando ao veículo, por volta das 14 horas, o turista deve ir a passagem de fronteira, munido dos documentos pessoais necessários (carteira de identidade com foto atual ou passaporte), para os trâmites necessários ao roteiro no trecho boliviano. Deve oficializar, junto à imigração brasileira a saída do país e no serviço de imigração boliviano, sua entrada. Isso pode demorar cerca de uma hora, dependendo da quantidade de pessoas na fila. É interessante adquirir a moeda boliviana, pois em muitos povoados somente ela é aceita.

Caso o turista deseje realizar o trecho boliviano desse roteiro com seu próprio veículo, com placa brasileira, precisará regularizá-lo também nas imigrações, pois necessitará de uma licença de trânsito. Ainda existe a opção da contratação de um transporte boliviano com motorista, porém deve ser contatado anteriormente. Durante a pesquisa, optou-se pela contratação da agência de turismo do *stakeholder*, com aluguel do veículo regulamentado na Bolívia, o que custou US\$ 250,00 para 2 dias, com direito a motorista que também atua como guia de turismo.

Após a regularização na imigração, o turista poderá conhecer o atrativo de compras boliviano, junto à conhecida feira dos importados, que oferece ao turista a oportunidade de adquirir produtos variados, desde roupas e perfumes, até eletrônicos (PAIXÃO, 2006). Com retorno para o hotel, por volta das 17 horas, o turista terá a noite livre para descansar e escolher onde fazer sua refeição, podendo desfrutar da gastronomia pantaneira em restaurantes de culinária típica ou elaborada, preparando-se para o próximo dia, em que o roteiro proposto o levará às belezas naturais e culturais na Bolívia.

4.2 O trecho em território boliviano

Iniciando o terceiro dia do roteiro, o turista pode fazer seu café da manhã e seguir para a Bolívia. O encontro com uma nova cultura e experiência no país vizinho é instigante. A passagem pela fronteira é tranquila e, se o turista ainda não tenha adquirido a moeda estrangeira, poderá fazer logo após o limite internacional, após o posto da aduana boliviana, onde cambistas ficam, um ao lado do outro, competindo pela troca de moedas. Muitos deles oferecem conversão em dólar, real, boliviano (moeda corrente) e até mesmo euro.

Seguindo viagem, o turista irá acessar a carretera, RN 4, rumo a Puerto Suárez, a cerca de 12 km da passagem de fronteira, podendo visitar o mirante da Lagoa Cáceres. Contudo, segundo a orientação do guia, não é estratégico para essa proposta de roteiro, porque a paisagem é muito congruente às encontradas na Estrada Parque e no Porto Geral de Corumbá, em que se descortina o Pantanal, não justificando o tempo para visitação, considerando o trajeto a ser percorrido.

Passando a rot  ria de acesso   Puerto Su  rez, continua-se pela rodovia. O trajeto d  acesso a vários povoados, mas sem apelo turístico. A rodovia apresenta um grande movimento de veículos, principalmente até o povoado de Yacuses, que abriga a fábrica de cimentos responsável pela movimentac o econ mica do local. Segundo o atendente, o único meio de hospedagem ali existente foi construído para atender, basicamente, os trabalhadores da constru o e, agora, os executivos da fábrica. A paisagem do percurso já pode ser verificada como diferente da encontrada no trecho brasileiro, pois, na Bolívia, já se nota uma vegetac o mais densa, com árvores mais altas ao lado da estrada.

Não apresentando nenhum atrativo turístico, Yacuses antecede o povoado de El Carmen Rivero Torres que possui algumas pinturas rupestres sem acesso liberado, pois ficam em propriedade particular. Logo, não foi elencado para o roteiro proposto. Entrar

em El Carmen pode ser uma opção de acordo com a necessidade do turista, visto que o povoado possui mercados e hospital.

Águas Calientes, em seguida possui vários atrativos. Esse nome decorre do rio homônimo que passa pelo destino e possui quatro balneários dispostos ao longo dele, com cerca de cinco quilômetros de extensão. É o maior da América Latina com a característica de águas térmicas, segundo o portal de promoção do turismo boliviano.

O primeiro balneário, *Los Hervores*, fica na nascente do rio, onde as águas possuem uma temperatura bem elevada, chegando a quase incomodar, dependendo do tempo que se permanece. Um atrativo interessante desse balneário são os fervores de água, que o visitante não pode deixar de experimentar. Ele poderá pisar na areia e sentir a água borbulhando. Caso ele queira entrar totalmente, será lançado para cima com a força da água. Mais abaixo está *El Playón*, um balneário com boa infraestrutura (Figura 5) e águas cristalinas e com temperatura mais amena. Muito interessante é a profundidade do rio, que pode ser cruzado caminhando de uma margem à outra, ou, ainda, de um balneário a outro.

Figura 5 - Infraestrutura do balneário El Playón



Fonte: Trabalho de campo (2017). Autor: Ronan Xavier Machado (2017).

O próximo balneário visitado chama-se *El Burriño*, cujo nome remete ao local onde se captava água para abastecer o povoado no século passado. Possui as águas com temperaturas ainda mais amenas, com infraestrutura bastante simples, mais utilizado para os adeptos de *camping*. O último balneário do povoado chama-se *El Puente*, que apresenta boa infraestrutura para atendimento ao visitante e a temperatura da água mais baixa, aproximadamente

25°, sendo um dos mais demandados do destino, segundo o guia contratado, que usualmente comercializa esse atrativo a turistas brasileiros. Seu nome deriva de uma pequena ponte de madeira sobre o rio, ligando uma ilha envolta pelo rio Águas Calientes.

Todos os balneários preservam uma vegetação alta em seu entorno, com árvores, palmeiras e gramados, garantindo um ambiente de contato com a natureza. A fauna avistada foi, apenas, um tucano. Qualquer um dos balneários, inclusive os com melhor infraestrutura, tem entrada acessível e o mais caro custa R\$ 10,00⁴⁹ por pessoa. O visitante pode levar sua refeição ou mesmo os insu-
mos para preparar seu churrasco.

O guia que acompanhou todo o trajeto indicou um meio de hospedagem em Águas Calientes. Contudo afirmou haver mais de 10 espaços disponíveis para pernoite. Para a proposição do roteiro, optou-se pela identificação dos meios de hospedagem regularizados, por isso o número exato de espaços para pernoite não pode ser mencionado, isso porque muitas pessoas usam suas casas para hospedar, mas sem que isso esteja regularizado como um serviço efetivo, logo, não foram considerados.

O meio de hospedagem recomendado pelo guia fica à margem esquerda da rodovia RN 4, que funciona como restaurante. Para o pernoite, oferece quartos simples, limpos e amplos, assim como os banheiros. As refeições são regionais. Elas protagonizam a experiência turística no destino, como o *majadito*⁵⁰, comumente servido na Bolívia, inclusive na fronteira. As opções para alimentação vão de R\$ 2,50 para um *toddy*, até R\$ 16,50 para uma refeição completa com arroz, feijão, bife e outros complementos. Uma dica na hora de experimentar a gastronomia boliviana é pedir os pratos com pouca pimenta, pois até para os adeptos ela pode ser bem forte.

À noite em Águas Calientes não existem opções de lazer. Não há, por exemplo, alternativas de restaurantes (o do hotel é o único). Isso resulta na oportunidade de se aproveitar da noite para

49. Cerca de US\$ 3,00 e BOB 20,00 (bolivianos). Cotação do Banco Central do Brasil em julho de 2017.

50. Prato de arroz e carne seca com molho, ovo frito e banana da terra frita, originário de Santa Cruz. Fonte: <http://info.caserita.com/Majadito-a113>.

descansar e preparar-se para o próximo dia do roteiro.

No segundo e último dia na Bolívia, o turista seguirá até o povoado de Santiago de Chiquitos, cuja entrada fica a cerca de 30 km de Aguas Calientes. Trata-se do povoado com a população mais antiga do município de Roboré, ao qual está ligado. Possui poucas ruas asfaltadas, o que proporciona uma sensação de se estar em um local antigo, inclusive pelos hábitos dos moradores, normalmente, na frente de suas residências ao final da tarde.

Reservando uma experiência única ao turista, Santiago de Chiquitos é um destino internacionalmente conhecido pelo Festival de Música Renascentista e Barroca Americana, que acontece há mais de uma década no mês de abril. O povoado é um dos poucos que preserva a arquitetura e os costumes da última missão Jesuítica na Bolívia, o que maximiza a experiência do turista ao avistar as construções antigas, que são praticamente todas do local, incluindo as residências.

A chegada ao povoado envolve o turista de sentimento bucólico, não só pela arquitetura, mas também pelos hábitos dos moradores, que dão a impressão de estarem vivendo em uma realidade que remonta a séculos passados. Residências antigas, portões pesados e cadeiras distribuídas em algumas calçadas reforçam a sensação. Os chiquitanos são muito acessíveis e simpáticos, principalmente ao dar informações, parece fazer questão de prolongar a conversa, algo muito prazeroso de se observar.

O guia contratado recomendou um café em uma fazenda gerida por uma família de missionários religiosos, de origem americana. No local, o turista pode adquirir iogurte de bocaiuva, morango, e outras frutas, e queijo artesanais, fabricados na própria fazenda e em porções generosas, com valores que não passam de BOB 50,00 (R\$ 25,00).

O atrativo mais indicado é uma trilha de ecoturismo conhecida como antessala do céu (Figura 6). A cerca de 20 minutos da fazenda, a trilha é íngreme, passa por caminhos estreitos e escorregadios, até chegar a lugares que proporcionam uma vista fantástica de todo o Valle Tucabaca⁵¹ e do povoado.

51. Nome dado ao vale que fica atrás da trilha ecoturística do mirante “Antesala del Cielo”.

Figura 6 - Entrada do atrativo Antesala del Cielo



Fonte: Trabalho de campo. Autor: Ronan Xavier Machado (2017).

A trilha para a *Antesala del Cielo* é realizada exclusivamente por meio de caminhada. Para preservação da fauna e flora local não é autorizada a entrada de motos ou outros veículos na trilha. Na entrada desse caminho há uma pequena capela, reforçando a presença jesuítica do povoado. Ainda que íngreme e com certo grau de dificuldade, a trilha é realizada por pessoas das mais diferentes idades, desde crianças a idosos.

Ainda que o acesso até o ponto mais alto exija resistência, a chegada à *Antesala del Cielo* é revigorante. Contemplar as formações rochosas no alto da morraria, com uma vista linda e abrangente de todo o Valle Tucabaca e de Santiago de Chiquitos, ao longe (Figura 7). O vento nesse ponto é mais forte, afinal não há obstáculos a essa altura. A temperatura é ainda mais baixa e, somada à altitude, exige calma para não afetar a respiração.

Figura 7 - Formações rochosas no alto da trilha ecoturística Antesala del Cielo



Fonte: Trabalho de campo. Autor: Ronan Xavier Machado (2017).

Observou-se a necessidade de se levar água e alimentos para a trilha, por conta do tempo (em torno de três horas entre subida e descida) e do esforço realizado na caminhada. A ida ao povoado é uma opção para buscar refeição. Encontram-se diversas residências que atendem com alimentação e até mesmo pernoite. No quesito refeição, a experiência é muito interessante, pois nas pequenas residências a rotina da família se confunde com a do visitante. É comum esperar seu prato olhando os moradores assistirem à televisão. São servidas saltenhas⁵² e comidas caseiras (arroz, bife e salada), pois não se tem a opção de pedir pratos diferentes. O cardápio completo custa R\$ 20,00⁵³.

Na praça do povoado se encontra a igreja jesuíta preservada juntamente das instalações escolares que eram utilizadas para a evangelização. Ainda estão instalados, mas não são mais utilizados, os sinos da escola. A praça está circundada dos atrativos culturais do povoado. A igreja, bem como a praça, são palcos do evento internacional de música barroca.

A máscara na Praça de Santiago, segundo relatos da população local, refere-se a uma história local. Conta uma das versões que, na época da evangelização dos jesuítas, as pessoas se reuniam na praça, porém, como os mais velhos eram proibidos de participar, colocavam as máscaras para se misturarem entre os jovens. A máscara dava a semelhança dos jovens e por isso o nome “chiquitos”. Riveros (2004) explana, em sua pesquisa acerca da *Expresión Escultórica Chiquitana* que “El origen de la máscara es ritual. Es utilizada para alabanza a sus dioses y en especial para dar realce al curandero” (2004, p.41).

No período da tarde, depois de duas horas dedicadas a passeio aos atrativos culturais de Santiago de Chiquitos, é hora do retorno a Corumbá. A viagem de volta leva, aproximadamente, duas horas e meia de carro e deve contar com a parada obrigatória na imigração boliviana, haja vista que, se o turista se esquecer de

52. Salgado típico boliviano que consiste em uma massa que leva urucum e recheio de frango com condimentos.

53. Cerca de US\$ 6,00 ou BOB 40,00, segundo a cotação do dia.

informar a saída do país, terá de pagar uma multa diária punitiva, de cerca de R\$ 16,00 por dia. O roteiro é finalizado com a opção de realizar mais um pernoite em Corumbá ou seguir viagem para seu destino de origem.

5 Considerações finais

A proposta de integração pelo turismo foi sustentada no perfil do visitante que anualmente visita o destino brasileiro, Corumbá. Mais de 130 mil turistas estiveram na Estrada Parque no quadriênio 2013-2016, o que representou mais de 15% do fluxo turístico no mesmo período.

O estudo apresenta um produto turístico, por meio de um roteiro, capaz de proporcionar uma experiência diversificada e satisfatória, com o contato direto com a natureza e com a cultura dos destinos visitados, maximizando a qualidade dos passeios.

Vale dizer que o roteiro de turismo integrado na fronteira é flexível. O turista pode, por exemplo, optar em realizar primeiramente o trecho boliviano ou mesmo estendê-lo, conforme sua preferência e condições climáticas favoráveis. O roteiro proposto se apropria das dimensões de indução de desenvolvimento turístico, quando pode ser um componente a mais a ser ofertado aos turistas que já realizam a visita à cidade de Bonito, primeiro lugar na lista dos destinos visitados no estado de Mato Grosso do Sul.

A proposta de dinamização do espaço fronteiro pelo viés do turismo foi o grande desafio da pesquisa, que apresentou um roteiro integrando dois países, para turistas que já visitam o município de Corumbá e buscam atrativos naturais e culturais, bem como para auxiliar no incremento e manutenção do setor ao crescer a oferta turística.

Referências

ARAUJO, Lindemberg Medeiros. Análise de stakeholders para o turismo sustentável. **Caderno virtual de turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 91-99, 2008.

BENEDETTI, A.; SALIZZI, E. Llegar, pasar, regresar a la frontera. Aproximación al sistema de movilidad argentino-boliviano. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n.4, p. 148-179, 2011.

CORUMBÁ. Fundação de Turismo do Pantanal. **Documento Referencial do Turismo de Corumbá 2014**. Observatório do Turismo do Pantanal. Corumbá: FTP, 2014.

CORUMBÁ. Fundação de Turismo do Pantanal. **Documento Referencial do Turismo de Corumbá 2015**. Observatório do Turismo do Pantanal. Corumbá: FTP, 2015.

COSTA, Edgar Aparecido. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 9, p. 65-86, 2013.

LAURIANO, Lucas Amaral. Stakeholders e seus desafios: Estudo de caso do relacionamento entre o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e a comunidade do Vale do Bonfim. **Caderno de Ideias**, Nova Lima, p. 1-13, 2012.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto et al. Identificação das variáveis-chave para a promoção do desenvolvimento local por meio da atividade turística no município de Corumbá/MS/Brasil: uma aplicação da Análise de SWOT. **Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 12, n.1, p. 65-78, jan. 2014.

MORETTI, Edvaldo César. **Pantanal, paraíso visível e real oculto – O espaço local e o global**. 2000. 146 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2000.

PAIXÃO, Roberto Ortiz. **Globalização, turismo de fronteira, identidade e planejamento da região internacional de Corumbá, MS**. 2006. 201 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário-paradoxos da (s) identidade (s) sul-latino-americana (s). **Revista del CESLA**, n. 8, p. 9-19, 2006.

RIVEROS, Edwin Emilio Guachalla. **Expresión Escultórica Chiquitana**: diferencia entre la escultura de la figura del cuerpo humano de la época actual (contemporánea) y de la colonia. 2004. 117 f. Tese (Facultad de Arquitectura Urbanismo y Artes) – Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 2004.

SANTIAGO, Rafaela Carvalho; NOVAES, Marlene Huebes. Proposta de elaboração de roteiro turístico para o Litoral sul de Santa Catarina. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 2., 2005, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: SEMINTUR, 2005. p.1-12.

12. CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Edgar Aparecido da Costa

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
edgarac10@gmail.com

Cristiano Almeida da Conceição

Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande
cris87almeida@gmail.com

1 Introdução

Localizado na porção oeste do estado de Mato Grosso do Sul, Corumbá é um município fronteiriço que contabilizou 96.268 habitantes no Censo de 2022 (IBGE, 2022). Com área territorial de 65.165,8 km² é a maior do Estado e apresenta estrutura fundiária com 1.776 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017). Desses, 1.073 são lotes dos sete assentamentos rurais existentes na porção planáltica.

O município possui, também, agricultores tradicionais de colônias e comunidades ribeirinhas, uma área indígena da etnia Guató e comunidades remanescentes quilombolas. O vasto Pantanal é ocupado por grandes fazendas que excedem mil hectares cada uma.

A criação de bovinos na planície pantaneira é uma das mais antigas do Brasil, conhecida desde o século XVIII (ABREU; SANTOS, 2010). Os autores destacam, como fatores impulsionadores, o desenvolvimento das fazendas Jacobina e Piraputanga, no período entre 1775 e 1864 e a ocupação de novas áreas na porção sul do Pantanal, entre 1879 e 1914.

Esselin (2011, p. 15) vai ainda mais longe, atribuindo o início da pecuária “no final do século XVI por colonos espanhóis e, no século XVII, por religiosos da Companhia de Jesus”. O reconhecimento a partir do século XVIII se refere às redefinições territoriais

entre Portugal e Espanha no continente americano, bem como à fundação de Corumbá (1778). Somente a partir do Tratado de Madri (1750) que as atuais terras de Corumbá passam a ser brasileiras (portuguesas, na época). Antes disso, os espanhóis já haviam introduzido bovinos na planície pantaneira.

É justamente no Pantanal que espraia a maior criação bovina que ocorre numa grande área alagável durante uma parte do ano e provoca constantes deslocamentos dos rebanhos (as comitivas) para as partes mais altas, conhecidas regionalmente como cordilheiras (NOGUEIRA, 1990). Apresenta características diferentes da bovinocultura praticada nos assentamentos rurais, que é mais recente e em menor quantidade. O ambiente, as raças criadas e os sistemas de manejo também são diferentes. Enquanto no Pantanal predominam ambientes de elevada umidade, a raça nelore e a pecuária extensiva, nos assentamentos rurais ocorrem ambientes secos, raças e sistemas de manejos mistos.

O presente artigo tem por objetivo analisar os sistemas de produção da bovinocultura nos assentamentos rurais de Corumbá, na fronteira Brasil – Bolívia. Discute-se o contexto no qual os sistemas são inseridos, as possibilidades e entraves produtivos e de permanência/resistência camponesa.

Adotou-se como procedimentos da pesquisa o levantamento de dados secundários junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Prefeitura Municipal de Corumbá, Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal do Mato Grosso do Sul (IAGRO) e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). Também foi utilizada pesquisa de campo (conversas informais assistemáticas focadas em dúvidas e curiosidades junto aos camponeses). A origem e a prática camponesa dos autores também contribuíram na construção do artigo, configurando-se como pesquisa participante.

Para caracterização dos sistemas de produção da bovinocultura na fronteira Brasil-Bolívia foram trabalhadas informações gerais dos assentamentos rurais de Corumbá. No sentido de aprofundar a discussão de elementos e características particulares do ambiente de fronteira foram utilizadas informações e pesquisa empírica junto aos camponeses dos assentamentos Taquaral, Paiolzinho e

Tamarineiro II Sul, pelo fato de estarem em contato direto com a linha de limite internacional.

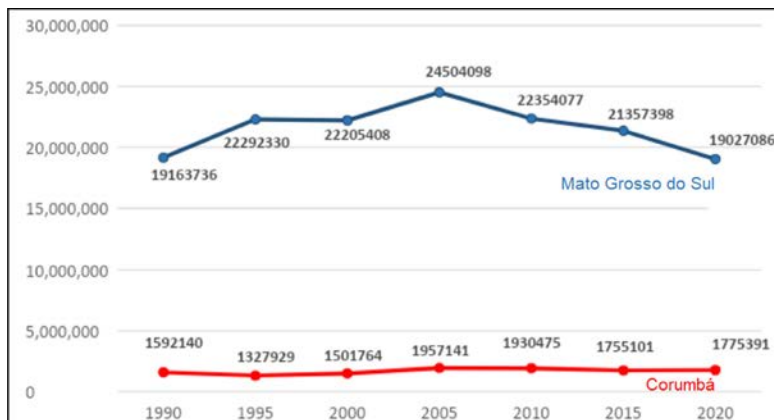
O artigo foi organizado em quatro partes. A primeira apresenta o contexto da bovinocultura presente no município de Corumbá, no Ocidente sul-mato-grossense, diferenciando as lógicas de produção no Pantanal e das áreas onde estão os assentamentos rurais, em especial os fronteiriços, foco deste trabalho. A segunda parte trata dos sistemas de produção da pecuária bovina nos assentamentos rurais fronteiriços de Corumbá-MS, abordando meios e equipamentos utilizados pelos camponeses. Em seguida se apresenta os sistemas sociais de produção nessas localidades com ênfase no trabalho das famílias camponesas e, por fim, são tratadas as formas e meios de comercialização da produção da pecuária bovina dos assentamentos rurais de Corumbá.

2 Contexto da produção da bovinocultura de Corumbá

O município de Corumbá possui o segundo maior rebanho bovino do Brasil, com 1.775.395 cabeças (IBGE, 2020), superado apenas por São Félix do Xingu (218.150.298), do estado do Pará. É marcado pela existência de duas áreas completamente distintas: a imensa planície pantaneira, onde predomina os sistemas extensivos da pecuária bovina orientada essencialmente para corte e; as áreas planálticas da chamada borda Oeste da bacia do Pantanal (SILVA, 2000), onde estão os assentamentos rurais.

O estado de Mato Grosso do Sul apresentou elevação sucessiva do quantitativo do rebanho bovino até 2005, quando começou a perder espaço para lavouras permanentes como as da cana-de-açúcar, eucalipto e espécies do gênero destinadas à produção de papel e celulose, além das commodities soja e milho. Diferentemente, Corumbá demonstrou uma lógica muito particular, observando-se sucessivos aumentos e subtrações (Gráfico 1). Possivelmente, a dinâmica do rebanho bovino corumbaense esteja relacionada com sua condição fortemente extensiva para corte e, particularmente, aos ciclos das cheias do Pantanal.

Gráfico 1 - Efetivos bovinos de Mato Grosso do Sul e Corumbá: 1990-2020



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 1990-2020.

Quando se analisa generalizadamente os sistemas da pecuária bovina de Corumbá, percebe-se que ela não se mostra competitiva para leite ou para o corte. Tal constatação encontra justificativa na quantidade de vacas por touro (Tabela 1). Tomando como exemplo a relação fêmea/macho com mais de 36 meses, quando os animais de descarte já deveriam ter sido vendidos, tem-se uma relação de 7 vacas para cada touro em Corumbá e 11 nos assentamentos rurais, quando a proporção tradicional é de 25 vacas para cada touro (FONSECA *et al.*, 1997). Para os autores, quando se substitui a proporção touro/vaca tradicional de 1:25 para 1:40 ou 1:60, ocorre, respectivamente, 10,4 e 16,2% de redução no custo de produção por bezerro desmamado.

Tabela 1 - Quantitativo de bovinos, segundo grupos de idade, do município de Corumbá e de seus assentamentos rurais, inclusive, em 2015

Corumbá				Assentamentos rurais		
Idade (meses)	Machos	Fêmeas	Relação fêmea/macho	Machos	Fêmeas	Relação vaca/touro
0 a 12	182.455	208.615	1,14	1.732	2.487	1,44
12 a 24	126.179	166.594	1,32	626	1.006	1,61
24 a 36	86.652	155.629	1,80	281	922	3,28
Mais de 36	114.323	810.145	7,09	483	5.324	11,02

Fontes: IAGRO (2015); PMC (2015). Adaptado pelos autores (2023).

Considerando um rebanho de 6 mil fêmeas e a proporção de 1:60 touro/vacas, Fonseca *et al.* (1997) perceberam ganhos de US\$ 18,66 por bezerro desmamado. Galvani (1998), partindo da mesma razão, anotou ganhos de US\$ 51,37 por bezerro desmamado. Percebe-se, pela tabela, que o descarte de machos é menor do que o tecnicamente aceito e ocorre tardiamente (depois de 3 anos). No sistema bovino para corte essa condição é aceitável para o Pantanal (o animal ganha peso com a idade sem carecer de práticas de manejo para incremento nutricional). Por outro lado, configuraria em prejuízos para os assentamentos rurais, pois aumentariam os custos de produção. Soutello *et al.* (2003), analisando a idade frequente de abate em um ano num frigorífico no município de Andradina-SP, perceberam que os machos são abatidos entre 2 e 3 anos e as fêmeas com 5 anos ou mais.

Vale lembrar que na pecuária leiteira brasileira os bezerros machos são tidos como um problema para os criadores e frequentemente descartados ou sacrificados após o nascimento (FREITAS NETO *et al.*, 2014). Normalmente, esses bezerros acompanham as fêmeas que são descartadas, pois a permanência na propriedade representa elevação dos custos produtivos.

Ainda assim, a pecuária bovina extensiva se mantém no Pantanal. Provavelmente a explicação esteja nas formas de manejo, adaptadas às características do meio e ao tipo de raça utilizada (nelore). As grandes extensões de pastagens naturais e de salinas minimizam os custos de produção. Não é a realidade ambiental dos assentamentos rurais que ocorrem em áreas secas, sem pastagens naturais e salinas e com carência de água para consumo humano e produtivo.

Corumbá conta com sete assentamentos rurais, majoritariamente criados na década de 1980 (tabela 2) e originados de terras desapropriadas do Grupo Chamma (Grupo minero-siderúrgico). Vale explicar que o assentamento Paiolzinho ocupou terras que ainda não haviam sido desapropriadas desse Grupo e que dividiam as terras do assentamento Tamarineiro II, que a partir de então passou a ser nominado Tamarineiro II Norte e Tamarineiro II Sul.

Tabela 2 - Assentamentos do município de Corumbá

Assentamentos	Criação	Hectares	Nº Famílias
Tamarineiro I	1984	3.812,1735	134
Urucum	1986	1.987,07	87
Mato Grande	1987	1.332	50
Taquaral	1989	10.426,85	394
Tamarineiro II	1995	10.621,0775	431
Paiolzinho	1996	1.196,7523	72
São Gabriel	2007	4.724,26	292

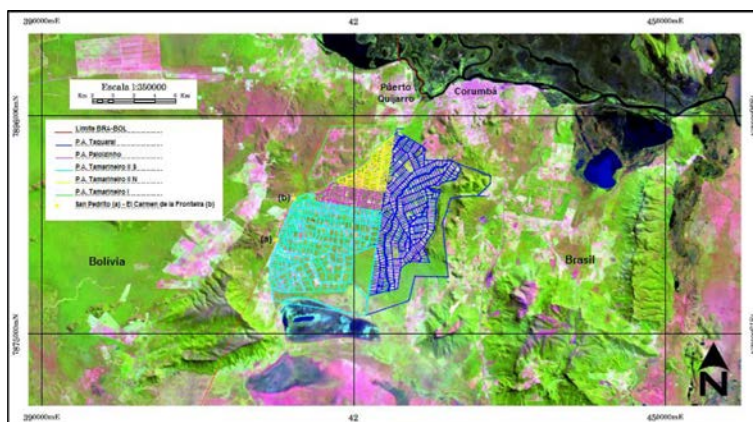
Fonte: INCRA/MS (2015). Adaptação: Conceição (2015).

Destes, quatro limitam-se diretamente com o Estado Plurinacional da Bolívia (Taquaral, Tamarineiro I e II e Paiolzinho). São assentamentos em contato com o limite internacional e, pela história de formação, possuem inúmeras relações de fronteira, como será demonstrado mais adiante. Por essa razão foram escolhidos para análise (Figura 1).

Nesses assentamentos a bovinocultura está presente em 85% das unidades de produção e destas, 62% trabalham com a bovinocultura leiteira. De acordo com Tomich (2007), 61% dos que trabalham com a bovinocultura leiteira indicam foco na comercialização, inclusive representando a principal atividade geradora de renda, com destaque para a venda leite *in natura* e do queijo.

Tomich (2007) identificou nos assentamentos rurais Taquaral, Tamarineiro II e Paiolzinho seis tipos de criação animal, na seguinte ordem de importância: bovinocultura, avicultura, equinocultura, suinocultura, caprinocultura, ovinocultura e apicultura.

Figura 1 - Assentamentos rurais brasileiros na linha de fronteira, em Corumbá-MS



Fonte: Sabatel; Costa (2013).

A agricultura é caracterizada por uma produção de pequena escala e diversificada (milho, mandioca, abóbora, feijão e hortícolas, entre outros), voltada para o consumo das famílias, com venda dos excedentes na cidade de Corumbá. A soma das duas atividades (agrícola e pecuária) responde por 78% da receita das unidades de produção (TOMICH, 2007).

2.1 O sistema de produção da pecuária bovina nos assentamentos rurais fronteiriços de Corumbá

O rebanho é caracterizado por animais mestiços, mesclando aptidão para leite e para carne. Destacam-se as raças girolanda, nelore, pardo suíço, jérsei, caracu e holandês (TOMICH, 2007). A origem genética é marcada pelo cruzamento entre as raças, como reflexo da indefinição de uma especialização produtiva.

A monta natural é o método de reprodução bovina utilizada em quase todas as propriedades. Os touros são selecionados segundo critérios de cada camponês e muitos são adquiridos a partir da genética da mãe. Ou seja, quando algum camponês do assentamento possui vacas com boa produção de leite, geralmente os machos são destinados para serem reprodutores.

A inseminação artificial não é uma prática muito comum entre os assentados, seja pela falta de conhecimentos ou pela falta de equipamentos. Recentemente a Secretaria de Produção Rural da Prefeitura Municipal de Corumbá esteve incentivando a inseminação artificial para os assentados. Juntamente com o SEBRAE disponibilizou o Programa Vaca Volante, com uma equipe técnica especializada para demonstração e capacitação. O Programa estava aberto para todos que tivessem interesse na melhoria genética do rebanho e aumentar a produtividade do leite e mesmo assim não atraiu o interesse dos camponeses. A recusa ao Programa teve diversos fatores, como se pode constatar nas conversas informais com os camponeses: a) receio em demandar um aporte enorme de recursos para implantar o programa; b) período de realização mui-

to curto (apenas 12 meses), considerado insuficiente por eles para realizar mudanças significativas no melhoramento do rebanho, e; c) incerteza de continuação do programa no ano seguinte.

Em relação às pastagens existem grandes dificuldades de manutenção da capacidade de pastejo em razão de espécies invasoras, tais como aromita (*Acacia farnesiana*), guanxuma (*Pavonia sidifolia*, *Piriqueta corumbensis* e *Turnera melochioides*), assa-peixe (*Vernonanthura brasiliiana*), olho de boi (*Talisia esculenta*), marmeleiro (*Croton sonderianus*). A principal causa da degradação das pastagens é o sistema de manejo do solo que privilegia excesso de animais, contribuindo para o aparecimento de espécies indesejadas e acelerando a ocorrência de erosão.

O controle das plantas invasoras é realizado através da roçada manual, com emprego de foice e motosserra (para o corte de arbustos mais grossos). Nos últimos anos o uso do trator com roçadeira está em ascensão, bem como o emprego de herbicidas após a realização da roçada, que acontece no inverno, quando a plantas invasoras tem poucas folhas e facilita seu controle.

Tomich (2007) identificou que as gramíneas mais cultivadas para o pastejo dos bovinos nos assentamentos são: *Brachiaria* spp. (67,4%); *Cynodon plectostachyus* (grama estrela, 54,7%); *Panicum maximum* (variedades Tanzânia, 26,4%), Colômbio (15,5%) e, por último as nativas (1,9%). Identificou-se, ainda, que no momento do pastejo o camponês não adota nenhum critério técnico (quantidade de volumoso/cabeças).

Empiricamente é comum encontrar grandes concentrações de bovinos em pequenas parcelas destinadas ao pastejo. Tal prática está associada ao quantitativo de piquetes existentes e ao desconhecimento da associação entre disponibilidade de pastagem e quantidade de animais, bem como dos dias de permanência num mesmo piquete.

O acesso a essas informações básicas permitiria controlar a infestação de parasitas apenas com técnicas de manejo bastante simples. Vale dizer que os ectoparasitas tem sua ocorrência eleva-

da no período de inverno, quando os animais ficam misturados e amplia a taxa de lotação por metro quadrado. A adoção do pastejo rotacionado, por exemplo, permitiria melhorar o aproveitamento da forragem pelos bovinos e controlar a incidência de carrapatos, diminuindo os custos com a pulverização.

A castração não é uma prática tão comum entre os camponeses assentados, pois no momento da venda não há nenhum diferencial de preço entre bovinos castrados e não castrados. Além disso, outro fator relevante que afugenta ainda mais a castração é o cuidado da pós-castração, quando o animal deve ser contido todos os dias para realizar a cura das bicheiras até sua cicatrização final.

A aplicação de vermífugo ou tratamento de carrapatos acontece em conformidade com a observação e julgamento do próprio camponês quanto ao grau de infestação (Figura 2). Para a aplicação de vermífugo se aproveita o calendário oficial da IAGRO, sendo que o município de Corumbá precisa participar de duas campanhas daquele órgão: uma que acontece entre os meses de abril e maio e a outra de novembro a dezembro. As equipes da IAGRO percorrem todos os assentamentos rurais e realizam a vacinação contra a febre aftosa. Antecipadamente, a equipe agenda o dia e a hora que irá realizar a vacinação e os camponeses fazem a contenção dos bovinos em curral com auxílio dos vizinhos. Para a realização dessa tarefa são organizados pequenos grupos, que se ajudam mutuamente, cada qual com sua própria organicidade. Normalmente, no mesmo dia realizam, também, a vacina contra a raiva e a vermifugação.

Vale destacar que esses assentamentos rurais estão em área de fronteira e desta forma os órgãos de defesa e controle sanitário tem um olhar mais vigilante para conservar o município e o Estado livre de febre aftosa. Nos últimos anos a IAGRO realizou sistematicamente a vacinação em todos os bovinos dos assentamentos rurais. A não vacinação implica em pesadas multas, pois o aparecimento de apenas um caso pode implicar no fechamento das exportações de carne para o mercado internacional. Impõe-se,

regionalmente, um mito de que a circulação de gado para a Bolívia levaria a um surto de febre aftosa.

Contraditoriamente a esse mito, pelo lado boliviano da fronteira, Gareca Vaca (2006) assegura que a ecorregião da Chiquitania (que é a mais próxima de Corumbá, Brasil), no departamento de Santa Cruz, registrou o último caso de febre aftosa no ano de 2002, em Chiquitos, e que a partir de maio de 2003 passou a ser reconhecida pela OIE (Organización Mundial de Sanidad Animal) como a primeira área boliviana livre de aftosa. O autor observa que a província Germán Busch (onde estão as seções municipais de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, que fazem limite com Corumbá, além de Carmen Rivero Torres) não registrou nenhum caso de aftosa desde o ano 2000. Em maio de 2015 a OIE declarou a Bolívia como área livre de febre aftosa (Informação na página da instituição: <http://www.oie.int/es>).

Figura 2 - Controle da infestação de carrapatos no assentamento Taquaral



Autor: Conceição (2015).

Atualmente está em vigor a obrigatoriedade da vacinação contra a brucelose em bezerras de 3 a 9 meses. O camponês que não realiza essa vacinação é impedido de comercializar os bovinos. Como a AGRAER não dispõe de veterinários em seu quadro de funcionários para fazer os laudos de vacinação, os camponeses

precisam contratar serviços de particulares. São necessários dois profissionais: a) um veterinário, que emite uma guia autorizando a compra da vacina e, posteriormente, o laudo de sua realização; b) um vacinador credenciado pela IAGRO. Com isso, a vacinação de brucelose está acrescentando um custo de 20 reais por animal para o camponês, dificultando, ainda mais sua permanência no campo.

No geral, os sistemas produtivos da pecuária bovina leiteira e de corte são similares, pois utilizam raças mistas e pouca inovação tecnológica. A tabela 3 ilustra que tanto num como noutro são utilizados os mesmos insumos principais. A diferença fica por conta da frequência de uso e das especificidades do tipo de criação.

Tabela 3 - Comparativo de insumos usados na pecuária bovina leiteira e de corte nos assentamentos rurais de Corumbá

Insumos/Equipamentos	Frequência de uso - Leite (D, SE, M, T, SM, A)	Frequência de uso - Corte (D, SE, M, T, SM, A)
Anti-diarréico	SM	SM
Anti-inflamatório	SE/M	SE/M
Carrapaticida	SE/M	M/T
Cicatrizante	SE	SE
Corda nylon	SM	SM
Repelente (mata bicheira)	SE/M	SE/M
Sal branco	D/SE	D/SE
Sal mineral	SE	SE
Vacina contra aftosa	SM	SM
Vacina contra brucelose	A	A
Vacina contra carbúnculo	SE	SE
Vacina contra raiva	SM	SM
Vermífugo	T	T
Alcool iodado	M	-
Balde de alumínio	T	-
Desmamador	A	-
Energia elétrica	D	-
Escova para mangueira	SM	-
Escova para mangueira curta	SM	-
Escova tipo manivela	SM	-
Filtro de leite	T	-
Insuflador	SM	-
Mangueira curta de vácuo	A	-
Mangueira de leite	SM	-
Mangueira dupla de vácuo	A	-
Óleo lubrificante	D	-
Papel toalha	D	-
Reagentes (testes das mamas)	D/SE	-
Sabão líquido	D	-
Tambor de plástico	A/indeterminado	-

Fonte: Organizado pelos autores (2020).

Nota: D = Dia, SE = Semanal, M = Mensal, T = Trimestral, SM = Semestral, A = Anual.

Como o sistema de criação é misto somente os equipamentos utilizados em propriedades que trabalham com ordenha mecânica é que se diferenciam das demais. A lida com um tipo ou outro depende da necessidade imediata da família camponesa e dos preços que estão sendo pagos pelo leite e derivados e pela carne. Gonçalves e Fabrini (2011) advertem que esse tipo de estratégia não garante que a atividade mais rentável se materialize em ganhos financeiros. A alimentação dos bovinos é incrementada em dois momentos: a) quando as vacas estão em período de lactação (uso leiteiro) e; b) quando estão prestes a serem comercializadas (venda para corte).

Tomich (2007) descreve que para minimizar os efeitos do inverno nas pastagens e na qualidade de seu valor nutricional, os camponeses vêm adotando medidas como o aluguel de pastagem de terceiros (19,8%). Essa prática é comum entre os camponeses com maiores rebanhos e que não possuem forrageira ou silagem. Muitos que não conseguem custear o aluguel levam seus efetivos para áreas públicas, como a baía do Jacadigo e o Parque Municipal Marina Gattas, que possuem pastagens nativas. A pesquisa de Tomich (2007) apontou que alguns camponeses se preparam para conviver com a seca cultivando cana-de-açúcar (12,4%), capim-elefante (2,8%) e milho (2,5%).

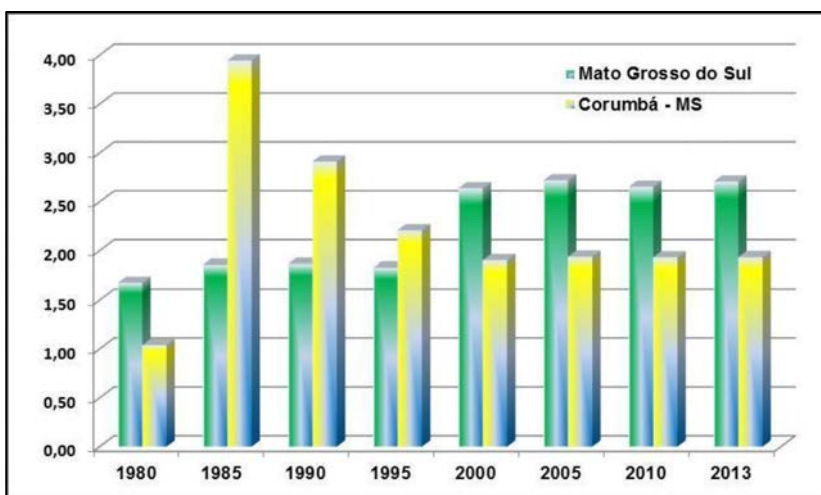
Tomich et al. (2004) já haviam constatado que alguns dos camponeses utilizam a rama e a parte aérea da mandioca para alimentação dos bovinos na seca. Acontece que o plantio da mandioca nas unidades produtivas não tem a finalidade de alimentar o gado no período de estiagem, que incide entre maio a outubro, mas sim de subsistência, com venda dos excedentes nas feiras livres (CURADO et al., 2003). Além das práticas citadas, outra cultura que está ganhando adesão, principalmente para suplementação do rebanho leiteiro no período de estiagem é o sorgo. Essa cultivar é plantada no final de dezembro, com ensilagem em meados de abril e começo de maio.

Durante os trabalhos de campo foi observada a circulação de

animais, sem nenhum controle, pastando ao longo do limite internacional, nas bordas da estrada Jacadigo. Não há relatos por partes dos camponeses brasileiros da prática do arrendamento de pastagens do lado boliviano, tampouco da livre circulação de animais para além dos limites internacionais. Pela proximidade geográfica e pelos relacionamentos sociais constituídos é possível que em alguns meses do ano, com a falta de pastagens do lado brasileiro, os camponeses busquem o arrendamento de pasto do lado boliviano para suprir essa necessidade. Este assunto é evitado pelos camponeses, por medo de represálias dos órgãos brasileiros de fiscalização agropecuária.

Os fatores climáticos interferem na produção de leite dos assentamentos rurais, provocando oscilação na produção. Na estação chuvosa, a média é de 5,5 litros/vaca/dia e na estação seca cai pela metade, chegando a 2,5 litros/vaca/dia (TOMICHI, 2007). Esses valores declarados, obtidos por Tomich (2007), nos assentamentos Taquaral, Mato Grande, Tamarineiro II e Paiolzinho são maiores que as médias de Corumbá e do estado de Mato Grosso do Sul (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Média diária de litros de leite por vaca ordenhada em Corumbá e em Mato Grosso do Sul: 1980-2013



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2015). Adaptação: Costa (2015).

Vale dizer que a produção de leite de Corumbá vem, em sua maioria, dos assentamentos rurais. Os dados demonstram uma queda produtiva do município, na contramão da dinâmica estadual de elevação da produção de leite/vaca, a partir dos anos 2000. Além dos fatores climáticos, como dito anteriormente, a qualidade genética do rebanho tem um papel destacado na baixa média produtiva das vacas. Soma-se a isso o sistema de manejo do rebanho com a quantidade disponível de pastagem.

3 Sistemas sociais de produção da pecuária bovina

O camponês é um trabalhador coletivo, cuja força de trabalho reside na família (CHAYANOV, 1974). Nos assentamentos rurais as tarefas são divididas a partir da composição familiar (sexo, idade) e do quantitativo delas. De fato, a atividade que garante a reprodução familiar é mais forte do que o interesse pessoal, ou seja, a decisão do que vai ser feito é definido pela família camponesa, não pelo indivíduo.

Fortemente influenciado pelas teorias de Alexander Chayanov, Tavares dos Santos (1978, p. 34) descreve o trabalho camponês da seguinte forma:

[...] não se realiza a separação do trabalho de cada membro. [...] desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo.

Chayanov (1978) aponta que a organização econômica da propriedade camponesa está relacionada a diversos fatores que implicam na busca da satisfação de suas necessidades, quais sejam: a influência do mercado, a extensão territorial que se utiliza para a produção e sua fertilidade natural, a quantidade de mão de obra dis-

ponível e as técnicas que serão empregadas no processo produtivo.

Para Chaianov (1978) não há uma diferenciação entre os diversos indivíduos que compõem/desempenham o processo produtivo. Isso é percebido nos assentamentos rurais, quando homens e mulheres (adultos e jovens) desempenham um papel na divisão familiar do trabalho.

Existem variadas rotinas de trabalho com o sistema da pecuária bovina nos assentamentos rurais de Corumbá. As famílias que trabalham com a produção de leite orientada para venda dos excedentes possuem uma rotina diferenciada daqueles que visam apenas a venda das unidades do seu rebanho – relatada a partir das observações de campo.

O camponês se levanta cedo, por volta das cinco horas, arruma as vasilhas e segue rumo ao curral. Lá chegando, amarra os bezerros na corda, retirando-o do cercado onde passou a noite preso longe da sua mãe. Depois, chama pelo nome da vaca que se dirige para as proximidades. Então, abre-se a porteira e a vaca entra e vai ao encontro do bezerro amarrado. Neste momento faz-se a contenção do animal com auxílio de uma corda, e em seguida o bezerro é solto para auxiliar na descida do leite, quando é contido novamente e amarrado próximo à dianteira do animal. Rapidamente se faz a lavagem das tetas, que é enxuta com papel toalha, e depois se coloca a ordenha mecânica para sugar o leite.

Após o término da ordenha as vacas são soltas em um piquete no entorno do curral para receber sal mineral à vontade. Aproximadamente uma hora após a ordenha, os bezerros com mais de quatro meses são retornados ao piquete próprio para que as vacas sejam levadas para a pastagem sem eles. Durante todo o dia as vacas permanecem na pastagem tendo acesso irrestrito à água, retornando ao final da tarde para apartar dos bezerros menores.

No caso da ordenha mecânica, os equipamentos são higienizados com utilização de água limpa e sabão neutro. As teteiras são lavadas primeiramente com água e sabão com esponja, e posteriormente água limpa junto ao pulsador. Semanalmente é efetuada

uma limpeza mais rigorosa dos equipamentos. Como é considerado um trabalho mais leve, normalmente fica como tarefa para os mais jovens ou mulheres.

A ordenha mecânica é pouco frequente nos assentamentos rurais. Dentre as razões destacam-se: o alto custo para aquisição dos equipamentos e para sua manutenção; a baixa produção leiteira; o mito da transmissão de mastite (doença) para o gado leiteiro, dentre outras. Assim, a maioria dos camponeses realiza a ordenha manual. A limpeza das tetas e do úbere é realizada com a utilização de água e geralmente não é enxugado, ou se enxuga com toalha de pano utilizando-as em todas as vacas. Na estação seca é comum não realizar a lavagem das tetas.

Enquanto o gado leiteiro está no pastejo, a família camponesa utiliza esse “tempo livre” para organizar a unidade de produção, seja na reforma de pastagens, na construção de cerca ou na própria agricultura (plantando, colhendo e realizando a venda dos produtos). Essa rotina é diferente no período de inverno, quando o agricultor precisa suplementar os bovinos com o uso da forrageira (cana-de-açúcar e *napier*) cultivada no durante o verão (estação de chuvas), já que as pastagens estão em menor disponibilidade e com baixa qualidade nutricional (Figura 3).

Figura 3 - Corte de cana para suplementação alimentar de bovinos no assentamento Taquaral, em Corumbá



Autor: Conceição (2019).

O gado criado na perspectiva de comercialização não demanda tempo diário igual à de leite. Nos assentamentos estudados, o mesmo gado que serve para leite serve para corte. O diferencial desta atividade é quando a vaca termina o seu período de lactação e inicia o período de solteira (vaca seca). Neste período, os animais são remetidos para outras pastagens para se juntarem às novilhas que estão prenhes, aos bezerros recém-desmamados e tourinhos que ainda não foram comercializados. Vale lembrar que essa prática acontece somente entre os camponeses que possuem mais de um sítio, ou que produz associado a filhos e parentes próximos.

Os animais selecionados para venda são: os bezerros, tourinhos, novilhas sem aptidão leiteira e vaca de descarte. Eles recebem, antes de irem para outro pasto, a vermifugação e a marcação a ferro quente que identifica o proprietário do animal. Nesse novo espaço é servido sal branco à vontade, tendo o acesso irrestrito à água.

Uma vez ao dia um membro da família camponesa vai até o pasto a fim de constatar a normalidade. O local de observação de todo o gado acontece geralmente no saleiro. São verificadas as condições da água, do pasto, das cercas e se existe vaca com sinais de início aos trabalhos de parto. Nessa condição, a vaca é conduzida para outro pasto, próximo da casa. Essa preocupação possui duas motivações: socorrer o animal em possível complicação no parto e evitar que após o nascimento o animal seja vítima de predadores como o gavião carcará e urubu que se alimentam dos restos da placenta e comem o cordão umbilical do bezerro, levando a morte.

No desenvolvimento das atividades de criação bovina, em especial na destinada ao uso comercial do leite, a participação feminina é de fundamental importância. Além de ajudarem no manejo do rebanho, cuidam da fabricação de derivados do leite, como queijos e doces. A participação das crianças está associada a tarefas mais leves, como separação dos bezerros. Ajudam no manejo das pastagens e no tratamento com ração para o gado quando não

estão no período de aula, bem como na produção dos derivados do leite. Essa condição foi identificada também por Gonçalves e Fabrini (2011), estudando o assentamento “16 de Maio”, no município de Ramilândia, no Oeste do Paraná. É uma das formas de socialização do trabalho camponês, equivalente ao caso dos produtores de vinho, descrito por Tavares dos Santos (1978).

Paulilo (1987, p. 79) lembra que trabalho leve “não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é ‘leve’ se pode ser realizado por mulheres e crianças”. A expressão faz referências às habilidades necessárias para sua execução.

O trabalho nas duas formas de criação é sazonal. Na estação seca (parte do outono, inverno e parte da primavera) o trabalho é mais intenso pela limitação da alimentação a pasto (as gramíneas ficam secas). Assim, a família camponesa precisa lançar mão das forrageiras para suprir as carências nutritivas do rebanho. Normalmente são utilizadas cana de açúcar (apesar do baixo valor nutricional reconhecido pelos camponeses), única reserva de baixo custo que eles podem oferecer como volumoso nesse período. No período das chuvas (verão), as atividades diárias na bovinocultura são diminuídas. É tido como momento de “calmaria”, quando os camponeses aproveitam para desempenhar outras atividades como o plantio das roças. O sábado à tarde e o domingo passam a ser destinados ao descanso. Em contrapartida, aqueles que se dedicam à produção de leite para venda trabalham inclusive aos domingos, quando realizam a ordenha, fornecem volumoso já cortado no dia anterior e apartam os bezerros ao meio-dia, para terem o final da tarde livre.

A solidariedade já esteve mais presente entre os assentados. Ainda assim, quando um agricultor tem problemas de saúde, seus vizinhos se mobilizam para angariar fundos (com recebimento de prendas para realizar bingos) a fim de ajudar em seu tratamento. É comum o camponês oferecer produtos do seu quintal ou de sua

roça como presentes aos visitantes. São práticas de socialização e de partilha do que o outro não tem. Essa prática tem diminuído especialmente em razão dos cursos de capacitação oferecidos pelo SENAR e SEBRAE, quando a propriedade é apresentada como um negócio.

Nos primórdios dos assentamentos rurais em Corumbá, o mutirão era prática comum entre os camponeses. Também era corriqueira a troca de dias de trabalho para a realização de tarefas como: construção de cerca, quebra de milho, roçada de pasto entre outros. As práticas de ajuda mútua são próprias das famílias camponesas (TAVARES DOS SANTOS, 1978). Atualmente os mutirões são práticas isoladas para construção de igrejas, conserto da rede de abastecimento de água e na vacinação do gado na campanha da IAGRO. Todos provocados por agentes territoriais externos aos assentamentos rurais.

Como a atividade agropecuária é sazonal, vários camponeses buscam em algum período do ano atividades acessórias para complementar a renda. Neste sentido realizam trabalhos como pedreiros e carpinteiros na construção de currais e como diaristas nas fazendas.

Apesar de competir, de certa forma com a disponibilidade de braços para trabalhar com o gado bovino, pois temporariamente afasta os jovens da lida no campo, as escolas desempenham importante papel na formação educacional dos jovens rurais. A Secretaria Municipal de Educação tem direcionado os conteúdos teóricos, com a vivência do dia a dia dos alunos. Além dos conteúdos da grade escolar, as escolas do campo desenvolvem projetos pedagógicos que estimulam a produção agropecuária. A horta escolar com os princípios agroecológicos é trabalhada como ferramenta de ensino e aprendizagem no intuito de despertar a lógica do cuidado com o ambiente.

A maioria das escolas dos assentamentos oferece apenas o ensino fundamental. Recentemente entrou em funcionamento uma extensão de ensino médio nas dependências da escola municipal

do assentamento Paiolzinho, no período matutino e noturno.

A diminuição da força de trabalho para a pecuária é ainda maior no assentamento Taquaral e no Tamarineiro I, onde funcionam as escolas em tempo integral, nas quais as crianças permanecem o dia todo na escola. Se por um lado esse sistema educacional garante alimentação saudável diariamente aos jovens rurais, a ausência deles da família limita a socialização camponesa e reduz a força de trabalho familiar, conforme tratada por Tavares dos Santos (1978). Estudando a colônia de São Pedro, na serra gaúcha, o autor descreve que os filhos aprendem, desde cedo, a profissão dos pais, alternando os estudos com a lida no campo. Na sociedade camponesa não existe a passagem da fase de criança para adolescente. Vai diretamente da infância para a idade adulta no momento que desempenha tarefas próprias dos adultos com a mesma desenvoltura. Dessa forma são aceitos como parceiros de jogos e em rodas de conversa de adultos. Esse tipo de escola na zona rural pode estar rompendo com esse importante elemento da cultura camponesa e afastando os novos jovens rurais do cotidiano laboral de sua família.

A formação educacional desses jovens representa possibilidades importantes de conhecimento de novas técnicas de produção no campo e uma alternativa para o caso da expulsão do meio rural, que pode ser resultante do simples aumento dos membros da família.

4 Comercialização da produção bovina

Conforme demonstrado, nos assentamentos rurais de Corumbá a bovinocultura não tem uma definição produtiva. O rebanho é criado e utilizado tanto para a produção de leite quanto de carne para o autoconsumo familiar, com venda dos excedentes que, muitas vezes, se configura na única fonte de renda dos camponeses.

O principal canal de comercialização do leite é a venda *in natura* de porta em porta e nas feiras livres de Corumbá e Ladário, onde também é vendida a fabricação artesanal de queijos e doces. Alguns camponeses comercializam esses produtos em seu próprio sítio e outros, que possuem pequenas quantidades que inviabilizam os deslocamentos para as cidades, vendem para os que vão às feiras.

A venda do leite de porta em porta, geralmente é realizada pelo esposo ou pelos filhos mais velhos, utilizando baldes de alumínio, saquinhos de plástico de um litro, ou garrafas pet reaproveitadas. Os deslocamentos são realizados de inúmeras formas: ônibus, bicicletas, motos, carroças, automóveis e até mesmo a pé. A venda nas feiras livres geralmente é realizada pelas esposas (ME-NEGAT, 2009), que utilizam transporte público que acontece diariamente (três vezes ao dia), carroças ou carros próprios. Os filhos mais jovens ajudam no transporte dos produtos.

A venda de leite *in natura* sempre ocorreu em Corumbá, mesmo quando estava em operação o único laticínio do município. Construído em 1998, com recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), tinha capacidade de processar dez mil litros de leite/dia. Esta unidade de beneficiamento de produtos lácteos funcionava como uma cooperativa constituída por camponeses dos assentamentos rurais. A cooperativa coletou e beneficiou leite tipo C por um longo período. A má administração fez com que a cooperativa contraísse dívidas, levando ao sucateamento dos bens dos cooperados e ao não pagamento dos fornecedores de leite, no caso os próprios camponeses. A prefeitura tentou intervir para contornar a situação, sem lograr êxito, em parte pelos preços pagos e pela desconfiança dos camponeses. Conforme destacou Tomich (2007, p. 96):

O preço baixo do leite pago pela cooperativa; a exigência de manutenção de quantidade mínima de fornecimento de leite ao longo de um ano; as dificuldades de transporte do produto, devido às condições precárias das estradas de aces-

so às parcelas, sobretudo na época das águas, época essa em que a produção de leite é maior; bem como a necessidade de começar a ordenha muito cedo, uma vez que a grande distância a ser percorrida pelo caminhão de leite obriga a essa prática a fim de cumprir o horário máximo estabelecido para a chegada do leite na usina de beneficiamento.

A produção de leite é reconhecida pela Secretaria de Produção Rural como uma das alternativas mais viáveis para independência financeira dos assentados. Existe mercado consumidor sem intermediários, como a venda direta para o governo, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para cozinhas industriais. Caso o leite seja colocado dentre os itens da merenda escolar, considerando o consumo de 200 ml por aluno, haverá uma real necessidade de mais de 5 mil litros por dia.

Atualmente existem apenas cinco produtores tecnificados em termos de produção leiteira nos assentamentos rurais de Corumbá. Tomich (2007) e dados da Secretaria de Produção Rural confirmam que a imensa maioria produz apenas para consumo familiar e de outros pequenos animais. Mesmo assim, a pecuária de leite é fundamental na vida camponesa, contribuindo de forma decisiva para sua permanência no campo.

A comercialização dos animais de descarte e necessários para reprodução da família camponesa ocorre nos momentos em que se precisa de dinheiro para enfrentamento de alguma dificuldade. O gado é vendido para outro camponês do próprio assentamento ou para o frigorífico localizado no município. Os animais destinados para cria, recria e engorda, na maioria das vezes são levados para confinamentos em outros municípios do Estado.

Assim, a pecuária funciona como uma espécie de porto seguro para a sobrevivência camponesa e na composição de sua renda. Como não existe uma definição da função produtiva do rebanho, se para leite ou para corte, importa mais a quantidade que a qualidade. Por isso, a demora excessiva para descarte e a consequente pressão

sobre as pastagens. Quando ocorre algum caso de sinistro na família, o rebanho bovino serve como moeda disponível – uma espécie de poupança. Vendem-se algumas cabeças para pagar as necessidades.

5 Considerações finais

Os sistemas de produção da bovinocultura nos assentamentos rurais de Corumbá são mistos. Não existem investimentos significativos na pecuária leiteira, apesar do leite figurar como a principal renda mensal da maioria dos lotes. Essa condição de aproveitamento de oportunidades, mediada pelas necessidades momentâneas da família camponesa, inibe o planejamento para o melhoramento genético do rebanho. Disso depreende técnicas de manejo equivocadas que privilegiam a quantidade em detrimento da qualidade. Mantém-se um elevado plantel de machos que elevam os esforços de mão de obra e de recursos para alimentação, especialmente na época das secas.

Nos assentamentos rurais dessa fronteira, os sistemas de criação bovina estão num ambiente de elevadas temperaturas médias anuais e prolongada estação de seca. Esses elementos naturais configuram-se como reais entraves produtivos, aliados à limitação de assistência técnica e descontinuidade das políticas públicas de apoio aos camponeses. Acrescenta-se, como agravante, a falta de preparação para enfrentamento das estiagens prolongadas, que amplia os riscos de prejuízos para os camponeses.

Referências

ABREU, Urbano Gomes Pinto de; SANTOS, Sandra Aparecida. Produção e conservação: entraves e oportunidades rumo à sustentabilidade. O caso do Pantanal. Simpósio de Produção de Gado de Corte, 7. **Anais...** Viçosa: Universidade de Viçosa, p.97-120, 2010.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CURADO, F.F., SANTOS, C.S.S., SILVA, S.Q. **Pré-diagnóstico participativo de agroecossistemas dos assentamentos Paiolzinho e Tamarineiro II**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. 35 p.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910)**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FONSECA, V.O. et al. Potencial reprodutivo de touros da raça Nelore (*Bos taurus indicus*) acasalados com elevado número de vacas. **Arq. Bras. Vet. Zoot.**, v. 49, p. 53-62, 1997.

FREITAS NETO, M. D. et al. Desempenho de bovinos machos de origem leiteira submetidos a diferentes estratégias alimentares na recria e terminação. **Semina. Ciências Agrárias** (Impresso), v. 35, p. 2117-2128, 2014.

GALVANI, Fábio. **Desempenho reprodutivo de touros de alta libido da raça Nelore**. Viçosa: Departamento de Veterinária-UFV, 1998. 69 f. (Dissertação de Mestrado em Medicina Veterinária). Viçosa: Departamento de Veterinária-UFV, 1998.

GARECA VACA, Daniel Rodney. **Formas de producción pecuaria y análisis del tránsito bovino en el departamento de Santa Cruz**. 2006. 71 f. (Tesis de Grado presentada para obtener el título de médico veterinario zootecnista). Santa Cruz de la Sierra, Bolivia: UAGRM, 2006.

GONÇALVES, Leandro Daneluz; FABRINI, João Edmilson. A divisão camponesa do trabalho no assentamento “16 de Maio” - Ramilândia/PR. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 12, p. 246-263, ago., 2011.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS**. Dourados: Editora UFGD; Editora da UEMS, 2009.

NOGUEIRA, Albana Xavier. **O que é Pantanal**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-79, jan-fev., 1987.

SILVA, João dos Santos Vila da. **Zoneamento ambiental**: borda oeste do Pantanal: Maciço do Urucum e adjacências. Corumbá-MS: Embrapa Pantanal, 2000.

SOUTELLO, Ricardo V. G. de *et al.* Idade ao abate de bovinos em frigorífico no município de Andradina-SP. **Ciê. Agr. Saúde**. FEA, Andradina, v. 3, n. 1, p. 11-18, jan-jun, 2003.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Os colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

TOMICH, Renata Graça Pinto. **Processo saúde-doença de bovinos em rebanhos de assentamentos rurais do município de Corumbá, MS**. 2007. Tese. (Microbiologia) - Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: ICB/UFMG, 2007.

TOMICH, T.R., TOMICH, R.G.P., PELLEGRIN, A. O. *et al.* Sistemas produtivos de assentamentos rurais do Município de Corumbá, MS. In: Simpósio sobre recursos naturais e socioeconômicos do Pantanal. **Anais...** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004. (CD-Rom).

13. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA: AMAZÔNIA, CIDADES GÊMEAS, INFRAESTRUTURA E GARIMPO

Camilo Pereira Carneiro

Universidade Federal de Goiás
camilo.pereira@ufg.br

Murillo Galdino

Universidade Federal de Goiás
murillo.galdino@discente.ufg.br

Osman Neto

Universidade Federal de Goiás
dacosta@discente.ufg.br

1 Introdução

A fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana (nome oficial da antiga Guiana Britânica após a independência, em 1966) configura uma das mais isoladas díades de toda a faixa de fronteira brasileira. Em meio ao contexto de isolamento, marcado pela presença da floresta Amazônica e pela precariedade das infraestruturas de comunicação, transportes e energia, o estado de Roraima possui um papel crucial nas relações entre os dois países, já que apesar de a Guiana também compartilhar fronteira com o estado do Pará, não existem cidades gêmeas neste trecho fronteiriço, nem rodovias conectando os dois territórios.

Também cabe ressaltar o fato de que dentre as 27 unidades da federação (26 estados e o Distrito Federal), Roraima é a que possui a menor população, com seus estimados 636.303 habitantes (IBGE, 2022) distribuídos em um território de 223.644,530

km². Em relação à hidrografia desta porção da Amazônia setentrional, o rio Branco atravessa o estado de Roraima de norte a sul, drenando quase todo o território. Seus dois principais afluentes são o Uraricoera e o Tacutu. Este último compõe, junto com o rio Maú, grande parte do limite internacional entre Brasil e Guiana (FERNANDES NETO, 2006).

Em anos recentes, a fronteira em análise vem sendo impactada pelas dificuldades de gestão do território de Roraima, que perpassam questões ambientais e sociais, já que a maior parte do estado abriga terras indígenas e parques nacionais já demarcados. Apesar da baixa densidade demográfica, frentes de ocupação voltadas ao extrativismo vegetal e mineral (garimpo de ouro, sobretudo), têm invadido áreas dos parques nacionais e de terras indígenas, resultando na contaminação por mercúrio de inúmeros cursos d'água, desmatamento, conflitos fundiários, etc. Os povos indígenas são as principais vítimas das invasões de garimpeiros clandestinos, que resultam na proliferação de doenças, no aumento do número de homicídios e dos casos de estupros, bem como da fome e da desnutrição nas aldeias.

Fernandes Neto (2006) destaca que o isolamento do estado em relação ao restante do território nacional e sua posição geográfica seriam fatores potencializadores das conexões entre Roraima e o Caribe. Nesse sentido, a BR-174, que atravessa o estado de norte a sul, compõe a conexão entre Manaus e o litoral venezuelano, configurando a única rodovia entre o Brasil e o Caribe. Não obstante, ao longo da história isso não tem sido suficiente para a promoção de uma ocupação mais intensa do território estadual e nem tem garantido um intercâmbio comercial mais significativo com os países vizinhos. Roraima está conectada à Guiana pela BR-401 e pela ponte internacional sobre o rio Tacutu, inaugurada em 2009. No entanto, no lado guianense, a falta de pavimentação da rodovia Rupununi, a ausência de ponte sobre o rio Essequibo, no centro do país, e o precário serviço de balsas sobre este rio fazem com que a viagem entre a capital Georgetown e Lethem, na fron-

teira com o Brasil, seja uma verdadeira aventura.

Face à escassa presença da fronteira Brasil-Guiana na mídia brasileira e ao grande desconhecimento em relação a esta porção do subcontinente sul-americano, o presente trabalho objetiva trazer uma análise de diferentes aspectos da zona de fronteira entre os dois países a partir da ótica da Geografia Política. Dessa forma, o texto apresenta inicialmente um breve histórico da Guiana e resalta os momentos mais relevantes da relação do país com o Brasil, desde a resolução da Questão do Pirara (1904) até o ano de 2023. Na sequência, o trabalho expõe a problemática dos garimpeiros brasileiros na República Cooperativa da Guiana. Por fim, são elencadas as principais iniciativas de infraestrutura na fronteira entre os dois países, enfocando os projetos da IIRSA-COSIPLAN⁵⁴. No tocante à metodologia, o trabalho configura uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica e documental, sob a ótica da Geografia Política, enriquecida com cartografia temática elaborada com o *software* ArcMap.

2 Breve histórico da Guiana

As origens da República Cooperativa da Guiana remontam à colonização neerlandesa. Na virada do século XV para o XVI, os habitantes do território que hoje corresponde à República Cooperativa da Guiana dividiam-se em dois grupos: aruaques e caráibas. Os primeiros viviam ao longo do litoral marítimo, enquanto os segundos habitavam áreas do interior. Herança dos povos pré-colombianos, o nome Guiana significa “terra de muitas águas” em língua aruaque. Denominação escolhida em razão da grande quantidade de corpos d’água existentes na região (OTERO, 2006).

A primeira construção europeia na região foi um forte erguido por neerlandeses no ano de 1616. A partir de então, a região mais

54. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é o foro técnico do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

próxima ao litoral passou a ser colonizada pela Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie* - VOC), que fundou três colônias: Essequibo (1616), Berbice (1627) e Demerara (1745). As colônias foram batizadas em função dos nomes dos rios que delimitavam-nas e eram administradas sob o sistema de *plantation*, sendo voltadas à produção de açúcar com base no trabalho de escravos africanos e controladas pela VOC (SELLIER, 2013).

Em 1792 as colônias passaram ao controle da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos (1581-1795) e posteriormente à República Batava (1795-1806). Entre 1796 e 1802 as três colônias foram ocupadas pelo Reino Unido, que após uma breve retirada, retomou o controle do território a partir de 1803. A consolidação do domínio britânico ocorreu após a assinatura do Tratado Anglo-Neerlandês (firmado em 1814)⁵⁵ (SELLIER, 2013). O referido tratado materializou a hegemonia britânica e consolidou o país como a maior potência colonial daquele século (SANTOS; CARNEIRO, 2018).

No ano de 1831, a administração colonial unificou os territórios de Berbice, Demerara e Essequibo e a nova unidade política recebeu o nome de Guiana Britânica. Não obstante, mesmo com a transferência do controle neerlandês para o britânico, uma pequena elite de fazendeiros europeus permaneceu no poder. Quando o Parlamento Britânico extinguiu a escravidão nas colônias do Caribe e na Guiana entre 1833 e 1838, quase todos os ex-escravos afrodescendentes abandonaram as *plantations*, que passaram a contar com o trabalho de indianos⁵⁶ que começaram a chegar à colônia por meio de contratos de servidão, prática que vigorou entre 1838 e 1917.

A economia açucareira do passado, com base no trabalho es-

55. Assinado na esteira das Guerras Napoleônicas (1803-1815), o referido tratado, também conhecido por Convenção de Londres, redefiniu a posse de alguns territórios coloniais britânicos e neerlandeses na África, na América e na Ásia.

56. O domínio colonial do Império Britânico na Índia ocorreu de 1858 a 1947, embora a efetiva presença britânica no subcontinente indiano date de 1601, com a chegada do primeiro navio da Companhia Britânica das Índias Orientais.

cravo de africanos e posteriormente no trabalho servil de indianos, reflete na composição demográfica contemporânea da Guiana. Segundo os dados oficiais, em 2023 a população da Guiana foi estimada em 791.739 habitantes, sendo que, deste total, 39,8% são descendentes de indianos, 29,3% são afrodescendentes, 19,9% são mestiços, enquanto os ameríndios são 10,5% (ESTADOS UNIDOS, 2023). Já a população de brasileiros e seus descendentes, grande parte ligada à atividade garimpeira, é estimada em 15 mil pessoas, muitas das quais em situação irregular na Guiana (BRASIL, 2017).

3 As interações entre Brasil e Guiana

Durante as décadas de 1830 e 1840, o geógrafo e explorador germânico naturalizado britânico Robert Herman Schomburgk (1804-1865), a serviço do *Royal Geographical Society*, fez viagens no interior da colônia e manifestou dúvidas acerca dos limites territoriais com o Brasil. Suas incursões ocasionaram uma disputa de soberania entre o Brasil e o Reino Unido a partir de 1838, que envolvia uma região fronteira denominada Pirara. A disputa foi solucionada em 1904, após a decisão arbitral do rei italiano Vittorio Emanuele III di Savoia (ARAÚJO, 1999). A sentença foi favorável aos britânicos, sendo considerada a maior derrota da diplomacia brasileira na história das disputas de fronteira. O rei italiano dividiu o território disputado em duas partes, ficando o Reino Unido com 60% (19.600 km²) da área e o Brasil com 40% (15.500 km²). Os britânicos obtiveram mais do que haviam proposto e os limites da Guiana foram estendidos aos rios Tacutu e Maú, pertencentes à Bacia Amazônica (GOES FILHO 2013).

Fato curioso é que a sentença afirmava que nenhum dos dois países detinha posse efetiva da área reclamada e hoje, no século XXI, a região do Pirara continua sendo um território marcado por uma baixa densidade demográfica, pela ausência de cidades e por uma rede viária precária e diminuta (Figura 1).

Figura 1 - Rodovia Rupununi, nas proximidades da região do Pirara (Guiana)



Fonte: Camilo Pereira Carneiro (2013).

Para além da Questão do Pirara, a Guiana ainda possui áreas que são objeto de disputas territoriais em suas fronteiras com a Venezuela (cujas reivindicações sobre a Guiana Essequibo iniciaram em 1819) e o Suriname (as reivindicações sobre a região de Tigri remontam 1840, quando o país ainda era uma colônia neerlandesa).

Atualmente, a fronteira Brasil-Guiana (Figura 2) se estende por 1.605 quilômetros, atravessando áreas de floresta equatorial e também de campos lavrados (também denominados savanas). Existe apenas um par de cidades gêmeas entre os dois países, composto por Lethem (Guiana), que possui 1.702 habitantes (GUIANA 2023), e Bonfim (Brasil), com população de 13.897 indivíduos (IBGE, 2022).

A Guiana alcançou a independência em 1966, dois anos depois, em 1968 estabeleceu relações bilaterais e um acordo cultural com o Brasil. No entanto, os laços do país com o antigo colonizador e com as unidades políticas do Caribe resultaram em um afastamento em relação ao Brasil. Já independente, a Guiana não deixou de fazer parte da *Commonwealth*, associação política composta atualmente por 56 países, sendo a grande maioria ex-colônia do Império Britânico. O país também é membro e abriga a sede

do CARICOM (*Caribbean Community*), bloco de cooperação política e econômica fundado em 1973, que hoje reúne 14 Estados soberanos e 6 territórios britânicos do Caribe.

As relações entre Brasil e Guiana passaram a ser aprofundadas a partir da década de 1990, com a migração de brasileiros, sobretudo de trabalhadores do garimpo, para aquele país. Essa migração estava associada à Constituição Federal de 1988 e aos desdobramentos das restrições ao garimpo em território brasileiro desde então. No que tange às relações bilaterais e multilaterais, em 1995 Brasil e Guiana fundaram, juntamente com outros seis Estados da região amazônica, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). No entanto, a primeira ponte entre os dois países só viria a ser inaugurada em 2009, no âmbito da IIRSA-COSIPLAN e da política externa brasileira “ativa e ativa”, que privilegiava a integração com os países vizinhos. Isso fez com que em 2012 a Guiana passasse a integrar o MERCOSUL na condição de Estado associado (BRASIL, 2023).

Figura 2 - Fronteira Brasil-Guiana: cidades gêmeas e territórios envolvidos em disputas



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

É importante ressaltar que a deficiente infraestrutura de conexão e o fato de ambos pertencerem à periferia do sistema internacional geram impactos nas interações econômicas entre Brasil e Guiana. Suas pautas de exportação são compostas, em grande medida, por produtos primários destinados aos países centrais. Os principais produtos exportados pela Guiana são: petróleo cru (39,1%), ouro (22%) e arroz (9,03%), sendo que os principais destinos dessas exportações são EUA (26,2%), Canadá (13%) e Trinidad e Tobago (9,45%). O Brasil é o destino de apenas 0,68% das exportações guianenses. Por sua vez, as importações da Guiana são provenientes de países como EUA (25,4%), Portugal (15,6%), China (10,4%) e Trinidad e Tobago (10,4%), sendo o Brasil a origem de somente 1,75% das importações do país (OEC, 2021). Em números totais, o intercâmbio comercial entre os dois países foi de US\$ 58 milhões em 2020 e subiu para US\$ 118,6 milhões no ano de 2021 (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

É importante lembrar que as exportações de petróleo da Guiana cresceram 164% entre 2021 e 2022 devido ao aumento da demanda das refinarias da Europa, impossibilitadas de receber o petróleo russo - reflexos da geopolítica por trás da guerra na Ucrânia. Desde 2019, um consórcio liderado pela petrolífera estadunidense Exxon Mobil passou a extrair e vender o petróleo guianense. Em 2022, a Guiana exportou uma média de 266 mil barris por dia, obtendo uma receita de US\$ 1,1 bilhão. Nos últimos anos, novos clientes têm demonstrado interesse nos dois tipos de petróleo da Guiana, que já exportou mais de 6 milhões de barris ao Brasil (PARRAGA; MARKS, 2023).

Em maio de 2022, os presidentes de Brasil e Guiana se reuniram em Georgetown e assinaram acordos de cooperação em assistência jurídica mútua em assuntos penais e civis. Além disso, os chefes de Estado abordaram temas como infraestrutura, cooperação em defesa e segurança, comércio e energia. Não obstante, o pano de fundo da reunião era o interesse de empresas brasileiras no petróleo da Guiana (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

4 O garimpo no Escudo das Guianas

Na Guiana, os primeiros registros da atividade garimpeira datam de 1890. Já no outro lado da fronteira, no território que hoje corresponde ao estado de Roraima, o garimpo começou a se desenvolver de forma mais significativa a partir de 1917, quando surgiram os primeiros sítios de mineração, localizados nos rios Cotingo e Maú, ao norte do município de Boa Vista. Fato que merece destaque é que ainda que o ciclo da borracha não tenha alcançado o território roraimense, a intensificação da atividade garimpeira foi influenciada pelo fim de sua fase áurea. A decadência da economia da borracha, na segunda década do século XX, fez com que um grande contingente de migrantes que havia chegado na região Norte para trabalhar nos seringais se deslocasse para áreas de garimpo (BARROS, 1995).

O segundo momento de grande impulsão da atividade garimpeira em Roraima ocorreu no final da década de 1980, em áreas localizadas dentro de terras indígenas, nas proximidades da fronteira com a Venezuela. Contudo, a intensificação das ações da Polícia Federal no combate ao garimpo ilegal após a demarcação da Terra Indígena Yanomami, no ano de 1992, inviabilizou a atuação dos garimpeiros, que rumaram para a fronteira Brasil-Guiana, passando a explorar áreas que viriam a ser inseridas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que só seria demarcada e homologada em 2005 (FERNANDES NETO, 2006).

No entender de Corbin (2007), a imigração brasileira na Guiana consiste em uma estratégia de sobrevivência baseada em um sistema que funciona em rede, com uma rota pré-definida. Nesse sentido, o referido autor afirma que 98% dos brasileiros que imigraram para o território guianense cruzaram a fronteira pelas cidades gêmeas de Bonfim e Lethem. Em relação às atividades laborais desempenhadas pela comunidade brasileira na Guiana, o garimpo, no caso dos homens, e o trabalho sexual, no caso das mulheres, configuram as principais ocupações.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil estima que existam cerca de 15.800 brasileiros vivendo na República Cooperativa da Guiana (BRASIL, 2020). Todavia, não existe um consenso sobre o número exato de brasileiros (entre naturalizados e não naturalizados guianenses) residindo naquele país. O instituto espanhol Datos Macro, por exemplo, estima a população brasileira na Guiana em 2.178 indivíduos (DATOS MACRO, 2019).

Em relação aos itinerários, os garimpeiros brasileiros que vivem e trabalham nos países do Escudo das Guianas, sobretudo Guiana, Suriname e França (Guiana Francesa), articulam diferentes infraestruturas, que podem ser tanto implementadas pelos Estados nacionais como estabelecidas pelos próprios garimpeiros de forma espontânea. Os caminhos percorridos até os sítios de garimpo nos países do Escudo das Guianas têm como pontos de partida no Brasil as cidades de Boa Vista, Belém e Macapá. Na complexa malha de itinerários algumas localidades são estratégicas, casos de Bonfim e Oiapoque, no Brasil, e de Georgetown (bairro de Bourda), Moleson Creek e Corriverton, na Guiana. Além disso, a comunidade brasileira também conta com pontos de apoio em localidades como Saint-Laurent-du-Maroni, Saint-Georges-de-l'Oyapock e Maripasoula, na Guiana Francesa, bem como Albina, Benzdorp, Nieuw Nickerie e Paramaribo (bairro de Belenzinho, também conhecido como *Klein Belém*), no Suriname (OLIVEIRA, 2013).

Nos últimos anos, sobretudo ao longo do governo Bolsonaro (2019-2022), o fluxo de garimpeiros na Amazônia Setentrional passou a se dirigir a áreas indígenas localizadas nas proximidades das fronteiras do Brasil com Venezuela e Guiana, casos da Terra Indígena Yanomami e da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, ambas em Roraima. Essa presença ilegal tem resultado em assassinatos de indígenas, no crescimento dos casos de estupro, na disseminação de doenças, no aumento do desmatamento e na contaminação de águas e dos solos por mercúrio. Nesse sentido, em julho de 2022, entidades indigenistas e socioambientais denunciaram

na Câmara dos Deputados, em Brasília, que o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (realizado por uma massa de trabalhadores indígenas e não indígenas precarizados e superexplorados) gerou uma tragédia humanitária. Os garimpeiros são acusados de violência sexual contra mulheres e crianças indígenas, ameaças de morte, além da desestruturação dos postos de saúde. A presença dos garimpeiros também vem sendo relacionada ao aumento do alcoolismo entre os jovens indígenas, bem como à infiltração de organizações criminosas (como o PCC) e do narcotráfico na região (BRASIL, 2022).

4.1 Os Impactos do garimpo nas terras indígenas em Roraima

Os povos indígenas que habitam a fronteira Brasil-Guiana sofrem os impactos da presença do garimpo em suas terras. Nesse sentido, é importante ressaltar que o estado de Roraima abriga duas grandes terras indígenas na fronteira: a Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a Terra Indígena Yanomami. Localizada na fronteira com a Guiana, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, onde vivem cinco povos, que totalizam 25 mil pessoas distribuídas em 209 comunidades, testemunhou o crescimento do garimpo ilegal, que dobrou entre 2020 e 2021, sendo que o Conselho Indígena de Roraima (CIR) estimou naquele ano a presença de 4 mil garimpeiros (VIDON, 2021).

Entre 2018 e 2022, o governo federal e o governo de Roraima começaram a incentivar a invasão de terras indígenas por meio de discursos e projetos de lei. Os povos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e de outras terras indígenas de Roraima passaram a sofrer ataques por parte do governador Antonio Denarium (PP), que chegou a propor a Lei 1.453/2021, liberando atividades de lavra garimpeira no estado, com uso de mercúrio. Face aos riscos à saúde pública e ao meio ambiente, uma vez que o mercúrio é uma substância altamente tóxica, o partido Rede Sustentabilidade ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, obtendo a suspensão da referida lei (CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA, 2021).

Por sua vez, o governo Bolsonaro, na tentativa de emplacar seu projeto de mineração em terras indígenas, fez uma aliança com a Sociedade de Defesa dos Índios de Roraima (SODIURR), grupo que havia apoiado os arrozeiros brancos durante a disputa jurídica que resultou na expulsão desses últimos após a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2005. A ideia era confrontar o Conselho Indigenista de Roraima (CIR), que conta com o apoio de 72% das 342 comunidades indígenas do estado e defende um modo sustentável e tradicional de uso dos recursos naturais (AGÊNCIA PÚBLICA, 2020).

As condições de vida dos povos indígenas de Roraima têm sido cada vez mais difíceis em virtude do avanço da atividade garimpeira. Dificuldades que são materializadas no cotidiano de povos como os Yanomami⁵⁷, habitantes da Floresta Amazônica que vivem em uma área de 192 mil km² que abrange os dois lados da fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Estimados em 35 mil indivíduos, configuram uma sociedade composta por caçadores-agricultores, sendo que seu contato com brasileiros provenientes de outras partes do território nacional é relativamente recente. A população Yanomami em território brasileiro totalizava 19.338 pessoas no ano de 2011, reunidas em 228 comunidades, em área de 96.650 km² (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2019).

Apesar da grande importância desse povo para a preservação e proteção da floresta e da biodiversidade, a falta de assistência do governo federal nas mais diversas áreas reflete nos baixos índices de saúde e educação dos Yanomami. Para agravar o cenário, o avanço do garimpo ilegal vem impedindo que indígenas mais vulneráveis tenham acesso à alimentação e assistência médica. Situação que gera o aumento dos óbitos decorrentes de desnutrição, pneumonia e malária. Dados da Hutukara Associação Yanomami apontam que entre 2019 e 2022, 570 crianças Yanomami morreram por causas evitáveis. Cabe destacar que os atendimentos médicos na Terra

57. Os Yanomami compõem um conjunto cultural e linguístico formado por ao menos quatro subgrupos, cujas línguas são da mesma família (Ninam, Sanima, Yanomae, Yanōmami).

Indígena Yanomami são prestados pelas Forças Armadas do Brasil em locais como a base aérea de Surucucu, parte integrante do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF). Não obstante, as condições de atendimento são dificultadas pelo fato da base não dispor de equipamentos que permitam voos sob condições climáticas de baixa visibilidade, sobretudo em dias de fortes chuvas ou neblina (PAJOLLA, 2023).

5 Projetos de Desenvolvimento na Fronteira Brasil-Guiana

O estado de Roraima possui a peculiaridade de ter todos os seus quinze municípios inseridos na faixa de fronteira⁵⁸ do Brasil (área considerada indispensável à segurança nacional, que conta com legislação específica). Isso faz com que as políticas públicas desenvolvidas no estado acabem sendo também políticas públicas que impactam a fronteira.

No tocante às políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo estadual, no ano de 2020 foi lançado o “Roraima 2030”, primeiro projeto de longo prazo voltado a políticas públicas do estado. Tendo como objetivos a promoção do crescimento socioeconômico e a redução do desmatamento, o projeto é baseado em sete eixos: bem-estar, desenvolvimento sustentável, educação, gestão, infraestrutura, saúde e segurança (G1 RR, 2020).

Todavia, a efetivação dos objetivos do “Roraima 2030” dependerá do desempenho da economia do estado nos próximos anos. Nesse sentido, cabe destacar que desde 2011 Roraima vem apresentando um grande crescimento nas exportações, centradas no setor agropecuário. Em 2022, o estado registrou uma receita de US\$ 350 milhões, sendo os principais produtos exportados: soja (22,4%), carne manufaturada (16,4%), margarina (12,6%), extrato

58. No Brasil, a faixa de fronteira corresponde à faixa de até 150 km de largura, paralela ao limite internacional terrestre. Todos os municípios que possuem ao menos uma parte de seu território dentro desta zona estão incluídos na faixa de fronteira. Esta última é gerida pela Lei nº 6.634 de 1979, pelo Decreto nº 85.064 de 1980 e pelo art. 20 § 2º da Constituição Federal de 1988. Já a República Cooperativa da Guiana não prevê a faixa de fronteira em sua legislação (FURTADO, 2013).

de malte (10,7%), açúcares (8,2%) e óleo de soja (6,1%). Dentre as razões para o aumento das exportações estão as sanções que os Estados Unidos têm imposto à Venezuela desde 2015 (sanções que foram agravadas em 2019, sufocando a economia do país), além de Roraima contar com a BR-174 (ligação com a Venezuela) e a BR-401 (ligação com a Guiana) (RORAIMA, 2022).

Ainda que o governo estadual já tenha reconhecido que o incremento do intercâmbio comercial com os países vizinhos (Guiana e Venezuela) poderá impulsionar a economia roraimense, o estado segue apresentando baixo valor da produção em comparação ao restante do Brasil. Roraima produz soja, arroz, milho e sorgo em propriedades rurais ao longo da BR-174, com sua agroindústria (alimentos, amido, bebidas, fumo, laticínios, ração, etc.) e o comércio concentrados na capital, assim como a produção do setor madeireiro/moveleiro - que ocorre em menor escala em municípios do interior do estado (BRASIL, 2009).

No caso da Guiana, o intercâmbio comercial com o Brasil ainda é muito diminuto, mas isso não impede que existam interações entre as cidades gêmeas de Bonfim e Lethem. Nesse sentido, Prado (2019) destaca que as zonas de fronteira configuram franjas territoriais de um lado e de outro das linhas geográfico-políticas, onde habitam populações com particularidades específicas, que as diferenciam de outras partes dos respectivos territórios nacionais. Esta realidade faz com que a zona de fronteira seja atravessada por fluxos singulares, relacionados ao limite internacional imposto, que superam as escalas convencionais de outras regiões. Nesse contexto, a interdependência estabelecida cria laços permanentes entre as cidades gêmeas.

Atualmente, o turismo de compras vem crescendo em Lethem e tem atraído brasileiros de Roraima e do Amazonas em busca de produtos *Made in China* (artigos de Natal, brinquedos, material escolar, perfumes e roupas). As mercadorias são vendidas em enormes galpões, onde funcionam as lojas de importados, cujos proprietários frequentemente são chineses. Elas entram pelo por-

to de Georgetown e depois seguem por via terrestre, pela rodovia Rupununi. Para além do turismo de compras, o turismo ecológico apresenta grande potencial, tendo em vista a existência de diversas cachoeiras nos dois lados da fronteira. Contudo, esta atividade esbarra na precariedade da infraestrutura da região (VIDIGAL; TITO, 2022).

O aprofundamento da integração Brasil-Guiana⁵⁹ será custoso. Exemplo disso é a ponte sobre o rio Tacutu (Figura 3), cujo nome oficial é Ponte Prefeito Olavo Brasil Filho, que foi aberta em 2009 (mesmo ano da primeira reunião do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana) e uniu Bonfim e Lethem, cidades que, segundo Machado (2005), historicamente apresentam um tipo de interação transfronteiriça caracterizado por trocas difusas emergidas espontaneamente e sem patrocínio dos governos do Brasil e da Guiana. Apesar da ponte sobre o rio Tacutu, a rodovia que conecta Lethem a Georgetown ainda está sem asfaltamento na maior parte de sua extensão.

A falta de asfaltamento na rodovia Rupununi faz com que a viagem de 552 km entre a capital guianense e Lethem, que pode ser feita por meio de vans e veículos de passeio, chegue a levar até 24 horas (ao longo do trajeto existem 7 *checkpoints* da polícia guianense e o serviço de balsas no rio Essequibo só opera em dois horários por dia, de manhã e à tarde). Caso seja efetuada a construção da ponte sobre o rio Essequibo e a pavimentação da rodovia o trajeto poderá ser concluído em menos de 11 horas.

Entre as iniciativas de desenvolvimento da infraestrutura na fronteira Brasil-Guiana merecem destaque os projetos da IIRSA-COSIPLAN, o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, cuja carteira de projetos contempla o

59. Em que pese a reunião dos presidentes de Brasil e Guiana em 2022, o contexto de baixa integração é um desafio para a nova Política Externa Brasileira (PEB), sob o governo Lula da Silva, iniciado em 2023, que visa a retomada da política externa “altiva e ativa”, nos moldes da PEB vigente entre 2003 e 2010, com foco na integração latino-americana. É importante lembrar que o cenário internacional atual é diferente daquele, sendo marcado pela recessão iminente da economia global, o enfrentamento econômico EUA-China, as tensões crescentes entre OTAN e Rússia e o avanço da extrema-direita nos EUA e na Europa. Nesse contexto, o aprofundamento das relações Brasil-Guiana passa pela aproximação entre o MERCOSUL e o CARICOM e pelo fortalecimento da UNASUL (PEREIRA, 2015).

asfaltamento da rodovia Rupununi, entre Lethem e a cidade de Linden, já nas proximidades da capital, Georgetown (COSIPLAN, 2017). A retomada da importância da UNASUL a partir de 2023, após a eleição de Lula da Silva, poderá ser um importante fator na realização da obra.

Em relação às interações transfronteiriças, o lado brasileiro da fronteira recebe um grande fluxo de imigrantes e brasileiros residentes nos países vizinhos em busca de atendimento médico oferecido pelo SUS. O sistema brasileiro de saúde pública, em que pesem suas lacunas, alcança todos os municípios de fronteira (MACHADO, 2005). Nesse sentido, em função da precariedade dos serviços de saúde de Lethem, muitos habitantes daquela cidade procuram atendimento médico em Bonfim e Boa Vista (PEREIRA, 2015). Além disso, o SUS também garante atendimento a indígenas que vivem em territórios fronteiriços da Guiana e da Venezuela que são contíguos à Terra Indígena Raposa Serra do Sol e cujas etnias são as mesmas daquelas encontradas do lado brasileiro (FERNANDES NETO, 2006).

Figura 3 - Ponte sobre o Rio Tacutu



Fonte: Caleffi (2022).

Os custos de atendimento dos cidadãos que residem do outro lado do limite internacional sobrecarregam os sistemas de saúde municipais e estadual. Um problema que poderia ser dirimido

com a retomada do programa SIS-Fronteiras (Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras), criado em 2005 e descontinuado em 2015. Operacionalizado pelo Ministério da Saúde, o SIS-Fronteiras visava a integração da oferta de serviços prestados e da vigilância em saúde, racionalizando os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis nos municípios da faixa de fronteira do Brasil, além de custear demandas (BRASIL, 2005).

Já em relação às políticas de educação, também em 2005 o governo brasileiro implementou o Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF), que assim como o SIS-Fronteiras foi descontinuado em 2015, em meio ao cenário político marcado pelo enfraquecimento do governo Dilma Rousseff, que culminaria no golpe parlamentar de 2016. No caso do PEIBF, Lethem e Bonfim não chegaram a ser contempladas, ainda que Lima (2014) destaque que a implantação do projeto naquelas cidades foi pauta da 4ª Reunião do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana, ocorrida em Lethem, em fevereiro de 2014. Uma integração fronteiriça efetiva implicaria na reativação de tais políticas públicas de desenvolvimento.

Ao lado de iniciativas descontinuadas, sobretudo nas áreas da educação e da saúde, a fronteira Brasil-Guiana tem sido contemplada por políticas públicas que enfocam as funções tradicionais da fronteira: segurança e defesa. Nesse sentido, o Programa Calha Norte, lançado em 1985, implantou na década com a Guiana os pelotões especiais de fronteira de Bonfim (1º PEF), Normandia (2º PEF) e Uiramutã (6º PEF). Já no século XXI, a fronteira Brasil-Guiana foi contemplada por mais iniciativas do governo federal do Brasil voltadas ao combate à criminalidade: Operação Ágata (2011), Sistema de Monitoramento Integrado de Fronteiras - SISFRON (2012), Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF (2016), entre outras (CARNEIRO; CÂMARA, 2019).

A preocupação com a defesa é justificada com base no histórico de colonização da Amazônia setentrional, marcado pela disputa entre potências europeias (Reino Unido, Países Baixos e França), que resultou na criação das três Guianas. Precaução que

hoje se mantém, tendo em vista a cobiça de potências do Norte global sobre a Amazônia (RÜCKERT; CARNEIRO, 2018). Nos últimos anos, as forças armadas dos Estados Unidos e da Guiana realizaram exercícios militares em conjunto, com vistas a proteger bases de extração de petróleo da ExxonMobil, implantadas no território guianense reivindicado pela Venezuela (MELLO, 2021).

6 Considerações finais

As relações entre Brasil e Guiana remontam ao século XIX, tendo sido marcadas pela Questão do Pirara, resolvida em 1904, que pode ser considerada a maior derrota da história da diplomacia brasileira. Com o passar dos anos, os dois países vizinhos permaneceram de costas um para o outro e têm priorizado, até hoje, relações comerciais com outros parceiros (o Brasil com a China, os EUA e o Mercosul, enquanto a Guiana com os EUA, o Canadá e o CARICOM). Atualmente, o fluxo comercial formal entre Brasil e Guiana segue diminuto, em que pese a expectativa gerada pelo crescimento da produção de petróleo no território guianense (realizado por multinacionais do Norte global), que podem abrir oportunidades para alguns setores da economia brasileira. Por sua vez, a produção de grãos em Roraima tem gerado ganhos para determinados segmentos da sociedade local, embora sua expansão seja limitada em função das terras indígenas e unidades de conservação, que ocupam grande parte da área do estado.

Todavia, se por um lado as interações formais são pírias, as informais são dinâmicas, sobretudo no que tange à comunidade brasileira ligada ao garimpo que reside no Escudo das Guianas e transita pela fronteira Brasil-Guiana em um vai-e-vem contínuo. Esta atividade é realizada por uma massa de trabalhadores precarizados e superexplorados (composta por indígenas e não indígenas) e gera impactos sociais (crescimento da violência, do tráfico de drogas, da prostituição, do alcoolismo, dos casos de homicídios e

de estupro) e ao meio ambiente (contaminação de águas e solo com mercúrio, desmatamento, redução da fauna e da flora, etc.). Impactos que são sentidos em comunidades indígenas localizadas ao longo da fronteira Brasil-Guiana.

Apesar dos resultados negativos da atividade garimpeira para o meio ambiente e para os povos que residem nessa porção da Floresta Amazônica, o poder público, nos últimos anos, com o apoio do governo Bolsonaro e do governo do estado de Roraima, promoveu e incentivou o garimpo ilegal em terras indígenas, chegando a propor legislação (que posteriormente viria a ser declarada inconstitucional pelo STF) em apoio a esta atividade.

Por fim, a descontinuidade das políticas públicas de desenvolvimento para a fronteira (em especial aquelas voltadas à saúde e à educação) e o enfoque em políticas de segurança e defesa fazem com que a zona de fronteira entre Brasil e Guiana continue marcada por uma realidade típica de regiões periféricas, apresentando baixas densidades de capital, populacionais, técnicas e informacionais, além de baixa fluidez nas circulações, configurando o que Santos e Silveira (2001) denominaram de espaço opaco.

Referências

AGÊNCIA BRASIL (Brasília). Brasil. **Presidentes da Guiana e do Brasil se reúnem em Georgetown**. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-05/bolsonaro-se-reune-com-presidente-da-guiana-em-georgetown>. Acesso em: 15 abr. 2023.

AGÊNCIA PÚBLICA (Brasil). **Dois mil garimpeiros buscam ouro em Raposa Serra do Sol: estimativa é da polícia federal que realiza, desde março, operações na terra indígena, homologada há mais de 10 anos, onde vivem 22 mil pessoas**. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/dois-mil-garimpeiros-buscam-ouro-em-raposa-serra-do-sol/>. Acesso em: 03 maio 2023.

ARAÚJO, Jorge Arthur Guimarães de. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco**. Brasília: Senado Federal, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras - SIS-Fronteiras**. Brasília: MS, 2005. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/10006001089.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Cartilha do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDF**. Brasília: MIN, 2009.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. Ministério das Relações Exteriores. **Brasil e Guiana: cooperação técnica e 50 anos de relações diplomáticas**. 2017. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/976>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade brasileira no exterior. estimativas referentes ao ano de 2020**. Brasília: MRE, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/ComunidadeBrasileira2020.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. Agência Câmara de Notícias. Câmara dos Deputados. **Terra Yanomami é palco de “tragédia humanitária”**. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/898328-terra-yanomami-e-palco-de-tragedia-humanitaria-dizem-especialistas/>. Acesso em: 03 maio 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República Cooperativa da Guiana**. Brasília: MRE, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-cooperativa-da-guiana?set_language=pt-br. Acesso em: 15 abr. 2023.

CALEFFI, Rogean James. **Municípios de Roraima**. Disponível em: <https://caleffi.46graus.com/municipios-de-roraima/bonfim/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CARNEIRO, Camilo Pereira; CÂMARA, Lisa Belmiro. **Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: pdf, cdif e as políticas de segurança e defesa**. Confins, Paris, p. 1-17, 8 ago. 2019. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.22262>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/22262>. Acesso em: 04 nov. 2022.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA (Roraima). CIR. **Supremo Tribunal Federal (STF) determina a suspensão da Lei estadual 1.453/2021**. 2021. Disponível em: <https://cir.org.br/site/2021/02/20/3823/>. Acesso em: 03 maio 2023.

CORBIN, Hisakhana Pahoona. **Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy: a case study approach**. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/1966/1/Dissertacao_BrazilianMigrationGuyana.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

COSIPLAN. **Cartera de proyectos** 2017. Buenos Aires: IIRSA-COSIPLAN, 2017. Disponível em: <http://www.cosiplan.org>. Acesso em: 04 mai. 2023.

DATOSMACRO. **Guyana-Inmigración. Inmigrantes en Guyana según país de origen** (2019). Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/inmigracion/guyana?anio=2019#geo0>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ESTADOS UNIDOS. The World Factbook. CIA. **Guyana: country summary**. 2023. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/guyana/summaries>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FAGUNDES, Flávia Carolina de Resende; CARNEIRO, Camilo Pereira. **As políticas de segurança e defesa para as fronteiras no contexto amazônico uma análise do ponto de vista das políticas públicas**. In: COSTA, Jodival Mauricio da (org.). **Amazônia: olhares sobre o território e a região**. Macapá: UNIFAP, 2017. p. 425-446.

FERNANDES NETO, Pedro. **A Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Roraima): conflitos entre territorialidades 1993 - 2005**. 2006. 154 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Geografia, PPGG, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/649854.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

FURTADO, Renata. **Descobrimos a faixa de fronteira: a trajetória das elites organizacionais do executivo federal**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

G1 RR (Roraima). Rede Amazônica. **Governo de RR lança plano de desenvolvimento sustentável do estado em 10 anos**. Boa Vista, p. 1-3. 11 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/12/11/governo-de-rr-lanca-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-do-estado-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 16 abr. 2023.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

GUIANA. Bos Guyana. **República Cooperativa da Guiana. Bureau de Estatísticas**: atendendo às necessidades de dados da Guiana. 2023. Disponível em: <https://statisticsguyana.gov.gy/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

IBGE. **Cidades e Estados - Roraima**. Estimativas de 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (Brasil). **Povos Indígenas no Brasil: Yanomami**. 2019. Disponível em: <https://piib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso em: 03 maio 2023.

LIMA, Vanessa. **Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira deve ser implantada em RR. G1: Rede Amazônica**. Boa Vista, p. 1-2. 06 fev. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/02/escola-intercultural-bilingue-de-fronteira-deve-ser-implantada-em-rr.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MACHADO, Lia Osório. **Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana**. In: SILVEIRA, María Laura. **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 243-284.

MELLO, Michele de. **Venezuela denuncia exercícios militares entre Guiana e EUA em região fronteiriça. Brasil de Fato**. Caracas, p. 1-2. 11 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/11/venezuela-denuncia-exercicios-militares-entre-guiana-e-eua-em-regiao-fronteirica>. Acesso em: 04 maio 2023.

OECD. **Guyana**. Disponível em: <https://oec.world>. Acesso em: 25 mar. 2023.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname**. 2013. 401 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12022014-130153/publico/2013_RafaelDaSilvaOliveira_VCorr.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

OTERO, Edgardo. **A origem dos nomes dos países**. São Paulo: Panda Books, 2006.

PAJOLLA, Murilo. **Crise humanitária causa nova morte de criança Yanomami por desnutrição**. **Brasil de Fato**. Lábrea, p. 1-3. 05 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/05/crise-humanitaria-causa-nova-morte-de-crianca-yanomami-por-desnutricao>. Acesso em: 03 maio 2023.

PARRAGA, Marianna; MARKS, Neil. **Guyana's oil exports double, with Europe taking half of the cargoes**. **Reuters**. Londres, p. 1-3. 13 jan. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/guyanas-oil-exports-double-with-europe-taking-half-cargoes-2023-01-13/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PEREIRA, Mariana Cunha. Bonfim (BR) e Lethem (GY): **Economia e trocas simbólicas de espacialidades marcadas pela diversidade**. In: **Textos & Debates** v. 2 n. 27. Dossiê: Sociedade e Fronteiras, 2015. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/3217>. Acesso em: 04 nov. 2022.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. **A cooperação descentralizada e a política para a fronteira no Brasil**. Curitiba: Editora Íthala, 2019.

RORAIMA. Assembleia Legislativa de Roraima. **ALE-RR. US\$ 350 milhões: Ipea aponta crescimento de exportações de Roraima em palestra realizada na ALE-RR**. Ipea aponta crescimento de exportações de Roraima em palestra realizada na ALE-RR. 2022. Disponível em: <https://al.rr.leg.br/2022/12/07/us-350-milhoes-ipea-aponta-crescimento-de-exportacoes-de-roraima-em-palestra-realizada-na-ale-rr/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; CARNEIRO, Camilo Pereira. **Políticas territoriais na América do Sul: infraestruturas de conexão e repercussões em regiões periféricas**. In: RUCKERT, Aldomar Arnaldo *et al* (org.). **A integração sul-americana e a inserção das regiões periféricas: II Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. Porto Alegre: Letral, 2018. p. 13-39.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Natália Oliveira dos; CARNEIRO, Camilo Pereira. **Geopolítica do escudo das Guianas: a disputa pelo petróleo e a fronteira venezuelana-guiana**. In: LUDWIG, Fernando José; BARROS, Luciano Stremel. (Re) **definições das fronteiras: velhos e novos paradigmas**. Foz do Iguaçu: Editora Idesf, 2018. p. 223-236.

SELLIER, Jean. **Atlas des peuples d'Amérique**. Paris: La Découverte, 2013. 208 p.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017.

VIDIGAL, Lucas; TITO, Fábio. **Lethem: cidade da guiana na fronteira com roraima é paraíso de compras baratas, mas falta infraestrutura**. **G1: Roraima: Rede Amazônica**. Lethem, p. 1-6. 22 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/01/22/lethem-cidade-da-guiana-na-fronteira-com-roraima-e-paraíso-de-compras-baratas-mas-falta-infraestrutura.ghtml>. Acesso em: 04 maio 2023.

VIDON, Filipe. **Garimpo ilegal dobra em um ano na reserva indígena Raposa Serra do Sol de RR**. **O Globo**. Rio de Janeiro, 13 mar. 2021. **Um Só Planeta**, p. 1-3. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/garimpo-ilegal-dobra-em-um-ano-na-reserva-indigena-raposa-serra-do-sol-de-rr-24923434>. Acesso em: 03 maio 2023.

SOBRE AUTORES

Norma Oviedo

Historiadora, Doctora en Ciencias Humanas y Sociales (UNaM) y Mestre em História Iberoamericana (PUCRS-Brasil) e Investigadora y Docente, especialista en el campo de la Historia Regional. Directora del Centro de Estudios Históricos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones. <https://orcid.org/0000-0002-5511-6217>

Luísa Amato Caye

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Geografia na linha de análise territorial no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS. Integra o Laboratório Estado e Território, Gestão, regiões e fronteiras (LABETER). <https://orcid.org/0000-0003-1487-8116>

Maristela Ferrari

Doutora e Mestre em Geografia pela UFSC com estágio sanduíche na Université de Pau et des Pays de L'Adour (França). Professora de graduação e pós-graduação em Geografia na UNIOESTE, campus Marechal Cândido Rondon. Pesquisadora e membro do GEFTA. <https://orcid.org/0000-0002-1010-7202>

Edson Belo Clemente de Souza

Professor Associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel e Licenciado em Geografia (UEPG), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutor em Geografia pela UNESP-Presidente Prudente. Líder do Grupo de Estudos Urbanos e Regionais (GEUR). <https://orcid.org/0000-0003-3307-0518>

Luci Meire Corrêa Anastácio

Licenciatura em Normal Superior pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Especialização em Psicopedagogia, Mestrado Profissional Stricto Sensu em Educação e Fronteira pela UEMS, Doutoranda na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a temática de Fronteira e Saúde. Professora fronteiriça da rede municipal de Ponta Porã-MS e da rede estadual de Mato Grosso do Sul. <https://orcid.org/0000-0002-2079-1087>

Kamila Madureira da Silva

Licenciada (2019), Mestre (2022) e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), desenvolvendo as temáticas de Políticas Públicas, Bolsa Família e mulheres indígenas. Professora da Rede Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul. <https://orcid.org/0000-0002-5935-6445>

Alexandre Bergamin Vieira

Professor Associado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Licenciado (2001) e Bacharel (2002) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente-SP. Mestre (2005) e Doutor (2009) em Geografia pela mesma instituição. Atualmente é coordenador do Laboratório de Planejamento Regional (LAPLAN) e membro do GESF (Grupo de Pesquisa Saúde, Espaço e Fronteira(s)). Vem desenvolvendo pesquisas nas temáticas de Geografia da Saúde, Fronteiras e Exclusão Social. <https://orcid.org/0000-0003-3055-3143>

Miriam dos Santos Ricco

Servidora pública do município de Dourados/MS. Licenciada e bacharel (2008) em Direito pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), Pós-Graduada *lato sensu* em Direitos do Estado (2011) pela Universidade Anhanguera-Uniderp, Pós-Graduada *lato sensu* em Direito Administrativo (2017) pela Universidade Anhanguera-Uniderp, mestra em Fronteiras e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). <https://orcid.org/0000-0002-0917-6980>

Camilo Pereira Carneiro Filho

Professor adjunto do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás. Pós-doutorado pelo PPG em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Doutor em Geografia (UFRGS), com estágio sanduíche na Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, mestre em Geografia (UFRJ), bacharel e licenciado em Geografia (PUC-Rio). Coordenador do grupo Limes: Geopolítica e Fronteiras (UFG). <https://orcid.org/0000-0001-7229-1298>

Beatriz Dutra dos Santos

Mestra em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Pós-graduada em Controladoria e Gestão de Negócios pelas Faculdades Integradas Magsul. Graduada em Administração de Empresas, com habilitação em Comércio Exterior (UEMS). <https://orcid.org/0000-0002-2960-1470>

Dores Cristina Grechi

Doutora em Economia do Desenvolvimento Regional (UFRGS). Mestre em Desenvolvimento Sustentável (UNB). Bacharel em Turismo e Hotelaria (UNIVALI). Professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no Curso de Turismo e no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Membro dos grupos de pesquisa Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS). <https://orcid.org/0000-0002-4481-0166>

Luciana Ferreira da Silva

Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestra em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Esta-

dual de Mato Grosso do Sul (UEMS), docente do quadro permanente do Mestrado e Doutorado em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e membro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO) e do grupo de pesquisa Organização, Governo e Sociedade (OGS). <https://orcid.org/0000-0003-3538-756X>

Eliana Lamberti

Economista, especialista e mestre em Desenvolvimento Regional (UFMS), doutora em Economia do Desenvolvimento (UFRGS). Docente e pesquisadora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Integrante dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS/UEMS) e Organizações, Governo e Sociedade (OGS/UEMS). <https://orcid.org/0000-0001-7653-3450>

Brandon Chagas Lima

Administrador, Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS). <https://orcid.org/0000-0002-2365-9794>

Claudia Marques Roma

Professora no curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFGD. Membro do GESF - Grupo de Pesquisa Saúde, Espaço e Fronteira(s). <https://orcid.org/0000-0001-5487-4481>

Mateus Janú de Lima

Licenciado em Geografia (UFGD) e Mestre em Geografia (UFGD). Professor na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. <https://orcid.org/0000-0002-8916-8701>

Eric Gustavo Cardin

Graduado em Ciências Sociais (UNIOESTE). Especialista em Educação e Tecnologias pela UFSCar. Mestre e Doutor em So-

ciologia pela Universidade Estadual Paulista. Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones, Argentina. Atualmente é Professor Associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). <http://orcid.org/0000-0001-7813-5544>

Ronan Xavier Machado

Economista pela Faculdade Salesiana de Santa Teresa (2006). Especialista em auditoria e perícia contábil pela UCDB (2010). Mestre em Estudos Fronteiriços pela UFMS (2019). Coordenador do Observatório de Turismo na gestão pública municipal de Corumbyá entre 2013 e 2016. <https://orcid.org/0000-0003-3099-9866>

Edgar Aparecido da Costa

Professor titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Licenciado e bacharel (1990) em Geografia, mestre (1998) e doutor (2004) em Geografia pela UNESP-Presidente Prudente. Coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal (NEAP). Vem debatendo temas de Agroecologia, Fronteiras e Desenvolvimento territorial. <https://orcid.org/0000-0002-0043-2642>

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Professor titular na UFMS, licenciado em Geografia (UNESP-Presidente Prudente), mestre em História Social (PUC-São Paulo) e Doutor em Geografia (USP). Professor permanente nos programas de Pós-Graduação em Administração e Estudos Fronteiriços na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. <https://orcid.org/0000-0001-9485-0150>

Cristiano Almeida da Conceição

Professor da Secretaria Municipal de Campo Grande (SEMED). Licenciado (2012) em Ciências Sociais (UFGD) e licenciado (2013) em Geografia (UFMS). Mestre (2016) em Agroecologia e

Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS) e doutor (2021) em Geografia (UFGD). <https://orcid.org/0000-0002-0512-9634>

Murillo Galdino de Oliveira

Discente do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Goiás. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisa das Dinâmicas Territoriais (LABOTER) e do grupo Limes: Geopolítica e Fronteiras (UFG). <https://orcid.org/0009-0008-9752-958X>

Osman Felipe da Costa Neto

Discente do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Goiás. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisa das Dinâmicas Territoriais (LABOTER) e do grupo Limes: Geopolítica e Fronteiras (UFG). <https://orcid.org/0009-0006-7904-4277>

ÍNDICE REMISSIVO

Agrotóxico, 16, 220, 221, 224 e 225.

Amazônia, 305, 306, 314, 321, 322 e 325.

Assentamentos rurais, 10, 18, 242, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 300, 301 e 303.

Camponeses, 18, 280, 281, 285, 287, 288, 290, 291, 294, 295, 296, 297, 298, 299 e 301.

Cidades gêmeas, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 64, 65, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 112, 113, 121, 126, 127, 130, 132, 138, 144, 145, 161, 193, 194, 196, 197, 199, 200, 204, 205, 207, 251 e 252.

Circulação, 07, 08, 49, 53, 56, 57, 61, 62, 63, 98, 100, 101, 105, 111, 112, 113, 129, 212, 215, 220, 222, 224, 225, 288, 290 e 291.

Corumbá-MS, 18, 249, 281, 284 e 303.

Culinária, 165, 166, 167, 168, 169, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 244, 252 e 269.

Desenvolvimento, 09, 10, 13, 14, 16, 17, 17, 19, 51, 52, 60, 74, 102, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 124, 125, 126, 138, 143, 144, 159, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 184, 186, 189, 190, 191, 194, 199, 207, 208, 212, 213, 218, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 258, 259, 261, 276, 277, 279, 280, 295, 302, 305, 317, 319, 321, 323, 324 e 325.

Estrada Parque Pantanal, 10, 18, 256, 257, 261, 263, 264 e 266.

Fronteira Brasil-Paraguai, 09, 14, 16, 131, 132, 136, 140, 141, 142, 155, 158 e 229.

Guiana, 10, 18, 19, 104, 138, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 326 e 328.

Historiografia regional, 11 e 27.

Mato Grosso do Sul, 09, 14, 108, 120, 125, 136, 137, 139, 141, 142, 144, 145, 149, 150, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 166, 191, 193, 200, 201, 230, 234, 235, 237, 239, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 276, 279, 280, 282 e 291.

Migração de mulheres, 147, 148, 154, 155 e 162.

Misiones, 08, 09, 11, 12, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 62, 65, 97, 69, 70, 71, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 137 e 138.

Mobilidade urbana, 97, 98, 101, 106, 112, 113, 115 e 117.

Paraguai, 08, 09, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 58, 65, 74, 81, 87, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 127, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145 e 150

Región de Frontera, 11, 39, 40, 42, 43 e 45.

Saúde, 08, 09, 14, 15, 16, 54, 61, 64, 65, 91, 109, 110, 119, 120, 125, 126, 130, 131, 133, 138, 150, 152, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 223, 226, 235, 241, 244, 296, 303, 315, 316, 317, 320, 321, 323, 324, 330 e 332.

Turismo de compras, 13, 17, 102, 111, 240, 241, 259, 318 e 319.

Turismo Integrado, 09, 17, 22, 255, 256, 262 e 276.

Zona de fronteira, 12, 16, 50, 51, 52, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 93, 94, 95, 123, 134, 142, 144, 145, 150, 161, 194, 196, 205, 307, 318, 323 e 326.

Os textos desta coletânea abordam a construção do conhecimento da realidade fronteiriça brasileira desde experiências e vivências dos autores em diálogo e interpelação com leituras epistemológicas de diferentes campos disciplinares. Este alcance territorial e acadêmico é determinante, a fim de contribuir para a consolidação de uma perspectiva inter ou transdisciplinar, para dar conta de uma leitura das territorialidades da(s) fronteira(s) brasileira, que se apresenta como heterogênea, complexa, modificável, dinâmica e multiescalar. Assim, as territorialidades transfronteiriças se constituem em territorialidades caleidoscópicas.



Camilo Pereira Carneiro Filho Professor Adjunto do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Tem pós-doutorado pelo PPG em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Desenvolve pesquisas em Geografia Política, Geopolítica, Fronteiras, Conflitos Internacionais e Cartografia Temática.



Alexandre Bergamin Vieira Professor Associado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). coordenador do Laboratório de Planejamento Regional (LAPLAN) e membro do GESF (Grupo de Pesquisa Saúde, Espaço e Fronteira(s)). Desenvolve pesquisas nas temáticas de Geografia da Saúde, Fronteiras e Exclusão Social.



Kamila Madureira da Silva Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora da Rede Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul. Desenvolve pesquisa nas temáticas de Políticas Públicas, Bolsa Família e Mulheres Indígenas e Fronteiras.

www.lifeeditora.com.br

Adquira mais livros agora mesmo em nosso site.



Esta obra foi composta em Electra impressa
em abril de 2024.

GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

TEMAS CONTEMPORÂNEOS

ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA
CAMILO PEREIRA CARNEIRO
KAMILA MADUREIRA DA SILVA
(ORGANIZADORES)

A FRONTEIRA configura-se em um território de forças que sustentam uma rede de relações sociais complexas, criando oportunidades, ao mesmo tempo em que define uma alteridade, que incide em interdições/proibições a partir da linha de fronteira. É um território que determina territorialidades vividas, necessariamente plurais e diacrônicas, nas quais os cidadãos de/da fronteira constroem e recriam, a partir de suas vivências cotidianas, densas relações sociais, econômicas e culturais, que justificam, a produção desse material diverso, ora proposto. Estas relações se estabelecem sob sistemas normativos aleatórios, versáteis e pragmáticos, cujas contradições são cobertas e recriadas, pela ação dos sujeitos territoriais flexíveis, que vivem no dito território transfronteiriço.

